

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**Elites e formação nacional:**

as gerações de 1830 do Brasil e da Argentina

Rafael Leite Mantovani

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Rafael Leite Mantovani

**Elites e formação nacional:**  
as gerações de 1830 do Brasil e da Argentina

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Guilherme Simões Gomes Júnior.

São Paulo

2009

**Mantovani, Rafael Leite.**

**Elites e formação nacional: as gerações de 1830 do Brasil e da Argentina / Rafael Leite Mantovani; orientador: Guilherme Simões Gomes Júnior – São Paulo, 2009.**

**183 p.**

**Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Área de concentração: política, legitimação, literatura, poder) – Departamento de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**

**1. Formação nacional. 2. Sociologia histórica comparada. 3. América Latina. 3. Intelectuais. 4. Século XIX.**

Banca Examinadora

---

---

---

Ao Antônio e à Lúcia Mantovani, porque tudo o que eu sou e tenho é graças aos dois.

## AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram imprescindíveis para compreender como se poderia adequar os problemas intelectuais que me faziam ter vontade de seguir no campo acadêmico e a necessidade de objetos de estudos para que as análises tivessem um solo firme a ser pisado. Com respeito a este aspecto, não só como orientador que indicou erros e acertos, forneceu a melhor bibliografia possível, assim como serviu de inspirador de seriedade intelectual em pesquisa, seguramente, o primeiro agradecimento não poderia deixar de ser ao Guilherme, o próprio orientador.

Como o argentino que escutou, do lado de lá de Tordesilhas, o que eu pensava em pesquisar a respeito do seu país e foi uma ótima companhia não só na Ciudad Autónoma, mas também no Rio de Janeiro, onde trabalhamos para projetos em conjunto e projetos individuais, agradeço a hospitalidade, amizade, ajuda e confiança de Vicente Palermo.

Federico Varela, pela ajuda nos livros sobre história e literatura argentina e, é claro, pela valiosíssima amizade. Daniel Finocchiaro, pela ajuda na Biblioteca Nacional Argentina. À Mônica de Carvalho, pelo apoio reiterado e muito importante.

Como facilitadores do trabalho de pesquisa bibliográfica no Brasil, gostaria de agradecer à Érica Tácito e à biblioteca de Educação da USP pela possibilidade de ter acesso a *Niterói*, *Minerva Brasiliense* e *Guanabara*.

Um agradecimento muito especial fica reservado à Rose Massaro Melamed, por saber como lidar comigo e não me deixar desistir.

Outro, todo especial, à Miriam Ledra, que me ensinou a ler e a escrever antes mesmo da escola; além, é claro, do cuidado todo especial durante toda a vida.

Aos meus pais este trabalho é dedicado, logo, a lista de coisas a serem agradecidas seria infinita e me limito à menção.

Por fim, queria agradecer o apoio institucional da PUC-SP, do Instituto Gino Germani da pós-graduação da UBA (*Universidad de Buenos Aires*) e financeiro do CNPq: instituições sem as quais este trabalho não teria se realizado.

Muito obrigado a todos vocês.

“Com a melhor intenção se pode desolar o mundo, e enquanto fique ao erro a desculpa da sinceridade será mais temível do que a fraude porque será mais desculpável.”

(Alberdi, *Cartas quillotanas*)



## RESUMO

Apesar de contar com ideólogos para a formulação do espírito nacionalista, a Europa, segundo Benedict Anderson, teve as nacionalidades criadas também por meio da interação explosiva e não intencional entre o capitalismo, o início do esforço editorial e a diversidade lingüística. O Novo Mundo, assim como a Europa, contou com ideólogos para a construção de imaginários de nação. Os processos de independência foram cruciais para a formatação do tipo de elites que iriam determinar qual seria o tipo de valor ético a ser abraçado, ou seja, qual seria *a causa* da nação.

Não houve apenas um projeto de nação em cada Estado independente. O século XIX assistiu ao embate de alguns grupos que lutaram pela legitimidade da palavra e, conseqüentemente, pelos cargos da coroa (brasileira) ou das repúblicas (hispano-americanas). Os ideólogos que deram as bases da *brasilidade* ao Império foram o chamado *Grupo de Paris*, que foi resguardado regamente e sistematizou as facetas daquilo que deveria ser o orgulho da nação recém-nascida. Já o projeto vencedor da Argentina do XIX foi o da *Associação de maio*, os homens que lutaram ferreamente contra o sistema político argentino pautado no caudilhismo e em um “federalismo” que isolava cada província, entregando privilégios a Buenos Aires.

Portanto, ambos os projetos foram diametralmente opostos no que diz respeito à proteção e perseguição por parte do Estado. Alguns pontos confluem; contudo, a posição do grupo brasileiro era condizente com a realeza, e a do argentino foi antagônica com o autoritário e fragmentado sistema político platino.

Como se inseriram nos campos, como foi a relação de proximidade da corte ou de distância do país devido ao exílio, a forma de preparar suas biografias, como organizaram os salões literários, assim como a insistência em escrever sobre belas-artes e literatura no Brasil e tratados de governo e de direito na Argentina são fatores que demonstram tal diferença. Como marco inicial, as duas gerações lançaram revistas: *Niterói*, pelo *Grupo de Paris*, e *La moda*, pela *Associação de maio*. Comparar o primeiro esboço destes intelectuais é um dos objetivos deste trabalho.

O próximo intuito aqui estabelecido é comparar o trabalho máximo que evidencia o *etos* da geração brasileira, *Confederação dos Tamoios*, financiado diretamente por D. Pedro II, e o trabalho máximo argentino desta geração, *Facundo: civilização e barbárie*, uma crítica de Sarmiento à política argentina. Ambas as obras determinaram incluídos e excluídos dos projetos nacionais, contudo, de maneira bastante distinta.

Visa-se investigar as formas de legitimação dos artistas e letrados nos seus respectivos campos, assim como analisar o enaltecimento dos seus projetos nacionais; em cada período com as suas peculiaridades, em cada campo com as suas exigências, em cada instituição com os seus interesses.

**Palavras-chave:** formação nacional, sociologia histórica comparada, América Latina, intelectuais, século XIX.

## ABSTRACT

Despite the attempt of ideologists to formulate the nationalist spirit, according to Benedict Anderson, European nationalities were also created by the bombastic and non-intentional interaction between capitalism, the beginning of the editorial effort, and the linguistic diversity. The New World, like Europe, depended on ideologues to build the nations' imaginaries. The processes of independence were crucial to the configuration of the type of elites who would determine the ethics, that is, what would be the *cause* of the nation.

Each independent State wasn't limited to a single nation project. The 19<sup>th</sup> century saw the struggle of many groups which fought for the legitimacy of speech, and consequently, for the offices in the (Brazilian) royalty or (Spanish-American) republics. The ideologues who had given the basis of *Brazilianness* to the Empire were called *Grupo de Paris*, who were protected by the emperor and who had systematized the facets of what should have been the pride of the new nation. On the other hand, the winning project of 19<sup>th</sup> century Argentina was the *Asociación de mayo*'s, people who valiantly fought the Argentinean political system which was based on *caudillaje* and a kind of "federalism", isolating each province and privileging Buenos Aires.

Consequently both projects were diametrically opposed to what would be regarded as protection and persecution by the State. Although some ideas were confluent, the posture of the Brazilian group was suitable to the ruling class, and that of the Argentinean group was antagonistic with the authoritarian and fragmented political system of Argentina.

These differences can be factually demonstrated: the way in which these people inserted themselves in their respective *fields*; the proximity of the court or distance of the country as a result of exile; the way they prepared their biographies; how they organized their literary salons; the insistence on writing about fine-arts and literature in Brazil and the essays on government and laws in Argentina. Both generations launched magazines: *Niterói*, by the *Grupo de Paris*, and *La moda*, by the *Asociación de mayo*. Comparing the first delineation of those intellectuals is one of this dissertation's aims.

Another purpose of this paper is to compare the work that provides the greatest evidence of the Brazilian generation's *ethos*, *Confederação dos Tamoios*, financed directly by D. Pedro II, Brazil's emperor, with the most influential Argentinean book from this period, *Facundo: civilización y barbarie*, a Sarmiento's criticism to the Argentinean politics. Both works determined who were to be included and excluded in the national projects, notwithstanding, in a very different way.

It is the main goal of this dissertation to investigate the legitimization of these artists and ideologists in their respective *fields*, and also to analyze the promotion of patriotism in these works: in each period with its own peculiarities; in each *field* with its own demands; and in each institution with its own interests.

**Keywords:** national formation, compared historical sociology, Latin America, intellectuals, 19<sup>th</sup> century.

## RESUMEN

A pesar de tener ideólogos por detrás de la formulación del proceso de creación del espíritu nacionalista, la Europa, según Benedict Anderson, tuvo sus nacionalidades también creadas por medio de la interacción explosiva y no intencional entre el capitalismo, el comienzo del esfuerzo editorial y la diversidad lingüística, el Nuevo Mundo, del mismo modo que Europa, tuvo la asistencia de ideólogos para la construcción de imaginarios de nación. Los procesos de independencia fueron cruciales para el tipo de élites que irían a determinar cuál sería el tipo de valor ético adoptado, es decir, cuál sería la causa de la nación.

No hubo solamente un proyecto de nación en cada Estado independiente. El siglo XIX asistió al embate de algunos grupos que lucharon por la legitimidad de la palabra y, consecuentemente, por los cargos de la corona (brasileña) o de las repúblicas (hispanoamericanas). Los ideólogos que dieron las bases de la *brasilidade* al Imperio fueron el llamado *Grupo de Paris*, que fue resguardado regimiento y sistematizó las facetas de aquello que debería ser el orgullo de la nación recién-nacida. En tanto, el proyecto vencedor de la Argentina del XIX fue el de la *Asociación de mayo*, los hombres que lucharon férreamente contra el sistema político argentino pautado en el caudillaje y en un “federalismo” que aisló cada provincia, entregando privilegios a Buenos Aires.

Por lo tanto, ambos proyectos fueron diametralmente opuestos el lo que se refiere a la protección y persecución por parte del Estado. Aunque algunos puntos confluyen, la posición del grupo brasileño se conjugaba con la realeza, y la del argentino fue antagónica con el autoritario y fragmentado sistema político platino.

Cómo se insertaron en los campos, cómo fue la relación de proximidad con la corte o de distancia del país a causa del exilio, la forma de preparar sus biografías, cómo organizaron los salones literarios, así como la insistencia en escribir sobre bellas artes y literatura en el Brasil y tratados de gobierno y derecho en la Argentina son factores que ilustran esta diferencia. Como marco inicial, las dos generaciones lanzaron dos revistas: *Niterói*, por el *Grupo de Paris*, y *La moda*, por la *Asociación de mayo*. Comparar este primer esbozo de estos intelectuales es uno de los objetivos de esta disertación.

El siguiente propósito aquí establecido es comparar el trabajo máximo que evidencia el *ethos* de la generación brasileña, *Confederação dos Tamoios*, financiado directamente por D. Pedro II, y el trabajo máximo argentino de esta generación, *Facundo: civilización y barbarie*, una crítica de Sarmiento a la política argentina. Ambas obras determinaron los incluidos y los excluidos de los proyectos nacionales, con todo, de manera bastante distinta.

Se busca investigar las formas de legitimación de los artistas y letrados en sus respectivos campos, así como analizar el enaltecimiento de sus proyectos nacionales; en cada período con sus peculiaridades, en cada campo con sus exigencias, en cada institución con sus intereses.

**Palabras-clave:** formación nacional, sociología histórica comparada, América Latina, intelectuales, siglo XIX.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>2. As independências (como definidoras do <i>habitus</i>)</b> .....	<b>32</b>
2. 1. A independência rio-platense com a queda do Reino de Espanha .....	32
2. 2. A independência brasileira declarada por um português .....	38
<b>3. As gerações</b> .....	<b>44</b>
3. 1. <i>Grupo de Paris</i> (Geração de 1836) .....	47
3. 1. 1. Magalhães .....	50
3. 1. 2. Porto-Alegre .....	55
3. 1. 2. 1. As biografias e o IHGB .....	58
3. 1. 2. 2. A história da arte .....	59
3. 1. 2. 3. A AIBA .....	62
3. 1. 2. 4. Textos .....	64
3. 1. 2. 5. A arquitetura .....	65
3. 1. 3. Torres Homem .....	66
3. 2. <i>La asociación de mayo</i> (Geração de 1837) .....	70
3. 2. 1. Gutiérrez .....	75
3. 2. 2. Echeverría .....	78
3. 2. 2. 1. El matadero: esboço de Facundo .....	84
3. 2. 3. Sarmiento .....	89
3. 2. 3. Alberdi .....	95
<b>4. As revistas</b> .....	<b>106</b>
4. 1. Revista <i>Niterói</i> .....	106
4. 1. 1. Os textos .....	111
4. 1. 1. 1. Primeiro volume .....	111
4. 1. 1. 2. Segundo volume .....	115
4. 2. Revista <i>La moda</i> .....	117
4. 2. 1. Os textos .....	123
4. 3. Conclusões preliminares .....	128
<b>5. Dois marcos político-literários</b> .....	<b>130</b>
5. 1. Confederação dos Tamoios .....	133
5. 1. 1. Os fatos .....	133
5. 1. 2. O poema .....	140
5. 1. 3. Interpretações e críticas .....	147
5. 2. Facundo: civilização e barbárie .....	149
5. 2. 1. Uma defesa do réu histórico .....	149
5. 2. 2. O texto .....	150
5. 2. 3. Interpretações e críticas .....	163
5. 3. Conclusões preliminares .....	167
<b>6. Considerações finais</b> .....	<b>170</b>
<b>7. Referências bibliográficas</b> .....	<b>179</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Diz-se que preocupações acadêmicas surgem do senso comum. Não são diferentes as curiosidades que motivam este trabalho.

O estudo das relações de poder, seja no âmbito político, seja no econômico, legitimadas através do discurso, foi o objeto principal da minha formação. Com o tempo, a ênfase foi dada à questão sócio-política, com a legitimação através da arte.

O interesse primeiro sempre foi o estudo do sentimento de pertencimento a uma coletividade política, com um mito de fundação, promessa de um futuro redentor e a necessidade de um salvador para trilhar o caminho correto ao sucesso de tal agrupamento.

Tal idéia de criação de um mito fundador pode encontrar um correspondente na antropologia: “etnogênese”. *Etnogênese* é a criação de um grupo de afinidade sangüínea, social ou mítica quando demandas sociais a exigem. Explicando através de exemplo: para saber quem deve ficar em quilombolas (agrupamentos de negros refugiados da escravidão) ou em aldeia indígenas<sup>1</sup>, é necessário voltar ao passado e pensar em qual é o ponto confluyente de todos os envolvidos. Alguns deles não são, necessariamente, filhos de ex-escravos ou de indígenas, mas sim, incorporados. Entretanto, para a entrada e permanência em quilombolas ou aldeias, faz-se necessária a sensação ou, ao menos, o discurso de que, de fato, se pertence a tais agrupamentos. Por isso “etno” e “gênese”: *etno*, pois no caso de quilombolas e indígenas, trata-se de uma união, a princípio, por etnia. Além disso, trata-se de gênese, ou seja, criação ou, em outras palavras mais cruas, *forjamento de um passado* que une. E esta criação tem uma finalidade no presente: a proteção do Estado.

O Estado moderno não forja, necessariamente, *etnogênese* com seus cidadãos: se poderia chamar o comportamento na versão ocidental de “mitogênese”. Também forja diversas formas de agrupar homens sob sua bandeira para vesti-los, educá-los e armá-los para que defendam sua elite<sup>2</sup> política e econômica. O mito do passado que faz com que cada

---

<sup>1</sup> Ambos os agrupamentos resguardados pelo Estado.

<sup>2</sup> O termo *elite* toma como referência a idéia, de Gaetano Mosca, de uma minoria organizada que exerce domínio sobre a maioria desorganizada, afinal, a sua desorganização faz com que “cada um dos membros da maioria tomado isoladamente [...] se vê sozinho face à totalidade da minoria organizada” (Mosca Apud Bottomore, 1974: 10). Além da idéia clássica de elite política e econômica, o termo aqui também abarca o campo que será analisado, o da literatura, cuja elite é composta pelos homens das letras: uma minoria organizada que exerce o ser domínio (simbólico) sobre a maioria desorganizada. Entretanto, por aqui bastará apenas essa primeira

indivíduo sinta o orgulho do pertencimento a determinado agrupamento sócio-político nas sociedades ocidentais tem a sua importância fincada no presente: a defesa do território, da pessoa do soberano e das riquezas do espaço determinado.

O Estado moderno precisa mudar uma seqüência histórica na escala de obediência dos homens: primeiramente a obediência religiosa, depois a obediência à dinastia e, por último, ao agrupamento nacional que culmina, no século XIX, no termo “Nação”. A organização burocrática do Estado moderno necessitava fazer da nacionalidade a primeira ordem a ser obedecida pelos homens. E para compreender o que é o *nacionalismo*, não é de se espantar que um dos textos mais eloqüentes seja de um português: “Nação” de José Gil.

O resultado de uma coletividade de indivíduos é a sociedade; o resultado de uma coletividade política é a *nação*. O que une tais indivíduos do agrupamento político é o “nacionalismo” (Gil, 1989: 280) e tal fator vem carregado de forte “carga emotiva” (Idem: 278) e se estabelece como “escatologia laica” (Idem: 288) através do artifício emotivo que faz a adaptação da sociedade às necessidades do Estado (Idem: 292).

O enunciado nacionalista é um eco vazio. “Poder nacional”, por exemplo, é uma ferramenta desprovida, a princípio, de qualquer conteúdo. O conteúdo é definido de acordo com as necessidades das elites dirigentes: abaixo do poder do rei, “os membros devem colaborar no trabalho dirigente da cabeça; esta coordena e dá unidade ao conjunto do corpo, etc.” (Idem: 283).

*Nação e pátria* não são o mesmo, por mais que a *nação*, na grande maioria dos casos necessite da solidariedade interna da pátria. A pátria pode ser comparada ao termo “povo” (Idem: 285) e carrega o maior peso emotivo do agrupamento social, afinal, a própria palavra deriva do termo “pai” (Idem: 284). Entretanto, a *nação* identifica-se, necessariamente, com a diferenciação de um agrupamento político de outro. Como já mencionado, o termo só se desenvolverá completamente no século XIX (Idem: 285), entretanto, o enunciado já começa a se estabelecer assim que os Estados modernos (as futuras *nações*) começam a tomar forma.

E se *pátria* deriva do termo “pai”, *nação* deriva do termo “nascimento”. Ou seja: cada cidadão é responsável pelos atos desta *nação*, seja como filho, seja como pai. Tais construções têm como interesse fornecer elementos para exigências de sentimento de pertencimento e

---

definição de elite de Mosca, afinal, “não entra em sua análise da classe política a influência que poderiam ter em sua formação e manutenção as próprias estruturas políticas, particularmente o Estado” (Carvalho, 1981: 24).

responsabilidade, sentimentos que são impulsionados por mitos de origens que devem satisfazer e fundamentar a identificação do corpo político, assim como garantir a obediência. Entretanto, os mitos de origem trazem uma segunda consequência: o projeto histórico, ou melhor, a realização futura (Cf. Idem: 286). E, assim, ambas trazem um terceiro: o inimigo a ser combatido.

Porém, apesar de parecer que o terceiro termo está um tanto distante dos dois primeiros (cujas imbricação é muito mais clara), os três elementos se confirmam mutuamente: sempre há “imagens de uma Idade de Ouro da qual convém redescobrir a felicidade de uma Revolução redentora que permite à humanidade entrar na fase final de sua história e assegura para sempre o reino da justiça. Apelo ao chefe salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva” (Girardet, 1987: 11).

Sendo assim, o espírito político-coletivo que começa a se formar com o Estado moderno e culmina na *nação* tem como princípios norteadores três questões: (1) o passado dourado, (2) o futuro prometido e, (3) o inimigo a ser combatido.

Destes três elementos, o mais presente é o terceiro, afinal, em geral, tratou-se do inimigo do rei. E o inimigo do rei passa a ser inimigo do corpo social. Um dos mecanismos de diferenciação dos agrupamentos sociais para a compreensão do *outro* foi, exatamente, a questão lingüística. Logo, uma longa tradição de publicação apenas em latim deu lugar à possibilidade de publicação em línguas acessíveis.

“Mais precisamente, é possível pensar que os dois fenômenos – o da formação do Estado e o da emergência das literaturas em novas línguas – nascem do mesmo princípio de ‘diferenciação’. [...] Nesse universo político em formação que se pode descrever como um sistema de diferenças – no sentido em que os lingüistas falam da língua como um sistema fonético de diferenças –, a língua desempenha evidentemente um papel central de ‘marcador’ de diferença. [...] Para lutar melhor umas com as outras, as nações centrais trabalham, portanto, para promover definições e especificidades literárias, que em grande parte também são traços construídos por oposição ou diferenciação estruturais” (Casanova, 2002: 54-5).

É importante notar, contudo, que a unificação lingüística de determinado corpo social sob a figura de um soberano não se fez intencionalmente, mas sim, graças à “interação explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade lingüística humana” (Anderson, 1989: 55).

Em 1500, 20 milhões de livros haviam sido impressos; enquanto que, em 1600, o número subia para 200 milhões. (Cf. Idem: 46). A grande questão é que, até então, havia a obrigação de publicação de livros em latim, época na qual os europeus não falavam mais latim. As linhas internas de comunicação de Roma eram muito melhores devido ao monopólio do latim na “indústria impressa”. Portanto, os grandes protagonistas na briga contra este monopólio foram os protestantes, tendo como expoente Lutero que escreveu um terço de todo o material em alemão publicado entre 1518 e 1525. Tal subversão literária fez com que Francisco I, rei da França, proibisse a impressão de qualquer livro sob pena de enforcamento (Cf. Idem: 48-9).

Entretanto, a empresa editorial tinha outro dilema que não era o religioso. A fragmentação lingüística era tal que as publicações não se faziam com total verossimilhança à forma falada. Havia certa arbitrariedade na maneira de agrupar os signos lingüísticos, afinal, nunca haviam sido impressos. As formas impressas eram, portanto, línguas que estavam abaixo do latim e permaneciam sobre as línguas vulgares, fazendo com que se compreendessem gentes que, caso tentassem comunicar-se verbalmente, não lograriam comunicação, mas que nos meios escritos se entendiam. Tal fator é o embrião da noção de comunidade “nacionalmente imaginada” (Idem: 53-4), que agora chegava às milhares ou milhões de pessoas.

É claro que a literatura em sentido amplo não foi a base para dar sentido unicamente ao confronto entre as gentes, mas também deu forma aos dois outros aspectos do nacionalismo: preencheu o passado histórico e o futuro redentor. Entretanto, a literatura como *legitimadora dos campos de disputa* foi, apesar de não ser a única, a mais consumida por homens para justificar a inversão na ordem de obediências.

Ao referir-se à literatura francesa, Girardet faz um enunciado importante acerca deste trabalho:

“Uma literatura imensa, sempre mais abundante, não cessou de levantar o mais minucioso dos inventários do confronto dos partidos, da oposição dos programas entre homens, da multiplicidade das doutrinas e da diversidade de seu enunciado. Não é menos verdade que, para além desse itinerário tão cuidadosamente balizado, basta por vezes a confrontação de certos textos, a emergência inesperada de certas formas de curiosidade, para nos vermos conduzidos para outros tipos de leitura. A iluminação modifica-se, novas perspectivas delineiam-se. Sem que nada tenha aparentemente mudado de lugar nas massas que o compõe,



é todo um horizonte histórico que tende a aparecer sob um ângulo diferente, a oferecer-se a outras abordagens” (Girardet, 1987: 141).

Bartolomé Mitre, argentino que foi futuro general, presidente e historiador do seu país, escreveu, em 1847, *Soledad*. Queria, com isso, iniciar a produção literária argentina, afinal, “os romances iriam ensinar ao povo a sua história, seus hábitos, que acabavam de se formular, e as idéias e sentimentos que vinham sendo modificados por acontecimentos sociais e políticos ainda não divulgados” (Sommer, 2004: 24). No caso do lado de lá de Tordesilhas, homens como Bolívar, San Martín e Rivadavia viam a América como o “espaço para realizar os desejos de um velho mundo corrupto e cínico, o espaço em que ‘romances’ domésticos e o ‘romance’ ético-político podiam se unir” (Idem: 30). Do lado brasileiro, tal voz, que entoava a necessidade do verso liberado do velho mundo e da América como palco de novas experimentações artísticas e literárias, é Ferdinand Denis, um francês que deu as bases para o movimento romântico brasileiro: “a América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos com ela mesma” (Denis, 1978: 36).

Ensinar ao povo a sua história; criar hábitos; realizar pensamentos novos e enérgicos: tarefas imprescindíveis da literatura sob o ponto de vista sócio-político. Entretanto, dizer que a literatura é apenas isso é um tanto redutor.

\*\*\*

Como compreender o empenho literário histórico? Há três momentos na literatura que, segundo Candido, devem ser distinguidos: as simples *manifestações literárias*, a *literatura como sistema* e a *literatura nacional*.

A *literatura como sistema*, ou seja, a possibilidade de um sistema literário pressupõe três fatores: (1) produtores literários, (2) os receptores e (3) mecanismos que permitem a transmissão (Candido, 2007: 25). Tais fatores fazem com que a *vontade* de fazer literatura ganhe alguma forma: escritores que têm em mente a possibilidade de publicação e um público receptor que, por sua vez, pode também escrever. A rede se estabelece e a literatura se torna uma possibilidade de expressão em escala maior: a escala que as possibilidades editoriais de cada época permitem.

Documentos mostram que no século XVIII já havia tentativas de estabelecer de forma mais consistente a literatura nacional brasileira. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1991: 80), em 1724, o padre Gonçalo Soares (um associado da academia dos *Esquecidos* e discípulo de

Gregório de Matos) havia lido um poema chamado *Brasília* ou *A Descoberta do Brasil*, de cujas páginas não há mais notícias. Segundo Antonio Candido (1967: 111), Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), também dos *Esquecidos*, escreveu uma história barroca sobre a natureza local que foi publicada de fato em Lisboa em 1730 com o título de *História da América portuguesa*.

De um dos expoentes de duas outras academias, a dos *Renascidos* e dos *Seletos* (Candido, 2007: 27), é de onde Antonio Candido tira a sua data para estipular o início da *literatura como sistema* no Brasil: os primeiros trabalhos de 1750 de Cláudio Manuel da Costa.

De volta às páginas de Sérgio Buarque, vê-se que em 1759, é o padre Domingos da Silva Teles, da já citada academia dos *Renascidos*, o inspirado pela necessidade de criação de uma epopéia nacional e propõe o seu projeto diante da sua academia. Esse projeto intitulado *Fábrica do Poema Brasileida* mostra Cabral não como um novo Vasco da Gama, mas como um Enéias ou como um Ulisses (1991: 82-3).

Todos estes intuitos resultam firmemente em duas obras que, depois de inaugurada a literatura como sistema, sistematizam a *literatura nacional*: *O Uruguai*, de 1769, de Basílio da Gama (1740-1794) e *Caramuru*, de 1781, do Frei José de Santa Rita Durão (1722-1783). Sistematização de uma literatura que só se tornará, de fato, brasileira, com Machado de Assis.

Pode-se observar simples *manifestações literárias*, *literatura como sistema* e *literatura nacional* na Argentina? Antonio Candido formulou essa seqüência de etapas no estudo da literatura brasileira, mas ela possui um grau de abrangência que permite sua utilização no caso argentino.

Quando se lê sobre a história da literatura da América hispânica, percebe-se que algum tipo de sistema de comunicação por meio de livros é impulsionado por volta do século XVI com os jesuítas. Mas a *literatura* (propriamente dita) *como sistema* se estabeleceria mais ou menos na mesma época que a literatura brasileira.

Não é de se estranhar que uma *rede editorial*, ou ainda, *editoração como sistema* tenha surgido cerca de dois séculos antes na parte espanhola da ocupação americana do que na parte portuguesa pelo próprio tipo de colonização. Um exemplo da diferença: a primeira universidade na América castelhana data de 1538, em São Domingos (Holanda, 1991: 98),

enquanto que cursos de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador são criados em 1808, seguidos pela Academia Imperial de Belas Artes de 1816 e, enfim, dois cursos jurídicos em São Paulo e Recife no ano de 1827 (Cf. Prado, 2004: 107). Onde há universidade, é necessário que haja uma rede editorial. Se no Brasil se proibiu a criação de universidades por temor da possibilidade de ascensão da colônia, na parte Espanhola o que ocorreu foi exatamente o esforço oposto. “Sabe-se que, já em 1535, se imprimiam livros na Cidade do México” (Holanda, 1995: 120) e em 1584, a capital peruana já tem permissão da coroa para impressão.

Segundo Ibáñez, na Argentina, é notável o enriquecimento espiritual fornecido pelas ordens religiosas, especialmente dos jesuítas, na “chegada de viajadores que relatavam memórias descritivas, que foram de utilidade para obter dados sobre a geografia, o ambiente, a sociedade e diversos aspectos da vida entre os séculos XVI e XVIII” (1975: 139)<sup>3</sup>. A preocupação na criação de uma rede de livros informativos era tal que as publicações dos missionários eram traduzidas para idiomas indígenas também. Entretanto, esta *rede editorial* não se tratava de *literatura* no estrito sentido do termo, afinal, versava sobre “história e variados aspectos científicos – matemática, astronomia – como também a importância medicinal das ervas autóctones” (Ibáñez, 1975: 193).

Isto não significa que não houve *manifestações literárias* no território que viria a se configurar como Argentina. Os anseios que o Brasil apresentava no século XVIII para a criação de um poema épico também surgiam na Argentina: para a exaltação da região rio-platense, primeiramente com o “Romance elegíaco” (Ibáñez, 1975, tomo I: 140) de Luis de Miranda, escrito entre 1541 e 1545 em Assunção, por mais que ninguém hoje o recorde como poeta. Um segundo se trata de um jovem bávaro chamado Ulrico Schmidel que escreve um gênero narrativo. Por fim, uma terceira manifestação literária a se constar é o poema de Juan Ortiz de Zárate, chamado *Argentina y conquista Del Río de La Plata, con otros acaecimientos de los Reynos Del Perú, Tucumán y estado Del Brasil* publicado em Lisboa<sup>4</sup> no ano de 1602 (Cf. Idem, 140-3).

O Barroco, ainda com expoentes como Góngora e Quevedo, é alvo de crítica pelos seus excessos. A corrente posterior ao Barroco é o Neoclassicismo. Tal corrente passa a ter grande influência da Argentina com a expulsão dos jesuítas em 1767. E um dado relevante

---

<sup>3</sup> Traduções minhas ao decorrer deste trabalho.

<sup>4</sup> Convém lembrar que se trata do período de união ibérica.

para estabelecer o início do sistema literário argentino é um estilo de escrita que se converte em outra linguagem, contudo, que é de extrema importância para este país: o teatro.

Em 1817, por exemplo, “um grupo de homens de letras fundava em Buenos Aires a *Sociedad del buen gusto en el teatro* [...]. O lema da sociedade era pôr a literatura ao serviço do povo e da liberdade da América” (Romero, 2004: 59). Os textos de *La moda* são um bom exemplo do valor do teatro na Argentina.

Um marco literário importante, presente nos textos históricos sobre Argentina, é a estréia, em 1789, da peça *Siripo*, de Manuel José de Lavardén (1754-1809). A partir desta data, a literatura que já tinha conseguido estabelecer redes importantes de missionários, leitores e maquinaria de impressão, ganha um formato de expressão artística com esta primeira tragédia argentina. Agora não mais com *missionários*, mas com escritores, receptores e mecanismos difusão. Depois de *Siripo*, outras tragédias passaram a ser escritas; o peso à manifestação artística dos argentinos passou a ter algum significado intensificado diante do peso dos livros informativos e, posteriormente, dos livros sobre política e economia.

Entretanto, se o início da formação da *literatura como sistema* aqui é definida em datas próximas no caso brasileiro e argentino (1750<sup>5</sup> no Brasil e 1789 na Argentina), a *literatura nacional* argentina ainda esperaria um século para ter obras literárias como marcos iniciais em relação ao Brasil. Alguns consideram Domingo Sarmiento aquele que inaugurou a literatura nacional, o que não retardaria tanto a data; contudo, “*Martín Fierro* é para os argentinos o que a *Chanson de Roland* para os franceses e o *Cantar de Mio Cid* para os espanhóis, isto significa, o poema épico nacional” (Altamirano, 1997: 202).

*Martín Fierro* (*El gaucho Martín Fierro*) data de 1873, cuja autoria é de José Hernández (1834-1886). Parece que, incontestavelmente, foi a obra que demarcou finalmente o início de uma literatura nacional tipicamente argentina. Mas há controvérsias: a Argentina é o país das disputas eternas, conflitos infundáveis tanto no XIX quanto no XX, logo, demarcar *Martín Fierro* seria unicamente acabar com qualquer dúvida de haver uma obra que tenha sido capaz de exprimir o que há de único e particular nos argentinos, entretanto, ninguém deixaria de lado aquele que alguns considerariam o grande pai da nação rio-platense:

---

<sup>5</sup> Candido demarca 1750 para finalidades acadêmicas na introdução de *Formação da literatura nacional* e, com relação à Argentina, se fará aqui o mesmo, sem ignorar que se trata de um processo de longo prazo. A sistematização da literatura brasileira ocorre no período de 1750 a 1880, especialmente, quando se forma e se fomenta a consciência nacional: 1º - percepção da realidade local, 2º - valorização dos índios, 3º - desejo de contribuição para o progresso do país, 4º - incorporação de padrões europeus (Cf. Candido, 2007: 70-71).

Domingo Sarmiento. Portanto, a literatura nacional argentina pode apresentar, como no Brasil, dois marcos inauguradores: *Facundo: civilização e barbárie* de 1845 e *Martín Fierro* de 1873.

Depois da formação da *literatura como sistema*, a exigência da inauguração de uma literatura nacional e um corpo sólido às relações literárias e de legitimação, expoentes e correntes começam a formar-se em uma rede dialógica. Os sistemas literários de ambas as nações, já formados, exigiam que a literatura fosse encorpada pelos ideólogos que viriam a compor os campos da arte. No caso brasileiro, tal exigência surge em 1826, com *Resumo da história literária do Brasil*, de Ferdinand Denis (Candido, 2007: 330-331). No caso argentino, a exigência inicial é feita pelos próprios protagonistas: no salão literário, onde houve a inauguração do grupo argentino que ficou conhecido como *Generación de 1837*, no discurso inaugural na livraria de Sastre, Juan María Gutiérrez se propõe a “dizer quais sejam os objetos a que a inteligência do povo argentino deve se contrair; qual deve ser o caráter da sua literatura” (Pietro, 1967: 30).

No Brasil, forma-se um grupo que ficou conhecido como *Grupo de Paris* e era formado por Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Manuel Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), João Manuel Pereira da Silva (1817-1895) e Cândido de Azeredo Coutinho (?-1878); na Argentina, a chamada *Generación de 1837* foi formada por personalidades como Juan Bautista Alberdi (1810-1884), Esteban Echeverría (1805-1851), Juan María Gutiérrez (1809-1878), Vicente Fidel López (1772-1850) e Miguel Cané (1812-1863). Posteriormente, se juntaram José Mármol (1818-1871) e Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888). Estas gerações redundaram em instituições de grande importância na vida cultural do Brasil e na ação política argentina.

Em 1836, o grupo denominado *Grupo de Paris*, funda uma revista: *Niterói, revista brasiliense de ciências, letras e artes*. É, sem dúvida, um dos marcos iniciais mais importantes do romantismo. *Niterói* é feita em Paris, em português (com exceção do primeiro texto de Monglave da segunda edição, em francês), e só foram lançados dois números pela *Dauvin, et Fontaine, Libraires*. Os temas variavam entre filosofia, artes, química, física, música, economia e as modernas técnicas de extração de açúcar. A revista era extremamente heterogênea, como se pode notar, além de apresentar um forte caráter amador e de improvisado.

Na relação com a França, três franceses se fazem notar: quem apadrinhou a revista foi François de Monglave (Cf. Pinassi, 1997: 114); é notável a importância de Jean Baptiste Debret, seja na estadia de Porto-Alegre na França, seja na Academia Imperial de Belas Artes (Cf. Gomes Júnior, 1998: 34); e Ferdinand Denis (1798-1890), que acabaria se tornando o intermediador necessário para aqueles que quisessem conhecer um pouco do Brasil na França. Com a presença desses nomes na formulação da revista, talvez se justifique a pretensa necessidade de abraçar tudo: o intuito era a renovação do espírito romântico no Brasil; não só nas letras, mas nas artes em geral.

Voltando para o Brasil, Porto-Alegre e Magalhães se envolvem com outro projeto de grande importância para a cultura brasileira no século XIX e se tornam os dois primeiros grandes nomes do romantismo: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Havia várias instituições na década de 20 e no início de 30, como a SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional), que eram fruto da vontade de centralização do Estado. De dentro da própria SAIN, surge a idéia de criar o grêmio carioca que viria a ser o IHGB, fundado em 21 de outubro de 1838.

As funções do instituto eram “colligir, methodizar e guardar” (RIHGB, 1839/I Apud Schwarcs, 1993: 99). Em outras palavras, construir a história da nação, solidificar mitos de fundação e ordenar fatos dispersos; além de uma função secundária de consagrar a elite local com sua história regional: “Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação” (Idem: 104).

Outras figuras de destaque foram Gonçalves Dias (1823-1864), Alfredo d’Escagnolle Taunay (1843-1899), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Francisco Varnhagen (visconde de Porto Alegre) (1816-1878), esses dois últimos muito importantes na discussão sobre o indianismo com os românticos. Varnhagen seria uma espécie de *inimigo do indianismo brasileiro*, por “deplorar a presença indígena” (Squeff, 2004: 227) na sua *História geral do Brasil*.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o exemplo de instituição em que fica mais claro o interesse do império (Idem, 1998), afinal, 75% da verba vêm do governo, além de contar com a presença do imperador em pessoa muito comumente. D. Pedro II preside 506 sessões apenas entre 1859 e 1889. Comparando com a sua participação na câmara, que

geralmente acontecia unicamente no começo e no final do ano, pode-se perceber o caráter mecenas do Segundo Reinado. Com o IHGB, o romantismo se torna “projeto oficial”.

O ápice do *projeto* literário-nacional institucionalizado é em 1856, quando Magalhães publica *Confederação dos Tamoios*. O financiamento de D. Pedro II nessa publicação foi direto e, apesar de não ser um sucesso de venda e de não apresentar um valor literário muito elevado, possui um grande valor histórico, um valor que mostra o vínculo institucional do movimento literário preponderante da época. Este livro apresenta tudo o que queriam os homens ligados aos ideais da época: a exaltação exuberante dos índios, o elogio à majestade e à crença no sucesso da nação. Em recompensa, Magalhães recebe o título de barão e visconde de Araguaia, além da participação no Colégio D. Pedro II e na defesa direta ao imperador dos ataques de José de Alencar.

A outra instituição brasileira de suma importância no ideário de nação do século XIX também surge a partir do grupo de 1836: a Academia Imperial das Belas Artes (AIBA).

O governo de D. João VI funda em 12 de agosto de 1816 a *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*. A idéia de criação de uma academia ainda demoraria 10 anos para se consumir e diversas intempéries aconteceriam durante esse tempo. Dois personagens importantes saem de cena nesse período: Lebreton morre em 1819 e Nicolas-Antoine Taunay volta para Paris em 1821, mas em 5 de novembro de 1826, a AIBA finalmente ganha forma institucional e é dirigida por Henrique José da Silva, um português, até 1834. Porém, a Academia tem por pilar três franceses. Dois eram da confiança de Lebreton: Jean Baptiste Debret (1768-1848) e Grandjean de Montigny (1776-1850), e um dos filhos de Nicolas-Antoine Taunay: Félix-Émile Taunay (Gomes Júnior, 2003).

Félix-Émile Taunay (1795-1881) assume a direção da Academia de 1834 a 1851. Nesse período a instituição se consolida. As elites do Brasil ganham voz dentro da Academia. Na solenidade do dia 12 de dezembro de 1840 em que comparecia D. Pedro II, Taunay lhe diz:

“Senhor! São as Belas Artes instrumentos de civilização e de glória; e, como tais, elas, não menos que as ciências e as letras, merecem proteção aos soberanos, nem tão pouco se pode dizer que no Rio de Janeiro elas se achem em estado de desamparo e orfandade” (Santos, 1996: 133).

O discurso de Taunay era político e doutrinário, visava à glória nacional, projeto no qual os artistas poderiam ser de grande utilidade. Deveriam ser aproveitados pela associação política. Taunay pedia a presença do imperador nas dependências da AIBA, pois isso exaltava a ambição dos mestres e alunos. Também falava da importância das encomendas dos trabalhos da instituição. Em 1854, Araújo Porto-Alegre assume a direção da instituição por intervenção direta do imperador, substituindo o diretor que havia tomado posse em 1851: Job Justino de Alcântara Barros, vice de Taunay que havia assumido interinamente (Gomes Júnior, op. cit.: 74).

Mesmo com o novo diretor, a instituição não conseguiu se livrar das características patrimonialistas e de manobras familiares, mas tornou-se mais nacional. Os brasileiros deixam de ser coadjuvantes. Entram em cena três pintores de suma importância: Victor Meirelles e Pedro Américo, que ganham importância a partir de 1860, e João Zeferino da Costa, já no final do Império. Porto-Alegre amplia o espaço da pinacoteca, mas não adquire verba para a realização de qualquer exposição. Elevou ainda mais a supremacia da pintura histórica. Para ele, o objetivo que os artistas tinham de ter em mente era perpetuar os feitos históricos de relevância nacional: deveriam cultuar a pátria, trazer à tona as narrativas brasileiras e consagrar a moral e as virtudes.

\*\*\*

A *Generación de 1837*<sup>6</sup>, grupo argentino formado à época da ditadura de Juan Manuel de Rosas (1793-1877), tem características bastante diversas às do *Grupo de Paris*. Foi o grupo de intelectuais mais importante do século XIX da Argentina, formado por jovens entusiasmados com a idéia de criação da nação argentina e, com isso, pensaram em uma sociedade literária.

As reuniões da “juventude apaixonada pelo belo e pela liberdade” (Gutiérrez Apud Shumway, 2005: 145) começaram na livraria de Marcos Sastre em Buenos Aires (que acabou ficando conhecida como *Salón literario*) em maio de 1837. Primeiramente, foi conhecida como “La asociación de la joven generación argentina” e também por “La asociación de mayo”. O último nome era inspirado no mês de maio de 1810, quando houve o movimento de independência e, segundo Shumway, pretende deixar claro que os erros do passado devem ser

---

<sup>6</sup> Dados sobre a *Generación de 1837* obtidos de Shumway, 2005: 131-205.



compreendidos para que uma Argentina promissora possa ser exequível após os estragos da ditadura de Rosas.

O grupo se forma, apesar do inicial caráter entusiástico pelo futuro, com uma visão pessimista que, à época, poderia ser chamada de realista: pensavam sobre o fracasso da unificação argentina, sobre a impossibilidade de liderança e de representação derivada da nefasta ação dos caudilhos<sup>7</sup>. Além da visão realista, havia a visão ora chamada de “protopositivista”<sup>8</sup> que também influía na melancolia da análise dos integrantes sobre a nação: o problema da terra e da raça. Um terceiro elemento, este uma “atitude tão parricida” (Shumway, 2005: 178) nacional, era a certeza de que as chagas argentinas eram devidas à colonização atrasada da contra-reformista Espanha. Sendo assim, estes ideólogos diagnosticavam problemas para criar um *programa* de desenvolvimento pautado em modelos próprios<sup>9</sup>, revelando descrença no caráter redentor de modelos já criados. Echeverría menciona na primeira leitura do salão literário:

“Representantes, jornalistas, ministros, cuidavam mais de fazer alarde de uma instrução fácil, de professar opiniões alheias e citar autores do que de aplicar ao discernimento de nossas necessidades morais e políticas a luz da sua própria reflexão. [...] Nossos sábios, senhores, estudaram muito, mas eu busco em vão um sistema filosófico, parto da razão argentina e não o encontro; busco uma literatura original, expressão brilhante e animada de nossa vida social, e não a encontro; busco uma doutrina política conforme nossos costumes e condições, que sirva de fundamento ao Estado, e não a encontro” (Echeverría Apud Prieto, 1967: 14-6).

Valorizavam o peso das idéias sobre o processo histórico e, por isso, organizaram e sistematizaram letras, leis e crenças. Por meio das idéias e das palavras adequadas, a Argentina poderia salvar-se dos enganos do passado e ser uma nação gloriosa.

Tem-se como um marco inicial das idéias da geração de 1837 o *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, escrito por Juan Bautista Alberdi. De fato, tal “fragmento” (como chamado pelo próprio autor), mesmo tendo sido escrito antes da formação do grupo, é uma

<sup>7</sup> Caudilho: “ainda que muitas vezes fosse um grande fazendeiro, o caudilho confundia-se, pela sua vida rude e pelas qualidades pessoais de coragem e destreza, com seus seguidores, aos quais, no entanto, tratava com indiscutível autoridade. Os caudilhos representavam sempre interesses regionais; portanto eram, em sua grande maioria, ardorosos defensores do federalismo como forma de organização política” (Prado, 1994: 41).

<sup>8</sup> Shumway e Sommer utilizam a expressão “protopositivista” para classificar os textos sarmientanos. Convém ressaltar que tanto a noção de “proto” como de “pré” provém de uma concepção teleológica da história. Comte começa seus trabalhos em 1826, entretanto, não se encontrou, nesta pesquisa, qualquer referência ao pensamento comtiano.

<sup>9</sup> O que redundou em uma contradição, pois, como se observará, o diagnóstico posterior da geração de 1837 foi a necessidade de criar uma *Europa na Argentina*, inclusive para servir de exemplo às outras nações como melhor cópia da civilização européia e norte-americana.

peça importante para compreender os intelectuais argentinos de 1837. Primeiramente é interessante enfatizar o caráter progressista no que diz respeito à idéia de educação cívica orientada para as bases da sociedade, o que difere muito do grupo brasileiro de 1836. Segundo Shumway,

“admitindo a sua dívida com Savigny, Alberdi abre o *Fragmento* dizendo que o direito é mais do que ‘uma coleção de leis escritas’. Antes, contudo, é ‘a constituição mesma da sociedade, a ordem obrigatória em que se desenvolvem as individualidades que a constituem’ (Alberdi, *Obras Completas*, I, 103-104). Por consequência, o único governo possível em uma sociedade dada deve surgir dessa sociedade, não de teorias impostas de cima, já que ‘o elemento jurídico de um povo se desenvolve em um paralelismo fatal com o elemento econômico, religioso, artístico, filosófico desse povo’ (104). ‘Conhecer, pois, leis’, continua Alberdi, ‘não é saber direito’, porque as leis não são mais do que a imagem imperfeita, e frequentemente desleal, do direito que vive na harmonia viva do organismo social (105). A partir destas premissas, Alberdi afirma que uma nação viável pode formar-se apenas em concordância com esse direito orgânico que surge do próprio povo” (2005: 141-2).

Porém, Alberdi incorre em algo que posteriormente seria considerado destoante: vê Juan Manuel de Rosas como a transição necessária para a democracia. Afinal, se alguns o acusavam de obtuso pela sua pouca instrução, Alberdi argumenta que o que ele apresentava, na realidade, era uma sabedoria espontânea. Por isso, o vê como uma promessa de algo que possa se tornar autenticamente argentino, expressão do espírito do país. Porém, dois anos depois, Alberdi já foge para Montevidéu e se une aos outros componentes da *Generación de 1837* na tarefa de derrubar o governo rosista.

O principal escrito de Alberdi data de 1852, onde retoma boa parte do *Fragmento* e serve de base à constituição de 1853: *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*.

Assim como o *Grupo de Paris*, a *Generación de 1837* foi marcada pela fundação de uma revista: *La moda: gacetín semanal de música, de poesía, de literatura, de costumbres*. Há controvérsias a respeito da interpretação da revista que aparentemente visava informar sobre moda, artes letradas e musicais tanto da Europa quanto de Buenos Aires: para Shumway, o conteúdo era, de fato, trivial para distrair a atenção do governo rosista e preservar a vida dos integrantes do grupo. Vicente Quesada também entende o conteúdo da revista como à parte de questões políticas. Em contrapartida, para Antonio Zinny, era uma sátira contra o governo rosista.

Boa parte da produção da *Generación de 1837* foi escrita no exílio. Em 1841, estavam todos fora do país.

À formação inicial do grupo se juntaram diversos nomes, dos quais convém ressaltar José Mármol, que escreveu *Amalia*, obra publicada inicialmente em folhetim. Outro seria Domingo Sarmiento, aquele que teve a atuação sócio-política mais destacada, como fundador de escolas, Ministro da Educação e Presidente da República. Sua obra mais importante foi *Facundo: civilização e barbárie*, cujo título original é *Civilización y barbarie: vida de Juan Facundo Quiroga*, de 1845.

Sarmiento não é de Buenos Aires: tem uma origem humilde na província de San Juan. Foi um autodidata que apresentava seus preceitos positivistas em boa parte de seus escritos, entre eles, um texto, que posteriormente se tornou bastante infame, publicado no periódico *El progreso* do dia 27 de setembro de 1844, no qual se lê:

“Porque é preciso que sejamos juntos com os espanhóis; ao exterminar a um povo selvagem cujo território iam ocupar, faziam simplesmente o que todos os povos civilizados fazem com os selvagens. [...] Mas graças a esta injustiça, a América, em lugar de permanecer abandonada aos selvagens, incapazes de progresso, está ocupada hoje pela raça caucásica, a mais perfeita, a mais inteligente, a mais bela e a mais progressiva das que povoam a Terra. [...] Assim, pois, a população do mundo está sujeita a revoluções que reconhecem leis imutáveis; as raças fortes exterminam as fracas, os povos civilizados suplantam na possessão da terra os selvagens. Isto é providencial e útil, sublime e grande” (Sarmiento, 1948, vol. II: 217-8).

O papel político de Sarmiento como expoente argentino é emblemático na comparação os expoentes brasileiros. Sarmiento se uniu às filas de Urquiza contra Rosas. Rosas exercia um governo que se dizia federalista<sup>10</sup>, porém, os unitários dos anos de 1848 a 1850 começam

---

<sup>10</sup> Os termos “federal” e “unitário”, na Argentina, são de compreensão um tanto difícil. O termo *federal* surge no país com o federalismo norte-americano que inspira toda a idéia de livre comércio que, na Argentina, pode ser traduzido como *livre navegação dos rios* independente de Buenos Aires. Significaria liberdade para cada região de produzir, vender e comprar sem a mediação de um órgão central que tirasse vantagem de todas as transações econômicas. Entretanto, a idéia de “federalização” nesta região, que hoje compreende o território argentino e um pouco mais, vai ao encontro das necessidades de grupos caudilhos que detêm o poder sobre determinada região, exercendo uma influência maior do que o governo central. Assim sendo, a contrariedade a um governo centralista não diz respeito a uma luta contra um poder monopolizador, mas sim, ao fortalecimento de poderes locais: os caudilhos. Logo, todos aqueles que disputaram a primeira hegemonia na Argentina se diziam “federais” e, neste caso, o eram: defendiam os interesses da sua própria região. Entretanto, com a “Era da Federação” de Rosas que submeteu a todas as províncias, tal problemática ficou mais evidente para todo o país, afinal, defender os interesses da elite portenha significava defender o porto de Buenos Aires como intermediador e único beneficiado com as transações comerciais das *Provincias Unidas*. Por mais contraditório que possa parecer, o *federal* Rosas foi um dos maiores responsáveis pela concentração de riquezas em Buenos Aires, enquanto aqueles que viriam a ser conhecidos como *unitários* posteriormente defendiam a necessidade de acabar com o poder local e estabelecer uma nação que, com um governo central, é capaz de diminuir as discrepâncias de

a denunciar essa nomenclatura como palavreado que escondia a hegemonia de Buenos Aires sobre a Argentina. Em meio às disputas entre unitários e federais, Justo José Urquiza pede um governo constitucional mesmo com Rosas. Quando, em 1850, o Brasil rompe com Buenos Aires e forma uma aliança com o Paraguai, Urquiza se une aos brasileiros e se rebela contra Rosas. Contando com o maior exército formado até a época na América do Sul, estando Sarmiento nas suas fileiras, Urquiza derruba Rosas. Porém, depois de derrubar Rosas, Urquiza se torna o seu defensor, protegendo a sua propriedade, a sua pessoa e lhe enviando dinheiro para exilar-se. Além de ter tido uma política de apoio ao governo rosista antes do embate, Urquiza decidiu seguir usando a bandeira vermelha do federalismo. Com o ego ferido por ter sido apenas nomeado como cronista da campanha, Sarmiento utilizou a desculpa da insígnia federalista para chamar o então presidente da Confederação Argentina de “el nuevo Rosas”.

Sarmiento percebia, acertadamente, que a legitimação política argentina se realizava através das armas, ou seja, da luta com as bases, contra a tirania. Devido a isso, o título de cronista oficial da luta contra Rosas não o legitimaria como personalidade política por excelência na Argentina. Sarmiento queria entrar na luta militar, pois assim ele conseguiria maior prestígio (Idem: 190). Não escondendo suas aspirações, diz a seu companheiro Juan Posse: “Apresente-me sempre como o campeão das províncias de Buenos Aires; e como provinciano aceito por Buenos Aires e pelas províncias; único nome argentino aceito e estimado de todos: do governo do Chile, do Brasil, com quem estou unindo uma estreita relação, do Exército, dos federalistas, dos unitários, fundador da política de fusão dos partidos, como resulta de todos meus escritos” (Sarmiento Apud Shumway, 2005: 190).

No caso argentino, a busca por legitimidade política sob um comando autoritário força os sujeitos envolvidos, naquilo que vingaria em fins do século XIX como projeto nacional, a compreender duas coisas: a primeira delas é qual é a ferramenta legitimadora no campo político, que, no caso, era a luta armada contra a ditadura. Em segundo lugar, a necessidade de decifrar o problema argentino (o comando por exércitos caudilhos ao invés da adoção de um ideal republicano). Os textos tinham a necessidade de demonstrar e delatar quais eram as chagas nacionais, entretanto, distinguindo-se das velhas idéias, fórmulas e, inclusive, formas de escrita. Assim, poderiam impor-se como porta-vozes do novo dentro do novo mundo.

Em 1853, todas as províncias assinam a constituição da nação, exceto Buenos Aires, afinal, a constituição estabelecia Paraná como a capital. Tal constituição tem como alicerce

---

riqueza e promover o avanço econômico de cada região, especialmente, através do livre comércio (“dos rios”, que era o grande tema da época).

*Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* de Alberdi.

A partir de 1859, as tropas de Urquiza não conseguem se manter com a pressão do exército de Mitre e em 1862 o choque entre as respectivas tropas na batalha de Pavón devolve a hegemonia a Buenos Aires e entrega a presidência a Mitre. Começa o período “chave da história argentina”, segundo Romero (2004: 97), que vai de 1862 a 1880, tendo, neste ínterim, a presidência de Domingos Sarmiento de 1868 a 1874.

\*\*\*

As revistas mencionadas acima foram marcos para a fundação de ambas as gerações. *Niterói*, para a *Geração de Paris* e *La moda* para a Geração argentina de 1837. O tecido dialógico interno e os primeiros intentos de lograr os interesses de cada grupo estão, de alguma maneira, esboçados nessas duas revistas. Compará-las é, pois, o primeiro objetivo deste trabalho.

A comparação segue com dois marcos literários: *Facundo: civilização e barbárie* de Domingo Sarmiento e *Confederação dos Tamoios* de Domingos Gonçalves de Magalhães.

E por que fazer uma comparação entre estas duas obras e não, por exemplo, *Facundo* e *Iracema* de José de Alencar (1829-1877), uma vez que se analisam os projetos nacionais vitoriosos do século XIX no Brasil e na Argentina?

Apenas na Biblioteca Nacional Argentina, é possível encontrar 99 edições do livro de Sarmiento, enquanto *Confederação dos Tamoios* conta com apenas três: a edição de inauguração de 1856, outra em 1864 e uma última em 1994. Contudo, ambas as obras formularam bases sistemáticas sobre o que deve ser incluído e o que deve ser excluído em cada país. O caso brasileiro elegeu questões não-cientificistas: os indígenas convertidos, os bons portugueses etc. A trama argentina, *Facundo*, pelo seu cientificismo, é mais simples: as sub-raças devem ser excluídas<sup>11</sup>.

Não se pretende comparar a importância que Sarmiento teve para a Argentina com a bastante inferior importância que Magalhães teve para o Império. A comparação, confessadamente um tanto artificial, se deve à coincidência histórica e ao fato de a historiografia ter conferido a estes autores o status de *criadores de tradições*.

---

<sup>11</sup> Posteriormente, o Brasil passa também a ter a preocupação com a raça, mas a Argentina foi pioneira na questão científico-racial.

Além disso, esta pesquisa privilegiará os expoentes em cada campo com seus maiores articuladores. Magalhães foi um dos grandes articuladores da literatura brasileira do século XIX, e além de articulador, escreveu o que foi considerada a inauguração do romantismo no Brasil, (*Suspiros poéticos e saudades*, de 1836, junto com a revista *Niterói*); e por mais que não tenha obtido êxito com sua obra de 1856, segundo Schwarcs, ela “era aguardada como o grande documento de demonstração de ‘validade nacional’ do tema indígena” (1998: 132). O próprio Alencar, sob o pseudônimo de *Ig* utiliza ironias ao se referir à obra de Magalhães que desagradam o imperador, o qual escreve, ele próprio, em defesa de Magalhães sob o pseudônimo de *O outro amigo do Poeta* (Cf. Schwarcs, 1998: 134).

Gonçalves de Magalhães e Porto-Alegre são os grandes primeiros articuladores dos temas nacionais e com forte vínculo institucional. Os temas continuam sendo importantes, como, por exemplo, o indianismo: este grande achado de enobrecimento à brasileira. Entretanto, a obra de Magalhães é uma obra *árcade*, uma obra que em sua *forma* refletia uma volta ao passado. É uma obra, cuja *forma* de literatura busca o progresso em modelos que estariam em decadência, reflete um fato muito importante da época de sua publicação, qual seja, o império brasileiro: uma *forma* de governo monárquica que buscava o progresso artístico em meio a repúblicas latino-americanas em pura efervescência causada pelo entusiasmo das revoluções americana e francesa.

Os primeiros articuladores brasileiros de idéias basilares de nação perdem espaço para autores, como, por exemplo, Alencar, que percebe a maior eficácia do romance em face da poesia. Lições importantes permanecem no tempo, contudo, os atores mudam.

Na Argentina, o panorama é diferente. Ao contrário de uma elite letrada que permanece à sombra do poder, como no caso brasileiro, a elite letrada argentina tem a necessidade de derrubar o poder. É a própria forma como ocorreu a independência argentina determina muito do *habitus* nos campos de mando: trata-se da necessidade de organização do espírito patriótico e militar através de uma literatura que seja acessível, que pode ser impressa em folhetim e será lida. Sendo assim, apesar do exílio de todos os homens letrados da Argentina, a grande diferença que justifica a comparação de obras tão diferentes como *Facundo* e a *Confederação dos Tamoios* é que os homens que começaram o projeto progressista argentino foram os mesmos que o realizaram ao fim. E os métodos e meios, assim como forma de escrita, foram uma constante.

Aqui, prevalece o interesse do sociólogo sobre o que se pode apontar como erro de crítica literária: os objetos de análise privilegiam os que iniciaram a articulação das respectivas literaturas nacionais e seus respectivos marcos maiores, por mais destoantes que possam ser no campo da interpretação literária.

\*\*\*

Por fim, se faz necessário esclarecer o momento histórico no qual se formaram ambas as gerações. Apesar de este trabalho abraçar um período bastante largo da história dos dois países, quando da formação das gerações, uma falsa impressão sobre uma possível paz territorial no Brasil e a incessante guerra civil na Argentina pode ter ficado pela ênfase que se dá, neste texto, ao fato de a elite se construir à sombra do poder no Brasil, aguardando a maioria do rei e obtendo êxito quando ele, de fato, entra na cena política. A redoma que os protegia e que resultou no ato de ignorar o momento de possível desagregação territorial pelo qual o Brasil passou na Regência não significa que o Brasil fosse muito diferente da Argentina no que diz respeito às lutas intestinas.

No caso da Argentina, como se observará no capítulo seguinte sobre a independência, pode-se observar como as lutas internas acabaram criando, naqueles que estavam na cena política e, inevitavelmente, também estavam nas letras e no exílio, um *modus operandi* ou, por assim dizer, um *habitus* que significa uma postura guerreira, uma prontidão para o combate.

No caso brasileiro, no hiato entre o Primeiro e o Segundo Reinado, a guerra civil também foi uma realidade que ameaçou a integridade do território brasileiro durante toda a Regência, momento em que se consolidou o *Grupo de Paris*. Um dos responsáveis pela manutenção do Império foi Duque de Caxias (1803-1880), cuja participação na Guerra do Paraguai como comandante-chefe também merece destaque. O grupo não estava à parte da questão da integridade territorial e o próprio Magalhães, como se verá, foi acompanhante do Duque do Maranhão ao Rio Grande do Sul.

*Patriota*, antes da independência, era um termo que possuía uma conotação jacobina, dada a necessidade vista em terras brasileiras de manter-se unido à metrópole. A partir da independência e, especialmente durante o hiato entre o Primeiro e o Segundo Reinado, talvez fosse o sentimento necessário cuja ausência mais assustava as elites do país, exatamente pelo caráter jacobino das revoltas que abalavam o território da pátria. Ao contrário dos Estados

Unidos que, segundo Stuart Mill, tudo era classe média (Cf. Buarque, 1977: 85), a lacuna de uma massa média que desse sustentação às aspirações da burguesia e das elites temerosas da haitinização fez com que Justiniano da Rocha escrevesse algo e “logo chegara a ser voz corrente que, ‘por mais liberal que fôsse o português em sua terra, no Brasil era perfeitamente *corcunda*’, isto é recolonizador e absolutista” (Idem: 79).

As revoltas ocorridas variariam de ideologia, ora sendo contra o poder central do Rio de Janeiro e tentando dar legitimidade a Lisboa, tratando diretamente com ela, ou de cunho nativista e separatista. Não só a repressão militar, mas também a demissão de funcionários que pudessem ter contribuído com os inimigos internos era uma ferramenta eficaz, como, por exemplo, na rebelião baiana (Cf. Idem: 81) de 1821 a 1823.

A desintegração poderia ser uma realidade, entretanto, para acalmar os ânimos daqueles que erguiam o Império, também era uma realidade indiscutível a imagem do Imperador. As revoltas foram todas reprimidas, as eleições “do cacete” surgem logo em 1842, início do Segundo Reinado, momento em que o partido conservador consegue fazer chegar seus pares ao poder em detrimento dos inimigos que haviam pegado em armas (Cf. Idem: 82). No final das contas, o poder central, no Rio de Janeiro, não foi posto em cheque. Mesmo dentro do Estado, os partidos nos ministérios se revezavam entre eleições e preferências do imperador, o que gerava conflitos graves no Segundo Reinado, mas que trouxe à baila a discussão sobre o que deveria ser o norte para a nomeação: a competência ou a confiança. Todos os homens e idéias foram postos em cheque, menos o homem do trono.

Algo bastante diferente disso ocorreu em metade do século XIX na Argentina. A única certeza que havia no Brasil era o poder do Reinado. Contudo, era uma certeza bastante tranquilizadora que fez com que não se alarmassem tanto os primeiros teóricos (nos anos de 1830) da *brasilidade* e que com os homens do Estado se juntaram para trabalhar para que o território não fosse desmembrado. Enquanto isso, no plano das artes, criavam seus cartões de visita que seriam muito importantes para quando cessassem farroupilhas, sabinadas, cabanagens, balaiadas e praieiras.

\*\*\*

Um último ponto a se destacar antes de se chegar à análise das questões que serão levantadas neste trabalho: a “vida como fato moral” e o homem cordial. Há a necessidade de criar o *homem exemplar*, aquele que é o que deve existir (pelo menos dentro das organizações



políticas ideais criadas pelos intelectuais) ao invés do *homem representativo* (conceito de Victor Cousin) que é aquele que de fato existe e, muitas vezes, não é muito lisonjeiro para aqueles que teorizam a respeito da organização social e política dos seus respectivos países.

Contra a corrupção de personalidade que os ideólogos de 1836 encontraram nos seus concidadãos, eles criam o exemplo, a vida a ser imitada: tal vida passa a ser a deles próprios. Por isso, a importância das biografias, o reconhecimento dos seus pares, para dizer qual é o verdadeiro brasileiro que deve habitar o Brasil. “Missão também que se cumpre por meio da literatura; o lugar privilegiado para a manifestação da Nação-sujeito, segundo o credo romântico” (Rocha, 1998: 65). Na Argentina, a lógica é a mesma.

Pode-se cruzar o conceito de homem cordial nessa atitude de misturar a sua vida particular com os ideais da nação. De fato, a mistura entre privado e público faz sentido, por mais que, a princípio, a idéia tenha a ver com a burocracia de Estado e o comércio, e não com um esforço de construção de identidade de um agrupamento social, o que torna mais vulnerável um conceito que fala exatamente sobre a necessidade latino-americana de misturar privado e público, e sobrepor sentimento e personalidade à prática e ao ritual. A esfera pública ainda se forma no período de consolidação das nações.

Aclarado este ponto, abre-se o caminho.

## **2. AS INDEPENDÊNCIAS (COMO DEFINIDAS DO *HABITUS*)**

Amador Gil (1999: 43), ao escrever sobre a controvérsia estabelecida pelo historiador argentino José Carlos Chiaramonte, afirma que o conceito de nacionalidade argentina só surge na década de 1830, com o romantismo. Muito provavelmente, se Chiaramonte estudasse o Brasil, diria que a nacionalidade brasileira apenas começa a se esboçar na mesma época, da mesma forma.

Entretanto, se são os ideólogos (ou, mudando o termo, a elite) aqueles que definem a nacionalidade, convém lembrar que “as próprias elites, qualquer sociólogo sabe, são condicionadas por fatores sociais e mesmo políticos sobre os quais elas muitas vezes têm pouco ou nenhum controle” (Carvalho, 1981: 20). Em qual meio sócio-político se inseriram as elites político-literárias brasileira e argentina em questão?

As independências e suas repercussões foram importantes fatores para os quais os homens letrados deram atenção com o intuito fornecer as ferramentas apropriadas para legitimar os fornecedores.

### **2. 1. A independência rio-platense com a queda do Reino de Espanha**

O vice-reinado do território que viria a compor a Argentina começa em 1º de agosto de 1776, quando Pedro de Cevallos é designado vice-rei da enorme região do Río de la Plata, que compreendia a região do próprio rio, Paraguai, Tucumán, Cuyo, Potosí, Santa Cruz de La Sierra e Charcas<sup>12</sup>. A crise política da região é desencadeada em junho de 1806 pela tentativa de invasão inglesa com uma frota inglesa de 1500 homens a mando do general Beresford, na enseada de Barragán. À época, estava no comando do vice-reinado o marquês Rafael de Sobremonte (desde 1804), que foge para Córdoba e, depois, para Montevideú. A resistência se estabelece ao redor das figuras de Juan Martín de Pueyrredón e Santiago de Liniers. Liniers ataca o forte de Buenos Aires ocupado por ingleses em 12 de agosto e Beresford se rende.

---

<sup>12</sup> Os dados (locais, nomes, datas) desta subseção, quando não indicada a fonte, são extraídos de Romero, 2004: 38-71.

A resistência popular contra o inimigo e a ausência da figura de autoridade do vice-rei tiveram conseqüências que ficariam como marcas da independência e configuração do imaginário argentino no campo político; entretanto, a presença inglesa com as idéias de livre mercado agradou os comerciantes e demarcou em grande medida o imaginário econômico.

A luta abaixo da figura emblemática de Liniers não deixava de guardar alguma dúvida, afinal, o grande invasor europeu no momento era um francês, Napoleão, assim como Liniers. Mesmo assim, Liniers organizou as milícias: “todos os vizinhos se mobilizaram para a defesa, e Liniers, imposto pela vontade popular, estabeleceu que os chefes e oficiais de cada corpo fossem eleitos pelos seus próprios integrantes. O princípio da democracia começou a funcionar, mas a distinção entre espanhóis e *criollos*<sup>13</sup> ficou manifesta na formação da milícia popular” (Romero, 2004: 42).

Logo, como se configura o primeiro esboço de nacionalidade argentina? “Por uma parte, a luta pela independência dos argentinos contra um inimigo comum os fez perceber pela primeira vez seu potencial como nação” (Shumway, 2005: 34).

A própria idéia de democracia se estabelece, como se pode observar, através da luta miliciana, sem a figura central do governante. Contra tal figura governante, Liniers investe uma decisão mais audaciosa: frente à nova ocupação inglesa em Montevideú, o francês propõe que o vice-rei seja deposto.

A nova expedição inglesa, comandada por Whitelocke, chega à enseada de Barragán e encontra um contingente militar organizado por Martín de Álzarar que era superior ao encontrado por Beresford. Tratava-se da organização militar de toda a cidade de Buenos Aires enquanto Liniers preparava suas linhas. Enfim, em 6 de julho, o general inglês pede, também, a capitulação.

Mesmo que a luta militar popular organizada por Liniers lhe tivesse autorizado a audácia de sugerir depor o vice-rei Sobremonte, Liniers não ousou questionar a autoridade de Fernando VII, rei de Espanha, lhe oferecendo fidelidade. Contudo, este era o momento de depor não apenas o vice-rei, mas o rei: logo, um grupo peninsular (vizcaínos, galegos e catalães) dirigido por Álzaga investiu contra Liniers em 1º de janeiro de 1809. Curiosamente, os *criollos*, encabeçados por Cornelio de Saavedra, que logicamente deveriam apoiar a deposição do rei e, por conseqüência, de Liniers, ficam ao lado de Liniers, figura emblemática

---

<sup>13</sup> Descendentes de espanhóis nascidos na América.

na defesa do território que lhes pertencia. O grupo peninsular é deportado para Patagones, porém, trazido de volta pelo novo vice-rei, Baltasar de Hidalgo Cisneiros, que havia subido ao poder em julho de 1809 através da *Junta Central de Sevilla*. Segundo Romero, o conflito contra os *criollos* era inevitável; entretanto, a independência era deles: à sua medida e por sua conta.

A efervescência *criolla* pela independência não pôde ser contida quando, em maio de 1810 se soube que a autoridade de Bonaparte era reconhecida na Espanha. Em 22 de maio, se reúne um cabido aberto em Buenos Aires para decidir a situação. A vontade *criolla* de independência era maioria nos votos apurados, entretanto, ainda no dia seguinte, os espanhóis e representantes do vice-rei tentavam manobrar a situação que tendia à perda do poder. Em 25 de maio, o povo formado de militares nativos se concentra em frente ao cabido e, então, percebe-se que é inútil tentar resistir.

O novo governo era encabeçado por Saavedra e possuía Castelli, Belgrano, Azcuénaga, Alberti, Matheu e Larrea como vogais, e Paso e Moreno como secretários.

A hostilidade das províncias contra o governo central já começa desde a convocação dos deputados do interior, situação que Moreno tentava controlar através do jornal *Gazeta de Buenos Aires*. Os deputados que chegavam faziam frente conservadora e obtiveram a proteção de Saavedra, fator que impele a renúncia de Moreno em 18 de dezembro. A renúncia pode ser vista como uma grande manifestação do seu espírito progressista. Moreno foi aquele que escreveu as linhas mais fortes sobre a necessidade de livre comércio, do pacto social e de defesa da revolução a qualquer preço: “... por que nos pintam à liberdade cega e armada de um punhal? Porque nenhum Estado envelhecido ou províncias podem regenerar-se sem cortar seus corrompidos abusos, sem verter arroios de sangue” (Moreno Apud Amador Gil, 1999: 78) dizia o homem do *Plano de Operações*, uma espécie de sociedade secreta para o sucesso da revolução de maio e consolidação do *pacto social*.

Entretanto, um mês depois, Moreno e seus discípulos voltam ao poder e criam um poder executivo de três membros, o Triunvirato: um deles era Bernardino Rivadavia (1780-1842).

Em 8 de outubro de 1812, o governo cai. Uma das exigências dos revoltosos de outubro era uma Assembléia Geral Constituinte, que se reuniu a 31 de janeiro de 1813 e fez eclodir o conflito entre Buenos Aires e as províncias, pois foram negadas as credenciais aos

deputados ligados a Artigas e que defendiam a tese federalista. Mas mesmo acirrando ânimos, a Assembléia conseguiu um grande feito: afirmou a independência das *Provincias Unidas*.

O clima de felicidade é obscurecido pelas pretensões de Alvear de predomínio portenho e, sobretudo, com a criação do órgão chamado *Director Supremo de las Provincias Unidas* que declara Artigas fora da lei. Aumenta a tensão entre bonaerenses (de Buenos Aires) e orientais (aqueles da região que viria a constituir-se como Uruguai). Em julho de 1814, Alvear, chefe do exército, entra em Montevideú para extinguir qualquer predomínio espanhol. Entretanto, Alvear solicita ajuda aos ingleses, o que é visto, especialmente nas províncias, como traição. Artigas organiza insurretos de Santa Fe e em 3 de abril o exército do próprio Alvear se subleva. Alvear renuncia, a assembléia se dissolve.

Mesmo com todos os desentendimentos internos, a presença no Congresso de povos do interior insatisfeitos com Buenos Aires, representantes das provinciais litorâneas que, neste momento, estavam “em aberto estado de sublevação” (Romero, 2004: 57), o resultado de março de 1816 foi a presidência de Francisco Narciso de Laprida e a nomeação de Pueyrredón como diretor supremo. Em 9 de julho do mesmo ano, declara-se “vontade unânime e indubitável destas províncias romper os violentos vínculos que as ligavam aos reis da Espanha, recuperar os direitos de que foram despojados e investir-se do alto caráter de nação livre e independente do rei Fernando VII, seus sucessores e metrópole” (Idem: 58). Depois de 6 anos de guerra civil, a independência com relação à Espanha se firma definitivamente. Mas a guerra civil segue ainda por décadas pela região.

Entretanto, se os deputados juraram a independência, não havia acordo de governo: Artigas dominava Santa Fe e Entre Ríos; em janeiro de 1817, os portugueses ocupam Montevideú e as províncias do litoral seguiam insatisfeitas.

Santa Fe demonstrava bastante autonomia com relação a Buenos Aires pela aceitação da autoridade de Artigas, fator que possibilita a Estanislao López a tentativa de organização da província e redação de uma carta constitucional federal e democrática. Como resposta, Buenos Aires escreve outra carta constitucional, esta guiada por idéias centralistas e aristocráticas. Buenos Aires sofre uma violenta reação.

Conforme Prado (1994: 41), a carta portenha tinha todos os aspectos para a acomodação de um sistema monárquico. Contra a carta bonaerense, vem a mobilização dos caudilhos do litoral. Além deste erro dos portenhos, quando o Directorio soube do avanço das

tropas de Entre Ríos e Santa Fe sobre Buenos Aires, um pedido de ajuda às tropas portuguesas foi um recurso bastante infeliz. Este era imperdoável. Segue-se o período de desunião das *Provincias Unidas* de 1820 a 1835, com uma breve unificação na presidência de Bernardino Rivadavia de 1826 a 1827. Curiosamente, some o governo central, mas segue a “indiscutível convicção da unidade nacional” (Romero, op. cit.: 63).

A partir de 1820, três personagens foram centrais na tentativa de reunir a nação argentina sob um governo central: Estanislao López, de Santa Fe; Juan Facundo Quiroga, de La Rioja; e Juan Manuel de Rosas, de Buenos Aires. Mas o conflito demorou quatro anos devido um período de relativa paz graças à política de Rivadavia, que durou até 1824. Tal política se caracterizou por uma abrupta abertura da Argentina às idéias de livre mercado e culto, contra alguns privilégios que algumas ordens religiosas detinham, aumento do número de escolas primárias, organização do ensino de ciências em geral e a criação da Universidade de Buenos Aires, em 1821.

A resposta contra Rivadavia foi Juan Facundo Quiroga, que criou uma bandeira com os dizeres: “religião ou morte”.

Entretanto, o estado de alerta pelos problemas com relação ao império brasileiro causado pela anexação da Banda Oriental impeliu a um acordo entre as províncias para a criação de um exército nacional. Em dezembro de 1825, o Brasil declara guerra à Argentina e, no ano seguinte, o congresso argentino cria um poder executivo e nomeia Bernardino Rivadavia para o cargo. A guerra contra os brasileiros, encabeçada pelo Almirante Brown, é vencida em 1827 e Montevideú é retomada.

Em 1831, surge a declaração da cidade de Buenos Aires como capital da nação com a concordância de Santa Fe e Entre Ríos, o que acirra os ânimos do presidente Rivadavia com os federais, como, por exemplo, Rosas, que queria a cidade para servir os interesses das elites locais e não do país. O projeto de constituição centralista de 1826 também não agradou ao federal Quiroga, que ataca e vence Lamadrid, governador de Tucumán e defensor da carta. Agora, Quiroga exercia poder sobre todo o norte e centro do país.

A necessidade de apaziguar os ânimos internos fez com que Rivadavia sugerisse a independência da Banda Oriental ao derrotado Brasil. Aí se nota a debilidade do seu governo frente às forças internas e junho de 1828 é o mês em que o presidente argentino renuncia. O

Uruguai se torna independente, com a intermediação da Inglaterra nas negociações entre Brasil e Argentina<sup>14</sup>.

Com o assassinato de Manuel Dorrego, federal e governador de Buenos Aires, “a oposição federalista se congregou ao redor de Rosas” (Shumway, 2005: 135), cuja importância aumentou até a sua eleição a governador de Buenos Aires em dezembro do próximo ano, 1829. Quiroga, desconfiado, cria a Liga do Interior, após haver destituído os governos locais. O confronto direto entre as duas Argentinhas divididas só foi adiado pela terceira personalidade em questão: Estanislao López faz prisioneiro o general Paz, um dos homens que criou a liga do Interior. Quiroga no interior, Rosas em Buenos Aires e López nas províncias litorâneas: três federais na disputa da supremacia após a queda do unitário Rivadavia.

Na volta de uma expedição para o extermínio de indígenas dos pampas argentinos, Rosas se vê acuado pela ação dos restauradores em Buenos Aires; entretanto, quando Quiroga é assassinado em 16 de fevereiro de 1835 não haveria mais reação que impedisse a submissão dos caudilhos provinciais ao sistema federal estabelecido por Rosas, em que o porto bonaerense obtinha vantagens da produção de toda a Argentina. Seguiram 17 anos de autoritarismo com um Estado policial.

Rosas oferecia algo que, havia muito, era um desejo argentino: segurança e paz contra algo que se chamava anarquia. E a combateu:

“Rosas recorreu ao terror como instrumento de governo para eliminar aos inimigos, para castigar os dissidentes, para manter em alerta os que duvidavam e também para controlar seus seguidores. O terror não era uma simples série de episódios que apenas se aplicava de acordo com as circunstâncias. Era intrínseco ao sistema de Rosas, era o selo distintivo do regime e seu castigo final. Ao ordenar execuções sem julgamento em virtude dos poderes extraordinários de que desfrutava, o mesmo Rosas era o autor do terror. Mas o agente especial do terrorismo era a *Sociedad Popular Restauradora*, um clube político e uma organização parapolicial. A Sociedad dispunha de um braço armado, que se conhecia comumente como *mazorca*. Estes eram os autênticos terroristas recrutados entre a polícia, a milícia, degoladores e delinqüentes profissionais, que formavam esquadrões armados que saíam para cumprir missões, matando, saqueando e ameaçando” (Lynch, 2001: 33).

---

<sup>14</sup> As *Provincias Unidas* ganham, na constituição de 1826, o nome de “República Argentina” (Cf. Shumway, 2005: 25).

Contra tal estado de retrocesso político, os áduos defensores da liberdade deveriam ter e, de fato, tiveram como maior bandeira política, a necessidade de derrubar o governo rosista.

Enfim, Echeverría resume bem o primórdio da Argentina: “A primeira, a maior e gloriosa página de nossa história, pertence à espada” (Apud Prieto, 1967: 6). Mas a glória da espada tinha um enorme quê de dramático e inelutável, pelo menos aos são-simonianos que entram em cena em seguida. A revolução contra a metrópole define o *ethos* argentino: possibilidade de organização militar, política e econômica autônoma, entretanto, que agonizou durante décadas em uma guerra civil melancólica. “Havia uma revolução feliz na América do Norte com guerra exterior e sem violência interna. Havia outra, a francesa, que evocava uma esperança frustrada. E, por fim, entre ambas experiências, jazia a revolução do sul, pura violência agônica, guerra sem término, drama reconcentrado” (Botana, 2005: 257).

## **2. 2. A independência brasileira declarada por um português**

O insucesso das *Provincias Unidas* de implementar um governo centralista foi o grande sucesso desde a chegada da família real portuguesa em 1808 até a independência de 1822. O sucesso da centralização administrativa foi devido, por um lado, à formação homogênea da elite no que diz respeito à ideologia e ao treinamento (Cf. Carvalho, 1981: 177) e, por outro lado, ao *medo* que, em terras brasileiras, se traduzia, também, por *temor à haitinização*, ou seja, que ocorresse no Brasil a insurreição de escravos e mestiços que ocorreu no Haiti em 1794. A interiorização da metrópole promoveu o efeito inverso do que ocorreu na região cisplatina: as elites locais não se assentavam sobre os seus subordinados para uma hegemonia regional; ao contrário disso, recorriam ao poder central como proteção de uma sensação de insegurança generalizada por todo o território devido ao número exagerado de desempregados, pobres e escravos em uma terra de “habitantes de diversas cores, que se aborrecem mutuamente” (Sierra y Mariscal Apud Dias, 2005: 26).

“Ao contrário do que se dá na maior parte dos países da América espanhola, em que os ‘creolos’ expulsam e expropriam os espanhóis metropolitanos, assistimos, em torno da nova Corte e da transmigração da dinastia de Bragança, ao enraizamento de novos capitais e



interesses portugueses, associados às classes dominantes nativas e também polarizadas em torno da luta pela afirmação de um poder executivo central [...]” (Dias, 2005: 30).

Por um lado, a vinda de D. João VI ao Brasil era uma forma de prender a colônia aos modelos europeus que, segundo os imaginários de época, estavam constantemente ameaçados pela degeneração causada pela mistura de diversas raças e pela possibilidade de efervescência revolucionária, que poderia vir diretamente das revoluções americana e francesa ou pelos vizinhos da parte hispânica com idéias jacobinas e que já havia resultado em Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana. Ao contrário das elites ao sul do continente, o Brasil pôde juntar sob o poder central as diversas elites locais, afinal, as opiniões políticas ponderadas eram as “conservadoras, conforme requeriam a época e o meio” (Idem: 24).

O grande ressentimento dos brasileiros com relação à chegada da família real residia nas forças armadas, pois D. João VI reorganizou as tropas, reservando as altas patentes àqueles que vinham do velho mundo. E, como se sabe, intrometer-se nas patentes do exército é um grande erro por parte de qualquer estadista.

Em contraste a isso, a junção dos inseguros brasileiros e portugueses com uma “elite burocrática” que se reunia ao redor da Corte à busca de títulos e participação no funcionalismo público fomentou uma rede de obras públicas e de comunicação entre todo o território brasileiro através do aumento de impostos sobre bens de exportação. Depois de 300 anos, a colônia portuguesa passa do modelo de *exploração* para o de *povoamento* (Cf. Idem: 33-4), ou seja, procura criar um ambiente propício para um local de fixação de pessoas e não apenas de passagem. O primeiro jornal da colônia passou a ser editado em setembro de 1808, abrem-se locais culturais como “teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em expansão [...] [cujo] número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas” (Fausto, 2006: 125). O Rio de Janeiro passa a receber uma grande leva de imigrantes de várias nacionalidades, de cientistas, naturalistas, artistas e uma missão francesa.

Entretanto, se a família real estava no Brasil para que medos fossem apaziguados e as elites brasileiras estivessem tranqüilamente assentadas sobre o *status* de “civilizado”, por que houve a independência política brasileira com relação a Portugal?

Assim que D. João VI chegou ao Brasil, abriu o porto às ‘nações amigas’, ou seja, “à Inglaterra, o que significou o fim do pacto colonial e a satisfação de certos setores coloniais.

Esse decreto, que se pretendia provisório, para atender às necessidades colocadas pela guerra na Europa, acabou sendo irreversível” (Prado, 1994: 21). Portugal perdia o monopólio econômico da colônia e nunca mais o reaveria.

Com o fim da guerra na Europa, em 1814, já não havia justificativa para a permanência da família real no Brasil. Contudo, permaneceu até 1821 devido aos “enormes investimentos locais que faziam os principais homens de negócio da Corte demonstrando sua intenção de permanecer no país” (Dias, op. cit.: 20). A construção de uma nação podia ser muito interessante para quem a construísse; e foram os próprios “portugueses imigrados que vieram fundar um novo Império nos trópicos” (Idem: 32).

Portugal seguia uma monarquia mercantilista, agora, hostilizada pela política liberal da Inglaterra que foi a força motriz dos progressistas portugueses na Revolução do Porto. A saída de D. João VI de Portugal, com a concomitante abertura dos portos que culminou no Tratado de Navegação e Comércio de 1810, não foi o único fator que agradou os liberais e foram um acinte aos conservadores: com a necessidade de modernizar o Brasil, além dos novos impostos exorbitantes que pesavam muito na colônia, D. João VI passou a vender bens da Igreja e da Coroa, exasperando ainda mais as relações com os setores conservadores de Portugal (Cf. Idem: 15-6).

A crise é política, econômica e militar: o rei não está em Portugal, a liberdade de comércio não beneficia à metrópole que antes detinha o monopólio, e as forças militares portuguesas se encontram no Brasil, enquanto que a proteção do território estava sob o comando do general inglês Beresford. Em agosto de 1820, os militares impulsionam a revolução liberal do Porto, revolução em que se chocaram duas elites: os portugueses conservadores e os portugueses liberais<sup>15</sup>.

Os revolucionários portugueses do Porto criam uma Junta Provisória como resposta à ausência real; Junta esta que contaria com a presença de 200 representantes de todo o Império luso, dos quais ao menos 70 seriam do Brasil. Contudo, por mais que os burgueses do Porto fossem impulsionados pelas idéias ilustradas, também visualizavam novamente a submissão do Brasil aos modelos anteriores.

É a vez dos militares da facção portuguesa no Brasil se levantarem a favor da submissão da colônia e a volta do rei a Portugal. Em resposta, membros do Judiciário,

---

<sup>15</sup> A partir deste ponto, caso não citada a referência, dados obtidos de Fausto, 2006: 129-34.

proprietários rurais e burocratas se colocavam a favor da permanência de D. João VI no Rio de Janeiro, entretanto, com a pressão do exército do velho e do novo mundo, D. João VI regressa a Lisboa em abril de 1821. Fica em seu lugar, seu filho, o príncipe regente Pedro e a necessidade de recompor as Cortes, que foram recompostas quase que na sua totalidade por brasileiros.

Os burgueses da revolução do Porto acirram ânimos com ironias a respeito da possibilidade do Brasil de se governar sem a ordem imposta pela metrópole, pois, como já mencionado, desejavam o monopólio comercial sem a interferência da Inglaterra. As Cortes tentam a revogação dos tratados com a Inglaterra (o que favoreceria os liberais do Porto e desfavorecia proprietários e consumidores brasileiros). A “revolução liberal do Porto fez difundir na colônia as aspirações de liberalismo constitucional, suscitando desordens e um sentimento generalizado de insegurança social e acarretando de imediato a reação conservadora [...]” (Dias, 2005: 8), pois os constitucionalistas viam a necessidade da monarquia dual para permanecerem ligados à civilização. Os governos locais do Brasil decidem ignorar o governo central do Rio de Janeiro, submetendo-se diretamente a Portugal.

A escolha entre a volta à subordinação a Lisboa ou a proclamação da independência começa a se direcionar à segunda opção quando as repartições mais importantes de D. João VI e o próprio príncipe regente são intimados a voltarem para Portugal em outubro de 1821. O príncipe, como se sabe, decide ficar em 9 de janeiro de 1822 para não piorar as relações com Portugal, entretanto, o exército português não reconhece o futuro imperador e é obrigado a voltar a Portugal. É necessária a criação do exército brasileiro, através de um ministério novo, encabeçado por José Bonifácio de Andrada.

No mesmo ano, há a discussão da eleição de uma Assembléia Constituinte: o fator curioso é que José Bonifácio, posteriormente importante personagem na proclamação da independência, coloca-se contra a convocação. Afinal, por mais que a Assembléia declarasse o desejo de união com Portugal, o seu desenvolvimento favoreceu a separação.

A partir de agosto, o príncipe passaria a ver com vistas grossas as tropas portuguesas e, com a chegada das notícias de que Lisboa invalidava o seu poder, exigindo o seu regresso a Portugal, José Bonifácio se apressou em encontrar-se com o filho de D. João VI em alguma região próxima de onde vinha o cortejo do príncipe (de Santos) para fazer de São Paulo o palco da independência do Império. José Bonifácio consegue seu objetivo localizando o

príncipe regente em 7 de setembro às margens do Ipiranga. O português de 24 anos, então, declara a independência da colônia mais importante de Portugal.

A historiografia que mostra um processo de independência menos traumática no Brasil do que na região hispânica não ignora os conflitos que houve não apenas no período de D. João VI, assim como na consolidação do Primeiro Reinado: grupos que reivindicaram a autonomia local ou, ainda, grupos que reivindicaram a união com Portugal. Entretanto, o grande feito do Brasil, como já mencionado, foi conseguir a centralização do poder no Rio de Janeiro. A importância dos homens ligados à corte decorre do fato de se formarem como uma elite ideologicamente homogênea, seja pela adoção de doutrinas revolucionárias ou pela sua formação jurídica em Coimbra e, posteriormente, nas duas únicas escolas no Brasil, ambas, de direito. A condição de que gozou a elite para a formação dos quadros burocráticos foi o arcabouço para a pesada dominação portuguesa e, em seguida, do próprio Estado brasileiro, cujo panorama de estabilidade institucional e ausência de conflitos ou mudanças violentas se refletia na diminuição das possibilidades de mobilidade social (Cf. Carvalho, 1981: 36-7), cristalizando os seguimentos da sociedade brasileira.

\*\*\*

O *Grupo de Paris* se forma em 1836, durante a Regência, o grande período em que a unidade territorial brasileira esteve em cheque, depois da abdicação de D. Pedro I em 1831 pelos erros cometidos nos excessos da guerra contra a Argentina e crises econômicas que levaram o exército a se afastar do rei. Em contrapartida, a Argentina estava centralizada sob o governo policial de Rosas quando a *Generación de 1837* se formou. O que define o caráter contestador da elite argentina no primeiro momento de centralização política e a continuação dos quadros letrados à sombra do poder no Brasil justamente no momento em que o poder estava em risco?

A pergunta com relação à elite argentina é simplesmente retórica, afinal, tratava-se de uma ditadura contra a qual os homens de 1837 teriam que lutar para re-formatar o campo político inserindo-se nele. A guerra civil seguia por baixo dos panos ditatoriais. Contra essa opressão e a favor da organização militar em nome das luzes, a geração argentina deveria trabalhar: estabelecer um governo constitucional e uma sociedade com base educacional sólida.

Ao contrário disso, a elite brasileira já tinha, desde os primeiros ideólogos (Almeida Garrett, Ferdinand Denis), os passos para comporem os quadros legítimos de *porta-vozes da brasilidade*. A momentânea desorganização política não os tiraria dos seus respectivos campos, a não ser que alguma das revoluções desmembrasse o país e o sistema político, como ocorreu no resto do continente. Parecia não ser esse o caso: bastava esperar a volta dos Bragança para que o novo imperador requisitasse o poder de consagração e de legitimação que eles iriam deter por terem compreendido intimamente os mecanismos necessários ao Estado brasileiro para a auto-exaltação.

### 3. AS GERAÇÕES

Os intelectuais que se posicionaram no seu respectivo espaço na construção identitária das nações tinham duas tarefas que se imbricavam num mesmo esforço: construir a nação e a sua própria história pessoal dentro dela. Para cada agrupamento, um discurso; mas para cada fala, alguém que *pode* falar. Desta forma, era necessário alinhar-se com determinada ordem que expelle contradições e esboça coerência na totalidade discursiva. Seja para afirmar ou negar a realidade. No caso dos intelectuais de 36, para legitimá-la; no caso dos intelectuais de 37, para rechaçá-la.

Os ideólogos tinham a sua respectiva tarefa, entretanto, paralelamente a ela, tinham a necessidade de corroborar a importância do lugar que ocupavam. Em ambos os casos, existiram as legitimações horizontais, ou seja, o intelectual que legitima a posição do seu par. No caso argentino, entretanto, a autobiografia teve papel preeminente. Echeverría morre antes da queda de Rosas, mas seu amigo Gutiérrez cuida em contar a sua história. No caso de Sarmiento, afastado em San Juan e personagem que apressa a alavancada da sua própria posição, escreve prematuramente sobre si mesmo.

No caso argentino, tratava-se de uma busca em criar outra ordem, ou seja, algo que ainda não foi efetivado e, por isso, Adriana Pérsico chama de *utopia*. Utopia que acabou vingando na Argentina, mas que foi construída na mistura entre o público e o privado, o histórico e o pessoal. “As utopias assim estruturadas literaturalizam o histórico ao historicizar o literário” (Pérsico, 1992: 14), pois era necessário, no caso do país platino, uma dupla legitimação: a do modelo proposto e a da voz que propõe. Assim, a história coletiva e a história pessoal necessitam uma da outra, afinal, ambas estão fora da ordem, expelidas pela força política caudilha que não quer nem os ideários progressistas e burgueses dos homens de 37, nem os próprios homens de 37.

No caso brasileiro, era bastante diferente. O discurso romântico vitorioso não foi aquele que confrontava a ordem. Desta forma, os homens de 36 tinham a preocupação simplesmente de utilizar a palavra correta, concretizar o projeto que se ligava dos homens das letras aos homens do Estado. No caso argentino, o discurso tem a necessidade de ser isento de contradições para expor a contradição da realidade vista como problemática. No caso brasileiro, o discurso precisa expor justamente a coerência da realidade brasileira. O inimigo

argentino era a própria base do governo: o caudilhismo entranhado nas massas pela mistura entre clima e herança colonial. O Brasil só pôde encontrar um inimigo externo: a ex-metrópole. Mas essa desavença não foi a mola propulsora do imaginário brasileiro.

Com a exceção dos primeiros e últimos escritos de Alberdi, os escritos da geração de 37 apresentavam grande coerência, assim como os da geração brasileira. Independentemente das posições diametralmente opostas dos pensadores argentinos e brasileiros, há uma estrutura legitimadora que subjaz o solo que será construído pela primeira geração de pensadores da nacionalidade de ambos os países: o *patriota*, pois “o patriotismo não deixava de ser a religião do século XIX” (Rocha, 1998: 49). Tal idéia de defensor da pátria encerra toda a legitimação necessária *para falar* no século XIX. Para o Brasil, devido à união entre os primeiros ideólogos e a ordem, o patriotismo foi menos agressivo; ao contrário, abraçava a todos como filhos legítimos da nação recém-nascida. O inimigo era, basicamente, aquele que se colocasse contra o rei. Poderiam ser os lusófilos, mas o seu perigo era irrelevante no Segundo Reinado. Ao contrário disso, o discurso patriótico argentino estava intimamente ligado ao antipatriota, aquele que ameaçava a envergadura moral a que poderiam chegar os argentinos. Para os homens da geração de 37, os antipatriotas são aqueles que estão afiliados ao retrocesso, à tirania promovida com o apoio popular e contra o progresso e a liberdade individual e de comércio. Ao contrário disso, outro discurso se erguia também: era o discurso da ordem, o discurso até então legítimo, que exaltava o que havia de peculiarmente argentino, o *gaucho*, o homem da terra, os modos rústicos, encarando como inimigos da pátria aqueles que visavam à europeização argentina.

No início do século XX, apesar de o projeto iluminista da *Associação de maio* ter vencido, Echeverría, Sarmiento e o Alberdi de *Bases* de 1852 são vistos como os próprios antiargentinos. Tal fator não deixa de ser verdadeiro também: como se observará, tudo o que fora especificamente argentino era, necessariamente, antiprogressista para estes autores.

Sarmiento chega a ser censurado na província de Neuquén em 1978 (Shumway, 2005: 181). Se o índio e o *gaucho* foram excluídos do projeto vencedor do século XIX, uma sociedade composta de descendentes de índios e *gauchos* tentou excluir o projeto vencedor do XIX. Entretanto, a história precisou ser contada e Sarmiento voltou a ser lido: é a realidade argentina de uma história que expurgou os elementos não-europeus para o campo do passado grandioso, porém, recalçado.

No entanto, posteriormente, eles tiveram o seu espaço privilegiado: *Martín Fierro* mostra o que felizmente existiu e, felizmente também, teve a sua aparição controlada. *Martín Fierro* visou “expressar homens que as futuras gerações não desejarão esquecer” (Borges & Guerrero, 2005: 96), entretanto, cuja coragem instintiva deve ser sentida efusivamente pelo argentino, porém, um tipo de argentino: o civilizado.

Sendo assim, compreende-se porque as duas obras antípodas (*Facundo* e *Martín Fierro*) foram eleitas como os símbolos máximos da literatura argentina: eram a expressão de uma sociedade de opostos que tenta superar o embate, afinal, a batalha foi vencida por Sarmiento e a ilustração com toda a sua veemência.

De um lado, o discurso que afirma a coerência da realidade brasileira; de outro, um discurso coerente e que não encontra espelho na realidade argentina, afirmando-a contraditória e que precisa ser superada. Assim se posicionaram respectivamente os homens de 36 e 37 que se pretendiam o elo de uma seqüência lógica que começava nos antecedentes e teria seqüência nos sucessores. E como ambas as construções estavam em via de formação, os sujeitos inseridos não poderiam simplesmente *falar*. Como eram os primeiros, necessitavam demonstrar a legitimidade da sua fala, que, através do seu patriotismo comprovado, encontra “no indivíduo, os traços definidores de um grupo maior que o designa representante” (Pérsico, 1992: 11), o profeta laico. Desta forma, a autopromoção não se justifica simplesmente pela necessidade narcisista de ocupar um espaço na história: Sarmiento (o guia político), Echeverría (o poeta-pensador), Alberdi (o guia intelectual), Magalhães (o guia das belas letras), Porto-Alegre (o guia das belas artes) teriam a obrigação de encontrar na ação individual o exemplo da atitude geral; na vida privada, o modelo do cidadão a ser multiplicado. Para se fazer entender que se diz *a verdade*, precisa-se aceitar como o seu porta-voz o interlocutor que a expressa.

Altamirano e Sarlo comentam que “um homem autorizado podia, com benefícios para todos, apropriar-se de textos alheios e ao pôr-lhes seu nome legitimar a sua circulação” (1997: 126) e que ter seus textos legitimados pela assinatura de alguém com a autoridade da palavra era o intuito de Sarmiento quando escreveu anonimamente textos sobre Chacabuco e a diáspora ocorrida na independência. Sarmiento não detinha ainda a legitimidade outorgada por títulos que, aliás, nunca teve. Neste caso, foi a vida pública e militar que a forneceriam. “Se a sua herança não proporcionou ao jovem Sarmiento nem propriedade nem uma categoria que a sociedade reconhecesse, o dotou por sua vez dos instrumentos morais e intelectuais com



os que o periodista e o político aspiram ao obter a ascensão e a fama” (Altamirano & Sarlo, 1997: 156). Alberdi não teve participação militar, os intelectuais brasileiros tampouco. Cada um se pôs no campo de acordo com as requisições locais e temporais.

### **3. 1. *Grupo de Paris* (Geração de 1836)**

O Império português não investiu em universidades brasileiras antes da chegada da família real, fator que pode, por muitos, ser considerado displicência; entretanto, convém analisar como se inseriam os homens de letras na época em que a sede do império português foi Lisboa até 14 anos depois da mudança para terras brasileiras: inspirados nas escolas especiais, como a Escola de Pontes e Calçadas, Escolas Veterinárias, Escola de Minas, Escolas Central de Trabalhos Públicos (todas elas do século XVIII) que surgiam na França, os ensino jesuítico conseguiu mandar à Coimbra 866 alunos entre 1772 e 1822, tendo 141 alunos o diploma de ciências e 568 que conseguiram a dupla titulação (Cf. Gomes Júnior, 2008: 40-41). A proto-intelligentsia brasileira é aceita pelas reformas pombalinas que frutifica um terreno menos longínquo das ciências e das letras no Brasil.

A chegada da família real em 1808, como já mencionado, acarreta o crescimento vertiginoso tanto populacional, quanto cultural. O controle sobre a vida intelectual nas terras tropicais por Portugal, agora, não se manifesta unicamente pela proibição de criação de cursos superiores (que seriam criados posteriormente, em 1808 e 1827: Medicina, Academia Militar e Direito); entretanto, o jornalismo começa a se formar com mais afinco na cidade do Rio de Janeiro. Paulo Fernandes Viana (1758-1821), o intendente de polícia, publica em 30 de maio de 1809 um edital que puniria severamente quem divulgasse notícias ou avisos sem a prévia autorização. Hipólito José da Costa (1774-1823), que à época estava em Londres, critica o despotismo no seu *Correio braziliense*. O governo tenta impedir a divulgação da indignação de Hipólito, mas sem êxito. Em contrapartida, o Estado contava com a *Gazeta do Rio de Janeiro* e, posteriormente, *A idade de ouro*, o que resultaria em um novo gênero literário no Brasil: a *oratória parlamentar* (Cf. Broca, 1979: 43-44).

Com o surgimento dos cursos de Direito de São Paulo e Recife, os alunos passam pelas salas brasileiras, de Coimbra e, agora, de Paris. Os autores franceses não penetram mais

apenas clandestinamente pelos enciclopedistas: as elites paulista e pernambucana enviam seus filhos para longe do controle do Império luso-brasileiro. Tal autonomia em locais afastados do centro do Império, o Rio de Janeiro, conduz os intelectuais ligados à legitimação da corte a olhar para a brasilidade: encontrar o nativo e a natureza peculiar. O arcadismo era o estilo da metrópole (Cf. Idem: 44-45). Continuará sendo, pelo menos na literatura oficial, o modelo a se perpetuar mesmo com a monarquia independente de Portugal. O peso de símbolos tradicionais era o peso que o Paço exerceria sobre a possível, porém improvável, insubordinação das elites que emancipavam economicamente seus estudantes dos mecenas régios.

A mistura entre jornalismo e política começa a se formar pelos arredores da capital do Império. Homens começam a formar o *empenho literário* para nova configuração do Estado. Evaristo da Veiga (1799-1837) é um bom exemplo. Foi um livreiro da Rua da Alfândega, com propensão às ciências e à poesia; não ingressando em Coimbra, funda *A aurora fluminense*. Com a independência, junto com o irmão João Pedro, facilita a vida da futura elite intelectual do Império brasileiro formando uma livraria entre a Rua da Quitanda com a São Pedro. Comprando a loja de João Batista Bompart, torna-se homem de grande riqueza. Tal riqueza auxiliava os estudos de Paulo Cândido, Freire Alemão, além das viagens à Europa de Porto-Alegre e Torres Homem (Cf. Idem: 49-54).

Os mecenas começam a financiar a intelligentsia da nova nação, agora, não necessariamente anti-francesa. E, curiosamente, se o medo da metrópole era justamente a influência que provinha sobremaneira da França, os primeiros mecenas teriam tido uma atitude um tanto descabida ao mandar os primeiros aprendizes a *teóricos da brasilidade* justamente para... Paris, caso ainda não houvesse a independência.

Os homens de letras intervinham em quase todos os aspectos da vida cultural do Império, conforme se observará. E a interligação não só é de artistas, como também de instituições e tipos de manifestação artística, conforme escreve Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio de *Suspiros poéticos e saudades*:

“travaram-se tão bem entre si as várias manifestações da inteligência nacional em uma época bem decisiva de nosso desenvolvimento – a época em que floresceu o Romantismo – pareceram, por outro lado, tão adequadas a exprimir certos aspectos da vida brasileira, que o exame de uma só dessas manifestações envolve uma consideração de todo o conjunto delas e pode fornecer dados excelentes para um estudo mais ambicioso” (1986: 14).

Inúmeros são os homens que participam na criação do ideário nacional brasileiro. Magalhães, Porto-Alegre, Torres Homem e Azeredo Coutinho são os fundadores do primeiro periódico de sistematização de idéias romântico-nacionais: *Niterói*. Além desses, Martins Pena (1815-1848), Francisco Varnhagen, o visconde de Porto Seguro (1816-1878), João Manuel Pereira da Silva (1817-1897?) e Joaquim Manuel Macedo (1820-1882) são nomes freqüentemente mencionados.

Os ideólogos, como já mencionado, transitam entre duas instituições de suma importância para o império: a AIBA e o IHGB. Além da *Niterói* e da revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, duas publicações se fazem notar: a primeira é *Minerva brasiliense: jornal de ciencias, letras e artes*<sup>16</sup>, editada de 1843 a 1845, na qual colaboraram, entre outros, Magalhães, Odorico Mendes (1799-1864), Santiago Nunes Ribeiro (?-1847) e Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861). A segunda é a *Guanabara: revista mensal, artistica, scientifica e litteraria* que teve impressões de 1850 a 1855, cuja direção ficava com Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), Porto-Alegre e Joaquim Manuel de Macedo e foi subvencionada por D. Pedro II. Segundo Wilson Martins, a revista teria sido uma espécie de *diário oficial do romantismo* (Cf. Squeff, 2004: 68).

Ambas as publicações são redigidas pelo agrupamento que se cunhou de *uma associação de literatos*. Os poemas surgem com mais freqüência na *Guanabara*, especialmente com a autoria de Porto-Alegre.

A presença dos fundadores da *Niterói* na França é notável (Magalhães, Porto-Alegre e Torres Homem). O grande feito desses homens é a tentativa de “construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos” (Salgado Guimarães Apud Gomes Júnior, 1998: 37). A formação de uma *rotina artística* colocava o caráter estético como a grande ferramenta para transformar o Império brasileiro em uma nação culta, com um etos próprio, cujo projeto “tinha nas chamadas ‘belas-artes’, particularmente na pintura, na arquitetura e na estatuária/escultura, seus núcleos centrais de realização” (Squeff, 2004: 25). A manutenção da ordem e das instituições eram os grandes intuitos da arte engajada brasileira.

---

<sup>16</sup> *Minerva* é a deusa da sabedoria greco-romana. Logo, “Minerva brasiliense” atenderia às necessidades de que a sabedoria civilizadora pudesse conduzir o Brasil, mas deixando claro que a peculiaridade dos valores nacionais brasileiros se faz notar. Ou seja: “síntese entre civilização e consolidação de identidade” (Squeff, 2004: 95).

### 3. 1. 1. Magalhães

Domingos José Gonçalves de Magalhães foi filho de Pedro Gonçalves de Magalhães Chaves e de uma brasileira, cujos registros não existem mais, apesar da importância da figura materna ser de extrema importância, como consta nos seus poemas a tristeza de Magalhães quando ela falece.

O poeta nasceu no Rio de Janeiro em 1811 e matriculou-se no Colégio Médico-Cirúrgico da Santa Casa de Misericórdia, também cursado por Torres Homem, de quem era amigo desde a infância.

Suas leituras o afastam da medicina: Young, Lamartine (autores dos quais foi tradutor), Harvey, Klopstok e Sousa Caldas; além dos árcades Correia Garção, Antônio Diniz, Santa Rita Durão e Basílio da Gama (Castelo, 1946: 16). Foi discípulo de Monte Alverne, fator que o converteu para a corrente espiritualista, uma das três existentes no mundo ocidental<sup>17</sup>. Dentro do espiritualismo, Magalhães fica com o ontologismo<sup>18</sup> e o idealismo (Cf. Idem: 44).

Forma-se em medicina em 1832, mesmo ano em que se publica o seu primeiro livro, *Poesias*. Alguma visibilidade já consegue, mas se tornará ícone do romantismo brasileiro com suas atividades em Paris, aonde chegou em 1833 e permaneceu por quase quatro anos. No Colégio da França, frequentou o curso de filosofia de Jouffroy.

Com os amigos Torres Homem e Porto-Alegre e outros colaboradores, escreveu os dois volumes de *Niterói* e, de sua autoria unicamente, publica *Suspiros poéticos e saudades*. Parece ter sido Porto-Alegre quem custeou a publicação do livro, impresso em Paris (Cf. Broca, 1979: 62). Antes da ida à França, ao que tudo indica, Porto-Alegre o teria convencido a se matricular na Academia Imperial de Belas Artes, onde concorreu em uma exposição de 1830 realizada pela academia.<sup>19</sup>

Graças a *Suspiros poéticos e saudades*, livro lançado em 1836 e reeditado em 1859 e 1865, a vida cultural da corte passa a ser liderada por Magalhães, um “intelectual oficial da corte” e futuro magistrado e diplomata.

---

<sup>17</sup> As outras duas eram a positivista e a materialista ou evolucionista.

<sup>18</sup> Atribuição de toda casualidade somente a Deus.

<sup>19</sup> Dado obtido do prefácio de Sérgio Buarque de Holanda escrito para *Suspiros poéticos e saudades*.

Sua vida política não foi tão importante quanto a sua vida como homem de letras, contudo, merece registro. Acompanhou Caxias na sua viagem ao Maranhão e, no retorno, em 1841, começou a lecionar filosofia. No mesmo ano, volta a acompanhar Duque de Caxias, desta vez para o Rio Grande Sul, para ajudar na pacificação da Guerra dos Farrapos. Torna-se deputado geral em 1846 pela província do sul. Em 1842, se casou e se tornou cônsul geral. Tornou-se diplomata e exerceu atividades, dentre outros lugares, nos Estados Unidos e Buenos Aires. Foi nomeado Barão e Visconde de Mauá. Expressou o desejo de morrer na pátria, mas faleceu em Roma.

Magalhães ganha prestígio e se torna o centro da intelligentsia com a chamada *Panelinha de São Cristóvão*. Com Porto-Alegre, Torres Homem, Evaristo da Veiga, José Bonifácio, entre outros, o grupo publicava revistas científicas, peças de teatro e, mais tarde, realiza festas. Os salões literários organizados na casa de Paulo Barbosa da Silva, morador da Quinta da Joana, fez com que o grupo fosse chamado de *Clube da Joana* ou *Facção Áulica*. Estes saraus eram freqüentados por “Manoel Odorico Mendes, Francisco Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, o pintor José dos Reis Carvalho, Joaquim Noberto, o pintor Luís Aleixo Boulanger, Maurício Rugendas e Araújo Porto-Alegre, entre outros” (Squeff, 2004: 74). As atenções se concentram no autor de *Suspiros poéticos e saudades* que pretende criar uma justa emulação e ambição de glória entre os brasileiros para proporcionar ilustração ao Brasil (Cf. Castelo, 1946: 19). Por isso a importância dos encontros, saraus e, posteriormente, a presença do monarca tanto na AIBA quanto no IHGB.

A presença de Magalhães no teatro faz se notar. 1789 é o ano em que Lavardén estréia *Siripo* na Argentina e os argentinos passam a atentar para essa manifestação artística. Um pouco mais tarde, Magalhães, junto com Porto-Alegre e o empresário e ator João Caetano dos Santos trabalham para dar volume à produção dramática. Assim, uma reforma se inicia; e pode-se marcar como ponto inicial *Antônio José ou o poeta e a inquisição* (1838) de Magalhães, apresentada dia 13 de março do ano da sua publicação, no Teatro Constitucional Fluminense, na capital federal. Seria a primeira tragédia escrita por um brasileiro e sobre um assunto nacional.

Contudo, a primeira contribuição do autor para o teatro é ainda em Paris, em co-autoria de Porto-Alegre, no livro satírico *Episódio da infernal comédia ou de minha viagem ao inferno*<sup>20</sup>, escrito em parte em verso e outra parte em prosa (Cf. Huppés, 1993: 72).

Os anos em que se dedicou ao teatro, 1837 a 1839, são suficientes para torná-lo um dos nomes importantes da arte dramática. As concepções de Magalhães a respeito do teatro não são levianas, uma vez que em Paris estava em contato com a explosão dramática do romantismo europeu, à qual não permaneceu indiferente. A sua volta ao Brasil, em 14 de maio de 1837, significou a atualização do teatro brasileiro, especialmente por meio da companhia dramática de João Caetano. Vê-se, no teatro de Magalhães, a influência de Victor Cousin, para quem a arte tem a capacidade de produzir o *belo moral*. No cultivo do belo moral, Magalhães não segue ao pé da letra nem os clássicos, nem os românticos, sendo que os primeiros eram demasiado rigorosos e os segundo, demasiado desalinados. Reprova as características do drama romântico e encaminha-se para a tragédia (Cf. Huppés, 1993: 70-85).

A obra de Magalhães cultiva todos os gêneros: lírico (*Suspiros poéticos e saudades*), épico (*Confederação dos Tamoios*), dramático (*Antônio José ou o poeta e a inquisição e Olgiato*), novela (*Amância*), historiografia (*Discurso sobre a história literária do Brasil e Memória histórica da revolução da Província do Maranhão*) e filosofia (*Fatos do espírito humano e A alma e o cérebro*).<sup>21</sup>

Sua rígida educação católica faz da sua poesia uma ferramenta de aperfeiçoamento do espírito: “A Poesia é uma parte da Filosofia Moral, ou, para melhor dizer, a Poesia e a Filosofia é uma mesma coisa, considerada por dois pontos de vista diferentes” (Magalhães Apud Castelo, 1946: 19). Poetas têm a missão de esclarecer e moralizar, uma vez que são quase divinos e podem aproximar os demais de Deus.

O patriotismo de Magalhães surge por toda a sua obra, como é o caso também de Porto-Alegre. A escassa biografia de Magalhães (fator destacado por Maria Orlanda Pinassi) foi talvez o maior malogro póstumo do autor. Não pelo fato de ser escassa, mas pelo tipo. *Gonçalves de Magalhães ou o romântico arrependido* (1936) de José Alcântara Machado de Oliveira e *Gonçalves de Magalhães* (1946) de José Aderaldo Castelo são verdadeiros desestímulos à leitura do autor, mais do que biografias. Alguns comentários merecem nota:

<sup>20</sup> Tal “comédia” seria uma espécie de “queixa” contra Luís Moutinho, chefe de Magalhães na Delegação Brasileira em Paris, cujos desentendimentos fariam Magalhães sair da delegação e dificultar a sua estadia em Paris.

<sup>21</sup> A produção do autor é muito vasta. As obras que constam entre os parênteses são alguns exemplos de cada gênero.

“Infelizmente, e já o dissemos, em tôda a obra de Magalhães vale sòmente a intenção” (Castelo, 1946: 38), afinal a sua obra apresenta uma “expressão afetada, coisa que não se livrará nunca” (Idem: 27).

Concordando com o próprio Magalhães nas suas considerações críticas sobre os seus poemas de juventude quando já estava na maturidade, Alcântara Machado diz que o autor tem plena razão ao observar a má qualidade dos seus poemas e acrescenta: “tudo é insincero e postiço. Tudo talhado no mesmo tecido, pelo mesmo figurino, sobre os mesmos manequins dos velhos costureiros. Metáforas deste supremo ridículo...” (Alcântara Machado, 1936: 17) e, então, segue um exemplo de metáfora ridícula escrita pelo autor analisado para o deleite do leitor.

Sobre os *Cânticos fúnebres*, Castelo escreve que Magalhães “envolve tôdas as suas poesias, como as demais que escreveu, de superficialidade filosófica, de sentimento religioso, moralizante, e da vibração patriótica forjada em última hora” (Castelo, 1946: 23). Já a respeito de *Urânia*, “vamos encontrar no poeta uma expressão amorosa, na sua totalidade ridícula” (Idem: 28) e com preocupações infantis.

Para finalizar a seqüência que destrói as pretensões artísticas do autor com um machado, duas ainda merecem nota:

“Infelizmente, não foi poeta, para sentir a poesia de acôrdo com suas idéias, aliás superficiais, unilaterais e desordenadas como a sua inspiração. Realmente, o autor das *Poesias avulsas*, junta artificialismo de inspiração, a uma prolixidade exaustiva, imagens descoloridas, pesadas, enfadonhas, a comparações retumbantes, e é de um sentimento de tristeza que, embora lhe possa ser real, é pensado e medido” (Idem: 22).

E uma segunda:

“Magalhães não foi poeta, porque não sabia expressar os profundos sentimentos de que se dizia possuído, ou então foi poeta, mas como seus sentimentos eram insinceros, não podiam corresponder a uma expressão sincera” (Idem: 27).

Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio de *Suspiros poéticos e saudades*, escreve que a contribuição de Garrett para os autores brasileiros foi da ordem da “naturalidade de expressão” (1986: 21). Contudo, concorda que, além da inspiração de Magalhães ser pobre e pouco natural, seria também pouco profunda e sincera, concordando com Alcântara Machado e Castelo. Sendo assim, por que Porto-Alegre passou a chamá-lo de *Garrett brasileiro* (Cf. Squeff, 2004: 69)? Se Garrett foi a expressão da naturalidade, Magalhães foi a sua oposição

romântica na versão brasileira. Por que José Aderaldo Castelo resolveu publicar textos de um autor como Magalhães?

Bem, em determinado momento, o mesmo Castelo assume que a obra passa a se elevar um pouco, como, por exemplo, na poesia *O cristianismo*, em que revela um ardor patriótico mais convicto. Também na defesa dos índios contra o livro de Varnhagen, *História geral do Brasil*, Castelo considera que Magalhães escreve em uma linguagem agradável e “parece justo, imparcial e sincero na sua defesa dos índios brasileiros, ainda que esta atitude fôsse produto de um sentimento patriótico” (Castelo, 1946: 41).

Alcântara Machado, apesar de tudo, chega a sugerir a leitura de uma de suas coletâneas, mencionando *Napoleão em Waterloo* como “uma das páginas mais felizes que nos deixou Magalhães” (Alcântara Machado, 1936: 46). Sérgio Buarque concordaria com os mesmos termos de Machado no prefácio já citado, contudo, não conviria a Sérgio Buarque citar esta fonte, já que o convite para escrever um prefácio não é um convite à desmoralização do autor que será publicado.

Para o autor de *Gonçalves de Magalhães ou o romântico arrependido*, Magalhães não foi um romântico. O romantismo era mistura em demasia, quebra de hierarquias em demasia e outros excessos para a geração “grave e circunspeta” do primeiro romantismo. “Estaria [Magalhães] iludido como Byron? Não. Salvo no breve período em que escreveu *Suspiros*, Magalhães sempre foi em verdade, um clássico retardatário. Nem podia ser outra coisa” (Alcântara Machado, 1936: 46).

Já para Castelo, Magalhães não foi nem um romântico nem um pré-romântico: a sua importância reside na sua atitude histórica, como personalidade importante para a autonomia cultural e intelectual do Brasil. Esta afirmação é verdadeira e se apresenta em duas questões de suma importância: uma delas é o tema do indianismo e a segunda é a primeira interferência do reino na produção de livros.

Segundo Squeff, “até meados de 1855, a produção de livros manteve-se relativamente escassa” (2004: 59), pois a publicação ainda era um negócio temerário. Mais do que ter sido o homem que escreveu a obra que precisou da proteção do imperador, se colocando neste negócio temerário como era a publicação literária, Schwarcz argumenta que a publicação de *Confederação dos Tamoios* atendia a uma necessidade de fortalecer a figura de



D. Pedro II, para que pudesse exercer o Poder Moderador garantido pela constituição (Cf. Schwacz, 1998: 123).

Com relação ao primeiro ponto, o indianismo, Magalhães se apresenta como o precursor de uma inversão na concepção do nativo brasileiro. Visto de maneira não muito lisonjeira pelo já citado Varnhagen ou por um Santa Rita Durão, o indianismo precisa trazer o índio “travestido de herói” (Squeff, 2004: 224).

“O indígena glosado em poemas e romances dotava a nação de um passado mítico e tranquilizador. Desse modo, seria incorporado, junto com a natureza tropical, aos emblemas e rituais do governo de Pedro II. Como se sabe, o monarca foi um grande engajado no estudo do índio. Estudioso das línguas tupi e guarani, propôs a elaboração de dicionários dessas línguas, além de ter apoiado de diversas formas pesquisas etnográficas de naturalistas estrangeiros e nacionais pelo interior do Império” (Squeff, 2004: 224).

Magalhães começa a importante inversão na concepção do indígena, essencial para o Segundo Reinado, mas Castelo argumenta que o autor ainda não teria sido um indianista mesmo em plena época indianista. O índio aparece “como pretexto para melhor manifestar seu antilusismo, sem qualquer idealização, ao que se opõe seu significado histórico” (Castelo, 1946: 47). De fato, a grande preocupação foi fazer o Brasil virar as costas para Lisboa e Coimbra e abraçar Paris.

Mesmo sem a idealização que os românticos viriam a usar e abusar dos índios, Magalhães foi aquele sobre quem se assentou o Estado para dar sinal verde àqueles que assumissem a postura oposta da de Varnhagen. Além de que, com seus *Suspiros poéticos e saudades*, Magalhães quis dar o *grito do Ipiranga na poesia*<sup>22</sup>. O grande êxito de Magalhães não foi ter escrito boas poesias: foi o de ter escrito as poesias que *deveriam ser escritas*, tendo percebido a sua demanda que, por fim, fez dele uma espécie de instituição nacional.

### 3. 1. 2. Porto-Alegre

Porto-Alegre, que “pode ser considerado o patrono da história das artes plásticas do Brasil” (Gomes Júnior, 1998: 33), nasceu em Rio Pardo, Rio Grande de São Pedro e chegou ao Rio de Janeiro, aos 21 anos, em 1827. Geralmente referido como Porto-Alegre, adotou o

---

<sup>22</sup> Expressão utilizada por Sérgio Buarque de Holanda no prefácio do mesmo livro, à página 15.

pseudônimo de Bonifácio de Amarante e obteve, em 1874, o título de barão de Santo Ângelo. Custeado por Evaristo da Veiga e José Bonifácio (1763-1838), viajou a Paris com seu mestre Jean Baptiste Debret, em 1831, onde se tornou aluno de Antoine Gros, seguidor de Jacques-Louis David (Cf. Idem: 34). Dois anos depois, em 1833, chegam os amigos da época em que viveu na Corte: primeiramente desembarca Torres Homem e, em seguida, no mesmo ano, Gonçalves de Magalhães; companheiros com quem fundou o marco inicial do romantismo nacional, a revista *Niterói*, e com quem participou do *Institut historique*.

À época do seu retorno, as profissões disponíveis eram advocacia, medicina e engenharia. Porto-Alegre começa como aspirante a pintor e segue pela literatura, o teatro, o jornalismo e o debate político; afinal, “todos os representantes da ‘elite cultural’ do Império – políticos, magistrados e funcionários públicos em geral – eram homens de letras” (Squeff, 2004: 58)<sup>23</sup>, o que dificultava a diferenciação com os bacharéis. O diploma da Academia das Belas Artes não equivalia ao de um curso superior, o que fez de Porto-Alegre um intelectual à margem da legitimidade acadêmica.

Porto-Alegre, apesar de possuir dois escravos, teve a sua história marcada por dificuldades financeiras. Buscou a diplomacia como Magalhães e Varnhagen e se dedicou à Academia Imperial das Belas Artes<sup>24</sup>. Lá, começa como professor de 1837 a 1848<sup>25</sup> e diretor de 1854 a 1857, período no qual realiza a *Reforma Pedreira* que já havia começado, de forma abrangente pelo Império, no ano anterior ao início da sua diretoria.

Em 1853, começa o período da conciliação (1853-1857) encabeçado marquês de Paraná que, apesar de conservador, passa a admitir liberais nos quadros do Estado. Mas o posto assumido por Porto-Alegre na AIBA foi por influência direta do imperador. Luiz Pedreira do Couto Ferraz (o visconde de Bom Retiro), componente do ministério da

---

<sup>23</sup> Todas as datas e dados pessoais a respeito de Porto-Alegre que se encontrem sem referência foram obtidos de Squeff, 2004.

<sup>24</sup> Também é nomeado pintor da Imperial Câmara em 1840. Fez a decoração interna do palácio de Petrópolis. Coordenou, em 1845, a grande reforma do Palácio de São Cristóvão. No contexto da proclamação da maioria, o grupo de Paulo Barbosa da Silva consolida a sua liderança. Porto-Alegre ganhou a proteção de Barbosa que, junto com Aureliano de Sousa Continho, tinha influência sobre as princesas e o jovem D. Pedro II. Paulo Barbosa foi nomeado mordomo da Casa Imperial quando acabou a tutoria de José Bonifácio em 1833 se tornando um mediador entre D. Pedro e a corte. A Barbosa, Porto-Alegre lhe rendeu como homenagem o poema *O corcovado: brasiliana oferecida ao meu amigo e benfeitor Paulo Barbosa da Silva*.

<sup>25</sup> 1848 é o ano final do Quinquênio Liberal (que se iniciou em 1844) e o período de embate em que os conservadores dominaram a cena política sem suprimir os liberais. Dos privilegiados por este grupo, fazia parte Félix-Émile Taunay e é levantada a suspeita de que a saída de Porto-Alegre da AIBA neste ano se deve ao poder político que Taunay detinha dentro da instituição. Félix-Émile Taunay era do grupo que fazia oposição a Paulo Barbosa e participava Honório Hermeto Carneiro Leão, o conde e marquês de Paraná (Partido Conservador), que presidiu a província de Pernambuco a partir de 1848 e liderou o gabinete da conciliação em 1853.

conciliação desde o início, pretendia mudar o sistema de ensino no império, aumentando o salário de professores, exigindo um currículo mínimo e mudança nos métodos de ensino, atendendo à necessidade de centralização monárquica e a inserção do Brasil como nação civilizada. O período da direção de Porto-Alegre foi o período da implantação desta reforma dentro da AIBA.

Quando Porto-Alegre pede afastamento da Academia das Belas Artes, é transferido para a Academia Militar como professor de desenho, ano em que é eleito como vereador suplente da cidade do Rio de Janeiro. 1857 é também o ano em que perde o título de professor da Academia Militar.

No IHGB, foi orador por 14 anos e a sua participação é crucial não só por ser o seu porta-voz, mas também por ser o homem das biografias, fator muito importante ao período, como se observará. No Instituto, Porto-Alegre seria diretor da seção de Arqueologia e Etnologia, o que o transformou em terceiro vice-presidente.

Antes de chegar à diplomacia, foi diretor da Alfândega. Em 1859 volta à Europa, se torna cônsul em Berlim, Dresden e Lisboa, onde morre aos 73 anos.

Além da pintura, escreveu muito não apenas para a *Niterói*, que só contou com dois exemplares, mas também contribuiu com inúmeros textos e poesias para as revistas *Minerva brasiliense* e *Guanabara*. Entretanto, estas são apenas dois dos exemplos de onde se concentram alguns dos diversos textos que produziu, além das poesias *Brasilianas* de 1863 e *Colombo* de 1866, as mais importantes.

Tudo isso tinha como intuito-guia mostrar o seu patriotismo e reverência ao rei. Mesmo nos seus textos irônicos, tal questão não se torna ausente. A “crítica à sociedade fluminense seria mais ferina” (Idem: 102) em *Lanterna mágica: periódico plástico-filosófico* de 1845. Foi o primeiro periódico a aliar textos e caricaturas. Curioso é encontrar a crítica aos são-simonianos, grupo bastante próximo aos positivistas, que se distanciariam bastante das necessidades *legitimantes* do Império brasileiro. Juan Bautista Alberdi era são-simoniano: uma diferença nas posições políticas fica explícita entre os dois grupos. Contudo, a preocupação civilizatória, como se observará ao final deste texto, os aproxima como homens cuja prática é realizada pela mesma enxada.

O grande ecletismo de suas atividades faz com que Elias Saliba o chame de “pintor, caricaturista, arquiteto, autor dramático, poeta e diplomata” (Idem: 13). De fato, não foi um excelente pintor, um excelente poeta ou um excelente dramaturgo, entretanto, em todas essas atividades, Porto-Alegre demonstrou ter sido um grande ideólogo da construção da brasilidade. Além do mais, estava muito atento a este papel que cumpria e dava, assim como todos os outros, atenção especial à sua vida pessoal, escrevendo um esboço de biografia em terceira pessoa com “a preocupação em fazer de sua vida um ‘fato moral’” (Idem: 42). A sua biografia foi, por fim, publicada em 1931 por Carlos Laet. O “homem tudo”, como lhe chamava Max Fleiuss e que pode ser comparado a empreendedores como Pedreira e Barão de Mauá, merece atenção em diversas frentes. Todas elas convergem para o tema da brasilidade, a construção de uma memória para o Brasil, contudo, dividamo-las em dois pilares: o historiógrafo e as suas atividades práticas sejam como professor ou ideólogo. Cada uma delas pode ser observada nas subseções subseqüentes.

### 3. 1. 2. 1. As biografias e o IHGB

O papel de orador no IHGB era extremamente importante para a instituição, cargo de bastante prestígio. Ademais, a participação no IHGB também conferia prestígio uma vez que para fazer parte dos trabalhos pelo Instituto desenvolvidos, o intelectual não era pago, ao contrário disso, pagava ele uma anuidade ao Instituto. Porto-Alegre foi o seu orador e o grande responsável pelas biografias.

As biografias eram o passado da nação personificado em homens. Assim como faziam os argentinos, era necessário fazer uma articulação entre a trajetória individual de homens exemplares com os rumos da nação, portanto, criar *obras de arte*, homens exemplares, exemplos que expressassem “patriotismo, religião, moral, comprometimento com o progresso e a civilização” (Idem: 49).

Também preocupado com a sua própria trajetória (afinal, Porto-Alegre também iria querer fazer de sua vida um *fato moral*), faz anotações em cadernos, um diário e uma autobiografia, publicada como *Apontamentos biográficos*. A preocupação com a caligrafia, o cuidado em conferir um sentido à sua vida e o destaque ao Porto-Alegre empreendedor e

servo do imperador a despeito do Porto-Alegre marido, pai, homem, mostra a incansável tarefa de reescrever suas memórias para organizar o não-organizável: a vida de um indivíduo.

Dois aspectos se fazem notar das memórias que o autor quis conferir posteridade: de um lado, a peculiaridade romântica de época na qual o autor se coloca como ser incompreendido e, de outro, a narrativa em terceira pessoa.

A narração autobiográfica oscila entre a visão pragmática de si mesmo e o artista incompreendido e perseguido, como era comum aos mártires românticos do XIX. Entretanto, a incompreensão da sociedade em relação ao artista, no Brasil, respondia também a outro tipo de legitimação: estes artistas seriam incompreendidos pelo brio e distinção, o que os afasta da plebe e os aproxima do Paço. Toda a exaltação à saudade, inadequação e desajuste faz do artista um ser distante da sociedade, o que é comum a todo o romantismo. Entretanto, para o Império, distinguir-se da sociedade brasileira era condição *sine qua non* para o reconhecimento régio.

O seu diário é escrito em terceira pessoa. Essa diferença com relação aos diários argentinos é notável. Os argentinos são agentes da transformação da barbárie em civilidade, são aqueles que precisam tomar as rédeas para dar o rumo correto à Argentina. No caso das biografias brasileiras, os homens estão inseridos dentro do projeto civilizatório do Império. Eles são os alicerces do grande movimento emancipatório promovido pelo grande mecenas Pedro II e que têm no seu patriotismo e fidelidade real a sua importância dentro da marcha progressiva da nação: “Como que movido por forças externas e maiores que ele – acontecimentos políticos, acasos, boa ou má sorte –, o artista realiza sua trajetória em direção e sentidos precisos, que parecem estar predestinados desde o seu nascimento” (Idem: 36).

### 3. 1. 2. 2. A história da arte

Uma grande nação precisa de uma história. O Brasil imperial elegeu a arte como espelho das luzes. Como encontrar os espelhos antes da vaidade fazer da presença de espelhos uma necessidade? Forjando-os. Porto-Alegre se vê na necessidade de inventar uma *tradição*, interpretando e criando uma *história das belas artes brasileiras*.

Em 1841, na revista do IHGB, Porto-Alegre publica “Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense”. O autor encontra uma rede de artistas<sup>26</sup> que mostram um *passado colonial artístico*: o pintor Ricardo do Pilar (comparado com Giotto e Cimabue), seria o fundador da *escola fluminense*; José de Oliveira Rosa, o chefe da *escola*, Francisco Muzzi, ocupado com a cenografia; João de Souza, dos “coloristas”; Manuel da Cunha e Leandro Joaquim, obras para irmandades; Raymundo, como escultor e pintor; e o retratista José Leandro.

Em outro texto, *Memórias*, Porto-Alegre fala da escola de Manuel Dias, que tomou forma com as ligações de Dias com “Leandro Joaquim Raymundo e do mestre Valentim” (Idem: 150).

Dias teria viajado a Roma, o que sugeriria que a influência da arte européia teria vindo, não com a “missão francesa” que aportou no Rio de Janeiro em 26 de março de 1816 no *Calpé*, mas com Manuel Dias<sup>27</sup>.

Ora, Porto-Alegre era discípulo de Debret, francês que veio junto com a “missão”, logo, porque negar a importância dos franceses no Brasil? Em realidade, não é isso o que faz o autor. Porto-Alegre apenas busca uma tradição pré-independência, o que tornasse a arte não um fator inteiramente subordinado à presença européia. Contudo, os franceses foram de crucial importância para a arte brasileira, sem sombra de dúvida em qualquer um dos cantos que bata o sol sobre o nosso historiógrafo.

Em “Iconografia brasileira” (artigo publicado no IHGB em 1856), a questão fica mais clara: Manuel Araújo destaca a biografia de três brasileiros ilustres: o músico José Maurício Nunes Garcia, o *Mozart brasileiro*; o mestre Valentim e Francisco Pedro. Francisco Pedro foi um pintor fluminense que pertenceu ao primeiro grupo de alunos de Debret. Para Leticia Squeff, a incorporação deste pintor marca a confluência do *anterior* (ou seja, aquilo que havia vindo da Europa por via de Manuel Dias e da sua *escola fluminense*) com a importância dos franceses do *Calpé*. Francisco Pedro seria um ponto máximo: a união entre as

---

<sup>26</sup> Sendo assim, os homens das artes no Brasil não seriam homens da estirpe que desejariam tanto os ideólogos quanto a platéia imperial e européia. Escravos e mulatos teriam sido a primeira manifestação artística do Brasil: não haveria outra forma de forjar um passado artístico. Não há problema: esse fato era uma contingência do passado colonial a ser superado.

<sup>27</sup> Este texto é de 1848, período de influência política de Félix-Émile Taunay na AIBA. Leticia Squeff sugere que é possível que a saída de Porto-Alegre da AIBA, neste mesmo ano, possa ter tido, como um dos motivos, este texto (Idem: 151).

artes brasileiras e a arte em pessoa vinda da Europa, no caso, Debret. Assim, Porto-Alegre enfatiza o papel do seu mestre na história da arte brasileira.

Vindo diretamente de Roma por meio de Manuel Dias, a *escola fluminense* não incorreria nos “delírios barroquinos”...

Além de ter sido o primeiro a aliar textos e caricaturas, Manuel Araújo talvez também tenha sido o primeiro a pensar sobre o barroco no Brasil. À época, o *barroco* ainda era associado a *bizarro*. O primeiro esboço surge na conferência dada em 1834 no *Institut historique*, que logo no mesmo ano, Debret resolve dedicar-lhe um espaço na sua *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, no trecho “Résumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil, par trois brésiliens, membres de l’Institut historique”. Nesta conferência, Porto-Alegre divide em três as formas arquitetônicas do Brasil, sendo a última a dos jesuítas, apresentando um estilo entre o romântico e o gótico. Era o estilo hoje cunhado de barroco, associado à Companhia de Jesus, a mesma que havia sido expulsa por Pombal, no ano de 1759. No já referido texto *Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense*, compara Manuel da Costa com Góngora e Barromini.

Ao que posteriormente seria o barroco, Varnhagen chamaria de *cultismo*, pelo estilo rebuscado e *contorcido*; algo que Porto-Alegre, de forma um tanto acanhada, mesmo que sem nenhuma conotação positiva ao se referir ao termo, mas não desqualificando as obras, havia chamado de barroco (Cf. Gomes Júnior, 1998: 34-44).

O barroco teria que ser incorporado à “tradição” brasileira. Isto era um fato. Já em 1856, consegue reconciliar-se em partes com o barroco, elogiando os templos e, no artigo sobre a Candelária, menciona que os edifícios religiosos são “barroquinos, barrocos, ou do gosto jesuítico, como S. Bento e as igrejas do Castelo nesta cidade” (Porto-Alegre Apud Squeff, 2004: 111).

Mesmo tendo o barroco incomodado o autor de início, ele não foi um obstáculo em um segundo momento. O símbolo de nacionalidade da arte não estava na *forma*, mas sim, no *tema*. Porto-Alegre passa a gostar da escuridão como questão religiosa, típica do gótico e, posteriormente, começa a defender o ecletismo estilístico. Sendo os *temas* o principal foco do ideólogo, ele reconhece dois realmente importantes: a *pintura histórica* e o *paisagismo*.

A pintura histórica justifica-se por si própria: é a história da nação recontada nos quadros. Por outro lado, o paisagismo é a grande novidade e passa a ser a *estratégia* da peculiaridade das belas-artes brasileiras por ser o estereótipo brasileiro na Europa. O paisagismo traria a imagem de Estado monárquico europeizado, civilizado e controlador “no meio de um exótico, mas nada ameaçador, entorno natural” (Idem: 220).

Diferentemente das cidades européias, o que dava identidade à urbe carioca não eram os feitos humanos, mas a sua natureza. Mas esse problema seria resolvido no início do século seguinte, com a reforma urbana.

### 3. 1. 2. 3. A AIBA

A Academia Imperial de Belas Artes apresentava diversos problemas internos até meados do século XIX: alunos humildes e com instrução deficitária, professores com saberes desiguais, brigas internas. Além disso, a instituição não detinha a legitimidade de órgão fiscalizador do *belo* que viria a ter.

A *Reforma Pedreira* (o grande tema do diário de Porto-Alegre) é o reflexo dentro da AIBA da grande reforma educacional no Império realizada por Luiz Pedreira do Couto Ferraz. A reforma contou com 5 contos de réis anuais, reformou o edifício e reformulou o estatuto. O segundo andar foi construído; um sistema coerente de ensino, também.

O novo estatuto foi motivo de controvérsia. Todos os métodos e pressupostos deveriam ser rigorosamente discutidos entre todos os docentes. Para uma instituição que pretendia se fixar como legitimadora de um projeto de império civilizador, era necessário que esta mesma instituição tivesse e apresentasse coerência e coesão no seu trabalho. Além disso, os escândalos como o caso Pallière<sup>28</sup> não poderia ocorrer: os prêmios deveriam ser conferidos pelo mérito e não por apadrinhamento. A rigidez também se apresenta na exigência de bom desempenho dos pensionistas.

---

<sup>28</sup> Leon Pallière Grandjean Ferreira era neto de Grandjean de Montigny. Recebeu o prêmio de viagem, caso que foi amplamente criticado por Porto-Alegre por todos os meios possíveis.



A AIBA passa a ter cinco seções: arquitetura, escultura, pintura, ciências acessórias e música. Em 1857, ocorre a fundação da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional, na biblioteca da instituição.

A partir de então, a academia passaria a ser a certificadora das artes pela cidade, legitimaria artistas, cenografias, figurinos, ou seja, passaria a “transformar-se em instância máxima de fiscalização e controle de tudo que se referisse às artes no Império” (Idem: 181).

A *Reforma Pedreira* não teve importância apenas para a instituição dos artistas, mas também, para os próprios artistas.

Desde a idade média, as artes plásticas estavam classificadas como artes manuais ou mecânicas. As artes liberais, reduzidas a sete por Marciano Capela no século V, incluíam o *trivium* (gramática, retórica, dialética) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia, música).

A tarefa que deveria ser dos artistas era realizada por escravos. Sendo assim, as belas-artes, no Brasil, eram ainda mais simbolizadas como artes mecânicas, por serem realizadas por homens que trabalhavam unicamente com as mãos. O artista *deveria* destacar-se do artífice que, à época, era o escravo no Brasil, o que tornava a situação ainda mais *preta* aos olhos dos intelectuais.

Preparar o artista para a *criação* e o pensamento era a preocupação principal da AIBA. Os humanistas, como Leon Battista Alberti (1404-1472), com o seu *studia humanitatis*, já preconizavam a necessidade do homem de preocupar-se com a cidade, o mundo e o aperfeiçoamento da ética.

O artista *deve* destacar-se do artífice. O artista é o homem que cria, é o homem do mundo espiritual e que separa a aparência e a realidade, enquanto que o artífice se dedicava às disciplinas de “matemáticas aplicadas, desenho geométrico, além dos cursos de desenhos de ornatos e escultura de ornatos” (Idem: 194). O artista compreende a importância da pintura histórica, é capaz de criá-la com honra e fazer do paisagismo a pompa tupiniquim.

### 3. 1. 2. 4. Textos

O teatro, preocupação de seu amigo Gonçalves de Magalhães, também fez parte do repertório de Porto-Alegre, contudo, com comentários nada lisonjeiros. A primeira peça foi *Prólogo dramático* de 1837.

A que mais chama a atenção é *Os Lavernos* de 1863. Trata-se de uma peça irônica. E por que Porto-Alegre, o homem da ação correta, teria escrito uma peça irônica? Ora, o ensino da retórica é antigo. A retórica se divide em *deliberativa*, *judicial* e *demonstrativa*. A retórica demonstrativa pode apresentar-se em forma de *louvor* (elogio) ou *vitupério* (crítica ou ironia). O estilo barroco faz um grande uso do vitupério, mais ainda, do vitupério irônico. O que convém salientar é que a ironia não é revolucionária, mas sim, conservadora. Trata-se de um controle sobre a *boa moral* que ironiza a *imoralidade*.

Este é o exemplo de *Os Lavernos*. Trata-se de pessoas que se envolvem em falcatruas exitosas graças às mentiras de serem estrangeiros: sendo estrangeiros, os brasileiros passam a acreditar nas qualidades a que se atribuem.

Tal crítica não sugere que os hábitos tropicais devam ser assumidos e que os europeus devam ser abandonados. A sugestão aqui não é nada mais do que o *refinamento* de costumes, mas sem abrir mão dos costumes da identidade nacional, porém, os aceitáveis. Ao mesmo tempo em que o autor faz a “sátira” do fato de que os aproveitadores possam obter seus êxitos por meio da estranja, também critica o declínio dos homens dos trópicos à dança, à música e ao estilo de vida do negro africano.

O Brasil deve ser um país civilizado, europeizado. O que o distingue é a insígnia tropical. Entretanto, trata-se apenas de uma insígnia, nada além disso, nada que influa no seu comportamento, forma de pensar ou de agir. Para tanto, o Estado surge como elemento regulador.

O modo de falar europeu, o piano ao invés da viola, a dança clássica ao invés da ritma dança africana, os trajes civilizados são todos fatores que se somam à cidade para conferir dignidade: “As construções de uma cidade, [sic.] são como o vestuário do homem, que gradua, e denota à primeira vista a hierarquia à que pertence” (Porto-Alegre Apud Idem: 107). Contudo, o Rio de Janeiro era uma questão difícil a ser resolvida.

### 3. 1. 2. 5. Arquitetura

Mesmo assumindo o ecletismo, Squeff determina o estilo de Porto-Alegre da seguinte forma: “simples, severo, clássico” (2004: 108).

Apesar de fazer modestos elogios ao estilo barroco e gótico dos templos, o neoclassicismo era o que aproximava o Novo Mundo da tradição européia. “Era preciso dar antigüidade ao Império como sede na América [...]” (Idem: 109).

Gonçalves de Magalhães, em *Confederação dos Tamoios*, tratou de um tema caro ao Império, o indianismo, com uma forma de escrita carregada de legitimação tradicional. Desta forma, Porto-Alegre foi o Magalhães da arquitetura urbana. As construções operariam o retorno simbólico ao passado para sinalizar o Império com elementos reconhecidamente legítimos, carregados secularmente. O exótico proporcionado pela natureza é a história natural enobrecedora dos brasileiros; a construção humana que segue o refinamento tradicional europeu é o que enfatiza a nobreza da peculiaridade brasileira.

Como arquiteto, Porto-Alegre tinha o Rio de Janeiro como sua grande preocupação pela necessidade de suprimir a antiga cidade colonial e fazer da capital o exemplo a ser seguido pelo resto da nação. O *belo* era a inspiração para o aprimoramento da sociedade, logo, a arte não era deleite, mas sim, necessidade social.

O centro do Rio de Janeiro precisava de atenção. A vinda de uma infinidade de moradores para a capital do Império não foi acompanhada por uma ordenação do espaço urbano, o que resultou em instabilidade. A urbanidade carioca estava muito longe do modelo civilizado. Logo, Porto-Alegre fez da *Guanabara* um veículo de discussão da urbanidade carioca, discussão trazida pelas questões abordadas na Câmara Municipal. Manuel Araújo requisitava uma reforma urbanística que atendesse ao problema de alagamentos nas ruas do Cano (atual Uruguaiana) e rua da Vala (atual Sete de Setembro), atendesse à crescente importância do Campo de Santana e sugeria a remodelação dos morros e destruição do morro do Castelo.

O pioneirismo na questão urbanística, em Porto-Alegre, possui a longevidade de toda a sua obra e uma exatidão com relação a peculiaridades, como a salubridade da capital do Império e a sua preocupação com o Morro do Castelo que é resolvida, bastante tempo depois,

em 1920, quando o morro literalmente começa a vir abaixo na administração de Carlos Sampaio, com a demolição de 300 imóveis e a retirada de 66 mil metros cúbicos de terra (Cf. <http://www.almacarioca.com.br/historia.htm>, consultado em 15/10/2008).

O tema urbanístico em que Porto-Alegre dá as primeiras bases do que poderia ser tratado como nota de rodapé neste trabalho, entretanto, a importância que ganha na Primeira República merece um desvio de foco do texto, afinal, a consolidação de determinadas questões pode surgir de uma maneira que os próprios questionadores não imaginariam: neste caso, sendo resultado da somatória de uma demanda da burguesia carioca com a desastrosa preponderância de São Paulo nos circuitos nacionais, impondo uma política oportunista e provinciana.

### **3. 1. 3. Torres Homem**

Francisco Sales de Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1812, filho do padre Apolinário Torres Homem, pessoa de conduta duvidosa à época, metido em escândalos, brigas, e de uma mulata fôrra chamada Maria Patrícia, conhecida como “Você me Mata” (Cf. Pinassi, 1998: 35).

Como já mencionado, foi colega de Magalhães nos estudos de medicina, tendo se formado médico. Entretanto, as vocações que exerceu durante toda a sua vida, de jornalista e político, só puderam tomar forma depois da viagem a Paris, aonde chega em 1833, um pouco antes de Gonçalves de Magalhães, também financiada pelo mesmo Evaristo da Veiga que custeou Porto-Alegre na sua peregrinação civilizatória. Em Paris, torna-se bacharel em Direito pela Sorbonne (Cf. Magalhães Júnior, 1956: 20)<sup>29</sup>.

Alguns diziam que era afável, simpático e muito divertido. Sobre isso, variam as opiniões, mas a respeito do rigor na sua vestimenta não sobrava dúvida. Alguns argumentam que o fato de ser mulato foi um estimulador para a sua superprodução estilística, o que fez com que Nabuco Araújo dissesse: “Se o Sales não tivesse tanto talento era um peru de rodas... Só não digo pavão porque êste, segundo Buffon, é o rei da natureza em formosura” (Apud Magalhães Júnior, 1856: 9).

---

<sup>29</sup> Quando não indicada a biografia, os dados desta subseção constam em Magalhães Júnior, 1956.

Com relação à indumentária, tanto Magalhães quanto Sales Homem apresentam características importantes se comparados à geração argentina. São diametralmente opostos: diz-se que Magalhães revela a sua sátira mais interessante na sua crítica com relação às modas importadas (Sérgio Buarque de Holanda Apud Magalhães, 1986: 19), enquanto que o amigo Torres Homem tinha o seguinte raciocínio: “as exterioridades têm inquestionável importância. A um tresloucado e criminoso é muitíssimo mais fácil dar logo cabo de qualquer maltrapilho do que simplesmente desrespeitar um homem revestido das insígnias de alta posição social” (Magalhães Júnior, 1956: 8).

Torres Homem não apresenta apenas a concordância com relação à importância da *exterioridade do ser* que os argentinos aqui em questão davam, cuja primeira publicação seria *La moda*: Francisco Sales também foi aquele que mais se debruçou sobre questões políticas e econômicas, além das críticas mais sinceras e acentuadas com relação à monarquia.

Freqüentava a loja de livros do seu mecenas, escreveu artigos políticos para a *Aurora fluminense*, para o *Jornal de debates políticos e literários*, também para o *Despertador*, *O maiorista* e *Correio mercantil*. Seus escritos eram críticos ao partido conservador, o saquarema, com uma boa retórica que pôde ser observada e incômoda aos seus adversários nas casas do Estado posteriormente.

1842 é o ano em que Torres Homem (futuro Visconde de Inhomirim), Antônio Paulino Limpo de Abreu (futuro Visconde de Abaeté) e outros políticos organizam a *Sociedade dos patriarcas invisíveis*, de caráter revolucionário, que entra contato com rebeldes mineiros e paulistas contra a monarquia.

No mesmo ano, pelo partido liberal, é eleito deputado pelo Ceará, entretanto, a câmara é dissolvida pela acusação do Marquês de Paranaguá de fraude generalizada. Já em 1845 (até 1847) consegue o mesmo título, mas desta vez, pela província de Minas Gerais. Em seguida, pelo Rio de Janeiro, de 1848 a 1850. Torna-se um dos homens públicos mais críticos do sistema político brasileiro com artigos publicados, especialmente, no *Correio Mercantil* e, no ano seguinte, 1849, devido à morte de Joaquim Nunes Machado, líder da revolução praieira em Pernambuco, Francisco Sales Torres Homem escreve, sob o pseudônimo de Timandro, o *Libelo do povo*.

Tratava-se de uma das críticas mais ácidas já escritas à monarquia brasileira:

“Examinai a história de qualquer outra raça Real, e entre a longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados, um ou outro encontrareis, sôbre quem a posterioridade possa repousar os olhos com satisfação. Na dinastia bragantina, porém, nenhum há que esteja neste caso” (Torres Homem Apud Magalhães Júnior, 1956: 67).

“Eis aqui dos Luzias o Alcorão” dizia uma estrofe satírica publicada em *O caboclo*. O Escrito teria inspiração no também incendiário Visconde de Cormenin que, na França, havia publicado *Entretiens du village*. Sobre o conteúdo, diz-se que poderia praticamente encontrar plágios de Stuart Mill e Pellegrini Rossi. Para terminar o texto, Timandro se pergunta quando haverá a regeneração.

“Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação; revolução que caindo gota a gota arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução que não poderão conter nem a as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; [...] revolução finalmente, que será o triunfo definitivo do interêsse brasileiro sôbre o capricho dinástico, da realidade sôbre a ficção, da liberdade sôbre a tirania!” (Idem: 126).

Em 1952 inicia-se o período da Conciliação, realizada pelo Marquês de Paraná, que, para conciliar, chama partidários dos luzias e dos saquaremas. Na pasta dos Estrangeiros, chamou Limpo de Abreu. Torres Homem passa a escrever em tom mais moderado para o *Correio mercantil*. Iniciava-se a sua segunda fase política: depois de passar pela sua época revolucionária, agora se encontrava coalicionista.

Para alguns, este período foi um momento de tentativa de resolver as questões do império com cordialidade. Ao contrário desses autores, outros o viam “uma fase de estagnação e de marasmo [...], o rasgar de sedas entre adversários que antes pareciam irreconciliáveis” (Magalhães Júnior, 1956: 25). Para não ficar sozinho entre os ex-radicais, Limpo de Abreu, o futuro Visconde de Abaeté, chamou Torres Homem, que, com o passar do tempo, ocupou vários postos estatais, em geral, relacionados com cifras e organização econômica. Torres Homem assume o Ministério da Fazenda entre 1858 e 1859 em uma ocasião problemática, depois de Souza Franco, tendo que fazer importantes modificações. Torna-se, depois, presidente do Banco do Brasil.

Na parte política, se não bastasse ter passado ao colégio dos saquaremas, começa a nutrir ódio por parte dos luzias mais expressivos, dentre eles, Zacarias Góes e Vasconcelos, autor do livro *Da natureza e limite do Poder Moderador* e que, para combater Cândido Mendes, apoiava seus argumentos sobre eleições em Stuart Mill e Tocqueville (Cf. Alonso, 2002: 55), os mesmo autores que o autor de *Libelo do povo* foi acusado de plágio. Em 1862,

Torres Homem apresenta uma moção de desconfiança, desbancando o gabinete liberal de Zacarias em uma semana.

O imperador agracia-se com o ex-rebelde que tanto difamou a sua dinastia. Francisco Sales resolve candidatar-se a senador pelo Rio Grande do Norte, junto com os conservadores. Mesmo com a votação superior para a lista dos liberais, D. Pedro II escolhe Torres Homem. O gabinete, sob a chefia de Zacarias, o veta, alegando não parecer acertada a escolha do Poder Moderador. Mas a esta altura os liberais não poderiam lutar diante do que viria: foi em “1868, quando o imperador deu o ‘golpe de Estado’ que levou ao poder o ministério conservador do visconde de Itaboraí, contra a vontade da maioria da Assembléia – dissolvida em seguida” (Ferreira, 1999: 53), que os conservadores passam a dominar a cena política.

O Visconde de Itaboraí assume para salvar a obra saquarema. Era um conservador dos antigos e que fazia parte daquilo que um dia tinha sido chamado de trindade saquarema: ele mesmo, o Visconde de Itaboraí, que se chamava Joaquim José Rodrigues Torres, junto com Paulino José Soares de Souza (o Visconde de Uruguai) e Eusébio de Queirós. Em 1868, para salvar a obra dos conservadores, chama Joaquim Antão Fernandes Leão, José de Alencar e elenca Torres Homem, que se torna senador do Império de 1868 a 1869.

Torres Homem inicia a sua busca por um cargo na Câmara vitalícia, o reduto conservador. Toma posse no dia 27 de abril de 1870. Em 1872, o libelista ganha o título de *visconde com grandeza* e, por ter se casado com uma dona de Fazenda de Inhomirim, passa a ser chamado de Visconde de Inhomirim. Já não havia posto que o mais conservador dos conservadores poderia almejar.

Salta aos olhos duas questões: a primeira é que, na revista *Niterói*, Torres Homem faz severas críticas à escravidão. Posteriormente, na discussão sobre a aprovação do ventre livre, entra em choque com Nabuco de Araújo: esse via que os filhos menores de sete anos de ex-escravas deveriam ser entregues a elas sem indenização ao proprietário do escravo. O ex-mordaz Torres Homem, pardo, era a favor das indenizações. Ora, até os liberais consideravam a propriedade privada sagrada!

O segundo ponto que se nota é que Torres Homem, dos três autores aqui mencionados da revista *Niterói*, foi, de início, o menos caudatário deles e, ao final, fez jus à idéia de “não haver *nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder*” (Mattos,

1987: 103). Em busca do poder, o mulato luzia e libelista fervoroso chega à sua terceira fase política: passa da coalicionista para a conservadora.

### **3. 2. *La asociación de mayo* (Geração de 1837)**

A revolução é o grande motor *ficcional* argentino, ou seja, o grande motivo enobecedor histórico. O patriotismo e o americanismo patentes daqueles que expulsaram ingleses e realistas do território e do controle político foram mantidos como signos de honra. Contudo, a indefinição política e perpetuação do *caos* social e político era uma fatalidade avassaladora. A revolução aparecia como a ruptura necessária e o grande mérito dos argentinos. Sobre o feito, deveria instalar-se a interpretação. “Para entender a ruptura não era necessário ter lido Michelet ou Quinet: bastava padecer na vertigem do vazio. A interpretação, ao contrário, propunha um inovador choque entre idéias e realidade” (Botana, 2005: 258).

As idéias republicanas precisariam aparecer na figura de um novo legislador que, na realidade, havia se criado sob o antigo regime. Como se legitimaria a prática de um novo legislador republicano em uma sociedade na qual estas práticas eram inexistentes ou ignoradas?

Conforme já mencionado, Juan Manuel de Rosas começa a ganhar força política após o assassinato de Manuel Dorrego, tendo os federais reunidos ao seu redor, já em 1829. 1835 é o ano em que a sua expansão sobre as províncias do interior e do litoral se apresentava inelutável até alcançar a hegemonia incontestável a partir de 1846 (Cf. Myers, 2002: 21). O rosismo foi um movimento bastante complexo na realidade latino-americana. Pode-se, por um lado, dizer que foi um *Estado autoritário* porque “parecia desejar ocupar todos os espaços sociais, até não deixar nenhum âmbito livre no qual se pudesse gerar um pensamento crítico do seu poder” (Idem: 35), assim como foi “uma ordem adequada às realidades de uma experiência americana, articulada em resposta ao colapso da autoridade política e social em todos os níveis da sociedade, e cuja tarefa principal seria criar formas de legitimidade onde antes não havia nenhuma” (Idem: 106).

Dada a complexidade do tema, não se pretende aqui aprofundar as discussões já travadas a esse respeito, porém, os objetos de estudo em questão estão inteiramente



interligados com o governo de Manuel de Rosas, o que obriga uma breve articulação conceitual devido à necessidade de contextualizá-los.

Nos anos da década de 1830, a guerra civil não dava sinais de resolução, mesmo sob os primórdios do governo rosista, e a situação urgia. Não havia autoridade política e, menos ainda se poderia dizer, legitimidade desta autoridade. A crise se torna aguda nos anos de 1820 com o fracasso do governo de Rivadavia, o fracasso do Congresso Constituinte, a ruptura militar e a guerra civil de 1828-1829 (Idem: 19). O rosismo foi a maneira encontrada para se tentar acabar com o caos. O poder sobre as *Provincias Unidas* seria paulatinamente tomado pelo Executivo provincial de Buenos Aires. Rosas contou com instrumentos legais e ilegais para o controle irrestrito que exerceu sobre a futura Argentina. Pois bem: a força da sua autoridade foi a força da sua legitimidade, uma vez que a crise de legitimidade (e o caos social) poderia encontrar seu fim na autoridade punitiva e policial, fator que efervescia os ânimos e prestigiava Rosas com adesão popular.

Desta forma, o sistema rosista logo percebeu a importância da propaganda e divulgação da mensagem do Estado: o regime seria o único caminho para a realização do bem comum.

Ainda no âmbito legal, entre 1829 e 1834, começa um processo de restrição progressiva da liberdade de imprensa até 1838, ano em que a proibição pareceu insuficiente e passou a ser obrigatória a “adesão positiva” ao regime, a Rosas e às leis (Cf. Idem: 27-32). Ou seja, antes de 1838, se podia publicar com liberdade caso o assunto não fosse vinculado a questões políticas: a partir de 1838 (ano que cessa *La moda*)<sup>30</sup>, isto muda e tudo passa pelo controle de Estado. A hegemonia absoluta dos veículos de comunicação pretendia criar uma coesão “ideológica” entre o partido federal, o Estado e os cidadãos. A pluralidade tomaria a forma de *discórdia*, enquanto que a unanimidade seria a *harmonia* necessária para que o guia da virtude republicana pudesse governar.

Fora da legalidade, por um lado, houve a perseguição e extermínio de inimigos políticos e, por outro, a brutalidade do Estado rosista chamada de *Terror* pela oposição, que teve dois apoios bastante claros: 1832-1835 e, a partir do bloqueio francês, 1838-1842.

---

<sup>30</sup> Dia 28 de março, Leblanc declara o bloqueio ao porto bonaerense. Portanto, se não bastasse o incômodo oficial que o periódico poderia suscitar, a partir deste momento, tudo o que fosse afrancesado seria considerado anti-nacionalista.

Para a unificação das *Provincias Unidas*, contra a iminente desagregação interna e tentativa de legitimação da autoridade que confrontasse o caos, estas foram as mais importantes medidas tomadas (a propaganda, a repressão jornalística e a repressão política). A guerra civil e a possível desintegração social forçavam a força ditatorial ao exercício da “deslegitimação” do outro e do discurso que destoasse com o oficial. Diante do gigante repressor, os unitários precisaram organizar-se no campo militar, político e intelectual, seja no exílio quando descobertos, seja nos salões de Buenos Aires antes do fatídico ano de 1838, momento em que o Estado deixa de mostrar apenas o seu lado coercitivo, mas também o seu lado coativo.

\*\*\*

Contudo, os anos de 1830 apresentaram um crescimento intelectual vertiginoso na cidade de Buenos Aires. A *Universidad de Buenos Aires*, criada por Rivadavia, foi, certamente, o primeiro impulso. Pessoas não ligadas institucionalmente e estudantes bolsistas<sup>31</sup> de toda a Argentina se concentravam para assistir às aulas de Valentín Alsina e o curso de filosofia de Diego Alcorta<sup>32</sup>. O governo rosista, a partir de 27 de janeiro de 1836, passa a controlar os títulos oferecidos pelas instituições acadêmicas e só conferiria o título de doutor àqueles que foram submissos e aderiram à federação rosista. Vicente Fidel López consegue o título no mesmo ano. Alberdi evitou o compromisso e Rafael Corvalán (como se verá, importante nome da revista *La moda*) preferiu receber seu título apenas em 1852.

Algumas expressões importantes e esparsas nesta década merecem nota: *Elvira o la novia del Plata* (1832), *Los consuelos* (1834), ambas obras de Echeverría; *Memoria descriptiva sobre Tucumán* (1834) de Alberdi; *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna del Río de la Plata* (1835), dirigida por Pedro de Ángelis e que teve de ser interrompida sem ser finalizada, embora constem seis volumosos volumes; *Rimas* (1837) de Echeverría que recebeu o elogio de um jovem e até então desconhecido Bartolomé Mitre. No campo jornalístico, começa a discutir literatura *El museo americano*, do qual participa Gutiérrez que logo será o principal nome de um dos maiores veículos culturais da cidade: *El recopilador*. Sem mencionar os tratados lingüísticos e de direito.

<sup>31</sup> “Em 1825, Alberdi, aos 15 anos de idade, ganhou uma das invejadas bolsas do governo para estudar nessa instituição [o *Colegio de Ciencias Morales* criado por Rivadavia]” (Katra, 2000: 21).

<sup>32</sup> Dados sem indicação bibliográfica desta subseção foram obtidos de Weinberg, 1977: 9-114.

Os jovens começam a se encontrar para conversas, saraus e discussões. A casa de Cané se configura como um primeiro espaço. Logo se formariam os grupos de afinidade: a *Asociación de estudios históricos y sociales* e a *Sociedad de estímulo y estudio* que se forma na casa dos irmãos Demetrio e Jacinto Rodríguez Peña. O aluguel de estabelecimentos passou a ser uma necessidade para os encontros: o primeiro teria sido na rua Velezuela, entre Defensa e Bolívar.

Os livros exercem um papel importante na cultura intelectual portenha. Em 1810, Mariano Moreno cria a Biblioteca Pública de Buenos Aires e a cidade conta, neste ano, com cinco livrarias. Um uruguaio passa a ter papel preponderante na confluência entre juventude, estudos e livros antigos e modernos: Marcos Sastre, nascido em Montevideú em 1808 cursou tanto a universidade de Córdoba como a de Buenos Aires sem, no entanto, conseguir o diploma. Sastre abre uma livraria em 1833 na rua Reconquista, 54. Em 1835, a livraria (que também era uma biblioteca) se muda para o número 72 da mesma Reconquista e ganha o nome de *Librería Argentina*. No mesmo ano, no dia 23 de janeiro, Sastre inaugura, dentro da biblioteca, um gabinete de leitura, que teria as portas abertas das 7 da manhã às 2 da tarde e das 5 da tarde às 10 da noite. O gabinete passará do âmbito privado para se tornar o centro nevrálgico da geração de 37.

No ano de 1836, a livraria muda de endereço novamente: agora ocupa o número 136 da rua Victoria e, ao comprar a livraria de Teófilo Duportail em novembro do mesmo ano, Marcos Sastre amplia mais ainda as suas dependências. A entrada dependia de inscrição paga. Com o melhor acervo da Argentina e rodeado pela juventude entusiasmada de Buenos Aires, restava ao livreiro organizar a sua instituição cultural. Foi o que fez.

Em 1837 estabelece certa hierarquia. As organizações de estudos foram angariadas para o salão que, antecipadamente, já contava com cinquenta sócios e abre as portas de um novo local para a livraria: desta vez, o número 59 da rua Victoria. A bibliografia a este respeito aceita a inauguração como datada de 23 de junho de 1837, devido à data oferecida por Echeverría em *Ojeada retrospectiva*; entretanto, a primeira reunião pública ocorreu em 26 de julho (uma segunda-feira) e, segundo os relatos de Vicente Fidel López e Florencio Balcarce, a inauguração foi num domingo, logo, dia 25 ou 18.

Fizeram parte do salão: Juan Alberdi, Juan María Gutiérrez, Manuel José Quiroga Rosas, Juan Thompson, Félix Frías, Miguel Irigoyen, os irmãos Demetrio e Jacinto Rodríguez

Peña, Avelino Balcarce, Vicente Fidel López, Gervasio Antonio Posadas, Carlos Tejedor, Enrique de La Fuente, os irmãos José e Luis L. Domínguez, os irmãos Carlos e Manuel Eguía, Benito Carrasco, Laureano Costa, Pastor Obligado, Santiago Viola, Rafael Jorge Corvalán, José Barros Pazos, Nicanor Albarelos, Santiago Albarracín, Miguel Estévez Saguí, Mariano Sarratea, Luis Méndez, José María Cantilo, Andrés Somellera, Gregorio Alagón, Fermín Orma, Félix Tiola, Eduardo Acevedo, Juan Ramón Muñoz, Santiago Calzadilla, José Mármol, Claudio Cuenca, José Pedro Esnaola, entre outros. Dos que possuíam título doutoral, Antonino Aberastain, Marco Avellaneda, Brígido Silva e Pío Tedín. De fora de Buenos Aires, pela Argentina, unem-se ao salão Domingo Sarmiento, Benjamín Villafañe, Francisco Álvarez, Paulino Paz, Santiago Cortínez, Saturnino Laspiur, entre outros. De Montevideú, juntam-se Miguel Cané, Bartolomé Mitre, Andrés Lamas e, de Paris, Florencio Balcarce.

A lista dos nomes dos autores estudados parece ser, também, infinita: Cousin, Royer-Collard, Guizot, Lerminier, Jouffroy, Quinet, Michelet, Herder, Vico, Saint-Simon, Leroux, Tocqueville, Mazzini, Lamennais no campo da filosofia. Como crítica literária: Villemain, Saint-Beuve, Schlegel e Fortoul. E, como românticos, Chateaubriand, Byron, Vigny, Hugo, Lamartine, Musset e Dumas, Larra, obviamente, entre tantos outros.

Três foram os discursos inaugurais: o primeiro foi do próprio Sastre; o segundo, de Alberdi; e o terceiro, de Gutiérrez. Por fim, o presidente da cerimônia, Vicente López foi convidado a improvisar um discurso. Weinberg reconhece, nos três discursos, cinco pontos-chave nas exposições: “1º – estruturação de uma cultura nacional; 2º – difusão democrática e popular dos bens intelectuais; 3º – conhecimento e estudo da realidade social e material do país; 4º – integração realista com o movimento de idéias e tendências renovadoras vigentes no mundo; e 5º – enfrentamento ativo das tradições retrógradas” (1977: 60).

Como já mencionado, a primeira reunião data de 26 de junho. As reuniões eram divulgadas pela *Gaceta mercantil* e pelo *Diario de la tarde*. A última que apareceu nos jornais foi a de 29 de setembro, mesmo que as reuniões seguem. Presume-se que a repressão do governo começava a se preocupar com o estabelecimento.

Houve discórdia dentro do gabinete, mesmo com a presidência de Echeverría, mesmo sendo a figura de cuja distinção ninguém discordava. Echeverría já desembarca em Buenos Aires abertamente anti-rosista e, por outro lado, Alberdi e Rafael Corvalán apresentam uma postura mais complexa. Mesmo com o *Fragmento* de Alberdi ou com os

apoios do periódico que veio a público em 18 de novembro de 1837, *La moda*, não se lhes poderia classificar de forma alguma de rosistas. A complexidade do pensamento de Alberdi será exposta adiante, mas convém lembrar que Rafael Corvalán só aceitou o título da universidade de Buenos Aires quando não teve que submeter-se aos trâmites de boa conduta com relação ao governo.

A primeira união entre Alberdi e Corvalán data de julho de 1837, um mês depois de formado o salão literário, com a tentativa de publicação de *El semanario de Buenos Ayres: periódico puramente literario y socialista, nada político*. Entretanto, o prospecto não foi um êxito e não convenceu os editores. Posteriormente, *La moda* conseguiria, enfim, transformar este desejo em publicação<sup>33</sup>.

Dia 27 de setembro, é publicada *Rimas* de Echeverría com muito entusiasmo. Já havia muito que Marcos Sastre tinha o poeta como grande ícone da geração em questão e, no dia seguinte, 28, lhe envia uma carta expondo a sua vontade de que ele presidisse o Salão Literário, pois ele “está chamado a presidir e dirigir o desenvolvimento da inteligência neste país” (Sastre Apud Weinberg, 1977: 88). A hierarquia toma forma, tendo como presidente Echeverría e cujos secretários há certo desencontro nas bibliografias a respeito.

Em 1838, como já mencionado, a crise política afeta a vida intelectual. *La moda* cessa e Marcos Sastre começa a desfazer-se de sua biblioteca. Os arremates começam em 24 de janeiro e no dia 19 de maio de 1838 a biblioteca de Sastre estava fechada e... concluída. Em junho volta para Montevidéu, depois de congregar a dispersa intelligentsia portenha.

### 3. 2. 1. Gutiérrez

A *Asociación de mayo* foi o nome dado a esta geração que tomou forma no salão de Sastre. Os principais atores envolvidos foram o tucumano Alberdi e os amigos bonaerenses

---

<sup>33</sup> Zinny aponta *El semanario* como uma tentativa frustrada posterior a *La moda* de Rafael Corvalán que não chegou a ser impressa. Weinberg aponta tal dado como um erro de Zinny, pois os documentos oficiais mostram o mês de julho de 37 como o ano em que Corvalán e Alberdi entraram com o procedimento legal para aprovação do periódico e divulgaram o prospecto. Importante enfatizar que o documento oficial argentino que trata unicamente de *La moda*, o que consta na Biblioteca Nacional, apresenta uma introdução de Oría com o mesmo erro histórico de Zinny nas páginas 67 e 68.

Echeverría e Gutiérrez. Quando fechadas as portas do salão, os três criaram a associação secreta chamada de *Joven Argentina*, com inspiração em Mazzini, cuja presidência era exercida por Echeverría e tinha também Gutiérrez e Alberdi como parte da direção (Cf. Prado, 2004: 78).

A *Asociación de mayo* teve visibilidade e obteve adeptos por todo o território, como Mármol e Sarmiento, que até então não tinha pisado em terreno bonaerense. Foi grande amigo de Echeverría e, se não é a Marcos Sastre a quem ele se refere no seu discurso inaugural (*Fisonomía del saber español: cual deba ser entre nosotros*)<sup>34</sup> do gabinete, é a Echeverría:

“Eu venho aqui, sem confiar na minha capacidade nem na minha aptidão: cedo aos pedidos de um amigo, cujas generosas esperanças e objetivos sentiria ver malogrados, se se equivocou ao encomendar-me este curto e modesto trabalho” (Gutiérrez Apud Pietro, 1967: 29).

Mesmo com essa introdução nada argentina, o discurso inaugural de Gutiérrez foi pouco modesto. Contudo, se poderia associar o fato de expor a necessidade de falta de confiança com a sua pouca visibilidade no grupo, afinal, segundo o seu próprio amigo Echeverría, “o que nos faltou para concluir a obra de nossa completa emancipação? Grandes homens” (Apud Idem: 11). Além de Gutiérrez, neste grupo, apenas Alberdi apresenta uma postura mais moderada, sendo “lúcido e analítico” (Shumway, 2005: 151); entretanto Alberdi foi um intelectual-chave para a formulação política e social da Argentina do XIX. Gutiérrez ficou por trás dos bastidores, mas com significativa importância no seu papel secundário sendo, entre outras coisas, um dos redatores de *La moda*, de artigos em *El recopilador* e no *Diario de la tarde* e o principal redator de *Museo americano*. Durante 1861 e 1873, foi reitor da *Universidad de Buenos Aires*.

Apesar de Alberdi, como já mencionado, destoar em grau considerável nos primeiros e últimos escritos, no momento da formação do grupo e no seu desenvolvimento, os intelectuais envolvidos tinham pontos de convergência que uniam seus textos de forma quase simbiótica: “lançaram um persistente ataque contra aquilo que viam como as bases do poder de Rosas: a terra, a tradição espanhola e a classe humilde e mestiça consistente de *gauchos*<sup>35</sup>,

---

<sup>34</sup> O primeiro discurso foi de Marcos Sastre, intitulado *Ojeada filosófica sobre el estado presente y la suerte futura de la Nación Argentina*, sendo seguido por *Doble armonía entre el objeto de esta institución con una exigencia de nuestro desarrollo social: y de otra exigencia con otra general del espíritu humano* de Alberdi, sendo o discurso de Gutiérrez o terceiro.

<sup>35</sup> *Gaucha*: “proletário rural em geral” (Shumway, 2005: 29).

criados domésticos e peões” (Idem: 152). E uma solução bastante clara para o grupo se resumia em uma palavra: imigração. E, com tal ficção nacional inaugurada, ergueu os alicerces para aquilo que seria a Argentina: segundo Ernesto Sábato, “uma sociedade de opositores”.

“Espanha contra Europa, campo contra cidade, absolutismo espanhol contra razão europeia, raças escuras contra raças brancas, catolicismo da Contra-reforma contra cristianismo ilustrado, homem do interior contra homem do litoral, educação escolástica contra educação técnica, e, como slogan abarcador, Civilização contra Barbárie” (Idem: 184).

Fator que pode ser observado até os dias de hoje em território argentino.

Bem, o discurso inaugural de Gutiérrez, apesar das desculpas das suas deficiências em se enquadrar dentro daquilo que a Argentina requisitava como necessário (um grande homem), apresenta aspectos guias da geração. O primeiro deles é um ataque virulento à herança espanhola (que, aliás, é o tema do discurso):

“Nulas, pois, a ciência e a literatura espanholas, devemos divorciar-nos completamente delas, e nos emancipar a este respeito das tradições peninsulares, como soubemos fazer na política, quando nos proclamamos livres. [...] e se temos de ter uma literatura, façamos com que seja *nacional*; que represente nossos costumes e nossa natureza [...]. (Gutiérrez Apud Pietro, 1967: 37).

Um segundo aspecto importante já pode ser observado no próprio excerto acima: a necessidade de criação de uma literatura *nacional*, que corresponda aos regionalismos argentinos. Como se observará posteriormente, esta idéia é abraçada pela “mitologia da exclusão”, que tratou de sistematizar a necessidade de extirpar o índio e o *gaucho* do projeto argentino. Em contrapartida, pelo menos de início, de forma epidérmica, os ideólogos de 1837 organizaram um sistema de idéias em que os costumes e a riqueza cultural dos nativos era preservada e, até, valorizada:

“[...] alguns homens sábios e trabalhadores reedificam com seus escombros, o templo do saber americano, e ensinaram, que aqueles denominados *bárbaros* tinham chegado a um grau de cultura em nada inferior à dos caldeus e egípcios. [...] Se coubesse dentro do possível, este vão e hipotético desejo [reservar o descobrimento da América para uma idade remota], a civilização americana, original, sem influência alguma estranha, teria se desenvolvido e crescido à maneira das outras nações, de que só a sua história e nome conhecemos” (Gutiérrez Apud Pietro, 1967: 31-2).

A idéia de que os nativos da terra são nobres embriões de altivas civilizações é um tema exaustivamente utilizado pelo Brasil imperial. Totalmente descartada depois, pelo

menos de início, é a forma como Gutiérrez se propõe a “dizer quais sejam os objetos a que a inteligência do povo argentino deva contrair-se; qual deva ser o caráter da sua literatura” (Apud Pietro, 1967: 30).

Gutiérrez é, assim, uma personalidade que poderia ser aproximada a Ferdinand Denis no caso brasileiro: o homem que não produziu a literatura nacional, mas se propôs a dizer quais seriam as suas bases. Além disso, a valorização dos aspectos regionais também são questões confluentes entre os dois ideólogos. Contudo, sabe-se que o homem que, desde 1831, esboçava um plano literário para a Argentina tornando-se o seu maior poeta era, na realidade, seu grande amigo Echeverría. Era de Echeverría que provinha a inspiração de Gutiérrez, assim como era de Ferdinand Denis que provinha a inspiração de Almeida Garrett. Mas a produção cultural se inverte: Gutiérrez e Denis não escrevem literatura; Echeverría e Garrett sim.

A irritação com os problemas diagnosticados como fruto da influência hispânica e da planície do pampa que define o caráter do homem faz com que os intelectuais da geração de 37 se foquem sobre os costumes locais e, de fato, alguns tratados foram redigidos a este respeito. A despeito do que se imaginaria e muito contrariamente do que se fez no Brasil, o primeiro grande texto sobre os costumes dos pampas foi escrito pelo já citado Echeverría, entre 1838 e 1840, *El matadero*: como tenta demonstrar o seu autor, os costumes locais não são nada lisonjeiros, ao contrário, geram uma enorme ojeriza.

A necessidade de tornar a Argentina a Europa possível, inclusive para servir como inspiradora de cópia mais fiel aos seus vizinhos, suprime os primeiros apontamentos da necessidade de valorizar o local para civilizar o mundo americano e resguardar o *gaucho* e o índio apenas como elementos recalcados da cultura rio-platense.

### **3. 2. 2. Echeverría**

O *Grupo de Paris* brasileiro faz uma referência explícita à França com o seu nome. Já a *Associação de maio* faz uma referência explícita à independência com o seu. Entretanto, o homem que pode ser chamado de poeta-pensador e impulsionador da Geração de 37 teve a



sua formação consolidada também em Paris. Lá, entusiasma-se por Shakespeare, Schiller, Goethe e Byron (Cf. Altamirano & Sarlo, 1997: 18) e se transforma em guia intelectual.

Assim como Alberdi, frequentou as aulas do Colégio de *Ciencias Morales*. Parte para a Europa em 17 de outubro de 1825 em uma viagem com muitos problemas, tendo que parar na Bahia e em Pernambuco, chegando na França apenas 4 meses e 10 dias depois de sua partida de Buenos Aires (Gutiérrez Apud Echeverría, 1947: 11-13) Volta a Buenos Aires em julho 1830 (Idem: 28).

É o grande estusiasta do salão de Sastre e aquele que tenta estar acima dos partidos para criar um *credo político social nacional*.

Don José Esteban Antonio Echeverría faz uma equação entre um estilo byroniano e uma arte social. O autor tinha uma grande tarefa pela frente: fundar e expressar uma sociedade e uma cultura em vias de consolidação ainda. Expressar, através da arte, seus costumes e a sua civilização. Qual era o “valor argentino”?

A qualidade dos seus escritos literários é algo incontestado pelos seus críticos. Seus escritos políticos têm como marca a defesa do liberalismo; sendo o registro maior o *Dogma socialista*, escrito que, apesar da aparente filiação às idéias de esquerda, possui a palavra “socialista” que, neste caso, fazia referência unicamente a “consciência social” (Shumway, 2005: 150). As palavras chaves do *Dogma socialista* são: “Associação, Progresso, Fraternidade, Igualdade, Liberdade, Deus, Democracia” (Prado, 2004: 79), embora, ao todo, somarem quinze. O *Dogma socialista* as relaciona da seguinte forma: 1 – associação, 2 – progresso, 3 – fraternidade, 4 – igualdade, 5 – liberdade, 6 – Deus, centro e periferia de nossa crença religiosa: o cristianismo, a sua lei, 7 – a honra e o sacrifício, causa<sup>36</sup> e norma de nossa conduta social, 8 – adoção de todas as glórias legítimas, tanto individuais quanto coletivas da revolução; menosprezo de toda reputação usurpada e ilegítima, 9 – continuação das tradições progressivas da Revolução de Maio, 10 – independência das tradições retrógradas que nos subordinam ao antigo regime, 11 – emancipação do espírito americano, 12 – organização da pátria sobre a base democrática, 13 – confraternidade de princípios, 14 – fusão de todas as doutrinas progressivas em um centro unitário, 15 – abnegação das simpatias que possam ligar-nos às duas grandes facções que disputaram o poderio durante a revolução.

---

<sup>36</sup> “Móvil”, no original.

O *Dogma* apresenta uma explicação a respeito de cada uma das “palavras”. Algumas chamam a atenção como, por exemplo, ao se mencionar que “não há igualdade onde a classe rica se sobrepõe e tem mais foro que as outras” (Echeverría, 1947: 172). Entretanto, logo abaixo, se escreve que a igualdade está relacionada com a necessidade de ilustrar as massas.

A 14ª palavra demonstra uma questão importante: fusão em um centro *unitário*. Ao final da 15ª palavra, que fala da abnegação, Echeverría dá os “Antecedentes unitários” e os “Antecedentes federais”. Os unitários são os homens da guerra de emancipação, princípios republicanos, unidade diplomática etc. Em contrapartida, os antecedentes federais são os das diversidades, rivalidades, tradições municipais, poder dos governos locais em mãos provinciais por amor à liberdade. A harmonia e a fusão do que se dividiu com os nomes *unitários* e *federais* é o que sugere o último parágrafo do *Dogma socialista*, publicado em 1838, em Montevideu, no segundo tomo de *Iniciador*.

A *Ojeada retrospectiva* que foi incorporada na introdução do *Dogma* data, de 1846 e foi publicada também em Montevideu, desta vez pela imprensa do *Nacional* em 1846. Tais dados se tornam importantes por alguns apontes de William Katra. Afinal, apesar de ser a geração de 1837 a que buscou o supra-partidarismo, é inevitável observar suas preocupações nas preocupações unitárias principalmente.

Contudo, Katra escreve: “Nas páginas do *Dogma socialista*, Echeverría qualifica os unitários como egoístas, famintos por poder e carentes de princípios; não se poderia esperar nada de bom se assumissem a liderança do país. Esta opinião negativa também tinha sido expressada por Sarmiento em *Facundo*, publicado apenas um ano antes” (2000: 126).

É claro que Sarmiento vê problemas nos unitários e faz críticas, mas, no final das contas, como se poderá observar na análise de *Facundo*, ele ainda se glorifica de ter sido um dos verdadeiros jovens unitários.

Katra comete vários erros históricos: o mais grave deles parece ser o que o autor diz a respeito da visão que Sarmiento e, especialmente, Echeverría, teriam dos unitários. Primeiramente, pelo fato de que a crítica aos unitários que Katra menciona estar no texto de Echeverría, na realidade, não está em parte alguma. Não está no *Dogma*, publicado em 1838, e, tampouco em *Ojeada*, esta sim, publicada um ano depois de *Facundo*. Ao contrário de criticar os unitários, em *Ojeada*, logo de início se pode ler a respeito das divisões partidárias:

“a facção federal vencedora, que se apoiava nas massas populares e era a expressão genuína de seus instintos semibárbaros, e a facção unitária, minoria vencida, com boas tendências, mas sem bases locais de critério socialista e algo antipática por seus arranques soberbos de exclusivismo e supremacia” (Echeverría: 1947: 83).

A crítica mais dura aos unitários pode, inclusive, soar contraditória, como se observará nesta seção sobre o pensamento de Echeverría: foi ter estabelecido o sufrágio universal. Apesar de o progresso caminhar para o sufrágio universal, “ser grande em política, não é estar à altura da civilização do mundo, senão à altura das necessidades do seu país” (Echeverría, 1947: 103).

Apesar de mencionar que faltaram certas regras locais de critério socialista (Idem: 103), as menções aos unitários são bastante elogiosas, o que torna lastimável uma fonte secundária cometer um erro que pode comprometer todo um estudo menos cauteloso com as fontes primárias.

\*\*\*

A defesa de um liberalismo com forte teor positivista se torna manifesta, afinal, o progresso vem associado a Deus, pois o verdadeiro saber, para Echeverría, acarreta um fundo de doutrina religiosa, um credo político: a certeza de que é para o progresso e pelo progresso que existe a sociedade. A crença se faz presente para a consolidação do edifício político, entretanto, trata-se da crença no “tribunal da razão”. É por ela que a Argentina deve optar: se a primeira página pertence à espada, a nova era dará alicerces à razão e ao direito. A partir de então, deve-se seguir a obra da revolução de maio com as armas do pensamento (Echeverría Apud Prieto, 1967: 6-8).

Apesar de posteriormente olhar as massas argentinas com muito lamento, a princípio, o autor encerra uma contradição bastante patente do início da geração de 37:

“Entretanto, senhores, é doloroso dizer isto, nenhum povo se encontrou em melhor aptidão que o argentino para organizar-se e constituir-se, ao nascer para a vida política” (Apud Prieto, 1967: 11).

E segue um discurso que coloca o argentino em condição privilegiada, inclusive, se comparado ao povo parisiense ou londrino. Ou seja: o povo argentino é aquele que pode organizar-se de forma satisfatória politicamente e servirá de exemplo às outras nações da América. Sarmiento concordará: “em *Argirópolis*, afirma que a Argentina está destinada a conduzir a América Latina” (Shumway, 2005: 178).

O fator curioso é que, mesmo sendo o povo de aptidão que, nas palavras de Echeverría, pode estar no mesmo nível que os melhores povos europeus, é também o povo que apresenta todos os vícios que devem ser combatidos:

“Se descermos da classe que se chama ilustrada ao povo, às massas, o que encontraremos? A ignorância ínfima, sem nenhum meio de sair dela; nenhuma noção de direitos e deveres sociais, nem de pátria, nem de soberania nem liberdade; [...] boa índole mas costumes depravados. [...] Nossas massas têm quase todos os vícios da civilização sem nenhuma das luzes que os moderam” (Apud Prieto, 1967: 17-8).

Como compreender esta contradição? Primeiramente, culpa espanhola:

“Os vícios de um povo estão quase sempre entranhados no fundo de sua legislação. A América o testemunha. Os costumes americanos são filhos das leis espanholas” (Echeverría: 1947: 193).

Contudo, Echeverría discursa sobre as virtudes do povo argentino no pretérito: o povo argentino não *era* como o povo de Londres ou Paris, que se mata por pão. E como *era* o povo argentino? Aliás, quem era esse povo argentino?

Tal recurso retórico só pode ser compreendido se aproximado de uma postura rousseauiana: ao invés do imaginado *bom selvagem*, manifesta-se ontologicamente o *bom argentino*, que foi desvirtuado pela planície lânguida dos pampas e teve seus costumes “ruralizados” (seguindo as palavras de Sarlo), como descritos no primeiro conto argentino, *El matadero*, em cuja obra Echeverría execra, curiosamente, os costumes do povo mais apto e elevado da América. Entretanto, Gutiérrez menciona que caso o descobrimento pudesse ter sido retardado, o nível das civilizações americanas da Argentina (sem a influência espanhola) seria equivalente ao europeu. Parece ser esta a defesa echeverriana.

Entretanto, se ontologicamente o argentino é o mais nobre das Américas, o que fez com que os autores de *El matadero* e *Facundo* fizessem um retrato tão pouco lisonjeiro seu? A resposta, Echeverría encerra nos seguintes termos: a culpa seria do próprio povo ou daqueles que deveriam dirigi-lo? (Apud Prieto, 1967: 9) Para manifestar-se aquilo que *era* imaginado de mais enobecedor nas terras argentinas e que nunca se manifestou, é necessário que as classes dirigentes promovam a instrução.

“[...] Echeverría adapta de maneira um tanto singular a distinção entre emancipação política e emancipação social: a emancipação puramente política já havia sido obtida por meio da revolução e da guerra independentista, mas ficava ainda pendente a emancipação social, que

não é senão a autonomização da vida intelectual americana dos padrões da cultura espanhola” (Altamirano & Sarlo, 1997: 68).

E por que se faz necessária a independência à cultura espanhola? Porque é ela que se soma ao ambiente dos pampas para degenerar os costumes platinos. A importância que Echeverría e, posteriormente, Sarmiento, dão à educação é clara em ambos os autores. Tal importância denota a esperança no caráter redentor que exercerão as luzes sobre homens que podem encaminhar-se ao maior elevado grau de emancipação social se não se deixarem *ruralizar* pela nefasta confluência da cultura hispânica e dos pampas. É uma tarefa difícil, mas uma tarefa possível. Para viabilizá-la, faz-se necessária a existência de grandes homens, que reconhecendo o estado moral da sociedade, possam energicamente encaminhar as massas para uma nova condição. Uma personalidade, um agrupamento deve expor a inelutável força sedutora do progresso:

“É preciso que [as idéias] se encarnem em um homem, uma seita ou em um partido, de cuja inteligência brotarão como Minerva da testa de Júpiter, revestidas de formosura, prestígio e irresistível prepotência” (Apud Prieto, 1967: 18).

Se Sarmiento não escutou tal pronunciamento de Echeverría, agiu como se tivesse se arrogado o papel de tal homem. Não só buscou encarnar as novas idéias, promover a instrução, como também seguiu com *Facundo* o tenebroso retrato presente em *El matadero* da condição vil que, segundo estes escritores, se encontrava a Argentina. E o retrato que pintam faz com que estudiosos como Shumway defendam um ponto de vista que seria contraditório com o que o próprio Echeverría declamava:

“Ao reconhecer que Rosas seguia no poder em virtude de um amplo apoio das classes baixas, Echeverría não se limita a escrever uma diatribe mais contra Rosas, mas se propõe desacreditar nas massas mesmas, quem, de acordo com o seu ponto de vista, são a verdadeira razão do poder de Rosas” (Shumway, 2005: 161).

Não só nos discursos na livraria de Sastre, mas também as posições políticas de Echeverría e a inspiração em Mazzini desmentem a afirmação acima. Altamirano também discorda diametralmente: “A democracia se encaminha para o sufrágio universal” (Altamirano & Sarlo, 1997: 72) em Echeverría. A questão é que existe uma diferença entre a democracia desejável e a democracia viável, logo, o que se precisa pensar é “como edificar uma ordem que seja legítima à luz do espírito do século – liberalismo e modernização –, uma vez que a Independência e as guerras civis convulsionaram o quadro da sociedade *criolla* e o

povo, convertido em ator político, não vai atrás das elites modernizantes?” (Altamirano & Sarlo, 1997: 70).

Ou seja, a democracia se encaminha para o sufrágio universal, mas isto ainda não se encontra dentro das possibilidades da realidade argentina para se efetivar neste âmbito universal, pois precisa esperar a emancipação social, afinal, as massas ainda tendem ao despotismo porque são guiadas pela vontade. A vontade não pode ser o motor da democracia, mas sim, a razão. A democracia é o governo do consentimento da razão de todos. Entretanto, existe *razão coletiva* e *vontade coletiva* (que não pode ser confundida com a idéia de *vontade geral* de Rousseau, pois a vontade coletiva se trata dos instintos e pulsões, e não do pensamento moderado), mas é apenas a razão que deve governar; não a vontade. Caso a maioria esteja na ignorância, esta deve ser governada por aqueles que detêm as luzes (Prado, 2004: 81). Sendo assim, justifica-se a limitação do poder.

Para os intelectuais de 37, o trabalho não seria fácil. A desrazão da população argentina os aproximava de costumes bárbaros, selvagens e cruéis, de acordo com o imaginário da época. Revelar essa triste realidade foi a tarefa que Echeverría começou com *El matadero* e Sarmiento finalizou com *Facundo*: o tom byroniano de Echeverría que precisava expor a dor se manifesta pela triste constatação do estado deplorável que se encontrava a Argentina. Essa é uma faceta do romantismo. A outra faceta, a nacionalista, está na idéia de que essa situação deplorável deve ser combatida para o surgimento de uma nova e pundonorosa Argentina.

### 3. 2. 2. 1. El matadero: esboço de Facundo

*El matadero* foi escrito, provavelmente, entre 1838 e 1840; entretanto, a sua primeira publicação data de 1871, na *Revista del Río de la Plata* e passa a ser celebrado como o primeiro conto da literatura argentina. A nova linha argumentativa que pensa o *ruralizado*, o índio e o *gaucho* e a busca pelo desenvolvimento urbano, segundo Altamirano e Sarlo, é um “espaço cultural sobre o qual *El matadero* é o primeiro ensaio narrativo em prosa e *Facundo*, seu texto clássico” (Altamirano & Sarlo, 1997: 36).

Na primeira edição, Gutiérrez adiciona comentários importantes: fala sobre a quase ilegibilidade do texto pelo tremor de Echeverría ao escrevê-lo; sendo esse tremor causado pela ira que aquilo que relatava lhe causava. Bem, talvez o autor realmente tremesse e fosse algo difícil compreender as letras, porém, isso talvez se devesse à preocupação de que o manuscrito fosse pego pelos agentes de Rosas, afinal, é explicitamente um ataque à federação. Por outro lado, escrever sobre a possível ira de Echeverría ao tremer de ódio diante daquilo que escrevia é compará-lo ao jovem unitário que morre ao final da sua história, por uma espécie de auto-sacrifício causado, da mesma forma, pelo ódio aos saíões que queriam divertir-se às custas da sua dignidade.

O conto de Echeverría fala de algo ocorrido em Buenos Aires, no ano de 183 da era cristã. Durante a época da quaresma, sucede uma tormenta que alaga toda a cidade por não encontrar escoamento no Rio do Prata cujas águas também estavam altas, tornando o local quase um pântano. Os beatos passam a culpar os unitários pela ira divina.

A inundação, enfim, consegue esvaír-se para o grande rio; entretanto, devido a ela, o matadouro chamado de *Matadero de la Convalecencia* ou *del Alto* ficou 15 dias sem receber um vacum.

Somado à tragédia ocorrida o período de quaresma que proibia o consumo de carne, cresce a fome, o que faz com que “multidões de negras” se juntem aos cachorros e às gaivotas pelas ruas para devorar tudo o que for comível. Devido a esta situação, médicos alertam que a carência de carne para um povo tão acostumado ao seu elevado consumo faria com que ele caísse em síncope. Inicia-se uma “guerra intestina entre os estômagos e as consciências” e toma forma uma revolta que, assim como a enchente, é atribuída aos unitários e é reprimida.

No décimo sexto dia, chegam ao *Matadero del Alto*, onde as ratazanas já gritavam de fome, cinquenta novilhos. A situação continua problemática na cidade pela lama, entretanto, diversos carniceiros e curiosos se juntaram para acompanhar os vacuns. O primeiro é morto e oferecido ao Restaurador, que não nega a violação à quaresma e, assim sendo, a matança segue. Quarenta e nove reses já estavam mortas quando uma gentalha (“chusma”) de negras, mulatas e africanas disputava com cachorros as entranhas dos animais mortos misturadas ao barro enquanto gaivotas brancas e azuis projetavam, do céu, uma sombra clara sobre a cena, atraídas pelo cheiro de carne.

O último, que é na realidade um touro, é arisco e, por isso, comparado a um unitário. Para matá-lo, é chamado Matasiete. Porém, o animal consegue livrar-se e, quando o laço é desprendido da haste, uma forquilha voa e degola um menino, com cuja morte ninguém se importa, estando todos preocupados com a fuga do animal. Nas ruas, os perseguidores derrubam um inglês do seu cavalo, em seguida conseguem aprisionar o animal e trazê-lo de volta ao matadouro uma hora depois e, por lá, divertiam-se pelo ocorrido com o inglês e onde Matasiete mata o touro.

De repente, alguém reconhece um unitário pela costeleta e barba em forma de U e por não estar de luto pelo dia da morte de Encarnación Ezcurra, ex-esposa de Rosas. O jovem de cerca de vinte e cinco anos seguia trotando sem medo, mesmo com as vociferações dos homens do matadouro. Matasiete vai ao seu encontro e o rende. O Restaurador intervém, vindo a cavalo, para que não o matem. Assim o levam para dentro da casa do matadouro. Inicia-se uma discussão entre os carneiros e o unitário, que foi barbeado para que o U na face fosse desfeito.

Um negro petiço traz um copo d'água ao jovem, que dá um pontapé e faz com que o copo quebre no teto e seus cacos se esparramem pelo rosto dos espectadores. Perguntam por que ele não apresentava a marca do luto e o unitário responde que não quer, afinal, o luto que ele carrega não é pela heroína federal, mas pela pátria assassinada pelos próprios federais.

Logo os carneiros decidem tirar as roupas do jovem para humilhá-lo e o jovem exige ser degolado a ser desnudado. Sua irritação é tamanha que o sangue começa a escorrer pela boca e nariz. Estava morto, apesar de os carneiros dizerem que sua intenção era apenas divertir-se com ele e ele ter levado a situação a sério demais.

Há fatores históricos expostos em algumas passagens como, por exemplo, na questão da morte da esposa do Restaurador que, no caso, é Rosas, sendo sua esposa Encarnación Ezcurra e a relação que Echeverría faz com a revolução contra Balcarce. Entretanto, alguns aspectos já mencionados até aqui ficam patentes. O primeiro a se fazer notar é a menção no primeiro parágrafo aos historiadores espanhóis, criticando-os e, em seguida, a menção à Igreja, também criticando-a. Ou seja: o sentimento anti-espanhol do grupo devido à ex-metrópole contra-reformista e avessa ao progresso já se expõe desde o início. Aliás, a história data de 183, entretanto, de “183...”, ou seja, de “183x”, alguma data



dos anos trinta do século XIX como se sabe, mas ao mesmo tempo, é como se fosse do segundo século da era cristã, de 183.

Echeverría apresenta dois estilos de discursos nos seus personagens: o culto, proferido pelo jovem unitário ao final da trama, e o discurso “baixo”, da gente do matadouro. O primeiro apresenta sofisticação e bravura quando necessário; o segundo é sempre ruidoso, um “grunhido”, um vociferar de vozes. Para mencionar os dois discursos e enfatizar a terrível vitória do discurso baixo dos federais, Echeverría usa o recurso do derrotado acintoso: a ironia, o que o distancia como narrador ausente que simplesmente expõe a bravura do unitário e a animalidade vencedora da federação por meio do sarcasmo.

Mas do que a ironia e o sarcasmo, a história contada tem pouca importância cronológica. É uma seqüência de fatos que poderia ser invertida sem alterar a lógica da narração como, por exemplo, se o menino morresse depois do unitário. Mas o unitário, obviamente, morre ao final, pois este é o grande desfecho de um quadro. É desta forma que Echeverría trabalha nesta obra: são apresentadas diversas cenas; as descrições só fazem sentido pela imagem grotesca criada pelas palavras. São inúmeros quadros que pretendem causar nojo ao espectador. Para obter este êxito, o autor une tudo o que causaria asco com aquilo que era considerado inferior: por um lado, há vísceras, ratos, cachorros, barro e muito sangue; de outro, há negras, mulatas, africanos. A hierarquia dos costumes e das raças se torna explícita: a gentinha negra e africana é má educada, fala palavrões, se mistura e se confunde com os cachorros, o barro e os ratos; enquanto que o jovem unitário apresenta garbo, distinção, calma e uma cútis branca que só se enegrece pela quantidade de sangue que há em sua testa pela cólera causada pela injustiça dos bárbaros.

As vísceras e o sangue estão por todos os lados na descrição quando se trata dos bárbaros. Estes são aqueles cuja natureza e animalidade estão expostas, só possuem a força bestial e com os animais deveriam se juntar.

“A materialidade do social impõe suas leis. Neste caso, a coexistência violenta de dois mundos: o espiritual, cultivado e ético da cidade (que produz o sacrifício *sublime* do jovem unitário) e o mundo entregue à lei da matéria, ao instinto e ao chamado do sangue (que produz o espaço sujo e cruel do matadouro, onde seus torturadores, os magarefes e *pialadores*<sup>37</sup> *criollos*, têm, precisamente, uma dimensão grotesca)” (Altamirano & Sarlo, 1997: 45).

---

<sup>37</sup> pialador: peão encarregado de *pialar*, ou seja, enlaçar o animal pelas mãos ou patas quando corre, para sujeitá-lo ou derrubá-lo com o fim de matá-lo.

Por outro lado, também se fala muito do sangue do unitário: mas é um sangue que só irrompe para fora no momento da sua morte. A civilidade que apresenta o unitário faz dele alguém que controla seus instintos como deve fazer um cavalheiro, mas que não por isso não possui a valentia instintiva dos homens. Seus olhos são “de fogo” e se pode ver e escutar a batida do seu coração, entretanto, se pode notar a força do seu coração unicamente através de sua camisa e do seu pescoço: seu sangue, sua natureza não estão expostos como está a natureza dos unitários.

“Quase se poderia dizer que a morte do jovem é um equívoco: seus ocasionais inimigos desejavam a sua humilhação e não a sua morte, precisamente porque a humilhação da cidade (pensa Echeverría e pensa seu personagem) concentra alegoricamente a derrota das idéias sintetizadas por três palavras: maio, progresso, democracia” (Altamirano & Sarlo, 1997: 46).

Para terminar a história à romântica, o jovem unitário morre, afinal, é como o peregrino presente em terra que lhe é estranha e que precisa renunciar. Morre sublime e bravamente.

Uma questão se torna importante: no conto, existe o embate entre “consciências” e “estômago”. Por um lado, há a proibição católica de que se comesse carne na quaresma. De outro lado, existe a necessidade que médicos alertam e o instinto dos bárbaros que querem, sim, a carne dos cinquenta novilhos que chegam ao matadouro. Logo de início, Echeverría é irônico com a obediência dos federais que se submetem a todo tipo de mandamento. Ao final, Echeverría, pela voz do unitário, faz a defesa da liberdade. No entanto, o equívoco no qual incorrem os argentinos não é observar os mandamentos, mas sim, observar o mandamento errado. Não se pode esquecer que a doutrina social de Echeverría é um catecismo social com forte teor positivista que também inclui Deus nas palavras a serem veladas. Sendo assim, por mais que faça sua crítica à Igreja Católica logo de início, ela se direciona à forma como a religião e o governo estão assentados sobre as consciências dos homens imprimindo-lhes a necessidade de obedecer aos seus instintos, ou seja, ao seu estômago, aos seus desejos intestinos. O verdadeiro direcionamento, o do progresso, fica ofuscado. Da mesma forma, no conto, o que manda a lei superior é *não comer carne*, entretanto, a existência do Restaurador (Rosas e a herança espanhola) e a animalidade não barrada dos bárbaros faz com que a lei superior seja infringida: apesar da ordem suprema ser a penitência e não matar para se alimentar, sangue é derramado. No caso da realidade, a lei do progresso não é observada e, conseqüentemente, o sangue unitário é derramado.

### 3. 2. 3. Sarmiento

Borges, um dos maiores escritores do século XX, mencionou:

“Eu creio que Sarmiento é o homem mais importante que este país produziu. Creio que é um homem de gênio, e creio que, se houvésemos decidido que nossa obra clássica seria o *Facundo*, nossa história haveria sido diferente. Creio que, razões literárias à parte, é uma lástima que tenhamos eleito Martín Fierro como obra representativa [da nação]” (Borges Apud Prado, 2004: 152).

De início, pode soar um tanto contraditória uma frase como esta do autor que fez um estudo sobre *Martín Fierro*. A importância literária dessa obra sobrepuja a de *Facundo*, que o próprio autor se desculpa pela pressa ao escrevê-la. Por outro lado, o livro de Sarmiento é a promessa que a Argentina buscou alcançar e obteve certo êxito em alguma medida.

Contudo, mesmo não estabelecendo com satisfação literária um estilo de escrita, Sarmiento não foi, para Alberdi, um escritor capaz de esboçar tampouco sistemas e dogmas, mas sim, panfletos. E, sobre uma escrita apaixonada, as críticas são muitas vezes bastante julgadoras. Dos teóricos que escreveram a respeito do maior homem argentino do século XIX, daqueles que constam aqui, podem-se levantar algumas opiniões: Sommer considera Sarmiento mais paixão do que ponderação (2004: 85); Prado enfatiza-o como o defensor da *mitologia da exclusão* (2004: 168); e Shumway talvez seja o mais apaixonado de todos: Sarmiento seria mais poético do que prático (2005: 151), um indivíduo com arrogância assombrosa (2005: 155), de personalidade complexa que faz uma autopromoção desavergonhada (2005: 199), refere-se a *Conflicto y armonía de las razas en América* como um tratado mal organizado (2005: 158), se alegra pelo fato de o estilo declamatório estar ausente em *Recuerdos de provincia* (2005: 171) e se burla de *Argirópolis*, em especial pela capital eleita ser uma ilha, entre os rios Paraná e Uruguai, infestada de mosquitos eleita por Sarmiento pelo fato de nunca ter estado aí e lhe parecer bem aos olhos por estar mais ou menos no centro do seu país imaginário (2005: 177). Mais bem fundamentada é a crítica feita por Alberdi, nas *Cartas quillotanas* a respeito de *Argirópolis*: diz que o livro se resume a dizer que para se ter pátria é necessário ter um congresso livre, e que esta preocupação não é nada menos do que a preocupação de três séculos da Europa e a da Argentina de quarenta anos. E como ter o congresso livre dos governos locais argentinos, ou seja, dos caudilhos? Alberdi diz que Sarmiento sugere que o congresso deve ser suspenso no ar, ou posto na ilha

Martín García, longe do poder do caudilhismo, pois, além de ser uma ilha, como assinala Alberdi, estava, à época, sob o domínio da França (Cf. Alberdi Apud Pietro, 1967: 91).

Nas mesmas cartas de Alberdi, como se verá, a autopromoção é uma das críticas que se faz a Sarmiento. Outra delas é, justamente, o exagero e a exaltação dos seus escritos, fator que parece secundário, mas que se torna de suma importância em um país onde os exaltados determinam as políticas que podem resultar em erros que trazem genocídios como efeitos práticos.

Prado ainda enfatiza o fato de muitos, acertadamente, o considerarem o representante da burguesia portenha (2004: 170). A geração de 37 defenderia o liberalismo político e econômico que, posteriormente, seria abraçada como ideologia burguesa. A fonte máxima de Sarmiento, Alexis de Tocqueville, se faz notar.

Domingo Faustino teria dois eixos de sustentação da sua legitimidade: a sua participação ativa no campo militar e a sua preocupação pública pela educação.

O aspecto militar da sua vida foi o que justificou, por um lado, o caráter prático imediato do seu nacionalismo contra os caudilhos (que, de certa forma<sup>38</sup>, pode ser visto como anti-nacionalista); por outro lado, a sua preocupação com a educação demonstra o sentimento patriótico na sua totalidade, zelando pela elevação e manutenção de níveis sócio-culturais, resultados não rápida e facilmente obtidos.

“Tem-se dito que a educação é minha mania. As manias têm feito do mundo o que é hoje. Mania foi a liberdade para povos que, como o inglês, a conquistaram em séculos com seu sangue; mania foi a Independência, na geração que nos precedeu, até deixá-la a nós assegurada. Só quando uma grande aspiração social se converte em mania, se logra torná-la instituição, conquista” (Sarmiento Apud Eggers-Lecour, 1963: 176).

A educação estava intimamente imbricada com a idéia de república no pensamento sarmientiano. Se Alberdi acreditava que Rivadavia tinha confundido *educar* com *instruir*, uma vez que o ensino da leitura, por exemplo, serve como forma de inserir o indivíduo na gestão pública, que lhe era estranha, o contamina com o “veneno eleitoral” e estimula a sua curiosidade grosseira ao descobrir como escrever insultos e injúrias, Sarmiento não pode conceber uma unidade sem a educação, uma vez que (ao contrário do Estado liberal de

---

<sup>38</sup> Como já mencionado, o nacionalismo dos membros da geração, salvo o Alberdi de *Fragmento preliminar* e das *Cartas quillotanas*, era visto como anti-argentinismo não só pelos caudilhos, como também por algumas análises históricas posteriores.

Alberdi, que assegura unicamente o direito de todos os cidadãos de serem iguais diante da lei e exercer suas capacidades que os tornará, invariavelmente, diferentes e desiguais) o governo, como o vê Sarmiento, é a fonte da qual a luz civilizatória deve difundir-se. A unidade dos diversos povos atraídos para o deserto argentino é uma tarefa de Estado:

“Uma forte unidade nacional sem tradições, sem história, e entre indivíduos vindos de todos os pontos da Terra, não pode formar-se senão por uma forte educação comum que amalgame as raças, as tradições desses povos no sentimento dos interesses, do porvir e da glória da nova pátria” (Sarmiento Apud Botana, 2005: 309).

Sarmiento, posteriormente (quando se tornou homem de Estado), apostaria na centralização do Estado no que diz respeito à educação. O governo deve modelar o cidadão que forma a sociedade política. De forma alguma o caminho pode ser o inverso, qual seja, o indivíduo que modele a comunidade política com os seus traços individuais e “naturais”: esta direção era aquela bem conhecida por Sarmiento, que cedia lugar à barbárie e à tirania da cidade.

Entretanto, esta sociedade política não pode ser, para Sarmiento, uma sociedade dispersa nos interesses particulares. A condição privada deve ser superada para que o indivíduo possa exercer o que os gregos chamariam de *liberdade positiva*, ou seja, participação política. Um espaço que reúne uma pluralidade de povos, como Alberdi via sem preocupação, era motivo de alarme para Sarmiento. Uma sociedade de dispersos *criollos* e estrangeiros, sem nenhuma coesão a respeito do bem comum, e repetindo velhos hábitos, não seria mais do que uma massa pronta para ter sobre si renovadas tentativas despóticas. “Cidadão era o que vivia e morria pela república” (Botana, 2005: 319).

Sendo ele o homem do século XIX que tinha a educação como mania, a Argentina pôde se tornar o país com o menor nível de analfabetismo da América. (Cf. Shumway, 2005: 182). Foi o enviado por parte do Chile e da Argentina para conferir o sistema educativo de Europa e Estados Unidos diversas vezes (Idem: 148). O modelo de educação era o alemão.

E para fazer da Argentina um país moderno e o exemplo a ser seguido descrito em *Argirópolis*, a Argentina precisaria atentar para um fato já bem descrito literariamente por Echeverría: “desruralizar-se”, deixar o conservadorismo, as trevas do barbarismo político e religioso e, ao mesmo tempo, adotar o progresso como ideal. O campo era o local onde se expressavam as forças que deveriam desaparecer. As grandes cidades deveriam ser o espelho refletor a fazer a luz do progresso aparecer. Por um lado, Córdoba representava o que havia de

fervor religioso, de conservadorismo (Shumway, 2005: 27); enquanto que a promessa de modernização provinha dos portos, mais especificamente, de Buenos Aires. Ou seja, Buenos Aires deveria vencer Córdoba, com a sua civilização, progresso e cultura. “As cidades deveriam patrocinar a vitória da civilização sobre a barbárie” (Prado, 2004: 164). Sarmiento, provindo da província, seria o intelectual que, mesmo sem os créditos acadêmicos, poderia, através dos livros, explicar a Argentina *de baixo para cima*: “se Rivadavia contemplou a cidade republicana da altura do pensamento ilustrado, eu, Sarmiento, com a ajuda de Facundo, a observei da profundidade das planícies de La Rioja” (Botana, 2005: 270).

Como já mencionado, o federalismo argentino, apesar de apresentar o mesmo nome do modelo de Estado norte-americano que a geração de 1837 tanto admirava, em realidade, era o antípoda do estilo de governo da América do Norte. No combate contra os federais argentinos, os unitários deveriam promover o sentimento de coesão de todo o corpo de concidadãos, em que se deixaria de servir ao caudilho local pela causa nacional. Entretanto, como já mencionado por Prado, tratava-se da exclusão daqueles que não estivessem alinhados com a modernização: “a unidade nascia a partir da destruição do inimigo, que não tinha qualquer espaço reservado na nova organização” (Prado, 2004: 168).

A indolência dos índios e *gauchos*, os improdutivos da Terra, incapazes de associar-se por um bem geral, não deveria ser tolerada. A Argentina padecia graças à bombástica junção entre o conservadorismo espanhol, a tão nefasta mistura com raças inferiores e a planura dos pampas que se assemelha à geografia oriental que imprimia a vontade e a necessidade de despotismo comum do oriente. Um combate de surdos em que, de um lado, havia o intelectual absolutamente crente da força de suas idéias e, de outro, o caudilho totalmente crente na sua força, que muitas vezes se tornou uma vontade de que um se sentisse seduzido a fazer do outro um álibi, para utilizar da sua força militar (caso fosse um intelectual em relação ao caudilho) ou espiritual (caso se tratasse do caudilho em relação ao intelectual). Sarmiento, no entanto, se dá conta de que tentar ilustrar a autoridade ‘bárbara’, ou seja, os caudilhos, é uma vã ilusão (Altamirano & Sarlo, 1997: 143). O atraso deve ser extirpado, pura e simplesmente.

Em sua visão opaca sobre o conflito progresso/cidades *versus* atraso/campo, Sarmiento recebeu críticas não apenas dos futuros opositores, como, no caso, Alberdi, mas também daquele que inaugurou de forma algo acanhada<sup>39</sup> tal dicotomia:

“Em 1852, em seu fundamental texto *Bases*, afirmava Alberdi que a única divisão da sociedade argentina dava-se entre ‘o homem do litoral’ e o ‘homem do interior’, demonstrando preocupação com as relações conflitivas entre Buenos Aires e as demais províncias. Entendia que o meio geográfico não produzia a barbárie, pois não acreditava que este fosse determinante para a formação das sociedades. Também Esteban Echeverría criticava Sarmiento por sua rígida perspectiva e propunha que ele formulasse uma política para o futuro em vez de se deter em questionáveis explicações sobre o passado” (Prado, 2004: 165).

Alberdi não concorda com a divisão entre cidade e campo, argumentando que Rosas não dominou com *gauchos*, mas sim, com a cidade. Ademais, menciona que os principais unitários foram do campo. A principal divisão que o autor vê, em *Bases*, é esta: “1º, o indígena, ou seja, o selvagem; 2º, o europeu, ou seja, nós os que nascemos na América e falamos espanhol, os que cremos em Jesus Cristo e não em *Pillán* (deus dos indígenas)” (Alberdi, 2006: 88). Existe uma subdivisão, cujas partes ele nomeia de *homem do litoral* e *homem da terra adentro ou mediterrâneo*. A existência do *homem do litoral* é devida à influência européia por meio do comércio e imigração sobremaneira existentes na costa, enquanto o *homem da terra adentro ou mediterrâneo* é fruto da obra da Europa do século XVI, ou seja, da conquista (Cf. Idem: 89). Com relação à barbárie e selvageria, Alberdi também não vê como causa o deserto, o analfabetismo e o isolamento, mas sim, o que se opõe à ordem e à lei, ou seja, a desobediência (Cf. Botana, 2005: 338).

Já Echeverría, nesta crítica citada por Prado, apontou o caráter determinista e reducionista do ponto de apoio de todo o pensamento sarmientiano, mas caso a maioria dos textos de Sarmiento tenham sido escritos com o olhar em direção ao passado e apontando falhas (salvo *Argirópolis*), os dois eixos que o legitimariam como líder político, a saber, a sua participação militar e a sua preocupação com a educação, mostram uma ação voltada para um futuro próximo e, também, um futuro bastante distante.

\*\*\*

---

<sup>39</sup> “acanhada” porque *El matadero* não era um livro para publicação, tendo sido trazido a público apenas postumamente.

A legitimidade do líder político toma forma através da conduta exemplar, na literatura em que a história pessoal é confundida com a história nacional.

Uma vez que aquilo que era *argentino* deveria ser extirpado, o que deveria tomar o seu lugar? Exatamente o espírito daquilo que existia de mais elevado na Europa encarnado nas terras americanas. Logo, os próprios homens de 37 precisariam fazer da sua existência o exemplo a ser seguido, estes homens que seriam o culminar de uma linhagem: para tanto, biografias e autobiografias se fizeram necessárias, como se sabe. Sarmiento é o exemplo mais eloqüente e mais veemente neste sentido: escreveu *Mi defensa* em 1843, ou seja, aos 33 anos. Além disso, *Recuerdos de provincia*, a sua autobiografia, foi escrito em 1850, aos 39 anos. A inspiração vem de Franklin, cuja biografia havia fascinado Sarmiento. Sua intenção era tornar-se o Franklin latino-americano.

Junto com *Recuerdos de provincia*, Sarmiento fazia circular uma foto sua: “Sarmiento, futuro presidente de la República”. Segundo Altamirano e Sarlo, a autobiografia faria parte de um programa político em que entram como pares de diálogo *Facundo: civilização e barbárie* e *Argirópolis*. A trilogia seria a seguinte: o primeiro seria a exposição do herói, o próprio autor. O segundo é o anti-herói, o caudilho, que se trata de Facundo Quiroga, mas que também pode ser Rosas ou qualquer outro caudilho. E, o terceiro, *Argirópolis*, é o tratado em que o herói, ou seja, o compatriota, expõe as bases políticas necessárias para a futura nação sob os auspícios da civilização.

Sobre *Recuerdos de provincia*, não é muito difícil imaginar o interesse de Sarmiento, inclusive pelo panfleto. Mas essa primeira parte da trilogia foi bem compreendida desde o início. Alberdi já a repreendia:

“Mas a sua biografia não é um simples trabalho de vaidade, senão o meio muito usado e muito conhecido em política de formar a candidatura do seu nome para ocupar uma altura, cujo anseio, legítimo por outra parte, lhe faz agitador incansável” (Apud Pietro, 1967: 89).

As biografias argentinas chamam a atenção pela diferença com relação às brasileiras. Como já observado, o grande nome das biografias do Brasil, Porto-Alegre, escreveu a sua em terceira pessoa, com um texto em que a sua *persona* se encaixava no mundo como que comandada pelas circunstâncias externas, expondo o seu patriotismo com relação ao Império. A biografia de Sarmiento é escrita em primeiríssima pessoa: tal fator é crucial. Na Argentina, os atores políticos preenchem um lugar, entretanto, não o lugar na legitimação da situação política, mas sim, a necessidade de mudança. *Grandes homens*. Não que Porto-Alegre não



tenha querido se pintar como grande homem, mas foi *um dos grandes* a serviço do Estado. Em contrapartida, as circunstâncias que guiavam os homens de 37, em especial, Sarmiento, não eram as que os colocariam como pedras formadoras do sólido corpo político, ao contrário, precisariam mostrar uma forte personalidade para enfrentar a construção política, a *mazorca* e se firmarem como o *eu* da nova construção.

Seriam eles, homens como Sarmiento, líderes porta-vozes e exemplos. Líderes, justamente porque são porta-vozes: porta-vozes da justiça, dos argentinos, dos chilenos e, também, da Vontade suprema que se expressa através das criações progressistas do homem, como a justiça:

“Eu me encarregarei da sua justificação [dos emigrados argentinos no Chile]; outros me copiaram. Aqui há o interesse de própria conservação, unido aos interesses maiores da humanidade, interesses que nem são chilenos nem argentinos, porque não há justiça chilena que não seja argentina. A justiça é de Deus; a liberdade, o patrimônio mais precioso do homem” (Sarmiento, 1949, vol. VI: 163).

Entretanto, ainda que tente demonstrar o seu nacionalismo por meio da destruição das nefastas particularidades locais, “[...] Sarmiento é apostrofado como herege e judeu, palavras que dentro do sistema de insultos políticos do período funcionam como equivalentes infamantes de ‘estrangeiro’” (Altamirano & Sarlo, 1997: 131). As sugestões de abertura econômica, de imitação dos governos modernos, além da necessidade que ele vê de afrancesamento e anglização da língua espanhola para torná-la, contraditoriamente, local, rio-platense, fazem dele, ao contrário daquilo pelo qual lutou toda a sua vida, o assassino da argentinidade.

Se ser argentino for reproduzir o mais fielmente possível o estilo europeu, Sarmiento é o maior nacionalista que o país produziu. Se, ao contrário, acabar com as peculiaridades locais é o que torna um intelectual um *cipayo*, ou seja, um traidor da nação, então Sarmiento foi o maior de todos.

### 3. 2. 3. Alberdi

Ao contrário das opiniões sobre Sarmiento, as sobre Juan Bautista Alberdi são menos julgadoras. Para Shumway, por exemplo, o autor seria lúcido e analítico (2005: 151).

Para Gustavo Varela, “o pensamento de Alberdi é o encarregado de inaugurar a modernidade na Argentina” (Alberdi, 2006: 15). A ausência de Alberdi no país, segundo Varela, o tornou um idealista no sentido de visualizar o que a Argentina poderia ser, mas ainda não era (Cf. Alberdi, 2006: 12).

Entretanto, antes de ser exilado, como já mencionado, recebeu uma bolsa do governo para estudar em Buenos Aires em 1825. Alberdi cultivou certa proximidade com o governador de Tucumán, Alexandro Heredia, a cuja recomendação “Facundo Quiroga, o caudilho de La Rioja, que nessa época residia em Buenos Aires, se ofereceu para facilitar o projeto de Alberdi de estudar as instituições democráticas dos Estados Unidos, oferta que Alberdi mais tarde recusaria” (Katra, 2000: 25).

Em 1838, Juan Bautista vai para o exílio. A sua ausência na Argentina é longa: são 41 anos no exterior. Vai a Montevideú em 1838 e só regressa ao país em 1879. Isso lhe permitiu ver de perto outros modelos de governo e, especialmente, de constituição, matéria que o tornou um dos principais intelectuais platinos e também lhe rendeu o insulto de “soldado de sofá” (*soldado de sillón*) por parte de Sarmiento.

Os principais textos sobre política e direito são: *Fragmento preliminar al estudio del derecho* (1837), *Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina* (1852), *Cartas sobre la prensa y la política militante de la República Argentina*, mais conhecidas como *Cartas quillotanas* (1853), *Elementos de derecho público provincial para la República Argentina* (1853), *El crimen de la guerra* (1870). Escreveu duas importante obras de teatro: *La revolución de mayo* (1839) e *El gigante Amapolas y sus formidables enemigos, o sea fastos dramáticos de una guerra memorable* (1842). Estas tratam do “nascimento e êxito de uma revolução apoiada na lei” (Pérsico, 1992: 63). Duas autobiografias também foram escritas: *Mi vida privada* (1873) que trata da sua vida até o exílio em 1838 e *Palabras de un ausente* (1874) que é o relato da sua vida a partir do exílio.

Pode-se mencionar a existência de dois *Alberdis*: o Alberdi de *Bases y puntos*, que foi aquele mais aproveitado pela Argentina, e que estava de acordo com a *Associação de maio* e o radicalismo na extirpação das chagas argentinas, e o Alberdi de *Fragmento* e das *Cartas quillotanas*, que é mais moderado e critica justamente a intrepidez desmedida dos “eurófilos”, como ele mesmo o foi. Por isso, é visto muitas vezes de soslaio pelos outros intelectuais, principalmente por Sarmiento, por não fazer vistas tão grossas ao caudilhismo.

Jorge Myers, em seu estudo sobre o discurso republicado do período rosista por meio da imprensa, divide o jornalismo rosista em três vertentes: a *culta*, a *popular* e a *ocasional*. Não é de estranhar que o nome de Alberdi (junto com Rafael Corvalán e De Angelis) esteja no terceiro grupo. O autor explica que o caso de Alberdi é, talvez,

“o mais complexo de todos, já que no jornalismo da sua etapa argentina dificilmente possa ser acusado de explicitamente rosista: *La moda*, apesar das rituais invocações de lealdade ao regime, desenvolveu uma linha de raciocínio evidentemente alheia às intenções e crenças mais arraigadas do Estado rosista. Contudo, tanto no *Fragmento Preliminar* quanto em textos posteriores escritos já no exílio, Alberdi valoraria positivamente a gestão de Rosas, dirigindo a ele louvores não somente explícitos senão abertamente propiciatórios, e sua particular aplicação de uma matriz historicista ao estudo da política argentina lhe serviria para construir uma justificação ideológica do fenômeno rosista em muitos aspectos tão eficaz como – e muito similar a – os do próprio regime” (Myers, 2002: 44).

Entretanto, as idéias do *Fragmento* que mostram o caudilhismo como uma etapa não são necessariamente desmentidas nem pela gazeta que monta em 1838, com a geração de 37: sendo o caudilhismo e o modo rude e rústico algo a ser superado, *La moda* é uma ferramenta de emancipação, para que a Argentina passe de uma etapa a outra. Em 1853, nas *Cartas quillotanas*, o autor é ainda mais cauteloso na crítica à Argentina ao escrever: “Assim, o *gaucho* argentino, o fazendeiro, o negociante, são mais aptos para a política prática que nossos alunos crus de Quinet e Michelet, mestres que tudo conhecem menos a América do Sul” (Alberdi Apud Pietro, 1967: 80). Ao contrário disto, o Alberdi de *Bases* descrê na capacidade do homem da América de organizar-se por si só politicamente, pelo menos até que sejam trazidos os exemplos de costumes de organização e liberdade da Europa por meio dos seus “pedaços vivos” trazidos por meio do incentivo à imigração.

Tal necessidade de observar o que o povo argentino possui de peculiar e aproveitá-lo não data das *Cartas quillotanas*: no *Fragmento*, o autor aponta que a vida dos povos é dividida em “idade teocrática, idade feudal, idade despótica, idade monárquica, idade aristocrática, e por fim idade democrática” (Alberdi, 1942: 140). Assim sendo, a democracia não é o início, mas o fim, ou melhor, a finalidade da organização política. Para ser livre, diz Alberdi, não basta o desejo, é necessário ser digno da liberdade.

Uma organização legislativa tem que corresponder ao povo ao qual se assentará. E de que serviriam as teorias européias em solo argentino àquela época? Os modelos importados não poderiam ter aplicabilidade; portanto, um sistema próprio para a Argentina era inevitável. Apesar de antipático, aquele a quem Alberdi faz referência no *Fragmento* (ou seja, Rosas), é o

homem grande com forte intuição e que combate teorias exóticas (Cf. Idem: 143). Neste escrito, surge um Alberdi que cria uma teoria política e legislativa com referência a todos os pensadores europeus, mas com um nacionalismo na praticidade governamental que busca a emancipação nacional, depurando a cor postiça, o servilismo, as imitações forçadas (Cf. Idem: 137), plágios para que se estudem os homens da argentina e suas coisas (Cf. Idem: 143).

Mesmo que imperfeito, o sistema de governo de Rosas era o condizente com a realidade argentina. Era uma ponte entre o existente e o porvir. Esta diferença é importante na querela com Sarmiento, entretanto, as organizações às que fizeram parte foram o determinante no rompimento da relação entre ambos, como se observará.

Provavelmente, as primeiras relações entre Alberdi e Sarmiento começam com as correspondências devido a *La moda* (Oría, *La moda*: 65). Nestas publicações, Alberdi utiliza o pseudônimo de *Figarillo* devido à admiração ao espanhol Mariano José de Larra (1809-1837), que escrevia críticas à Espanha sob o pseudônimo de *Fígaro* (Shumway, 2005: 157).

*La moda* dura pouco e *Figarillo* é obrigado a se mudar para Montevidéu, onde preside o *Club de Románticos y Sansimonianos*. Anos mais tarde, foi outro clube o elemento desencadeador do conflito entre Alberdi e Sarmiento: em agosto de 1852, é criado *El Club Constitucional de Valparaíso*, uma organização dos apoiadores do governo de Urquiza. Como era notório, Sarmiento não era um apoiador de Urquiza e não foi convidado. Ressentido, Sarmiento organiza o *Club de Santiago* como apoio a Buenos Aires. Em seguida, investe contra Alberdi com três panfletos, entre eles, o mais importante, “Carta de Yungay” e o livro *Campaña en el ejército grande de Sud América*, em que deixa clara a sua posição de valorizar intelectuais que, como ele, lutaram contra Rosas ao contrário de “soldados de sofá”, como Alberdi (Shumway, 2005: 195-7).

As críticas que Alberdi faz a Sarmiento estão compreendidas nos textos e idéias do Alberdi nacionalista que se afasta em grande parte do pensamento radical de exclusão dos liberais argentinos do XIX. Assim sendo, vejamos primeiramente o Alberdi totalmente coeso com a geração de 37 para, em seguida, compreender o seu desprendimento somado à discórdia com o futuro presidente da nação de 1868.

Seu texto principal, neste caso, é *Bases*, de 1852. Pode ser dividido em três pilares: um tratado de configuração de Estado, de constituição e de economia. Os três pilares se

sustentam em uma filosofia liberal que procura justificar e exaltar a seguinte idéia presente no primeiro parágrafo:

“A América foi descoberta, conquistada e povoada pelas raças civilizadas da Europa, com impulsos da mesma lei que tirou de seu solo primitivo os povos do Egito para atraí-los à Grécia; mais tarde os habitantes desta para civilizar as regiões da Península Itálica; e por fim os bárbaros habitantes da Germânia para mudar com os restos do mundo romano a virilidade de seu sangue pela luz do cristianismo” (Alberdi, 2006: 35).

A defesa teórica da exclusão se liga substancialmente à exclusão real que os liberais argentinos tentaram promover: “Hoje mesmo, sob a independência, o indígena não figura nem compõe mundo na nossa sociedade política e civil. Nós, os que chamamos americanos, não somos outra coisa que europeus nascidos na América. Crânio, sangue, cor, tudo é de fora” (Idem: 87).

A idéia de que a Argentina tem determinada predestinação para ser a melhor cópia da Europa e, por isso, o melhor modelo de cópia às outras nações latino-americanas também surge no texto: “Tomara que caiba à República Argentina, iniciadora de mudanças fundamentais nesse continente, a fortuna de abrir a era nova pelo exemplo da sua constituição próxima!” (Idem: 69).

No que diz respeito às suas questões de governo, pode-se dizer o autor foi *idealista* como menciona Varela por sugerir uma nova Argentina ainda não existente, entretanto, foi, por outro lado, *realista* por não descartar os problemas conjunturais imediatos do país. Vê, por exemplo, a impossibilidade de implantação da democracia por decreto, que só pode ser conseguida pela prática, prática esta que no momento não é possível pelo fato de a população argentina carecer de capacidade para sustentá-la (Cf. Idem: 77).

De qualquer forma, nem o republicanismo democrático nem o sufrágio devem ser abandonados. A dificuldade de caminhar para frente não justifica um passo para trás. Neste ponto, critica os monarquistas<sup>40</sup> e sugere que o republicanismo possui etapas que não podem ser puladas. Da mesma forma como evolui o tipo de governo, a liberdade e autonomia do voto podem ser conseguidas através de mecanismos de controle como o sistema de eleição dupla ou tripla. Sendo o sufrágio universal a condição *sine qua non* para a democracia, mesmo que as condições materiais e de inteligência não dêem margem para o voto totalmente livre, deve-

---

<sup>40</sup> Alberdi, neste ponto, faz curiosos elogios ao Brasil: na monarquia brasileira, o que governa é a lei. Em seguida, menciona que no Brasil a revolução da liberdade deixou mais frutos do que na Argentina, mesmo com a escravidão: escravidão e liberdade política podem coexistir como, por exemplo, na América do Norte onde a escravidão seria dez vezes maior do que no Brasil (Cf. Idem: 225-6).

se ser prudente não com a supressão do voto, mas estipulando maneiras de *instruir* para a atividade política.

O Estado deve apresentar um executivo forte, mas tendo o poder concedido por uma constituição (Shumway, 2005: 172). O executivo precisa atender às demandas do que quer o *argentino*, não o *portenho*, o *sanjuanino* ou o *tucumano*. A busca em entender o que quer o *argentino* seria uma espécie de busca da *vontade geral*, trazendo à baila o caráter algo rousseauiano do texto.

Tal preocupação se justifica pelo antigo conflito entre *unitários* e *federais*. Alberdi defende então um *federalismo* não “federal”, ou seja, a doutrina política federalista dos norte-americanos rechaçando a interpretação que os federais argentinos deram.

A independência total de cada província seria o *federalismo puro*, “mas a voz *federação* significa *liga, união, vínculo*” (Alberdi, 2006: 132), que será promovida pelo general Urquiza. O “federalismo puro” teria sido o estilo de governo da *Confederação dos Estados Unidos* de 9 de julho de 1778 que, para Alberdi, quase arruinou o país em oito anos. Já a constituição de 17 de setembro de 1787 possibilitou o misto de federal e unitário. (Cf. Idem: 144), impedindo algumas liberdades provinciais que só podem ser da competência da União. Os federais se apegaram ao 9 de julho, enquanto os unitários perceberam que a forma de governo ideal era a de 17 de setembro.

As propostas econômicas têm algo em comum com a preocupação que tinham os brasileiros à época da independência: no Brasil, temia-se que a separação com a metrópole afastasse ainda mais o país da civilização. Na Argentina, o que seguraria o país sob o protetorado europeu deveriam ser os tratados de livre comércio. O *laissez faire* e abertura econômica de todas as portas argentinas são radicais:

“São insuficientes nossos capitais para essas empresas? Entregai-as então a capitais estrangeiros. Deixai que os tesouros de fora, como os homens, se domiciliem em nosso solo. Rodeai de imunidade e de privilégios o tesouro estrangeiro, para que se naturalize entre nós” (Alberdi, 2006: 101).

O capítulo XVI apresenta atitudes práticas que devem ser resguardadas pela constituição na defesa do livre comércio e do liberalismo econômico.

A incapacidade industrial se soma a outra preocupação, a idéia de o grande inimigo da unidade política não ser Rosas, mas sim, o imenso deserto desabitado, para trazer a grande

aposta de Alberdi: “na América, governar é povoar”, título do capítulo XXXI. O deserto é o inimigo nacional e o fracasso da federação se deve ao fato de os argentinos serem “pobres, incultos e poucos” (Idem: 134).

A abertura econômica se soma a um código de direito totalmente liberal, em que os imigrantes não são distinguidos, ao contrário, devem ser seduzidos pelo país para que haja a migração espontânea. As facilidades econômicas e civis, a liberdade de culto que não fosse o católico são todas formas de seguir os seguintes conselhos: “traguemos pedaços vivos delas [da liberdade inglesa, da cultura francesa e da laboriosidade da Europa e Estados Unidos] nos costumes de seus habitantes e radiquemo-las aqui” (Idem: 93). A própria educação das massas tem como finalidade alcançar a ordem, fator que atrai a população estrangeira (Cf. Idem: 94).

Aqui fica clara a pretensão de criar uma sociedade industrial, ao contrário do sonho de Sarmiento de transplantar a constituição presidencial da Filadélfia para a Argentina tal qual foi criada. Alberdi fez a distinção, por inspiração direta de Guizot e Pellegrino Rossi, entre *liberdade civil* da qual todos, sem exceção, devem gozar e *liberdade política*, que se adquire pela capacidade. Para Sarmiento, o estrangeiro deve ser imediatamente transformado em cidadão (Botana, 2005: 330-334).

A primeira máxima de Alberdi sobre o direito é que todas as constituições da América hispânica são viciosas e incompletas. Em seguida, divide os períodos da história constitucional entre um primeiro momento de 1810 à independência e do momento da independência até a atualidade do texto. O grande erro teria sido o segundo momento ter sido cópia do primeiro.

A primeira constituição argentina, de 1826, tinha como principal preocupação a *segurança* e a *liberdade*, que Alberdi lê como a garantia da *independência* e a *liberdade*. Alberdi não considera que as constituições da época da independência foram equivocadas, ao contrário, elas eram fruto do seu tempo com a necessidade de assegurar a liberdade das novas nações, ou seja, preocupações preeminentes daquela ocasião. Mas a política repelente, especialmente com os imigrantes europeus, precisava cessar. Sendo assim, a liberdade já assegurada deve constar na carta constitucional, entretanto, a nova carta deve primar pelo desenvolvimento material que depende da vinda de imigrantes e zelar pelo progresso e interesses econômicos.

O deserto precisa ser povoado. A política de proibição de imigração européia ao centro do país para a proteção da fé cristã fez com que aqueles que chegavam ficassem pelo litoral, o que criou a grande diferença no povo argentino, o *homem do litoral* e o *homem da terra adentro ou mediterrâneo*, uma das primeiras discórdias com relação a Sarmiento, como já mencionado.

A diferença existente seria entre os locais de maior e menor influência européia, e não entre os lugares mais e menos urbanizados. Alberdi dá um exemplo da incongruência da dicotomia entre cidade e campo na questão da luta contra Espanha: “as cidades deram infantes, os campos cavalaria. Os *gauchos* nunca foram realistas<sup>41</sup> depois de 1810” (Alberdi Apud Pietro, 1967: 88). *Facundo* seria o catecismo dessa falsa doutrina, que cria “antipatias artificiais entre localidades que se necessitam e se completam mutuamente” (Alberdi Apud Idem: 87) é o que defende nas *Cartas quillotanas*. “Alberdi se mostrou pouco paciente com as polaridades sarmientianas, e menos ainda com a sua obsessão romântica com a terra como determinante maligno do espírito argentino” (Shumway, 2005: 153). O que determinaria o progresso e o atraso não era a urbanidade, mas o contato com o civilizado, seja ele rural ou cidadão.

Mas, quase uma década antes de *Bases*, Alberdi já começa a discordar do seu próprio nacionalismo: Em 1843, escreve *La acción de Europa en América*, no Chile. O nacionalismo e o americanismo que foram imprescindíveis na revolução de independência são grandes entraves para a Argentina que precisa adaptar-se ao progresso:

“As ficções de patriotismo, o artifício de uma causa puramente americana de que se valeram como meios de guerra convenientes no momento, os [os guerreiros de 1810] dominam e os possuem até hoje. Depois de ter representado uma necessidade real e grande da América em um momento dado, hoje desconhecem até certo ponto as novas exigências do nosso continente. A glória militar lhes preocupa ainda, acima do interesse no progresso” (Alberdi Apud Botana, 2005: 295).

Aqui surge um Alberdi que busca substituir a honra militar pela honra do comércio. Mas outra questão se torna patente: o patriotismo nativista precisa dar lugar ao progresso que, de acordo com as novas idéias que iriam se formar na teoria alberdiana a respeito da Argentina, se traduzia por europeizá-la.

Botana desenvolve a idéia de que se Tocqueville legitimava a república na América pela virtude originária, para Alberdi, o presente da Argentina não é legítimo pela origem

---

<sup>41</sup> *realistas*: os que apoiavam o poder real da Espanha na América.



revolucionária que o precedeu. E, seguindo a tradição norte-americana, Madison argumentava que primeiro surgiria o poder e depois a lei que o limitasse; portanto, Rosas, por mais que fosse o ditador federal, promoveu a necessária união das *Provincias Unidas* e, logo, uma lei precisaria tomar forma. Logo, a necessidade de *Bases* de 1852. Logo, a necessidade de Urquiza, posteriormente (2005: 297-298). As ficções nativistas precisam sair de cena para que os costumes mais elevados da civilização atraiam pedaços vivos de Europa.

Em 1866, Alberdi escreve aquilo que os argentinos de 1837 não quiseram encarar: aquilo que chamaram de *revolução* tratava-se unicamente de *independência*. *Revolução* significa mudança intelectual e moral de um povo, ou seja, na Argentina, ao contrário do que se pensava, ainda estava por se realizar (Cf. Botana, 2005: 348).

\*\*\*

As *Cartas sobre la prensa y la política militante de la República Argentina* foram escritas em Quillota, no Chile, entre janeiro e fevereiro de 1853 e aí são retomadas as controversas idéias do *Fragmento* de 1837. É também aí que Alberdi responde ao ataque de Sarmiento que o chamou de “soldado de sofá” para denunciar não só Sarmiento, mas também Mitre, de “caudilhos da imprensa e de palanque” (*caudillos de la prensa y de la tribuna*) ou, como classificou o padre Castañeda, os *gauchi-políticos* (Cf. Alberdi Apud Idem: 88).

“O que fizeram os liberais argentinos?” (Alberdi Apud Idem: 80) é uma pergunta feita por Alberdi no texto para apontar determinados erros. Talvez, a pergunta mais sincera fosse: “O que fizemos os liberais argentinos?” Entretanto, ele se refere às atitudes práticas, aos erros bem particulares que, com certeza, seus textos mais importantes não contradiriam, mas ele não estava presente.

No ano seguinte de *Bases*, nas *Cartas*, Alberdi apresenta aquilo que tinha chamado de maior inimigo da nação, o deserto, como um fato a ser combatido, exatamente como havia escrito anteriormente, entretanto, o expõe como um fator *real*, sendo o caudilhismo e o isolamento material uma conseqüência *normal* da Argentina. Observá-la, compreendê-la e tomar políticas moderadas a seu respeito é o mais sensato. Esta passa a ser uma crítica importante de Alberdi ao que escreveu Sarmiento, que “indicou a política que conviria no *porvir*, a de moderação, que educa, e não a exaltada que suprime” (Alberdi Apud Idem: 83). Entretanto, como sabemos, moderação está ausente em Sarmiento assim como a não-supressão do *outro* é algo incogitável para o futuro presidente.

“A juventude deixou imediatamente a revolução inteligente, e se entregou à revolução armada: deixou as idéias e tomou a ação: este caminho lhe pareceu preferível por ser mais curto. Diplomacia, concessões, manejos parlamentares, tudo ficou de lado com as letras: a juventude deu a cara e se proclamou em guerra aberta com a tirania” (Alberdi Apud Oría, *La moda*: 67).

No primeiro momento, a ação enérgica é justificável, entretanto, mesmo com a derrubada da tirania, as críticas feitas são “plagiárias e ridículas contra os vencedores de Rosas” (Alberdi Apud Pietro, op.cit.: 91). Tal crítica se dirige diretamente a Sarmiento, por este desqualificar Urquiza, o novo presidente, com a mesma violência com que criticou Rosas, porque este posto de autoridade, segundo Sarmiento, deveria pertencer a ele mesmo.

Para Alberdi, Sarmiento abusa do prestígio, tentando fazer dos próprios livros um pedestal de autoridade (Alberdi Apud Idem: 67), apesar de não ignorar as virtudes dos livros que escreveu e ter, ele mesmo, se inflado com os escritos políticos apaixonados de Sarmiento pela necessidade imediata de reação. Contudo, o exagero, que os teóricos aqui mencionados apontam em Sarmiento, é justamente a crítica de Alberdi. Parece-lhe um absurdo personificar toda a Argentina, um país “honesto e bom”, em Facundo Quiroga, “um dos maiores malvados que apresenta a história do mundo” (Alberdi Apud Idem: 74).

Ora, se o caudilhismo é uma condição *normal* da Argentina, por que Sarmiento continua criticando Urquiza por ser caudilho, apesar de ter sido ele o responsável pela derrubada de Rosas? Alberdi não vê outra possibilidade de regeneração para o país que não seja sem o caudilhismo, este aspecto normal da nação. Isto faz da civilização proposta por Sarmiento irrealizável e utópica por “inadequada à maneira de ser presente e normal do país. [...] Um partido estava um século atrás, o outro um século adiante, nenhum estava no seu século” (Alberdi Apud Idem: 79).

Sendo os *gauchos* um elemento natural da nacionalidade argentina, o caudilhismo seria uma ‘democracia mal organizada’, mas mesmo assim, preferível que a antipopular ‘democracia inteligente’ (Cf. Shumway, 2005: 201). Tal pensamento não contradiz a idéia de *Bases* de que o voto é uma necessidade, mesmo com a ausência das capacidades necessárias à população para tal atividade; em contrapartida, se os caudilhos não apresentavam um nível de sofisticação política, isso não significaria que deveriam ser excluídos. Apesar de acanhadamente esboçada esta idéia em 1852, ela é abertamente exposta nas *Cartas* de 1853.

Passava a ser necessário acabar com a idéia de que a ausência de civilização torna, forçosamente, normal a existência da barbárie, e o *gaucho*, forçosamente, um malfeitor ou um caudilho (Alberdi Apud Pietro, op.cit.: 76).

Por fim, o moderado Alberdi tem como nova sugestão que seja instruído o “amor à liberdade, não ódio aos malvados” (Alberdi Apud Idem: 88). Alberdi, ao contrário de Sarmiento, não seria o intelectual que iria observar os problemas da Argentina, a tirania proveniente da planície; ao contrário disto, seria o intelectual em prol da instauração da civilidade na Argentina. Em outras palavras, apostaria na promoção de um solo firme para a liberdade e desenvolvimento, e este solo são os próprios costumes da nação. “‘Chave mestra’ da ordem política, o costume é para Alberdi o objeto principal do conhecimento político” (Botana, 2005: 289), e se Rivadavia se pretendeu o criador de instituições, Alberdi se pretendeu o criador de costumes, afinal, as leis e o direito de uma nação estão assentados neles.

## 4. AS REVISTAS

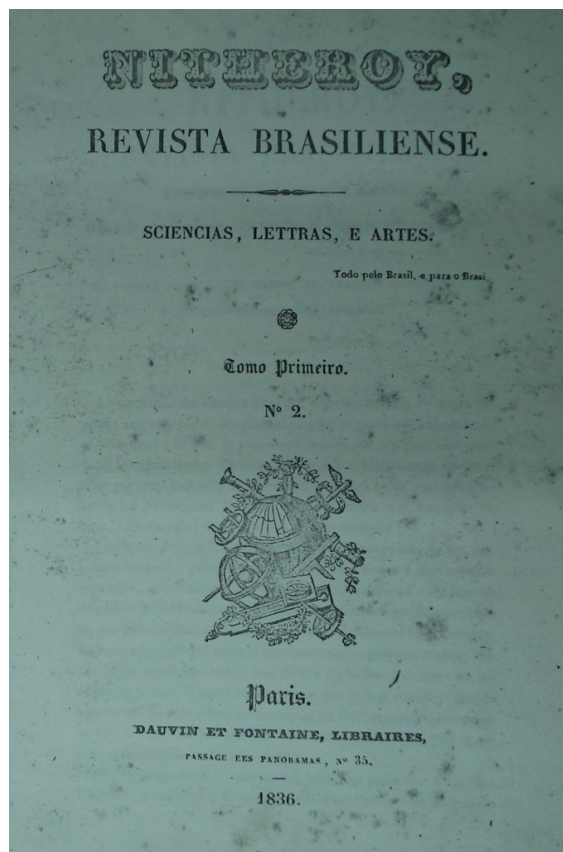
### 4. 1. Revista *Niterói*

“Niterói”, em tupi, significa “água escondida”. Trazer à superfície o potencial das terras brasileiras era o intuito dos fundadores da *Niterói*: mais do que achar o que estava escondido, descobrir o queurgia ser descoberto como fator enobecedor e trazer fatores emancipatórios que lhes pareciam imprescindíveis ao Brasil.

Junto com *Suspiros poéticos e saudades* de Magalhães, a *Nitheroy, revista brasiliense: sciencias, lettras, e artes* é considerada fundadora do movimento romântico brasileiro. A respeito das duas edições, publicadas em Paris

pela *Dauvin et Fontaine*, diz-se que era improvisada e amadora. De fato, a diversidade de assuntos tratados traz, de início, uma impressão de imprecisão, algo diletante e palaciano. O primeiro artigo, de Azeredo Coutinho, chamado *Astronomia dos cometas*, pode acrescer ainda mais tal sensação: um texto que se fala sobre as aparições e a anatomia dos objetos espaciais e a etimologia da palavra. Entretanto, a primeira publicação periódica do romantismo brasileiro não poderia ser algo tão prolixo quanto se menciona. A nota introdutória *Ao leitor* explica que a publicação é pelo amor à nação: visa “reflectir sobre objectos de bem commum, e de glória da pátria”. Além da tentativa de organizar as primeiras idéias de nacionalidade e artes, os longos textos denotam a necessidade de expor ilustração e conhecimento necessários para aqueles aptos a falar (e escrever).

O intuito principal da revista era definir o que era, de fato, *brasileiro*. Tinha como intuito “fundar uma cultura, apresentando-a como algo que existia, de forma latente, desde os



tempos coloniais [...]: a natureza tropical, a substituição das musas da Arcádia pelos índios” (Squeff, 2004: 67). Mas não apenas isso:

“É uma revista de caráter renovador, ao mesmo tempo crítica e panegírica dos temas nacionais, mas profundamente antenada com algumas das forças sociais emergentes sobretudo aquelas, como a pequena burguesia, mais identificadas com interesses urbanos, industriais, com as potencialidades de desenvolvimento do país” (Pinassi, 1998: 83).

Porto-Alegre já estava na França desde 1831 sob a proteção de Debret, Torres Homem e Gonçalves de Magalhães chegam em 1833 e trabalham na Delegação Brasileira em Paris. No ano seguinte, “em 1834, ao núcleo original do Grupo de Paris, juntar-se-iam Cândido de Azeredo Coutinho e João Manuel Pereira da Silva, que também iriam participar do projeto e colaborar com a revista *Niterói*” (Idem: 97).

Silvestre Pinheiro Ferreira, português responsável pela introdução do *ecletismo* como doutrina filosófica em Portugal parece ter exercido, sobre o grupo, um papel mais importante do que o seu modesto ensaio de sete páginas do segundo volume: o *ecletismo* tornou-se a pedra angular da revista seja pela variedade de sistemas filosóficos que tratou, seja pelos temas pelos quais enveredou. Se Saint-Simon foi o grande nome da geração argentina, o guia do grupo em Paris foi Victor Cousin.

Os brasileiros são muito bem recebidos pelos franceses do Institut Historique e Monglave sente-se padrinho da *Niterói* (Cf. Idem: 114). Contudo, se o relacionamento destes brasileiros com a elite intelectual francesa era excelente, o relacionamento de Magalhães com Luís Moutinho, da própria Delegação Brasileira em Paris, era terrível. Magalhães comunica seu afastamento em 29 de abril de 1836 e Torres Homem também desliga-se do posto de chefe da delegação. Segundo Pinassi, (1998: 117), este foi o fato que inviabilizou a permanência de ambos em Paris e abortou a revista na segunda edição.

O que consta na revista *Niterói*? O primeiro número é formado pelos seguintes textos: *Astronomia dos cometas* de Azeredo Coutinho (28 páginas), *A escravatura* de Torres Homem (50 páginas), *Reflexões sobre o crédito público* também de Torres Homem (49 páginas), *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* de Magalhães (28 páginas), *Idéias sobre a música* de Porto-Alegre (24 páginas) e, por fim, uma indicação bibliográfica de Magalhães, o livro *Voyage pittoresque et historique au Brésil* de Jean-Baptiste Debret.

O segundo número apresenta um primeiro artigo em Francês, intitulado *Rapport lu a la 2<sup>o</sup> classe de l'institut historique* de Eugène de Monglave, em seguida, um estudo de

Magalhães sobre a *Filosofia da religião*, em que pretende estabelecer a *Sua relação com a moral, e sua missão social* (30 páginas). O terceiro texto trata de *Física industrial*, cuja autoria é de Azeredo Coutinho (51 páginas, com ilustrações). O quarto texto, *Química*, foi escrito por Antonio de Sousa Lima de Itaparica (47 páginas). O filósofo português Silvestre Pinheiro Ferreira expõe a sua *Idéia de uma sociedade promotora de educação industrial* (7 páginas). O sexto texto baseia-se em *Considerações sobre a descoberta feita por Antonio Saint-Valery Seheul de um novo sistema de fabricar açúcar*, escrito por Sabrun, Conille, Lajaille, Fleuriau, Ch. Dupin, Jollimon de Marolles, Fournier, Sully-Brunet, Perinelle, Favart, Lanascots, Valeau e Cameau (11 páginas). Torres Homem é o autor do sétimo texto, *Comércio do Brasil* (12 páginas); e Porto-Alegre, do oitavo, *Contornos de Nápoles* (57 páginas, apresentando um poema a partir da página 28). Antes das dicas bibliográficas, João Manuel Pereira da Silva dá a sua contribuição com seus *Estudos sobre a literatura* (30 páginas). A seção de bibliografia traz, desta vez, três sugestões para leitura: a primeira é de Magalhães e trata-se do livro do deputado Mortezuma, *A liberdade das repúblicas*. A segunda dica quem dá é Torres Homem e mostra que não só se interessa por economia política e sugere a leitura de *Suspiros poéticos e saudades* do seu colega Magalhães. Por fim, é a vez de Porto-Alegre mostrar que também vai além das letras, das tintas e das notas músicas para mostrar a importância das ciências naturais ao falar de *Ensaio sobre o fabrico de assucar* do baiano Miguel Calmon.

\*\*\*

A revista, como já mencionado, apresenta um forte caráter progressista, aposta em um projeto de modernização do Brasil. Sendo assim, ao mesmo tempo em que há o panegírico à realeza e as glórias do Brasil, há a opção pela mudança do sistema econômico: do escravocrata para o trabalho assalariado. Logo, junto com artigos sobre literatura e música, expressam-se reflexões econômicas que estes intelectuais julgavam necessárias expor para que o Brasil pudesse não apenas ser uma continuação política da Europa monárquica, mas também uma continuação da Europa capitalista dentro de uma divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil afirmaria a sua vocação agrícola, como procuram demonstrar os artigos “Física industrial”, “Química” e “Novo sistema de fabricar açúcar” (Cf. Pinassi, 1998: 146).

A revista ganhou um estudo, porém, com análises anacrônicas e um tanto distorcidas uma vez que a autora critica os aspirantes a membros da intelligentsia brasileira por

apresentarem um discurso moderado e não haverem, em 1836, feito a crítica à propriedade privada, por exemplo. Mas mesmo que Maria Orlanda Pinassi faça o tipo de crítica marxista que classifica como “alienação” qualquer pensamento que não seja o próprio marxismo, o livro torna-se importante pelos dados que traz e por ser o único estudo centrado nas duas publicações.

Entretanto, a dita moderação dos autores da *Niterói* pode ser questionada. De fato, ninguém naquele ano de 1836 disse que a *propriedade privada era um roubo*, mas a necessidade que Torres Homem aponta de que o Brasil econômico chegue ao patamar do Brasil político em termos de civilização denota uma questão importante: mesmo não querendo atacar o império monárquico, é feita a crítica à base econômica do sistema brasileiro. A possibilidade de ter como parâmetro a França monárquica existe, mas existe a necessidade de reconhecer a inelutável força econômica inglesa:

“se a Revolução Francesa foi a causa indireta da nossa Independência<sup>42</sup>, além de inspirar o processo de modernização política, via monarquia constitucional, o mundo da materialidade, aspecto complementar e necessário à via pacífica, seria transformado pela mão nem sempre invisível da Inglaterra” (Pinassi, 1998: 143).

Os autores da *Niterói* respondem a uma linha de pensamento de época. Desde o século XVIII, o Brasil era inspirado pelos enciclopedistas e pela cultura ilustrada, “características de pensamento que continuam depois pelo século XIX adentro” (Dias, 2005: 39). A utilidade, a natureza pragmática dos estudos e o progresso técnico ditam as regras da vocação científica de fins do XVIII e início do XIX, o que justifica a necessidade de se auto-denominar “prático e ativo” e o não contentamento em ser, por exemplo, professor de minerologia, mas também minerador. Ciências naturais, como a minerologia, a botânica, a zoologia, ganham importância suplantando espaços da matemática, direito e medicina.

Os ideais ilustrados diziam, no campo econômico, respeito a um liberalismo econômico moderado.

“[...] os ideais liberais não surgiam como um programa modernizador do conjunto das forças sociais: foram veiculados por uma minoria ilustrada e culta, que constituía uma porcentagem ínfima da população do país. Essa minoria de letrados, inspirada nos ideais do despotismo ilustrado do século XVIII, reservava para si a missão paternalista de modernizar e reformar o arcabouço político e administrativo do país, sem comprometer a continuidade social e econômica da sociedade colonial” (Dias, 2005: 128).

---

<sup>42</sup> A autora se refere ao fato de que foi a invasão de Napoleão que fez com que João VI se refugiasse no Brasil, tirando-o da qualidade de colônia e a seqüência histórica chegue à independência brasileira.

É nesse seio que surge a primeira publicação do *Grupo de Paris*:

“A revista *Niterói*, um dos órgãos que dariam início ao movimento romântico brasileiro, seguia o padrão das revistas de antes da Independência, ao reservar um espaço muito maior aos assuntos científicos e econômicos do que aos literários” (Dias, 2005: 117).

Poder-se-ia dizer que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional é a encarnação desses ideais científicos e econômicos, vindos da ilustração enciclopedista, que são abraçados pelos homens de letras brasileiros que tentam impulsionar o país.

Ora, a revista *Niterói* demonstra que aqueles homens que a escreveram poderiam dar as bases para uma teoria estética literária, musical, de artes plásticas, mas também, falar da fabricação de açúcar e de teoria econômica. A revista cumpriu o seu papel: apesar de Porto-Alegre ter tido sempre muitos problemas econômicos, os três foram exitosos nos seus desejos de compor a elite letrada brasileira. Mas nem tudo o que estava na *Niterói* poderia ganhar tanta atenção, afinal, tocaram no ponto nevrálgico do sistema brasileiro, criticando-o.

A revista ficou lembrada como inauguração do movimento romântico brasileiro. De fato, trata-se de uma sistematização do nacionalismo.

“Sílvio Romero consubstancia aquele pendor literário da revista, dando ao artigo de Magalhães [*Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*] o estatuto de *manifesto romântico brasileiro*” (Pinassi, 1998: 154).

É, basicamente, por este artigo que a revista é lembrada e reconhecida como marco inicial. A revista foi escrita e o seu intuito se cumpriu: mostrou que os estudos na Europa foram muito proveitosos e tornou-se um excelente cartão de visitas tanto para a França como para o Império do Brasil. O esquecimento da revista obedece quase a um mesmo princípio: mesmo que o aproveitamento dos estudos na Europa exerça o efeito de impeli-los na tarefa de atentar para (e contra) o sistema econômico, eles, ao contrário, se focalizariam em todas as outras formas de legitimação da monarquia, pois isso os tiraria da Corte por levantar a necessidade de acabar com o piso que a sustenta.

Desta forma, algumas palavras sobre a revista *Niterói* podem ser mencionadas: tratava-se de uma publicação *idealista*, ou seja, um olhar para o futuro que trazia elementos antecipatórios que urgiam para o aperfeiçoamento do país, mas que respondiam a uma demanda burguesa, uma vez que inspirados pela ilustração, compreendiam as regras inglesas como inevitáveis. Por isso, foram duas publicações regeneradoras e progressistas, que tiveram que ser mantidas como *arquivo histórico* mais do que como *fragmento preliminar* para a



reformulação das práticas nacionais porque estas práticas eram inviáveis sob a monarquia escravocrata, o sistema que os autores ajudariam a legitimar. Para a *Niterói*, “o universo burguês, devidamente espiritualizado, seria a redenção da cultura e das artes no Brasil” (Pinassi, 1998: 173) e tal espiritualização deveria ser através do cristianismo, o elemento redentor dos ímpios e dos índios.

O índio surge, mas assim como Magalhães não foi um indianista, tampouco o foi a revista: o índio herói só viria a aparecer com Gonçalves Dias e José de Alencar; aqui, os heróis ainda são os portugueses que se ocupam da cristianização dos indígenas.

Resumindo, alguns objetivos comuns que perpassam todos os artigos:

“1. uma ruptura com a estética neoclássica portuguesa a propósito de complementar, no plano da cultura e das artes, a independência política, assim como diferenciar os novos tempos – regenciais – dos tempos da dominação colonial; 2. uma opção pelo abolicionismo do trabalho escravo e a sua substituição pelo braço livre e assalariado; 3. uma busca – histórica, geográfica e etnográfica – de dimensões particularizantes do Brasil para inseri-las no universo das nações modernas e ocidentais” (Pinassi, 1998: 27).

#### 4. 1. 1. Os textos

##### 4. 1. 1. 1. Primeiro volume

Torres Homem, no segundo texto, *A escravatura*, defende a nova economia política, que ainda não obteve seu espaço em terras brasileiras e, pelo fato de defender idéias que neste momento iam tão de encontro à situação do império, apresenta-se como o autor menos caudatário do periódico. Citando indiretamente Adam Smith e Alexis de Tocqueville<sup>43</sup>, Torres Homem ataca os proprietários que não observaram as leis econômicas do progresso e que, com a “lepra da escravidão” (*Niterói*, v.I: 40), não formam um mercado consumidor.

A escravatura traz três problemas: o primeiro deles é não adaptar o mercado às novas formas econômicas. O segundo é impedir as inovações tecnológicas, uma vez que as novidades industriais não fazem sentido em um sistema de produção que se sustenta em

---

<sup>43</sup> No próximo texto deste volume, que não será aqui detalhadamente analisado, também de autoria de Torres Homem (*Reflexões sobre o crédito público*), o autor cita explicitamente David Ricardo (Idem: 91).

trabalho não-assalariado. E o terceiro é o retardo social promovido pela presença do enorme corpo estranho implantado na organização social brasileira, os escravos da África, “essa terra povoada com a raça amaldiçoada de Cham” (Idem: 36).

Torres Homem assume, como não é diferente na maioria dos autores da época, uma visão teleológica da história e defende o trabalho assalariado como o destino da espécie humana dentro da lei do progresso. Para uma robusta defesa, o autor busca os argumentos filosóficos da Grécia antiga em defesa da escravidão para refutá-los. Diz que a filosofia é o senso comum de uma época, a crença da massa. Não seria o caso da modernidade ou, ao menos, não deveria ser.

Mesmo assim, se a Inglaterra é a expressão máxima do desenvolvimento comercial, por que ainda há miséria nesse país? A resposta que o autor encontra é que as riquezas produzidas eram consumidas por vícios patricios, que são comuns às sociedades escravocratas. Em seguida, faz uma longa descrição do sistema de comércio dos Estados Unidos. E, para não se indispor com ninguém, menciona que existe uma enorme diferença entre o Brasil político e o Brasil econômico. Convém lembrar que o Brasil era o espelho do passado também no plano político, uma monarquia que perpetuava a dinastia dos Bragança em meio a um turbilhão de movimentos latino-americanos que buscavam o presidencialismo e as formas de organização inauguradas pelas revoluções americana e francesa.

Em *Commercio do Brasil*, do segundo volume da *Niterói*, Torres Homem continua na defesa das novas teorias econômicas, defendendo o livre comércio, entretanto, criticando o protecionismo francês na relação econômica com o Brasil.

\*\*\*

Em *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, Magalhães expõe dois pontos que merecem destaque: mesmo em um texto sobre literatura brasileira, acaba escrevendo sobre economia política e reafirmando a tese anti-escravocrata de Torres Homem, à página 141, ao chamar de *erro* a crença de que um povo só pode engrandecer-se à custa de outro. O segundo ponto é a evidência da primeira grande diferença com os ideólogos argentinos em questão: o índio como figura que não deve ser aviltada. Os indígenas seriam povos perseguidos com ferro e fogo como animais ferozes, que eram salteados por “aquelles Portuguezes de um tracto vilissimo” (Idem: 140).

O indianismo, o gênio brasileiro e a geografia brasileira aparecem imbricados em um mesmo fenômeno de causa e efeito. A pampa argentina é motivo de degenerescência; a beleza brasileira, ao contrário, pode ser a inspiração, por exemplo, para um grande livro de Debret, que seria a indicação bibliográfica do final desta primeira edição. “Pode o Brasil inspirar a imaginação dos Poetas?” (Idem, 153). Claro. O Brasil inspira franceses a fazer viagens pitorescas e, misturado à mitologia grega trazida pelos portugueses, “transforma poetas brasileiros em pastores” (Idem: 147) etc.

“A poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma Grega vestida á Franceza, e á Portugueza, e climatizada no Brasil” (Idem: 147).

O terceiro ponto, ao contrário do segundo, é uma confluência com a geração de 1837 argentina: uma indisposição com os colonizadores de trato vilíssimo: “não se póde lisongear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação [sic.], que tão mesquinha foi ella” (Idem: 146). Apesar de não anular a possibilidade de Portugal poder ser uma boa influência, Magalhães assume a “França como grande mestra por guia” (Idem: 151).

Genericamente, o texto trata da literatura como expressão máxima de um povo. Magalhães pretende demonstrar qual é *o seu progresso*, qual é *o seu caráter*. Logo de início, busca quem já falou sobre isso. Primeiramente, MM Bouterwech que, basicamente, expôs algo sobre Cláudio Manoel da Costa. O segundo é Sismonde de Sismondi que se pontua inteiramente sobre os escritos de Bouterwech. O terceiro é Ferninand Denis, que apresenta a melhor sistematização, entretanto, não é completo.

Ao chegar aos estudos de Madame de Staël, Magalhães traz à baila um tema que será caro tanto ao romantismo brasileiro quanto ao argentino: o *surgimento de um grande homem*. A glória dos grandes homens é o patrimônio de um país. E estes homens não podem estar presos às imitações, mas devem atentar para a criação. Não é possível ignorar os velhos modelos e nem odiar as revoluções, pois, como escreve Magalhães, o passado e as mudanças bruscas são de extrema necessidade para o desenvolvimento humano.

A carreira literária brasileira se abre no século XVIII. Os grandes homens têm a obrigação de surgirem no XIX. Logo, este é o texto a ser lembrado como “marco inicial do romantismo brasileiro”, sem sombra de dúvida.

*Idéias sobre a música*, de Porto-Alegre, corrobora a quarta arte liberal do *quadrivium*, definindo-a como produção do amor que infla as faculdades mentais (Idem: 160). Entretanto, traz à baila a questão da pintura como arte do espírito: “A Musica é para a sociedade o que a boa distribuição de luz é para um quadro, ambas dão vida e alma ás coisas a que se applicam” (Idem: 164). Até “Sobre a música no Brasil”, Porto-Alegre apenas faz desfilarem elogios a esta tão cara arte e uma incursão histórica sobre a importância da música em determinados povos, para determinados filósofos etc.

Porto-Alegre argumenta que os uivos típicos da “barbaria” muda de caráter quando a civilização é introduzida no Brasil. O aldeão é o primeiro e dá preferência à tonalidade menor (Idem: 175). A dança, sendo filha da música, não passa de uma roda com gestos, coisa parecida com “a Tarantella na Italia” (Idem: 175). Para a música, o clima e o solo também são os seus definidores (Idem: 176) e, após fazer considerações sobre particularidades da música de diversas nações, expõe que o fato de não haver elementos para *fazer melodia* no Brasil tornou a música equivalente a questões cotidianas como o balanço da rede. E, em seguida, faz uma descrição dos diferentes tipos de música existentes no país, por ser uma amálgama de povos de todas as partes do mundo: o *lundum* baiano e a *modinha* mineira são exemplo à página 179.

Seguem exemplos de músicos brasileiros como João Francisco de Oliveira Coutinho, os amigos Marcos e Maciote, Pedro Teixeira, Francisco Manoel. Destes cinco, Marcos e Pedro Teixeira não podem ser considerados da mesma envergadura de João Francisco de Oliveira Coutinho e Francisco Manoel. E, na página seguinte (182), surge, muito provavelmente pela primeira vez, o grande elogio a José Maurício, um dos três ilustres que Porto-Alegre viria a tratar em “Iconografia brasileira” de 1856 chamando-o, já na revista *Niterói*, de “Fluminense Mozart” e terminando o texto com uma emotiva homenagem.

\*\*\*

Nas dicas bibliográficas (*Bibliographia*), Gonçalves de Magalhães faz a sugestão da leitura de *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, de Debret. Já que o Brasil é conhecido como deserto habitado por índios antropófagos, o livro expõe a grandeza florestal, a “espontânea força produtiva”. O livro de Debret seria, entre a bibliografia que trata sobre etnologia e ciências naturais, o de maior importância e que saciaria as curiosidades do filósofo, do naturalista, do político, do pintor e do cosmógrafo.

## 4. 1. 1. 2. Segundo volume

O primeiro artigo em português é o tratado sobre a importância da religiosidade, escrito por Gonçalves de Magalhães (*Philosophia da religião: sua relação com a moral, e sua missão social*). Citando a Herder, inicia uma discussão filosófica sobre a alma, o eu e Deus, passando por Victor Cousin e chegando a Kant. Põe em paralelo o triunfo da criação do culto, como da justiça e do Estado e critica o materialismo como corrente filosófica. A questão levantada por Magalhães é que a religião não existe para frear as paixões humanas, ela seria a filosofia do povo, “a moral de todo o mundo” (*Niterói*, v.II: 20). Magalhães legitima cruzadas, guerras e invasões em nome do cristianismo (Idem: 23), critica os enciclopedistas por trazerem consigo a moral do interesse e “uma guerra de morte ao Christianismo” (Idem: 26) e, obviamente, Voltaire, Holbach, Helvetius e Bentham. Por fim, aconselha ao governo atentar para a disseminação da filosofia do interesse, que, não sendo moral, deveria dar lugar a uma filosofia sã para ser ensinada à mocidade (Idem: 38).

\*\*\*

*Physica industrial* de Azeredo Coutinho, *Chimica* de Lima de Itaparica, e as *Considerações sobre a descoberta...* do conjunto de cientistas citados no início deste estudo sobre a *Niterói* apresentam curiosos e detalhistas estudos sobre vasos, fornalhas, caldeiras, aparelhos para ebulição e vaporização, destilação, fabricação de aguardente, melado, fermento, os elementos químicos que a água contém, sobre vinhos, temperatura, ácido acético, além das óbvias observações sobre a fabricação de açúcar.

\*\*\*

*Idéia de uma sociedade promotora de educação industrial* destaca-se. Torres Homem, no primeiro artigo do primeiro volume, já havia atacado ferozmente a escravidão. Neste texto, Pinheiro Ferreira faz o elogio à independência brasileira, cujos “espantosos obstáculos que o patriotismo havia de encontrar em tão árdua quanto gloriosa tarefa” (Idem: 131) eram bastante conhecidos. Mais do que isso, critica o irrealizado combate ao clero e à nobreza, combate necessário para a regeneração política dos vícios absolutistas.

À página 134, propõe que o patriótico esforço deve ser a educação a *todos os brasileiros*, mas que não seja apenas a educação da moral, mas também, a educação da indústria para o desenvolvimento da pátria.

Tal idéia o aproxima tanto a Sarmiento, na fixação sobre a educação para todos, como a Alberdi, cuja educação industrial era imprescindível para o desenvolvimento nacional. Mas convém salientar que é a primeira vez que, mesmo que fantasiosamente criada, uma idéia de glória na independência do Brasil com relação a Portugal foi mencionada. Este texto foi escrito por Silvestre Pinheiro Ferreira. Um “detalhe” se faz notar: ele é português.

\*\*\*

Porto-Alegre faz uma descrição da sua viagem em *Contornos de Nápoles*, misturando um tom poético à descrição dos lugares que foram visitados. Deste texto, torna digna de nota a única menção em toda a revista ao problema iminente do Brasil em meio às guerras civis deste período regencial: ao mencionar sobre *Solfatarra*, que seria um vulcão “semi-extinto”, o território seria “a verdadeira imagem de uma nação que luta em guerras intestinas; é a imagem de nossa Patria, que fumeja sangue nas duas extremidades, e ameaça no centro uma erupção terrível, que talvez a desmembre para sempre! Deos nos proteja” (Idem: 177).

\*\*\*

O último texto contido na *Niterói* não poderia ser mais oportuno: Pereira da Silva, em *Estudos sobre a litteratura*, menciona o fato de haver, no Brasil, profundos literatos que, entretanto, não se dignam a escrever, fato que empobrece o país, pois “o litterato, que não serve de interprete, que não se introduz nas superstiçoens e pensamentos secretos do povo, que elle deseja dissecar com seu escarpello, é um anachronismo, e estabelece-se em posição estranha de tal modo, que os vindouros d’elle não podem colher liçoens” (Idem: 216). A litteratura é a linguagem da inteligência humana, “é o resumo dos habitos e a grandeza dos povos” (Idem: 215). Segue um estudo sobre as litteraturas hebraica, egípcia, da idade média, a origem da civilização moderna e do renascimento das letras e a atualidade, ou seja, seu estado atual. Os brasileiros estavam convocados a escrever. Para engrandecer.

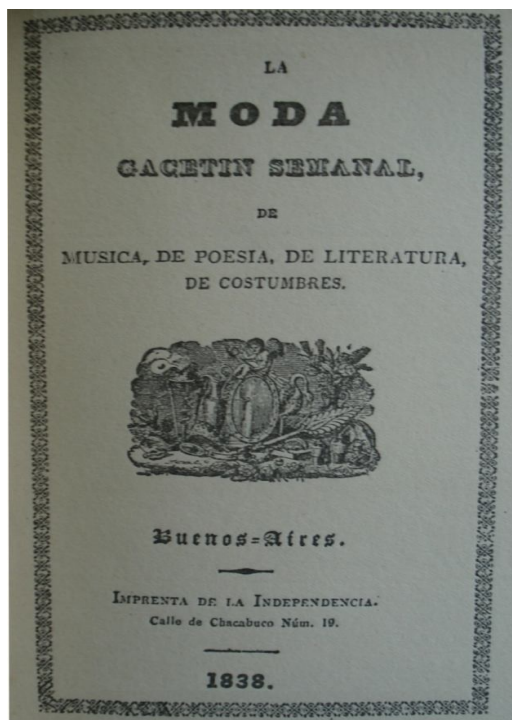
## 4. 2. Revista *La moda*

Bourdieu, em *A distinção*, mostra que o gosto tem um componente fortemente sociológico. A vestimenta também. Além da vestimenta, os costumes, os gestos, o requinte e a *sprezzatura* são elementos que compõem o quadro de um povo civilizado que pode atrair outros civilizados. Entretanto, tais preocupações poderiam ser preocupações políticas?

A edição fac-similar da revista *La moda* a que o público ainda tem acesso na *Biblioteca Nacional Argentina* conta com uma longa introdução de José Oría sobre a própria revista e alguns estudos a seu respeito. À página 24, é citado Antonio Zinny, autor que entende a revista como uma sátira ao governo rosista<sup>44</sup>. Posição que, apesar de abundar reiteradamente, o próprio José Oría discorda mencionando, primeiramente, o próprio Alberdi, que havia dito que, durante a sua vida, havia publicado quatro revistas contra Rosas (*El nacional*, *Revista del Plata*, *Porvenir* e *Corsario*) estando *La moda* de fora desta relação. Em seguida, menciona outro autor que “não incorreu em tal erro” (Oría, *La moda*: 25), Vicente Quesada, o qual defende que a revista está à parte de questões políticas e apenas versa sobre “amena literatura”. Para Oría, a revista não era nem contra Rosas, nem à parte de questões políticas (uma vez que temas políticos surgem repetidamente) e tampouco uma “amena literatura”.

Explicitamente, havia o apoio ao regime de Rosas e o “¡Viva la federación!” que vinha acima de todas as edições. Não poderia ser diferente, afinal, os inimigos políticos eram expulsos do país ou exterminados. Desta forma, surge uma terceira interpretação:

“Com efeito, para evitar problemas com o ditador, *La Moda* teve a precaução de apoiar as políticas do regime, por absurdas que fossem. [...] A cultivada trivialidade desta classe de escritos tentava desviar o perigo que os membros da Associação enfrentavam em Rosas” (Shumway, 2005: 146-7).



<sup>44</sup> Tal comportamento se justifica por algumas opiniões que ridicularizavam não apenas a publicação, mas os seus colaboradores, sendo Alberdi o maior alvo como, por exemplo, nos estudos de história argentina de Groussac.

Temos assim algumas visões sobre a revista: *La moda* poderia ser satírica, poderia ser uma inocente “amena literatura” e poderia ser uma atividade planejada de distração do regime rosista para que os homens de 37 pudessem agir politicamente no âmbito privado (inclusive com a associação secreta *Joven Argentina*) uma vez que, no âmbito público, se fossem se manifestar, teriam que se manifestar a favor do Estado policial.

Entretanto, o boletim não ganhou a afeição de Juan Manuel Rosas. Não poderia ser diferente: *La moda* trata da moda européia e sugere que seja adotada; enquanto Rosas é a encarnação do espírito antieuropeu e antiliberal. Na edição do dia 2 de dezembro de 1837, Alberdi escreve, na seção “Modas políticas” da revista, que a cor adotada pelo regime o “povo a leva em seus vestidos, e o poder em suas bandeiras, contando assim com uma dupla autoridade da que, seria ridículo pretender subtrair-se” (Alberdi, *La moda*, 2 de dezembro de 1837).

Frases ambíguas, pois, como se sabe, posteriormente, o poder do povo é questionado por ser a base do caudilhismo. No final do artigo, Alberdi escreve sobre a fé em Deus e no povo: “culto a uma como à outra majestade: é o dogma do homem livre” (Idem). Conhecendo *Bases y puntos* e a maioria dos escritos da *Associação de maio* se poderia, de fato, pensar que ao menos esse escrito seria uma maneira camuflada de satirizar o governo rosista, afinal, primeiramente, há a comparação do sistema de governo a uma moda na Argentina, ou seja, algo efêmero, ao mesmo tempo em que por todos os volumes se sugere que se adote a “moda” francesa. Mais do que isso, a fé em Deus e no povo não poderia ser o dogma do homem livre, pois a religião trazida pela retrograda Espanha contra-reformista nunca poderia ser um dos alicerces de um homem que preze a liberdade, como tampouco poderia ser o caudilhismo defendido pelo povo.

Em contrapartida, se por um lado se poderia afirmar que as passagens desse trecho em que Alberdi é pouco iluminista e apóia a federação se devem à necessidade circunstancial, não se pode esquecer que é o mesmo Alberdi que havia, havia pouco, escrito *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, texto no qual ele vê Rosas como a expressão da argentividade necessária para se chegar à democracia. Se o texto pertencesse a Esteban Echeverría, se poderia facilmente classificá-lo como *satírico*, entretanto, a idéia da federação como uma *moda* não vai de encontro ao que o autor pensa sobre a sociedade argentina.



Não se pode esquecer, entretanto, que Rosas é a *democracia possível*, mas Alberdi em momento algum aplaudiu a repressão policial do governo. Por que, então, Alberdi apóia o governo rosista nesta publicação? A sua necessidade de explicação em 1839, em Montevideu, pode aclarar a questão:

“É certo que em outro tempo, a exemplo do desgraçado povo argentino, seu legítimo maestro e soberano, Alberdi presenteou, não vendeu, seus elogios ao Restaurador, para ter o direito de dizer a este Restaurador algumas verdades que lhe foram ditas junto com elogios e para ver se lhe tributando esses elogios lhe nascia o gosto de merecê-los” (Alberdi Apud Weinberg, 1977: 104).

Sendo satírica, amena ou desviante de olhares, Zinny, Quesada e Shumway não levam em conta a hipótese de que poderia ser uma revista séria. Uma revista que fala sobre móveis, calças e modos não poderia ser sócio-política na Argentina *olho por olho, dente por dente* do XIX? Segundo o próprio Alberdi, o caudilhismo é uma fase na Argentina; uma fase a ser superada. Como superá-la? Trazendo pedaços vivos de civilização. Como atraí-los? Cultivando os mesmos hábitos. Tratar de assuntos comumente vistos como triviais em análises sociológicas e políticas era, talvez, o que pretendiam os ideólogos de 37, afinal, haviam se dado conta de que o trivial era, na realidade, muito relevante:

“Temos independência, base da nossa regeneração política, mas não direitos nem leis, nem costumes que sirvam de escudo e salvaguarda à liberdade que ansiosamente buscamos. Faltava-nos o melhor, a cobertura, o abrigo dos direitos, o complemento do edifício político – a liberdade – porque esta não se apóia com firmeza senão nas luzes e nos costumes” (Echeverría Apud Prieto, 1967: 11).

Gonçalves de Magalhães e Porto-Alegre se legitimam no Brasil através das artes letradas e plásticas. Alberdi e Sarmiento se legitimam na Argentina pela atenção à lei e à educação, respectivamente. Como entender que a seriedade da análise jurídica e sociológica dos argentinos, por algum momento, cedeu espaço a como proceder em um encontro, por exemplo? Ora: porque apego à lei, urbanidade, civilidade, costumes e distinção estão intimamente ligados. Subjacente às respectivas importâncias citadas acima, Sarmiento se legitimou como o diagnosticador dos problemas argentinos, enquanto Alberdi seria o arquiteto dos novos costumes que poderiam redimir a Argentina.

“Nos ‘costrumbistas’ europeus, como em Sarmiento, a exterioridade do ser, seu comportamento, fisionomia, meio ambiente, são plenos de significados. Daí a importância da descrição dos trajes, pois as informações sobre a vestimenta faziam parte do retrato do personagem e ajudavam a compor o quadro psicológico e sociológico do analisado. Na oposição dinâmica entre campo e cidade, a vestimenta transfigura-se em linguagem

expressiva das diferenças e conflitos da sociedade. A roupa podia ser um signo tanto da barbárie quanto da civilização” (Prado, 2004: 173).

Sarmiento não esteve no *Salón literario* e tampouco redigiu para *La moda*. No entanto, foi o homem que ficou para a história como o porta-voz maior da geração de 1837, aquele que fez a equação necessária dos pontos mais importantes de teoria e prática. Sendo assim, mesmo sendo afiliado de outra leva, suas preocupações denotam pistas sobre como entender essas publicações, de fins de 1837 e começo de 1838. Fato interessante é o que escreve sobre o exército (do qual fez parte) de Urquiza, com extremo desdém. Além de todos os ataques sobre a campanha contra Rosas no que diz respeito a questões militares, Sarmiento vê uma gente sebesta, sem organização de pensamento “e o pior de tudo, não sabe como se vestir. Não só Urquiza não usava o uniforme à européia (247-248), como também permitia que os seus soldados usassem poncho e chiripá, como *gauchos*, enquanto marchavam abaixo da vermelha bandeira da Federação, não a celeste dos unitários” (Shumway, 2005: 199).

Oría não menciona a necessidade de europeizar a Argentina para trazer a Europa à Argentina, mas entende a conexão que a geração faz entre *todas as coisas sociais*. A “frivolidade” seria um chamariz (conforme confessado no “Aviso” da edição do número 18) para que, através de dicas de penteado ou de móveis, os escritores pudessem influir seus pensamentos: “[...] M. Tocqueville conseguiu dar conta fielmente de todos os fenômenos sociais que apresentam os Estados Unidos da América... A democracia ressalta por lá tanto nos vestidos e nas maneiras como na constituição política dos estados. [...] De modo que uma moda, como um costume, como uma instituição qualquer, será para nós tanto mais bela, quanto mais democrática seja em sua essência [...]” (Alberdi, *La moda*, nº 3: 3).

Embora longa a citação, uma mesma idéia surge em Sarmiento no seu *Facundo* anos depois de Alberdi escrever tais linhas:

“Toda civilização se expressa em trajes, e cada traje indica um sistema de idéias inteiro. Por que usamos hoje a barba inteira? Porque estudos que foram feitos nestes tempos sobre a Idade Média, a direção dada à literatura romântica se reflete na moda. [...] Ainda há mais: cada civilização teve o seu traje; e cada mudança de idéias, cada revolução nas instituições, uma mudança no vestir. A civilização romana, um traje; a Idade Média, outro; o fraque não aparece na Europa senão depois do renascimento das ciências; a moda não é imposta pelo mundo mas pela nação mais civilizada; de fraque se vestem todos os povos cristãos e quando o sultão da Turquia, Abdul Medjil, quer introduzir a civilização européia em seus Estados, depõe o turbante, o cafetã e as bombachas, para vestir fraque, calças e gravata” (Sarmiento, 1996: 182-183).

Como já mencionado, por mais estranho que possa parecer aos leitores atuais de *La moda*, Alberdi se apoiou em Larra para trazer à Argentina a chave mestra do conhecimento político: o bom costume. Afinal, a liberdade inglesa existe nos costumes da Inglaterra; a escravidão espanhola existe nos costumes da Espanha e o México apenas não é livre porque adotou a constituição escrita dos Estados Unidos e não também a sua constituição viva, ou seja, os seus costumes (Cf. Botana, 2005: 289).

E como era a revista?

Foram 23 números publicados de 18 de novembro de 1837 a 21 de abril de 1838. Semanalmente, aos sábados. Era escrita por Juan Bautista Alberdi, sob o pseudônimo de *Figarillo*, Juan María Gutiérrez e Rafael Jorge Corvalán, que também era editor. Prevaleram Alberdi e Gutiérrez na redação. Teve, como colaboradores, Demetrio Peña, Jacinto Peña, Carlos Tejedor, Carlos Eguía, Vicente López, José Barros Pazos, Nicanor Albarellos e Manuel Quiroga de la Rosa. Como compositores musicais, figuram Juan Esnaola, Alberdi, Roque Rivero, Juan Marradas, entre outros.

Segundo a autobiografia de Vicente López, a revista surge quando o *Salón literário* de Marcos Sastre começa a decrescer. O editor é Rafael Corvalán e parece haver um motivo importante para isso: Rafael era filho de Manuel Corvalán, auxiliar de Rosas, portanto, de cuja família o federalismo e adesão ao governo não se poderia suspeitar. Para diminuir as suspeitas e angariar leitores, é utilizado o título “La moda” que é repetidamente chamado de *afeminado* pelos críticos argentinos. É bastante provável que o nome seja inspirado em *La mode*, de Emile de Girardin, publicada a partir de outubro de 1829, patrocinada pela duquesa de Berry, que logo se tornou veículo de oposição e foi encerrada pelo governo autoritário francês de 1854 (Cf. Oría, *La moda*: 34).

Já *La moda* argentina se trata de “literatura costumbrista”, que deriva do castelhano, “costumbre” (“costume” em português). Os redatores visavam reformar os costumes, justamente porque, se as estadunidenses levavam a história da constituição do país em seus vestidos, os costumbristas argentinos entendiam que os trejeitos, a roupa, os modos dos concidadãos traziam vestígios do antigo regime, vestígios que queriam destruir para que, sobre a velha Buenos Aires, se erguesse a nova Buenos Aires com as luzes de França, Alemanha e Inglaterra.

Arrogam-se o papel de mentores intelectuais com o adjetivo de “inteligente” que aparece como aquele que desejam associar à revista. Uma produção *inteligente*, que renove o estado das coisas como estão. Sendo assim, repudiam o romantismo puramente estético, o romantismo de Schlegel. Acabam, assim, sendo incorporados a outro romantismo, o romantismo combativo e nacionalista; mas àquele do mal do século, as referências não são as melhores. Para concluir: os autores de *La moda* podem ser incorporados ao que Oría chama de *romantismo social*.

Tal romantismo argentino é baseado na figura de Saint-Simon. E a este respeito, os redatores de *La moda* acabam por mentir: escrevem que não são são-simonianos (nº 7: 2). Não surpreenderia saber que a doutrina de Sant-Simon, com a crença positivamente religiosa de que a sociedade deveria estar nas mãos de cientistas e industriais, era a inspiração do grupo. Como já se sabe, em Montevideu, Alberdi preside o *Club de Románticos y Sansimonianos*, mas algumas verdades em tempos de caudilhismo e espírito antieuropeu deveriam ser ocultadas.

A última edição da revista data de 21 de abril de 1838. No dia 27 do mesmo mês, ou seja, um dia antes do que seria a vigésima quarta edição, se publica no *Diario de la tarde*:

“Cesse de *La moda*. – Quis cessar: 1º pelas ocupações extraordinárias da imprensa; 2º por uma considerável deserção de subscritores, e 3º pela não oportunidade das publicações literárias.”

Os motivos acima não são falsos. Entretanto, em *El iniciador*, Alberdi menciona que existe uma causa não mencionada pelo *Diario de la tarde*:

“Homem! E por que cessou *La moda*? Até agora não houve uma pessoa que nos diga a verdadeira causa” (Alberdi Apud Oría, *La moda*: 67).

A outra causa, a mais importante de todas, tornou-se pública por meio de Pascual Guaglianone, que encontrou nos documentos de Pedro de Angelis: “falso que Rosas tivesse feito suprimir diário algum de B. A., a não ser *La moda*” (Oría, *La moda*: 68).

Mas mesmo tendo todos os meios coercitivos e a mazorca à sua disposição, não era necessária ou mesmo muito compreensível a proibição direta, uma vez que os escritores da revista elogiavam e exaltavam o chefe da nação (apesar de sugerirem que se agisse exatamente da maneira como ele condenava). O fato de Rosas ter como auxiliar o pai do redator-chefe das publicações facilitou o seu trabalho: um conselho do chefe da nação para

que um filho não continuasse com uma revista como aquela para evitar problemas maiores talvez tenha ocasionado o fim das publicações. Logo, a presença de Rafael Corvalán na chefia resultou em duas coisas: a possibilidade de publicação da revista que seria vista de soslaio no primeiro momento pelo governo e a cessação pacífica das publicações.

#### 4. 2. 1. Os textos

18 de novembro de 1837: o prospecto do novo periódico mostra o seu conteúdo: 1. o estado da moda na Europa e em Buenos Aires; 2. a valorização da produção social inteligente, seja indígena ou internacional; 3. noções claras sobre as letras e a música; 4. sugestões de comportamento (como portar-se educadamente); 5. poesias nacionais inéditas; 6. crônicas cotidianas de Buenos Aires; 7. um boletim musical, seguido de um minueto.

Segue-se uma descrição das últimas modas francesas: decorações de móveis, roupas masculinas (calça, cores, chapéu, gravata). A seguir, vêm as modas portenhas: imitações com modificações da moda européia. Na parte de costumes, se fala sobre a “gente à parte”, ou seja, as pessoas de mau gosto e diversos costumes de pessoas não-civilizadas são mencionados.

Por fim, um boletim musical. Termina a primeira e curta edição de *La moda*.

Se a primeira edição foi basicamente dedicada às modas masculinas, a segunda edição de 25 de novembro se inicia falando das mulheres, especialmente daquelas que circulam pela rua del Cabildo e que chamam a atenção de tão lindas e por não haver mulheres feias por ali. Mais do que isso, a beleza é melancólica, se parece, que da alma “subtrai igualmente a desgraça e a felicidade” (*La moda*, nº2: 2). Segue a seção “Modas de señoras”.

A terceira parte fala sobre o teatro e a presença de argentinos como atores dos dramas encenados. A próxima seção mostra as diversas concepções de arte, iniciando com a idéia de que, naquele momento, ao que se chamava arte se chamara anteriormente de belas-artes. Uma série de definições são trazidas: desde idéias como “a arte é a expressão da vida” como “o povo é a minha musa”, esta última, social e romântica. Talvez, se pela necessidade exposta de afrancesar-se já tenha feito o periódico cair no desagrado de Rosas, o próximo tópico, chamado “Novedad inteligente”, teria sido um erro: apresenta-se um grande teórico,

conhecido pelo ódio mortal aos reis e “cuas páginas são chamadas sagradas” (Idem: 3). O autor: Mazzini.

A primeira poesia aparece no periódico: “A ella”. A crítica da revista começa dizendo que não haveria dúvida de que é uma poesia bela, mas que, como tudo no país, é incompleto e egoísta. Não é uma poesia que trata da pátria, nem da humanidade e tampouco do progresso. Os poetas argentinos precisam lembrar da sua argentinidade. Convém, aqui, fazer referência à ausência de qualquer comentário em qualquer uma das edições sobre *La cautiva* de Echeverría, poesia publicada em *Rimas* de 27 de setembro daquele ano, cuja importância foi de primeira ordem, o que demonstraria o distanciamento do poeta com relação a Alberdi, conforme já haveria apontado José Ingenieros (Cf. Weinberg, 1977: 104).

No boletim musical aparece pela primeira vez o elogio a Larra. Como este número é dedicado às mulheres, mencionam que se diz que foi uma mulher que lhe tirou a vida. Segundo os autores (obviamente, Alberdi), esta mulher é a Espanha.

A terceira edição de 2 de dezembro traz uma regra de conduta muito interessante: é muito mais *fashionable* e romântico não ser pontual, atrasar-se e agir como Byron. À página 4, Figarillo segue o seu raciocínio com uma dica importante: mesmo que se saiba falar sobre literatura e artes, não se deve fazê-lo com a sua companhia feminina. Afinal, quem meteu na cabeça das mulheres francesas que mulheres devem falar de outras coisas senão de modas e de outras mulheres? Caso não haja nada para dizer contra alguém, que se fique calado, afinal, quem fala todo o tempo é papagaio ou “perro faldero” (expressão que se aproxima a “cão-rastejador” ou “pau-mandado” em português). Obviamente, como já mencionado, *La moda* iria misturar frivolidade com dicas de elevado pensamento. Se a mulher era a Espanha, neste artigo, Alberdi coloca o papagaio (“loro”, no original) como um grande amigo da mulher por seus costumes literários. Os seus costumes literários são parecidos com os do rei. Ao invés de falar com esta mulher, por que não se permite ao papagaio ser republicano?

O artigo seguinte, “Modas de señoras”, contém a já citada idéia de que a democracia defendida por Tocqueville está presente nos vestidos e costumes. Nesta edição também constam as já citadas “Modas políticas”. A terceira edição é finalizada com o “Boletim Musical” e um minueto.

Na edição de 9 de dezembro, a coluna “Costumbres” trata do comportamento na casa de outra pessoa. Em seguida, há uma longa defesa contra uma crítica feita no *Diario de*

*la tarde* muito provavelmente ao texto “gente à parte” (*gente aparte*, no original), pois, a defesa baseia-se na idéia de que as pessoas ali descritas não existem, mas existem em todas as partes. Justificam-se dizendo que nenhum povo é mais civilizado do que o inglês e que, ao mesmo tempo, nenhum povo se burla mais a si mesmo do que os mesmos ingleses. Obviamente, Larra também é citado nesta autodefesa.

Seguem a poesia “Al mundo botan” e o minueto “La ausencia”.

No número 5, de 16 de dezembro, Alberdi explica que se chama *Figarillo* e não *Figaro*. Com uma mistura de sátira, enfatiza a necessidade de amar a Espanha, como se amam irmãs prediletas. Diz que é filho de espanhol e que, como filho, deve repetir a vida do pai e acrescentar algo mais. Assim como a nação recém-nascida se portar diante da mãe (que, curiosamente, ele se refere como “irmã”). A que seu pai espanhol se ocupava, em especial? Louvar. E termina dizendo que sua vida será curta se quiser louvar todas as lembranças e recordações das gerações passadas.

Em “Al bello sexo”, diz-se que a mulher deve, enfim, nivelar-se com o homem. Ao invés de tratar de frivolidades, deve cultivar a virtude, o saber alheio e ser capaz de produzir a própria felicidade. “*Quem pôs na cabeça das francesas esse tipo de necessidade?*” se perguntava Figarillo na segunda edição. “Traga-o à Argentina” agora parece ser o seu desejo. Enfim, que a Espanha saia das entranhas da Argentina com as suas frivolidades para que o papagaio republicano possa conversar com uma (um) argentina (o) como se fosse uma progressista francesa.

O primeiro artigo da edição 6 (*Literatura española*) de 23 de dezembro explica porque ninguém além dos alemães, na Europa, tinha dado atenção à literatura espanhola. A questão é que Schlegel tinha um desejo selvagem pela idade da cavalaria e amor à monarquia. Por isso, os jovens argentinos não viraram as costas para a literatura espanhola por puro patriotismo, mas sim, porque a literatura espanhola está somente preocupada com o passado e em *louvar*.

“Destino social de la muger” (sic.) é uma transcrição que traz novamente à baila a questão da emancipação feminina e, no “Boletín cómico”, Figarillo escreve sobre as capas de *La moda*. Na edição anterior, havia o aviso aos assinantes de que iriam ser suprimidas e, nesta edição, há a curiosa e infeliz constatação de que a forma é tudo e a substância, nada (porque as pessoas julgam as capas necessárias).

Uma dura crítica à representação de *Marino Faliero* de Casimir Dalavigne, na seção “Teatro”, abre a primeira edição de 1838, 3 de janeiro, a 7ª edição da revista. Em seguida, após a mentira de dizer que não eram são-siminianos, segue uma cronologia da vida de Saint-Simon. Em “Las cartas”, Figarillo critica a cerimonialismo espanhol tanto para escrever uma carta quanto para fazer uma visita. Por isso se escreve pouco e, os jovens, raramente. Isso explica a defesa inicial da característica *fashionable* do atraso ao visitar outra pessoa que o autor chama de *byroniano*. Menos etiqueta, mais espontaneidade. Menos forma, mais substância.

6 de janeiro de 1838 traz a 8ª edição de *La moda* e o tema do germanismo e as diferenças da filosofia alemã com a francesa. Em uma resposta a uma carta anônima do Jornal da Tarde, os autores falam sobre os irmãos Friedrich Schlegel e August Schlegel. Discorre-se também sobre Saint-Simon e Victor Hugo.

A edição 9, de 13 de janeiro, traz os mesmos assuntos já tratados: a questão feminina e “códigos de civilidade”. Já a edição 10, de 20 de janeiro, termina com idéias gerais sobre a poesia. A próxima edição, de 27 de janeiro, começa falando também da poesia.

No próximo texto, *Fragmento de los estudios sobre la España, de Viardot*”, pela primeira vez se toca no assunto do deserto argentino.

De volta à poesia, a edição 12, de 3 de fevereiro, já fala da poesia de uma forma bastante argentina: a poesia é filha da desgraça, terá o desgosto como herança e o tédio como doença. Tédio, essa ausência de esperança, acaba com a possibilidade de felicidade mundana. O tom muda aos poucos e se passa a mencionar (de um parágrafo a outro) que a poesia é a expressão de um povo. E, no outro parágrafo, já se defende que a poesia moderna deve ser profecia, cuja missão é a liberdade.

O próximo ponto trata sobre o poeta. A visão é a romântica, ou seja, o poeta é aquele que é um intruso em um mundo que lhe é alheio. Não seria de se estranhar que este texto tenha sido escrito por Echeverría. Aproxima-se muito da idéia de Baudelaire que mostra o poeta como um ser com grandes asas que o impedem de caminhar. Segue uma poesia, antes do boletim cômico que, seguramente, não foi escrito por Echeverría pelo seu caráter irreverente e, ao que aponta, pretende justamente quebrar o gelo do que foi escrito anteriormente para voltar aos assuntos leves. O seu final merece nota:



“Y no se nombra soga  
 En casa de ahorcado.  
 He dado mis consejos,  
 Algunos otros guardo,  
 Por si algún periodista  
 Quisiere aprovecharlos”<sup>45</sup> (Idem, nº 12: 2)

A 13ª edição (10 de fevereiro) traz novos pedidos para que as argentinas ajudem na moralização da nação, além de regras de tom de voz e termina com um novo estudo: o estudo da poesia passa a intercalar com o estudo do teatro. Esta edição trata do teatro moderno na França, com um texto que continua na próxima edição, de 17 de fevereiro; mas termina com a continuação de “Poesia”.

Uma carta inicia a edição 15, de 24 de fevereiro. É uma pessoa que, satiricamente, pergunta ao editor da revista se sinônimo de urbanidade são as dicas de gestos e contorções femininas, que se deve falar como mulher hipocondríaca e vestir-se com mais cuidado do que uma coquete. O autor da carta diz desejar essa urbanidade para os escravos e inimigos e que, ao contrário do que a revista diz, a juventude forte é a juventude bonita. Não é possível saber se essa carta não foi escrita pelos próprios autores de *La moda*. Caso tenha sido realmente um leitor, tampouco se pode saber se ele assinou como “Um do povo”, como consta, ou se se trata de burla dos editores. A isto, segue o “Boletín cómico” de Figarillo, intitulado “Señales del hombre fino”. Para confundir, Figarillo termina esta edição com um elogio a “El carnaval”.

As edições 16 (3 de março) e 17 (10 de março) não apresentam nada que ainda não tenha sido apontado.

Um “Aviso” aparece na 18ª edição, de 17 de março: a frivolidade dos primeiros números se justificava para atrair leitores por questões importantes e não por questões pecuniárias. Aí também começa o “Álbum Alfabético”, miscelânea de pensamentos que segue pela edição 20 (31 de março) e aí termina na letra C.

Os números 21 (7 de abril) e 22 (14 de abril) começam a refletir sobre os “espíritos positivos”, homens da república, homem da liberdade, nivelados pelo dedo luminoso do século; citando a Lamartine, Montesquieu e Jouffroy. Para completar a impressão de que se iniciaria uma publicação “menos frívola”, no número 23 (21 de abril), o texto “El asesino político” é, talvez, aquele a que Alberdi faz referência aos elogios que pensava que Rosas

---

<sup>45</sup> E não se *menciona* corda / Em casa de enforcado / Dei aqui os meus conselhos / Alguns outros guardo / Para caso algum jornalista / Quiser aproveitá-los.

poderia desejar merecer. O soberano, homem forte, representante da nação, seu símbolo e seu emblema, é investido com a soberania entregue pelo povo e, se assim é, aquele que atenta contra ele não deve nem encontrar asilo político. Em contrapartida, “a filosofia olha com horror todo princípio apoiado com o ferro, todo dogma sancionado pelo canhão. A filosofia é a razão, é a verdade, é Deus. Este jamais ordenou o crime nem pediu incensos no altar do terror. Dizer que a democracia é uma matrona vigorosa que afoga seus próprios filhos entre seus braços, é uma blasfêmia de que um dia pedirá conta a filosofia, no tribunal augusto da humanidade” (La moda, nº23: 1).

Foi este o último número.

### 4. 3. Conclusões preliminares

Donghi não considera “surpreendente não se encontrar paralelo fora da Argentina ao debate em que Sarmiento e Alberdi, esgrimindo as suas passadas publicações, disputam a paternidade da etapa de história que se abre em 1852” (2005b: 31). Como se pôde notar, essas discussões sobre direito, ciência política e sociologia foram as mais férteis da América do Sul. Por que, então, a primeira manifestação pública escrita da geração de 37 versa sobre costumes e roupas?

Bem, esta pergunta já foi respondida. Contudo, a *Niterói*, revista da intelligentsia da corte brasileira que precisava da legitimação de fatores conservadores, possui, como já dito, reflexões que eram condizentes com o tipo de estudo científico à época, embora, no que diz respeito à escravidão, a abordagem estava bastante à frente do seu tempo e atentava contra o piso da monarquia. *La moda* também é progressista, como o era também o sistema republicano das *Provincias Unidas*, a despeito da ditadura rosista. E se, futuramente, Alberdi se preocuparia em criar uma sociedade industrial, por que não escreveu textos como “Química” e “Física industrial”, presentes no segundo volume da *Niterói*? Ao contrário disto, por que Torres Homem e Magalhães falaram sobre os problemas do sistema econômico brasileiro que sustentava o império ao invés de versar sobre “amena literatura”?

A aparente contradição é falsa. O *Grupo de Paris* foi à França para ilustrar-se e o provou com a sua primeira publicação. As revistas que, de fato, circularam no Brasil (*Guanabara*, *Minerva brasiliense* etc.) foram mais cuidadosas. Ademais, à nobreza não é necessário ensinar a ilustrar-se e portar-se como nobre. Os intelectuais brasileiros estavam voltados para a Corte e, para esta, não existia nada como necessidade além de provar o conhecimento de economia, filosofia, literatura, pintura e música.

Como costumbristas e republicanos democratas, a necessidade dos argentinos de falar sobre modos, roupas e costumes era um *feito político*. A uma população que legitimava a tirania e o retrocesso, *La moda*, mesmo que com aparente frivolidade, era a aposta de que o progresso se apresenta em todos os traços sociais que se ligam e se organizam: argentinos podem parecer mendigos, falar alto, vestirem-se mal, apoiar um Estado policial e se organizarem politicamente através do canhão. Por outro lado, podem adotar costumes diferentes destes: civilizarem-se, vestirem-se bem, falar em bom tom, preferir a democracia, organizarem-se em uma república mais próxima à ideal.

*Niterói* foi uma revista para servir como arquivo histórico inicial do romantismo. *La moda* foi uma das primeiras atitudes públicas de Alberdi de tentar mostrar aos argentinos as benesses de ser civilizado, ou seja, democrata.

## 5. DOIS MARCOS POLÍTICO-LITERÁRIOS

Compreender o sistema de disposição dos diversos campos que estão presentes na sociedade (a política, a economia, a literatura etc.) como âmbitos com regras, capitais e sistemas de legitimação específicos impede que a análise caia em reducionismos. Para exemplificar como se pode fazer uma interpretação literária sem confiná-la em jargões sociológicos, Bourdieu estuda o movimento literário do século XIX francês no qual o grande embate dos literatos, hoje consagrados, era contra o mundo burguês. Cada campo dentro da sociedade busca a sua autonomia com relação aos demais e expõe as suas críticas mais ferrenhas àqueles que buscam subordiná-lo às suas necessidades próprias. No caso do romantismo e realismo francês, sendo o estilo de vida burguês o antípoda daquilo que elogiariam Flaubert e Baudelaire, era necessário contestar qualquer manifestação que proviesse ou estivesse pautada pelo *habitus* do campo em que o burguês se legitima: o mercado.

O campo literário é um espaço altivo: à menor inclinação do autor em direção às regras de outro campo que não o da literatura, ele já se torna um ícone do menor capital cultural possível. A inversão da lógica econômica de bens simbólicos nos dois campos é invertida: caso mais rápida a difusão da obra e sucesso na indústria editorial, menor o reconhecimento da legitimidade da obra no próprio campo da literatura; quanto maior a dificuldade de se estabelecer como *best-seller* imediato, maior a possibilidade de ser reconhecida como obra autônoma e cuja consagração acontecerá *necessariamente no futuro*. A necessidade de um ciclo curto de produção é uma demanda burguesa, logo, a literatura precisa afastar as obras de circulação imediata e imediatamente renovada e tachá-las como aquelas de menor capital simbólico dentro do próprio campo da literatura. Desta forma, os produtores culturais com alto capital cultural no próprio campo se vêem em situação econômica sempre desagradável pelo desejo de consagração que pode ser, inclusive, póstuma na realidade do XIX francês devido à “prodigiosa inversão, que faz da pobreza riqueza recusada, portanto, riqueza espiritual” (Bourdieu, 1996: 44).

Entretanto, a análise de Bourdieu que estabeleceu a antinomia *campo literário – produção editorial massiva* pode ser compreendida como a manifestação particular da literatura anti-burguesa francesa que, de forma mais abrangente, denota uma negação intrínseca de qualquer campo de submeter-se a outro que vise impor suas regras a fim de

legitimar-se com os capitais simbólicos daquele. A literatura latino-americana não possuía o campo do burguês (o mercado) como o elemento de choque contra o qual precisaria se defender e rebaixar.

As obras do romantismo latino-americano respondiam, sobretudo, às regras do campo político assim como a literatura francesa, que vinha de um processo de desvencilhar-se do campo político, respondia às regras do campo econômico. Uma opção era adaptar-se às exigências específicas da produção do outro campo, ou às exigências de consagração estabelecidas pelo *habitus* particular da literatura que são bastante diferentes daquelas da França do XIX. A importância que tem a *resposta* das obras literárias ao outro campo é equivalente tanto para Flaubert e Baudelaire, quanto Sarmiento e Gonçalves de Magalhães. *Como* é esta resposta (se se trata de afirmação ou negação ao que pede o campo político, ou seja, o Estado) é o que define a consagração ou não desses autores. Também é equivalente a importância que o período necessário para o reconhecimento da obra tem para a sua consagração: “à medida que a autonomia da produção cultural aumenta, vê-se aumentar também o intervalo de tempo que é necessário para que as obras cheguem a impor ao público [...] as normas de sua própria percepção, que trazem consigo” (Idem: 101).

Gonçalves de Magalhães responde ao apoio direto do imperador brasileiro com o elogio ao campo político daquele instante, o que, se comparado com a análise bourdiana, seria equivalente a submeter-se ao “capital ‘econômico’ degenerado”: a literatura se curvou, neste caso, às exigências daquilo que o campo político requisitava naquele momento. Inversamente à anti-lógica mercadológica dos hereges do campo literário francês que obtêm muito sucesso nas vendas, a falta de consagração no campo literário resulta *também* em desastre editorial: há apenas três edições até o atual momento de *Confederação dos Tamoios*. Não está em jogo a luta contra o mundo burguês e a necessidade de ruptura com essa lógica: o que salta aos olhos e impede que a obra seja levada a sério fora da Corte é a obviedade do seu aspecto caudatário. Não há, neste caso, nenhuma autonomia do campo literário, com suas regras, com relação às exigências momentâneas do campo político. Somado a isso, há o reconhecimento instantâneo da poesia por parte do rei: as duas regras da arte mais importantes foram quebradas e ninguém, além dos próprios ideólogos do Estado, deu muita atenção à obra mais importante de Magalhães.

Domingo Sarmiento, mais ou menos consciente delas, compreende as exigências das regras literárias do seu país que irão se impor: a necessidade de denunciar um mundo de

repressão (assim como franceses denunciaram um mundo burguês) e também compreende um *habitus* que privilegia a luta armada. A denúncia está presente em *Facundo: civilização e barbárie* e a luta armada está na sua própria atuação social relatada em cartas, no livro *Campaña en el ejército grande de Sud América*, entre outros escritos. O movimento contra as exigências momentâneas da ocasião política argentina e o intervalo que *Facundo* necessitou para impor-se inteiramente (como um dos textos mais importantes dos argentinos, assim como a base de organização social da nação) são os dois requisitos do campo da literatura que foram respeitados e conferiram a consagração a essa obra: na Argentina, tampouco está em jogo a luta contra o mundo burguês e o lucro pela produção massiva editorial, mas sim, a necessidade de divulgação das idéias antagônicas ao sistema político que busca escravizar todos os demais campos. Logo, *Facundo* pode ser impresso em folhetim para ampla divulgação sem ter a correspondente defasagem simbólica que teria um realista que luta contra a burguesia editorial.

Convém pensar na possibilidade de existência de campos na Argentina em guerra civil no seu primeiro meio século. A guerra não inviabilizaria a configuração da sociedade? Pois bem, o tecido social, em meio às disputas, estaria ainda por formar-se, afinal, a indefinição sócio-política seria um mundo em suspensão. Seria possível, neste momento, falar em campos na Argentina?

Não. Os campos se configuram depois e são esses campos que irão dar a legitimidade para alguns homens e não para outros. No Brasil, assim que a família real portuguesa chegou ao Brasil já começaram a se constituir as instituições letradas que seriam o antecedente de Magalhães e Alencar; o primeiro sendo o ideólogo precursor e o segundo sendo aquele que compreendeu as exigências da época e manteve-se com autonomia com relação ao Estado brasileiro, chegando a ter problemas pessoais com o imperador. Na Argentina, Sarmiento e Alberdi poderiam ser chamados de homens de letras? Não. Esta talvez seja a grande novidade argentina. Se o Brasil descobriu no indianismo a sua peculiaridade, poder-se-ia dizer que a peculiaridade argentina é ter conferido o título de representantes das letras do século XIX a personagens híbridos: homens que atacavam a política de sua época e que, exatamente por isso, eram homens políticos, homens que eram das leis (como Alberdi), homens que eram das armas (Sarmiento), da propaganda anti-rosista em folhetim (Mármol e também Sarmiento), além de escritores de “romances”.

A literatura consagrada da Argentina deste período foi o *gênero público*, os textos políticos cuja principal finalidade é a publicização de idéias sociais e, em geral, vistos como sub-literatura. Entretanto, a única maneira de não se curvar diante da ditadura é agir contra ela. Os *personagens híbridos* são, então, a novidade argentina em literatura, pois estão menos preocupados com o estilo, algumas vezes, manifestadamente deixado de lado pela urgência da situação, como nos mostra a carta que Sarmiento envia ao periódico *El progreso* para a publicação de *Facundo*:

“Um interesse do momento, premido e urgente a meu ver, me faz traçar rapidamente um quadro acabado como me fosse possível. Acreditei ser necessário amontoar sobre o papel minhas idéias tais como se me apresentam, sacrificando toda pretensão literária à necessidade de atalhar um mal que pode ser transcendental para nós” (Sarmiento, 1949, vol. VI: 160).

E tal texto, que é um traçado rapidamente acabado que sacrificou toda pretensão literária, é colocado, ao lado de *Martín Fierro*, como grande texto do XIX argentino. Não se curvando ao estado político argentino do momento da sua redação, é necessariamente um texto político por tabela. A necessidade de não se curvar ao modelo existente no país e o legado da independência, que enaltece as personalidades e as ações beligerantes, faz com que este texto que não é nem autobiografia, nem literatura, nem sociologia, nem ciência política, mas, ao mesmo tempo, tudo isso, seja justamente um dos marcos máximos do romantismo platino.

E, é claro, essa consagração de campo só ocorre quando o campo se consolida e olha para trás para observar quais são os textos que obedeceram as regras da arte que a Argentina impôs para si.

## **5. 1. Confederação dos Tamoios**

### **5. 1. 1. Os fatos**

Antes do contato com os portugueses, as tribos, que habitavam a região que hoje vai da cidade do Rio de Janeiro até o litoral norte de São Paulo, praticavam o escambo com os

franceses. O capitão português Martim Afonso de Souza chega à baía de Guanabara em 30 de abril de 1531 (Cf. Quintiliano, 1965: 37)<sup>46</sup>.

O Brasil, nos primórdios da colonização, contava com o trabalho indígena e, caso houvesse recusa, havia o aprisionamento como escravos e, caso resistissem à escravidão, eram mortos. Brás Cubas, governador de São Vicente, não fugia à regra, nem Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso, quando chegou em 24 de maio de 1531 no atual Rio de Janeiro.

Os índios resistiam e, muitas vezes, atacavam. O exercício português de guerra contra os indígenas precisava ser centralizado na colônia: é enviado, então, em 1549, Tomé de Souza à Capitania de Todos os Santos, onde se instala o governo geral local, que, além da questão indígena, teria que manter unidas as capitanias com tendência separatista e controlar o contrabando de pau-brasil. Entretanto, pouco conseguiu senão o controle da própria capitania, uma vez que as frutíferas capitanias do norte tratavam diretamente com Lisboa e as do sul, embora necessitassem ajuda, não aceitavam a sujeição.

Convém salientar a importante vinda, com Tomé de Souza, do jesuíta Manuel da Nóbrega, na tentativa de paz com os indígenas por meio da catequização (embora Nóbrega tenha tido, talvez, maior preocupação com a “depravação” do branco em terra americana). Já em 1553, o governador-geral passa a ser Duarte da Costa que chega ao Brasil com José de Anchieta e mais seis jesuítas. Não obtendo ajuda da metrópole, não promoveu uma ofensiva contra indígenas e franceses, limitando-se à defesa e tentativa de atrair os indígenas com a catequização jesuítica<sup>47</sup>.

João Ramalho, um degredado ou um náufrago, colaborou em diversas frentes com a Coroa portuguesa, especialmente por se aproximar dos guaianases, ao se casar com Mbici (também conhecida como Bartira), filha do chefe Tibiriçá, e passar a fazer parte desta tribo devido ao “cunhadismo”. Tanto a Coroa quanto Martim Afonso reconheciam a importância de um Ramalho ou um Diogo Álvares (o Caramuru). Ao aproximarem-se de João Ramalho, era certa a possibilidade de contar com um exército indígena a favor de Portugal. Segundo Quintiliano (1965: 40), a fixação de Martim Afonso em São Vicente visava exatamente o

---

<sup>46</sup> Nesta subseção, os dados que não apresentem referência bibliográfica foram obtidos de Quintiliano, 1965. A ortografia dos nomes dos personagens também é de acordo com este texto.

<sup>47</sup> O trabalho jesuítico é de fundamental importância. Nóbrega, nomeado Provincial, funda em 25 de janeiro de 1554 o Colégio dos Jesuítas. Dele, se aproximaram Tibiriçá e Caiuby. O trabalho de Anchieta também se faz notar, seja pela atrocidade no caso de não conversão, seja pela cura de doenças nos indígenas, tendo ele salvado o próprio Coaquira, chefe importante, posterior inimigo, como se verá (Cf. Quintiliano, 1965: 71).



apoio indígena, conseguido por meio da amizade de Ramalho e Tibiriçá. Entretanto, Martim Afonso se retira de São Vicente, ficando em seu lugar Gonçalo Coelho que enfrentou ataques espanhóis e, depois, indígenas. Pouco depois, Brás Cubas passaria a controlar a capitania e, com a ajuda de Ramalho, desenvolveria fazendas, a vila de São Paulo de Piratininga, conseguindo muitos escravos com a ajuda dos guaianases, o que fez com que, logo, “o Pôrto de Santos [ganhasse] fama e [passasse] a ser conhecido como o ‘porto dos escravos’” (Quintiliano, 1965: 45).

Como resposta, Cunhambebe, chefe da aldeia de Angra dos Reis, revida com invasões de propriedades portuguesas, destruindo engenhos e fazendas. Neste momento, os portugueses percebem que a escravização não seria tão tranqüila.

João Ramalho logo conseguiu também a adesão dos carijós, que seriam respeitados pelos portugueses, caso ajudassem na captura de outros indígenas para o trabalho escravo. Outro nome importância com quem Ramalho obteve uma nova forma de escambo com os nativos era Antônio Rodrigues, sendo o objeto de troca o próprio escravo indígena. A preagem estava, então, dentro do escambo.

Caiçuru e seu filho, Aimberê, da tribo Tupinambá, são aprisionados na região da Guanabara e levados para a capitania de Brás Cubas. Aimberê se propõe a trabalhar no engenho, no cultivo de cana, o que exigia cooperação e diálogo. Começa, então, os preparativos para a rebelião. Caiçuru é morto por maus tratos, o que precipita os eventos. Durante o funeral, inicia-se a rebelião e centenas de nativos conseguem a liberdade.

Para se aliar contra os guaianases e portugueses, Aimberê percorre o litoral tentando angariar os próprios guianases e carijós, mas também os goitacases e aimorés. O primeiro a se unir foi Pindobuçu, cuja aldeia se situa na, hoje, Gávea. Pindobuçu era pai de Iguassu, por quem Aimberê era apaixonado e de Camorim, de quem era amigo de infância. Contudo, ao chegar, Camorim havia sido morto pelos portugueses. O terceiro filho de Pindobuçu, Parabuçu, acompanha Aimberê ao norte, onde se encontrariam, em Angra dos Reis, com Cunhambebe, chefe da tribo local que tinha um filho com o mesmo nome. Em seguida, consegue a adesão de Coaquira, chefe da tribo de Iperoíg, atual Ubatuba. Dos próprios guaianases, Arará e Jagoanharo juntaram-se a Aimberê. Reunidos em conselho, fica decidido que o chefe da Confederação seria Cunhambebe e o primeiro ato seria a destruição de

Piratininga. Estava formada a Confederação dos Tamoios<sup>48</sup>, a primeira resistência indígena organizada contra os portugueses.

Em 1555, os conflitos se agravam. Chega à Guanabara Nicolas Durand Villegagnon: os franceses tinham interesse em formar a *França Antártica*, que, como já mencionado, havia muito cultivavam grande amizade com os povos do litoral. Na realidade, quando chegou à ilha de Seregipe, as tribos estavam desertas, pois os índios estavam em guerra contra os portugueses e houve desentendimento entre os que ali estavam e os franceses que haviam chegado. Aos poucos, Villegagnon volta a ter a confiança dos tupinambás. A situação dos franceses se torna difícil pela escassez de alimentos e passam a fazer escambo de armas de fogo.

Em 1557, os tamoios tentam, em vão, entrar em Bertioga. No mesmo ano, Villegagnon oferece artilharia em troca de pau-brasil e, em meio ao trabalho, se dá uma epidemia que mata mais de trezentos índios, dentre eles, Cunhambebe. Na aldeia de Uruçumirim, fez-se nova assembléia, momento em que se discutiu sobre os ataques dos portugueses às aldeias indígenas quando estes estavam em expedição de guerra, a iminência de um novo governador-geral para intensificar a luta contra os indígenas, a questão da aliança com os franceses e a nomeação de Aimberê como novo chefe da confederação.

Mem de Sá, o terceiro governador-geral, passa a receber ajuda da Coroa. Cauteloso, estudava a ação dos indígenas. O seu primeiro feito a ser destacado foi a expulsão dos franceses das proximidades da Guanabara com a poderosa esquadra do Capitão Bartolomeu Vasconcelos da Cunha.

Por um erro estratégico, Mem de Sá recruta as tropas de Brás Cubas na empreitada, que, em realidade, eram totalmente desnecessárias e estavam na defesa da capitania contra os índios. Porém, os confederados não souberam da vulnerabilidade da capitania que atacavam e apenas cumpriram com o primeiro plano: destruir o que puderam em Piratininga. Quando voltaram, encontraram suas aldeias também destruídas. Conta-se que, ao não encontrar Iguassu e ver uma nau portuguesa carregada de prisioneiros indígenas, Aimberê teria se lançado ao mar, tendo sido capturado pelos portugueses. Ao subir, perguntou por Iguassu sem obter resposta. Entretanto, teria conseguido se livrar dos portugueses e se lançar novamente ao

---

<sup>48</sup> “Este nome ainda não foi suficientemente explicado. O fato, porém, é que não existiu tribo alguma no Brasil com a denominação de tamoio. [...] Tamoio é uma palavra que significa o mais velho da terra, o que chegou primeiro, o dono. E a Confederação dos Tamoios quer dizer a Confederação dos Donos da Terra. Confederação dos Nativos” (Quintiliano, 1965: 60).

mar. Graças à habilidade que os tupinambás teriam ao nadar, Aimberê teria conseguido fugir dos tiros portugueses e voltado à terra firme.

Durante algum tempo, os tamoios pareciam haver desaparecido para Brás Cubas. Havia relativa paz, pois não eram vistos em qualquer parte que fosse. Um dia, soube-se que estavam próximos. Brás Cubas resolve dar o golpe final, o extermínio definitivo do gentio. João Ramalho, assim se conta, vinha à frente (embora já contasse com 70 ou 80 anos). Entretanto, as armas portuguesas não encontraram apenas arcos e flechas, mas índios com uma pesada artilharia fornecida pelos franceses e um sem-número de ex-prisioneiros, afinal, por onde passava a confederação, os encarcerados eram postos em liberdade e se somavam às fileiras tamoias. A vitória indígena foi esmagadora. Eram os anos de 1562 e 1563. Devido à vitória tão reluzente, diversas outras tribos queriam confederar-se, inclusive guaianases e carijós que abandonavam Tibiriçá. Vale recordar que Araraí e Jagoanhoro eram guaianases, pai e filho, ou seja, irmão e sobrinho de Tibiriçá.

Os ataques a fazendas e engenhos seguiam. No entanto, a confederação percebeu que poderia provar, senão superioridade, igualdade militar aos portugueses. Ao mesmo tempo, preocupava a Coaquira o abandono da agricultura. Jagoanhoro foi convocado para falar com seu tio, Tibiriçá, e tentar algum acordo.

Em dois dias, estava no planalto de Piratininga. Diz a Tibiriçá que a confederação havia assumido uma gigantesca dimensão e que iria atacar na próxima lua. Tibiriçá lhe pede que o ataque fosse realizado duas luas depois para que ele, Tibiriçá, colocasse a sua gente em combate para que os portugueses sofressem os ataques, também, pela retaguarda. Antes de sair, Jagoanhoro vê uma índia que se parecia com Iguassu. Volta e dá as notícias a Aimberê. Contudo, tanto Araraí quanto Aimberê não descartaram a possibilidade de traição de Tibiriçá. Estavam certos: Tibiriçá comunica Anchieta. Era o tempo necessário para buscar reforços da Bahia. E foi o momento em que jesuítas<sup>49</sup> e a gente de João Ramalho se esquecessem de todas as amenidades para salvarem suas peles. Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, vem pessoalmente para Piratininga. A ordem: extermínio total. “Não deveria sobrar ninguém. Não serviriam nem mesmo para escravos” (Quilintiliano, 1965: 133).

---

<sup>49</sup> Convém salientar que Nóbrega sugeriu, deste os primeiros confrontos mais árduos, um acordo de paz e que, mesmo Anchieta, condenava a escravização indígena. Embora concordasse com a sua escravização caso se tratasse de “guerra justa”, ou seja, a guerra travada entre portugueses e indígenas que tentassem libertar outros indígenas.

No primeiro momento, apenas Aimberê e Araraí duvidaram da palavra do velho cacique. Entretanto, na marcha em direção à batalha, surge um foragido que fora submetido a maus tratos e informa que Tibiriçá estava unido com os portugueses e não apenas chegava muita gente da Bahia, como também, navios. O conselho é reunido, mas a decisão é seguir. Contudo, Aimberê decide dividir as tropas.

Em pouco tempo, todo o armamento é utilizado e a luta passa a ser corpo a corpo. Em uma das batalhas, é o próprio Tibiriçá que mata o sobrinho Jagoanharo. Os tamoiros passam a recuar em direção ao litoral, o que não é compreendido pelos portugueses, já exaustos. Fernão de Sá envia uma mensagem a Bertioga, para que a artilharia fosse preparada.

Às margens do Quiraré, os índios param. Os portugueses compreendem menos. Logo, desce do morro um enorme exército tamoio: novamente, os portugueses têm de recuar e Fernão de Sá é morto.

Os jesuítas são recrutados para falar com os indígenas. Nóbrega não podia se comunicar com o gentio; entretanto, Anchieta, que já havia, inclusive, curado Coaquira, conhecia não apenas a língua dos índios, mas também “os costumes, [as] fraquezas” (Quilintiliano, 1965: 140). A mensagem era de que os portugueses haviam compreendido o castigo que Deus lhes havia conferido pelo trato com os nativos e que, a partir daquele momento, estavam dispostos à paz, sem escravização e oferecendo apoio no ensino da agricultura e na distribuição de sementes.

Os índios aceitam com duas condições: a libertação de todos os índios e que os traidores, como Tibiriçá e Caiuby, fossem entregues aos confederados. Os padres jesuítas ficam como reféns, assim como o pedreiro que os acompanhava, e Aimberê, Parabuçu e Araken foram levados por José Adorno para ter com os portugueses.

No trato com os portugueses, estes não tiveram grandes problemas, uma vez que Caiuby tinha sido morto em uma batalha e Tibiriçá havia morrido por motivos de saúde. Os portugueses decidem libertar os poucos indígenas que ainda tinham sob seu controle e informam sobre o paradeiro de Iguassu: estaria na casa do fazendeiro Heliondo Eoban.

Quando Nóbrega é devolvido aos portugueses, começam as expedições nas casas dos portugueses para a libertação dos nativos. A casa de Eoban estava deserta.

Cumprido o acordo por parte dos portugueses, Aimberê volta para a aldeia da confederação. Mesmo tendo reconhecido todos os pontos de vulnerabilidade do inimigo, Aimberê não quebrou a palavra: depois de ter o acordo sido cumprido, no dia 14 de setembro, Anchieta retorna. Os tamoios acreditavam ter vencido a disputa por terem conseguido a paz com os portugueses. Começam a voltar para suas tribos.

Quando chega à sua tribo, Aimberê primeiramente vê brancos presos e, logicamente, se irrita por aquilo contrariar o tratado. Entretanto, Parabaçu e os demais que haviam seguido Aimberê na expedição diplomática com os portugueses haviam ido à casa de Adorno, libertaram Iguassu que estava sendo chicoteada por Eoban e, ali estava ela, ao lado de Aimberê.

Um ano depois, a Capitania de São Vicente estava reforçada militarmente por ajudas vindas de Mem de Sá e de Lisboa. Ademais, necessitava escravos. A preagem volta. Em uma expedição de volta à aldeia de Coaquira, em Bertioga, Ernesto (genro de Aimberê, europeu, agora tupinambá) deparou-se com a devastação da aldeia e com a notícia de que os portugueses haviam levado centenas de prisioneiros. Chega também a notícia da morte de Arará e, invariavelmente, nova guerra é aprovada.

Porém, devido à influência francesa, a chefia da tribo era dividida em seções, com vários índios em cada frente de produção. Logo, Aimberê convocou uma parcela de seus homens para o ataque. Mesmo assim, os portugueses se alarmam com o fim da trégua.

Dona Catarina, mãe de D. Sebastião, percebeu a importância estratégica da região da Guanabara que, caso tomada, salvaria a Capitania de São Vicente.

Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, chega ao Brasil bem munido com o intuito de conseguir o maior reforço possível da Bahia e de São Vicente para a ocupação da Guanabara em 1563. No ano seguinte, consegue apoio dos teminínos no Espírito Santo, mas Estácio faz apenas o reconhecimento do local e se retira para Santos. 22 de janeiro de 1565, Estácio de Sá decide fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e a ofensiva se inicia. A partir de 10 de março de 1565, começam fugas dos tamoios da região. A fortaleza portuguesa situava-se no Cara do Cão e Aimberê também ergue a fortaleza tamoia em Uruçumirim.

José de Anchieta vai até a Bahia, onde encontra Mem de Sá, convencendo-lhe da necessidade de extermínio dos tamoios. A esquadra de Mem de Sá chega à Guanabara em 18 de janeiro de 1567. No dia 20 de agosto de 1567, se consuma o massacre.

A península da Cara do Cão serviu apenas como local de desembarque. O morro de São Januário se torna o mais importante. Posteriormente, o morro do Castelo, que, como já dito, foi derrubado e é hoje a Esplanada.

### 5. 1. 2. O poema

Trata-se de um poema em 10 cantos, que variam entre eneassílabos, decassílabos e hendecassílabos. Torna-se curioso que *Confederação dos Tamoios* teve suas duas principais publicações no século XIX e a Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, notando a importância negligenciada do que foi historicamente a confederação tamoia, não mostra muita acuidade na sua edição de 1994. Na *Introdução literária*, Ivan Proença escreve que a obra é um poema decassílabo e sáfico à página 15. Já Dalmo Barreto, na mesma edição, na sua *Introdução histórica*, escreve que seria um poemas em dez cantos “endecassílabos” (sic.) brancos à página 21. Talvez o erro se deva, primeiramente, à negligência na contagem dos versos o que realmente parece irrelevante em um primeiro contato. Contudo, a contradição no próprio livro acabou trazendo à tona uma questão importante. Tal contradição pode ter surgido pela própria *Advertência* presente na segunda edição, de 1864, em que Magalhães escreve:

“À Majestade da européia, como à seriedade da tragédia só convém o hendecassílabo livre da facécia da rima e do compasso monótono de períodos iguais [...]” (Magalhães, 1994: 31)

Outro excerto, anterior a este, lido às pressas, pode causar o mesmo equívoco:

“O poema épico, encerrando em si todos os gêneros de poesia, e sendo a composição mais longa e difícil do espírito humano, exaltado pela inspiração, devera talvez, adotar todas as formas poéticas, para melhor exprimir a parte heróica, a lírica, a trágica, a didática, a descritiva e a dialógica; mas prevalecendo em quase todas as Nações de origem latina o emprego exclusivo do hendecassílabo na epopéia, como o mais enérgico, e o mais suscetível de variar de cadência, sem ser preciso alterar a simplicidade de forma, para que submetê-lo ao compasso uniforme de períodos iguais, e ligá-lo com essa bárbara toada das últimas sílabas consoantes?” (Magalhães, 1994: 30).

Aqui cabe a contextualização histórica do autor: salvas as inúmeras controvérsias, Magalhães é romântico no que diz respeito a duas questões ao menos. A primeira, o seu nacionalismo. A segunda, a (verdadeira ou fingida) não-adaptação ao mundo com a necessidade de recusa de modelos anteriores e a aposta na inovação. O ponto de interrogação, ao final da passagem acima, é a grande pista de que ele não concorda com o que escreve nesta parte.

A argumentação de Magalhães, na *Advertência*, é justamente a justificativa de porque não utilizou rimas, tendo, antes, o cuidado de não rimá-las e porque não utilizou apenas o hendecassílabo. Explica, com exemplos como Camões, Tasso, Boiardo, Ariosto e Dante, as razões para se usar uma determinada numeração silábica para cada ocasião.

Já em 1837, na Niterói, Magalhães escrevia:

“Em poesia, requer-se mais que tudo invenção, gênio e novidade; repetidas imitações o espírito embrutecem, como a muita arte, e preceitos tolhem, e sufocam o gênio” (*Niterói*, v.I: 147).

Exatamente essa necessidade de inovação foi ignorada e, por isso, parece não ter sido observada a frase que encerra a *Advertência*: “Tais foram as razões que me aconselharam a preferir aqui o verso solto” (Magalhães, 1994: 31).

\*\*\*

Já na *Niterói*, no texto que faz da revista um dos marcos do romantismo brasileiro, *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, Magalhães escreve sobre os índios tamoios. Ao que tudo indica, Magalhães tinha grande empatia pelos indígenas brasileiros. Já nesse ensaio de 1837, trata dos tamoios; um dos poucos textos elogiados pelos seus biógrafos é a reação contra Varnhagen ao livro *História geral do Brasil*, na qual Magalhães parte em defesa dos nativos e; por fim, *Confederação dos Tamoios* como o mais importante documento político do escritor.

É de se estranhar, contudo, a mesma condenação à escravidão que foi patente na revista *Niterói*:

“A escravidão! Oh céus! Quando no mundo  
Para sempre será tal crime extinto?” (Magalhães, 1994: 38).

O excerto não condena a escravidão ao índio, mas a escravidão em si, como crime que deve ser extinto. Talvez, este também tenha sido motivo para que *Confederação dos Tamoios* não ganhasse novas publicações e permanecesse como mais um *arquivo histórico* da importância romântica para o império?

Esta pesquisa não se pretende uma análise literária, mesmo que seja inevitável ter de concordar com os biógrafos de Magalhães ao mencionar que o seu mérito foi ter se tornado ideólogo oficial; não um grande poeta. O livro deu as bases para o indianismo, mas, como já dito, Magalhães não foi um *indianista* no sentido que foi conferido a este termo no Brasil do XIX. O índio não é herói, não arranca árvores do chão, simplesmente luta bravamente como realmente o fez e o faz. A importância do livro é a acusação contra os portugueses em época de grande anti-lusitanismo. “O índio é elemento básico do antilusismo que domina o poema” (Castelo, 1946: 33).

Mais do que isso, a confederação pode ter sido escolhida como a tentativa de grande poema épico do Segundo Reinado por outra questão: se na *Niterói*, Magalhães escrevia que a poesia do Brasil é uma grega vestida à francesa, a confederação foi o primeiro importante contato entre os nativos e os franceses.

“Bem! Exclama o Francês, dás-me esperança.  
Bem! Meu braço unirei aos vossos braços,  
E pela mesma causa lutaremos” (Magalhães: 1994: 75-76).

Aliás, o primeiro combate contra os viciosos portugueses é iniciado pelos próprios franceses: “Para maior terror dos sitiados / Ao ataque os Franceses dão começo” (Magalhães, 1994: 164). O sétimo canto apresenta duas invenções históricas de Magalhães. A primeira: a busca dos ossos de Cairuçu. A segunda: a possibilidade que Aimbire<sup>50</sup> houvera tido de matar Brás Cubas sem, no entanto, conseguir devido à aparição da filha do capitão da capitania pedindo piedade, o que teria impedido o indígena de matá-lo. No ataque iniciado pelos franceses, citado acima, Aimbire, enfim, mata Brás Cubras e é também neste combate que, ao contrário da historiografia, Anchieta entrega Iguazu a Aimbire.

A distorção que mais chama a atenção, no entanto, ter é escrito que Aimbire “Dos Tamoios à frente aqui se mostra / Pelo voto geral supremo chefe” (Magalhães, 1994: 50). Na realidade, o primeiro chefe foi Cunhambebe.

---

<sup>50</sup> Aqui também será respeitada a ortografia da fonte consultada (Magalhães, 1994). Aimbirê é aqui chamado de Aimbire.



\*\*\*

O livro traz a validade nacional do tema indígena (Schwacz, 1998: 132) e a idéia rousseauiana de bom selvagem. Por exemplo, a respeito da confederação, Magalhães escreve:

Nenhum instinto mau à guerra os chama;  
Dever, que a pátria impõe, os arma e liga” (Magalhães, 1994: 49)

Em outra passagem, o autor faz um retrato muito parecido como aquele feito por Echeverría do unitário de *El matadero*, onde os instintos nobres se expõem na fisionomia:

“Jagoanharo não falta a esta empresa;  
Que no peito lhe fere o amor da guerra,  
É na mente um fulgor de arguto engenho,  
Que a fronte lhe dilata, e o olhar lhe aviva” (Magalhães, 1994: 52).

Esses dois excertos chamam a atenção pela contradição: o índio é ao mesmo tempo desprovido de qualquer instinto mau; é a pátria que impõe a necessidade de armar-se para a guerra. No entanto, no peito de Jagoanharo, existe o amor à guerra.

Outra questão que se faz notar é que, se Magalhães abriu o caminho para os indianistas sem o ser, o poema se caracteriza em algumas passagens como um *nacionalismo paisagista*. Isso pode ser verificado na descrição inicial, por exemplo, em que o rio Amazonas “lutaria” contra o mar que tenta roubar o seu leite, roncando, espumando e enlaçando sua cauda a troncos. É a reafirmação da tese do artigo de 1837: o Brasil é terreno propício para fazer nascer o gênio nas mentes tropicais, o “Éden terrestre” (Magalhães, 1994: 36).

Depois da descrição da natureza, o europeu (português) já surge como algoz, que tinge as águas com sangue. Ao que tudo indica, o único problema grave do índio para o autor é de fácil resolução: a conversão ao cristianismo.

“Tu só, Religião sublime e santa  
Do Deus por nosso amor martirizado,  
Tu só consolador óleo verteste  
Nos ulcerados corações dos Índios” (Magalhães, 1994: 37).

A fácil assimilação do indígena pela civilização brasileira também se apresenta na passagem mais caudatária do texto é aquela já apontada por Schwarcz (1998: 133), em que Jagoanharo prevê, já no século XVI, a história do Brasil da chegada da família real e até o

Segundo Reinado e é quase convertido, no canto sexto. Embora longas, duas passagens merecem menção. A primeira, sobre a independência:

“Pedro, o Príncipe herdeiro dos dois Tronos,  
 Bem vê que um vasto mar os tem distantes,  
 E que uma só vontade, e um mesmo cetro  
 Já não podem unir Nações distintas;  
 Quanto mais, nem seu peito em tal consente,  
 Curvar e sujeitar a Nação nova,  
 Resplendente de brio e de futuro,  
 Ao Reino Lusitano, que definha,  
 Como um trono que o tempo desganhara;  
 E a quem tem ele de outorgar um dia  
 A antiga liberdade, e uma Rainha  
 Filha sua, nascida nesta terra!

Ei-lo, egrégio mancebo de alto porte,  
 A quem glória imortal o céu destina,  
 Dos filhos do Brasil já ladeado,  
 E desse sábio Andrada, que se ufana  
 Co’os ilustres irmãos de ter nas veias  
 Sangue de Tibiriçá e dos Tamoios.

Vê o herói lá nas margens do Ipiranga!  
 Escuta sua voz: ei-lo que branda:  
 – Independência ou Morte. – Exulta, oh Índio!  
 Exulta, que esse brado foi ouvido  
 Desde o vasto Uruguai té o Oiapoque,  
 E os povos, que o escutam jubilosos,  
 Bradam com Pedro: Independência ou Morte!” (Magalhães, 1994: 125).

A segunda, os elogios a D. Pedro II:

Vê o neto de Reis, de Pedro o Filho,  
 Desse prudente Lima acompanhado  
 No seu paço, sem guardas que o defendam.  
 Mas como o povo o ama! como o guarda  
 Com paternal cuidado e puro zelo,  
 Sem que de imposto mando leve sombra  
 Da espontânea afeição lhe ofusque o brilho!  
 Sublime proceder, que assaz revela  
 Como do povo o amor mais se dedica  
 Quando menos se tenta escravizá-lo!  
 Grande lição aos Príncipes da terra,  
 Que al pensando, em tiranos se convertem,  
 Conculcando a justiça e a liberdade,  
 Mananciais de amor, de paz, de glória;  
 E cuidam que as falanges sustentadas  
 Co’o suor da nação envilecida

São do Trono os esteios mais seguros:  
 Erro fatal aos Reis, fatal aos povos!  
 Oh que imenso futuro o Céu destina  
 Ao império da Cruz, e ao seu Monarca,  
 Que com ele se firma, cresce e avulta!” (Magalhães, 1994: 128-129).

Ao final do sonho premonitório, Jagoanharo exclama: “Dai-me a cruz! A seus pés quero prostar-me!” (Magalhães, 1994: 131) e, entre o sono e a vigília, ajoelha-se diante de um crucifixo. Tibiriça e Jagoanharo se encaminham para onde estava Anchieta para a conversão do gentio. Entretanto, chegando à praça, o indígena vê novamente o quão “vil” são os portugueses e, mais do que isso, vê Iguaçu como prisioneira. Implicitamente, Jagoanharo já estava convertido e a sua valentia, agora é em nome da fé cristã, pois lutaria contra as “perversões” dos portugueses. Depois de entender o quão ingratos são os de pele branca por terem crucificado seu próprio Deus, o nativo promete:

Eu chamo o vosso Deus para punir-vos,  
 E contra vós lhe ofereço os nossos braços” (Magalhães, 1994: 135).

A fixação da catequização na obra realmente se evidencia, inclusive, por inspirar o quadro *A primeira missa* de Victor Meirelles (Cf. Schwacs, 1998: 134). Tal quadro se apresenta no nono canto, entretanto, a melhor imagem do quadro surge depois das duas invenções, acima citadas, ao final do sétimo canto. Anchieta aparece como uma figura ao lado dos indígenas, que acredita na possibilidade dos nativos de vencerem a guerra, porém, sem “ferro e fogo”, afinal, os portugueses seriam os homens que, em realidade, são cheios de vícios:

“A cruz ergamos, sim, a cruz de Cristo,  
 Sinal de Redenção; a Cruz que outrora  
 No Capitólio Alçada salvou das águas  
 A antiga geração. Da Cruz em torno  
 Estes pagãos de Deus a luz receberam,  
 Como em outra era os bárbaros do Norte  
 A seus pés cair viram do erro a venda.  
 Amor, Fé, Esperança e Caridade,  
 Eis do Cordeiro as armas invencíveis!  
 Cristo com elas conquistou o mundo;  
 Nós com elas os Índios venceremos,  
 E não com ferro e fogo. Ouvi, oh Lusos,  
 As palavras do céu, não as do inferno” (Magalhães, 1994: 153).



*A primeira missa* de Victor Meirelles

Os indígenas agora têm permissão para a guerra: além de serem aliados dos franceses (as luzes do progresso personificadas), são também o braço punitivo de Deus, do Deus cristão, sobre os Lusos.

Como já foi mencionado no tópico anterior, não eram estas a atitude e a aposta de Anchieta. Contudo, o último canto, que trata no extermínio dos indígenas confederados, Anchieta é

“Intérprete sincero da lei santa,  
 Que o cordeiro de Deus legou aos homens,  
 Anchieta, igual no amor, no zelo ardente  
 Aos que da morte o Vencedor ouviram,  
 E a sua voz no mundo propagaram,  
 Todo se consagrava ao bem dos Índios,  
 Praticando as virtudes que ensinava  
 No meio deste povo rude e fero” (Magalhães, 1994: 192),

e o mesmo que chora a morte de Aimbire e Iguaçú, dando-lhes a sepultura.

\*\*\*

Para a historiografia, faz-se curiosa a idéia que se faz do que seria a “confederação dos tamoios”. Em geral, “é um livro de Gonçalves de Magalhães”, notoriamente enfadonho. O que se omite ou se ignora é que se trata de um poema que retrata um fato histórico de primeira ordem: a primeira organização armada indígena contra os portugueses e o primeiro massacre. A iniciativa de publicar novamente o esquecido livro merece nota pela importância que o

governo do Rio de Janeiro à época deu ao *feito histórico* de que trata o poema. Contudo, ao invés de angariar atenções para o que foi a confederação, o poema expõe o leitor pelo exagero nas metáforas. Querer incluir *Confederação dos Tamoios* ao lado de *O guarani* ou *Iracema* tem o seu mérito pela intenção. A questão é que são textos extremamente cansativos. Talvez, em 1994, o governo carioca poderia ter feito nova publicação do livro de Aylton Quintiliano. A importância de se estudar o discurso oficial e o indianismo que o sustentou é incontestável; mas poderia ser de grande proveito contar a história da confederação que tomou forma em 1554, que congregou tribos do norte paulista até a bacia da Guanabara e resultou no primeiro covarde genocídio realizado pelos portugueses.

### 5. 1. 3. Interpretações e críticas

O romântico deve inovar. Entretanto, em um contexto de necessidade de auto-legitimação, deve-se ter cautela. Não usar uma métrica em todos os versos já merece uma advertência do próprio autor. Sendo assim, o autor deve buscar legitimações literárias formais. A grande legitimidade formal na literatura continuava sendo a poesia. Sobretudo, a épica. Na Inglaterra do XVIII, o surgimento de um público leitor coloca as letras a serviço do mercado. “O resultado mais evidente da aplicação de critérios basicamente econômicos à produção literária foi favorecer a prosa em detrimento do verso” (Watt, 1990: 52), o que rendeu severas críticas aos ingleses Daniel Defoe (1660-1731), Samuel Richardson (1689-1761), Henry Fielding (1707-1754) e também ao francês Honoré de Balzac (1799-1850), cujos adversários o utilizaram “para ridicularizar suas preocupações com a realidade contemporânea e – achavam eles [os adversários de Balzac] – efêmeras” (Watt, 1990: 15).

O romance tratado por Watt é a obra em prosa que lida com a vida cotidiana. Contudo, mesmo o romance heróico dos primeiros românticos brasileiros no século XIX poderia ser menosprezado por estar no patamar inferior à poesia. Logo, a inovação de Magalhães deve ser cautelosa: acabar com a métrica estabelecida, mas não poder seguir o caminho de Defoe ou Balzac. É mais prudente assemelhar-se minimamente com a escola anterior: a *árcade*. Assim sendo, o seu poema que trata de um tema que ainda será explorado e utilizado pelo Brasil até os dias de hoje (o surgimento do índio como figura principal), trata da

natureza, apresenta certo cultismo e faz o elo entre o elemento social que posteriormente legitimará a peculiaridade brasileira sem, entretanto, romper com o seu passado.

Algo parecido ocorria no campo político na América do Sul. A América hispânica lutava por republicanismo e liberdade positiva, enquanto a corte brasileira se apresentava como um elemento atávico que sobreviveu em meio à influência aparentemente inelutável das revoluções francesas e americanas. O romântico deve inovar, todavia, os primeiros ainda não podem se dar ao luxo de escrever romances: a formalidade deve dar substância ao conteúdo; a versificação deve legitimar o futuro indianismo; o apoio às belas artes e a literatura deve autorizar a monarquia a perdurar na América portuguesa.

Além de se tratar de literatura de grau mais elevado, ou seja, a poesia, *Confederação dos Tamoios* é também a poesia de grau mais elevado:

“O poema épico, encerrando em si todos os gêneros de poesia, e sendo a composição mais longa e difícil do espírito humano [...]” (Magalhães, 1994: 30).

D. Pedro II pretendia organizar moralmente o Brasil por meio de uma elite letrada (Cf. Schwarcs, 1998: 124) que, como já mencionado, tinha duas tarefas interligadas: legitimar-se como porta-voz da moralidade para legitimar a própria palavra.

Segundo Schwarcs, “d. Pedro II e os políticos que o cercavam não sabiam exatamente de que modo exercer o Poder Moderador [...] O motivo é o fortalecimento da figura de d. Pedro. [...] É nessa época que, pela primeira vez, percebe-se a atuação mais direta do monarca” (1998: 123), que seria o financiamento do livro. Resta a pergunta: como o financiamento poderia ecoar na Corte como elemento legitimador da moderação real dos assuntos políticos?

A querela que se estabeleceu posteriormente com José de Alencar na qual o próprio imperador interveio nos dá pistas de que realmente a legitimação política por meio das letras era possível e necessária, mas imaginar que o financiamento fortalecia o Poder Moderador em uma relação de aposta, causa e efeito é pouco verificável. Mas muito verificável é a legitimação da elite letrada do Segundo Império que o próprio Alencar reconhece: mesmo com a crítica não de toda injusta de José de Alencar, “vale na obra o grande propósito patriótico de Magalhães” (Castelo, 1946: 34).

## 5. 2. Facundo: civilização e barbárie

### 5. 2. 1. Uma defesa do réu histórico

Juan Facundo Quiroga (1788-1835) foi um fazendeiro de San Juan que migra para La Rioja e que acabou se tornando historicamente o maldito caudilho tão veementemente atacado por Sarmiento mais do que o líder do interior que disputou com Rosas, José Gervasio Artigas e Estanislao López o controle político das *Provincias Unidas* e da Banda Oriental. Apesar da literatura a qual chama de liberal, Katra prefere recorrer à própria biografia de Facundo Quiroga para falar sobre este importante ícone histórico de “personalidade genial, mas sujeito a tendências primitivas” (2000: 40).

Depois de anos de conflito, a prisão do unitário José María Paz, após este invadir Córdoba, e a vitória sobre o exército de Gregorio de Lamadrid, em 1831, foram fatores decisivos para a liderança política do interior se concentrar nas mãos de Facundo Quiroga<sup>51</sup>. Sua violência e crueldade não são negadas, mas justificadas por meio da necessidade de defesa dos povos do interior argentino contra as investidas de Buenos Aires, além, é claro, do argumento bastante eloquente de que a guerra civil teria sido precipitada pela brutalidade dos unitários no assassinato de Dorrego. Facundo Quiroga via a invasão do unitário Paz em Salta, Tucumán, Santiago del Estero e Córdoba como simples submissão das províncias ao poderio portenho.

Salta aos olhos a afirmação de que Facundo Quiroga teria sido o homem que pensava em uma constituição escrita como necessária para a institucionalização e consequente resolução dos conflitos das *provincias* mais *conflitantes* do que *unidas*. Além de uma liderança do interior, assim como os caudilhos acima mencionados, Quiroga tinha pretensões de estadista nacional. As províncias do interior tinham no *tigre das planícies* uma esperança contra a tirania portenha, na década de 1830, sob o comando de Rosas.

Katra não vê como um fator evidente a morte de Facundo Quiroga ter sido ordenada por Rosas, uma vez que historiadores como Enrique Barba e Félix Luna afirmam que, já em 1833, o caudilho do interior reconhecia a autoridade de Juan Manuel. De qualquer maneira,

---

<sup>51</sup> Dados desta subseção obtidos de Katra, 2000: 37-43.

foi morto no dia 16 de fevereiro de 1835 quando partiu de Buenos Aires para intermediar o conflito entre Salta e Tucumán.

Torna-se curioso o fato de que três membros da geração de 1837 não viam o defensor interiorano de forma negativa: Jaun Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López. Alberdi, devido aos seus contatos com familiares em Tucumán, sempre se manteve a par das ações de Facundo nesta região e, na correspondência privada, lamenta o assassinato de 16 de fevereiro.

A opinião de Vicente Fidel López é a de que foi um guerreiro monteiro pacificador. E Juan María Gutiérrez faz um comentário elogioso sobre o livro crítico de Sarmiento contra Facundo Quiroga no jornal *El mercúrio*, elevando-o à altura de *A odisséia*, embora na sua correspondência pessoal, sua opinião é diferente: alegando ter escrito a crítica antes de lê-lo, estaria convencido de que o livro de Sarmiento “fará mal à Argentina, e que todo homem sensato verá nele uma caricatura”<sup>52</sup>. De fato, entre inúmeros fatos caricaturais, um especificamente merece nota. Depois de enfrentar um professor durante a sua infância, Quiroga se esconde “numas parreiras de uva, de onde só é tirado depois de três dias” (Sarmiento, 1996: 133).

Para Katra, por fim, a importância do real Facundo foi ter dado à sua “consciência panargentina” um papel instrumental.

### 5. 2. 2. O texto

Trata-se, em um primeiro momento, de 25 entregas ao jornal *El progreso* que foram de 2 de maio a 21 de junho de 1845. O título era *Facundo o civilización y barbarie. Vida de Juan Facundo Quiroga. Aspecto físico, costumbres y hábitos de la República Argentina*. Um dia antes da primeira entrega, 1º de maio, Sarmiento anuncia a sua nova empresa:

“Acreditei necessário amontoar sobre o papel minhas idéias tais como se me apresentam, sacrificando toda pretensão literária à necessidade de atalhar um mal que pode ser transcendental para nós” (Sarmiento, 1949, vol. VI: 160).

---

<sup>52</sup> Relato encontrado em Katra, 2000: 42 e também em Terán, 2007: 96.



De fato, toda a despreocupação literária fez de *Facundo* não apenas um documento político e histórico, como também uma novidade no romantismo americano. Preocupando-se menos com quaisquer pretensões literárias, Sarmiento escreveu algo que tem um pouco de biografia, um pouco de sociologia, manifesto e ensaio. Todas as fontes pesquisadas concordam:

Segundo Doris Sommer, “[...] o excesso é precisamente o que caracteriza a escrita de Sarmiento sobre o assunto, em seu texto exorbitante, parte ficção, parte biografia, parte história política, parte manifesto, um livro genericamente imoderado, cuja soma final obviamente acaba sendo bem mais que apenas um” (2004: 85).

Maria Lígia Coelho Prado, mais do que concordar, cita implicitamente Sommer:

“Como disse recentemente uma autora [Doris Sommer], há mais de um livro contido no *Facundo*, que é meio ficção, meio biografia, meio história política, meio manifesto” (Prado, 2004: 152).

O escritor mais crítico a respeito de Sarmiento aqui pesquisado, Shumway, igualmente reconhece o valor da despreensão literária:

“Verteram-se mares de tinta tratando de decidir se *Facundo* deve se catalogar na categoria de história, sociologia, biografia, ensaio, o alguma outra categoria inventada para as letras européias. Demasiado desconfiável e indocumentado para ser história, demasiado intuitivo para ser sociologia, demasiado fictício para ser biografia, e demasiado histórico, biográfico e sociológico para ser um ensaio, *Facundo* cria seu próprio gênero” (2005: 179).

O livro apresenta características *científicas* devido à análise e à comparação. Tem como recurso uma linguagem *simbólica* pela utilização de signos para designar conceitos. Denota uma faceta *religiosa* pelo estilo profético e bíblico de certos trechos. Além, é claro, do seu aspecto *literário* por se pretender uma leitura cativante (Cf. Terán, 2007: 27).

Antes de analisar o livro propriamente dito, torna-se importante mencionar algo a respeito das suas publicações.

As edições de *Facundo* respondem a demandas políticas bastante específicas. As duas primeiras edições foram chilenas: a primeira, no mesmo ano da sua publicação em folhetim e a segunda em 1851, pela Imprensa de J. Belini Cia, tendo Sarmiento retirado desta segunda a introdução e os dois últimos capítulos justificando-se por meio dos conselhos de Valentín Alsina que havia apontado erros históricos. Em 1868, o livro é publicado em Nova Iorque, pela D. Appleton e Cia., com as mesmas supressões finais já que Sarmiento passara a

defender a federação de Buenos Aires e o que constava no texto original de *Facundo* não era muito lisonjeiro à *Ciudad Autónoma*, futura *Capital Federal*, mais conhecida mundialmente como Buenos Aires. Em 1874, já presidente da república, seu neto Augusto Belín Sarmiento prepara a quarta edição que trazia de volta a introdução e os dois últimos capítulos do original. Por fim, em 1889, Luis Montt segue a segunda edição sem as correções que Sarmiento havia feito para a terceira e demais edições. (Cf. Prado, 2004: 176-177)

A edição aqui utilizada é a da editora Vozes de 1996.

\*\*\*

A advertência, suprimida na 2º, 3º e 4º edições, faz parte do texto, hoje, clássico. Como se observará, tanto na advertência quanto na introdução, constam alguns fatores importantes que entrelaçam o início do texto a uma coerência muito relevante para situá-lo. A princípio, o próprio Sarmiento adverte que *Facundo* é resultado daquilo que Sommer chamou de “trabalho febril”: feito às pressas, que contém inexatidões, entretanto, cuja principal idéia apresentaria uma “exatidão irrepreensível” (Sarmiento, 1996: 41). Essa irrepreensível exatidão será explicada no decorrer do texto, escrito no Chile, local onde ainda existe liberdade, a liberdade de receber as luzes civilizatórias e de onde se pode tentar explicar aos argentinos que *on ne tue point les idées*<sup>53</sup>.

Dez anos depois da morte de Facundo Quiroga, o *espírito Facundo Quiroga* ainda não havia morrido na Argentina. Aí se faz patente a influência de Victor Cousin e sua teoria, inspirada em Hegel, de *homem representativo*, ou seja, aquele que encarna o espírito de uma época ou condição. Qual é a condição argentina que cria Facundos? É este enigma que Sarmiento pretende descobrir na perscrutação dos pampas argentinos, a sua infinita mesmice visual e o silêncio eterno que, como um deserto, por desabitado que é, oprime as cidades que tentam povoá-lo. E, para entender a Esfinge Argentina, Sarmiento necessita estudar cuidadosamente<sup>54</sup> o meio que envolve os personagens de que vai tratar.

A figura sumariamente atacada na introdução é Juan Manuel de Rosas, o que faz de *Facundo*, acima de tudo, um escrito político. É com vista a deslegitimar o poder do guardião da paz das *Provincias Unidas* que Sarmiento se inspira. Mas não é Rosas que deve ser

<sup>53</sup> “Não se pode matar as idéias”.

<sup>54</sup> No original da editora Vozes, consta “estudar prolixamente” à página 47, entretanto, prolixo/prolijo é um falso cognato bastante perigoso para o português e o castelhano. Sarmiento nunca diria que faria uma descrição exagerada e enfadonha: “prolijo” significa “cuidadoso”.

explicado: Rosas é o caudilho de Buenos Aires, logo, como explicar que o fenômeno da tirania provinda dos pampas (como o autor irá demonstrar) encarnou na vistosa Buenos Aires?

O intuito do livro é a explicação do problema mais intestino da nação, enquanto que a manifestação deste problema em Rosas é não mais do que a aparição mais encoberta e que quase escapa ao ser analisado: seria a espuma das ondas. Sendo assim, quem seria o verdadeiro *homem representativo* dos pampas argentinos do século XIX?

Juan Facundo Quiroga é evocado. Assim como os gênios dos bosques são evocados por Magalhães, como elemento estilístico do romantismo, para abençoar a escritura de um livro que bendirá a saga do povo tamoio, Sarmiento evoca o que existe de mais pérfido para amaldiçoar o deserto argentino.

As grandes questões já aparecem na introdução: a falta de um Tocqueville sul-americano, a existência da barbárie, a antinomia entre cidade e campo<sup>55</sup>, o anti-espanholismo, o progresso como lei inelutável da humanidade e a explicação da existência de Rosas. O caudilho de Buenos Aires não é mais do que um bárbaro que transformou a selvageria da América em sistema: o que é natural no deserto, a barbárie, Rosas civilizou, ou seja, incrementou com a técnica, com a burocracia, com coordenação e frieza.

“Executar com a faca, degolando, e não fuzilando, é um instinto de carniceiro que Rosas soube aproveitar para dar à morte formas gaúchas e ao assassinato prazeres horríveis; sobretudo para mudar as formas *legais* e admitidas nas sociedades cultas por outras que ele chama americanas [...]” (Sarmiento, 1996: 116).

Rosas seria o caudilho que pôs a civilização a serviço da barbárie. “A despeito de Facundo, [Rosas] é um homem de ordem: respeita a propriedade exatamente onde Quiroga violava” (Terán, 2007: 76), por isso, Rosas é um *tipo híbrido*.

E sendo Rosas aquele contra quem o livro se dirige por ser o inimigo eminente da liberdade e democracia na Argentina, em diversos momentos ele é citado, mas o espírito a ser evocado é o espírito puro do pampa argentino. Max Weber (1864-1920) tardaria muito ainda para criar a sua idéia de *tipo ideal*, contudo, a descrição que Sarmiento faz de Facundo se aproximaria da filosofia de Cousin, enquanto que as diferenciações internas do homem do pampa se aproximam bastante do que posteriormente se poderia chamar de *tipo ideal*.

---

<sup>55</sup> “Campo” é traduzido por “campanha” nesta edição. “Campanha” significa o mesmo tanto em castelhano quanto em português, mas, no Brasil, o seu uso com esse sentido se perdeu em grande medida. Por isso, aqui se utilizará o termo “campo” em diversas ocasiões.

Afinal, logo depois da introdução em que se evoca o grande monstro motim da discussão, Sarmiento não desata a história dos acontecimentos: esta é uma característica bastante inovadora do seu romantismo particular. Segue uma descrição do solo, clima e dos tipos de *gauchos* existentes no pampa. Se os argentinos adiantaram idéias positivistas, algo lombrosianas, análises que viriam a ser melhor sistematizadas e nominadas décadas depois, o autor do livro mistura ao seu “romance” uma análise que, hoje, anacronicamente, se poderia chamar de “sociológica”. “O ser ou não ser *selvagem*” (Sarmiento, 1996: 51) depende daquilo que o autor irá *desvendar* ao leitor nos capítulos seguintes. “Na linha da tradição romântica, a figura do homem aparecia como produto do meio e, assim, a primeira parte do livro é uma análise do meio geográfico da Argentina” (Prado, 2004: 161), pois, à época, a frenologia tomava lugares importantes nos estudos antropológicos:

“A frenologia ou a anatomia comparada demonstram, com efeito, as relações que existem nas formas e nas disposições morais entre a fisionomia do homem e de alguns animais aos que se assemelham em seu caráter” (Sarmiento, 1996: 131).

O primeiro capítulo se intitula “Aspectos físicos da república argentina e caracteres, hábitos idéias que engendra”. O segundo: “Originalidade e caracteres argentinos: o rastreador, o vaqueano, o gaucho mau, o cantor”. O terceiro: “Associação. O botequim”.

O problema da Argentina é a sua extensão. Um vasto território em que cidades são oprimidas pelo deserto. Léguas e léguas de distância tornam impossível a associação. A criação bovina gera a preguiça, o horizonte sem montanhas, como já diria Montesquieu, cria uma vida propensa ao despotismo. O que falta à Argentina? Montanhas, agricultura e menos espaço: dificuldades que resultariam em maior associação entre as pessoas, a necessidade de sociabilidade; em uma palavra, a necessidade do cuidado com alguma *res publica*. Mesmo não conhecendo até esse momento nem os pampas e menos ainda a Ásia, Sarmiento se baseia nas análises de Montesquieu e nos relatos dos viajantes da América do Sul para traçar um paralelo entre o árabe e o *gaucho*. Tal comparação tão “exata” de Sarmiento, quando se sabe que não conhecia nenhuma de ambas as regiões que cita, torna quase cômica uma passagem como a que segue:

“Sempre achei que o aspecto da Palestina é parecido com o de La Rioja, até a cor avermelhada ou ocre da terra, a secura de algumas partes e suas cisternas; até em suas laranjeiras, videiras e figueiras, de saborosos e enormes frutos, que se criam onde corre algum pantanoso e limitado Jordão; há uma estranha combinação de montanhas e planícies, de fertilidade e aridez, de montes queimados e eriçados e colinas verdinegras atapetadas de vegetação tão colossal como os cedros do Líbano. O que mais me traz à imaginação estas

reminiscências orientais é o aspecto verdadeiramente patriarcal dos camponeses de La Rioja” (Sarmiento, 1996: 145).

A Argentina é um Egito americano; o gaucho é o beduíno que tem a faca como “seu braço, sua mão, seu dedo, seu tudo” (Sarmiento, 1996: 106). O asiático americano tem o cavalo e a faca como elementos enobrecedores trazidos pelos espanhóis, especialmente, de Saragoça.

Com a vida sedentária, voltada para o cuidado com o gado que não exige muito trabalho em grupo, de costas para o nada e observando a esposa cuidar dos aspectos da sobrevivência, o homem que se engendra na Argentina não tem a possibilidade de se civilizar. A política se inviabiliza. Como passatempo, luta e valentia são travadas e testadas, especialmente porque a única sociabilidade apontada por Sarmiento é o botequim; e, em tal sociedade, “a cultura do espírito é inútil e impossível” (Sarmiento, 1996: 107). Muito embora, a ciência inata e biológica se desenvolve... O canto se torna marca registrada.

Antes de enumerar características dos nativos americanos, Sarmiento cita Fenimore Cooper e *La cautiva* de Echeverría. Existirá algo de bom no *gaucho* para Sarmiento? Vale nota que até um dos xingamentos do autor a Alberdi é justamente: “debilitado que não sabe montar a cavalo” (Terán, 2007: 39).

O povo argentino é poeta por natureza. O contato direto com o solo, o silêncio, o nada, faz com que brote nos habitantes algumas características. Um dom é o do *gaucho rastreador*: “um personagem grave, circunspeto, cujas asseverações fazem fé nos tribunais inferiores” (Sarmiento, 1996: 91). O rastreador é aquele que distingue as pegadas de um animal e de outro, com carga ou sem carga. Comprova o delito cometido pela observação do chão e tem a palavra cuja negação se torna ridícula.

Por outro lado, existe o vaqueano que é “grave e discreto, que conhece palmo a palmo vinte mil léguas quadradas de planícies, matas e montanhas. É o topógrafo mais completo, é o único mapa que leva um general para dirigir os movimentos de sua campanha” (Sarmiento, 1996: 93). Mesmo na escuridão é capaz de apontar o sentido e se localizar nas direções norte, sul, leste, oeste. É capaz de apontar o caminho exato de léguas a ser percorrido em linha reta e, diz-se, reconhece o território em que está pelo cheiro e gosto da terra e das raízes caso seja noite.

Um terceiro tipo, não tão lisonjeiro, é o *gaucho mau*, cujo “nome é temido, pronunciado em voz baixa, mas sem ódio e quase com respeito” (Sarmiento, 1996: 95). O crime é a sua ciência, embora inofensivo aos viajantes, é um selvagem de cor branca que ataca patrulhas e está divorciado das leis e sociedade. Uma descrição no próprio Facundo é bastante elucidativa:

“Mas a alma rebelde de Quiroga não podia suportar o jugo da disciplina, a ordem do quartel nem a demora das promoções. Sentia-se chamado a mandar, a surgir de um golpe, a criar-se sozinho, a despeito da sociedade civilizada, em hostilidade a ela, uma carreira a seu modo, associando a coragem e o crime, o governo e a desorganização” (Sarmiento, 1996: 135).

Por fim, o *gaucho cantor*, o mais comum, que é tão típico que é estranhado um argentino a quem é oferecida uma viola e este não a saiba tocar. Assemelha-se o canto do argentino ao improviso napolitano, mas o canto *gaucho* é pesado, monótono, irregular, desordenado e prosaico.

Antes de entrar na história de Facundo Quiroga, as questões adjacentes importantes a serem analisados se concentram até o segundo capítulo. Para verificá-los, vejamos como Magalhães termina a sua Confederação dos Tamoios:

“O índio seguirei. Vítima ilustre  
De amor do pátrio ninho e liberdade,  
Ele, que aqui nasceu, nos lega o exemplo  
De como esses dois bens amar devemos.  
E quando alguma vez vier altivo  
Leis pela força impor-nos o estrangeiro,  
Imitemos a Aimbire, defendendo  
A honra, a cara pátria, e a liberdade” (Magalhães, 1994: 208).

É ínfima a probabilidade de que Sarmiento sugerisse aos chilenos que buscassem e imitassem a ciência do rastreador, por exemplo, tão cara e algo enobrecedora ao sentimento patriota do argentino. Esses tipos, com a exceção do *gaucho mau*, poderiam ter características nobres. Contudo, são características nulas. São apontamentos de questões que podem ser vistas como a *parte neutra da barbárie*. Embora não tenham bússolas ou instrumentos sofisticados de verificação de pegadas e as lições sobre versificação, o pampa ainda oferece algo que os argentinos puderam desenvolver. “¿Y qué?”<sup>56</sup> talvez perguntasse hoje Sarmiento caso fosse questionado sobre esses tipos de *gauchos* que enumerou no século XIX. Entre ter *gauchos* dotados de elementos desenvolvidos pela relação direta entre instintos e natureza no

---

<sup>56</sup> “E daí?”

meio da civilização ou transpor a civilização por cima dos cadáveres desses povos, Sarmiento escolheria a segunda posição.

Assim sendo, justifica-se uma importante conclusão de Shumway:

“Mesmo que alguns elementos do livro reflitam o impulso romântico, especialmente na preferência do autor pela prosa apaixonada e a intuição pessoal aos fatos comprováveis, *Facundo* é em outros aspectos especificamente anti-romântico: encontra na terra uma fonte de mal, desconfia ao invés de glorificar a tradição popular, converte homens fortes em tiranos ao invés de heróis, e suas aspirações são claramente internacionais, mais que nacionais” (2005: 179).

Sarmiento consegue a proeza de poder ser classificado como romântico na medida em que trata do meio e do homem, da sua realidade e dos seus vícios e, principalmente, por concentrar-se na questão da nacionalidade. Contudo, é anti-argentino na medida em que nega qualquer possibilidade de ver como positiva a perduração de qualquer tipo americano. Sua descrição “é o homem da natureza que ainda não aprendeu a conter ou disfarçar suas paixões, que as mostra em toda a sua energia, entregando-se a toda a sua impetuosidade” (Sarmiento, 1996: 139).

Além de que aquilo que é enobecedor apenas se torna enobecedor na medida em que é escrito. O rastreador é um rastreador e nada mais. Só se torna digno de nota se notado por um notável:

“Os tipos são descritos como donos de um saber superior, natural, que os distingue de maneira peculiar. Entretanto, é necessária a existência do autor para dar forma escrita, moderna e transformar o saber e as vozes da tradição oral, por intermédio da ciência classificatória, em conhecimento inteligível para os privilegiados leitores” (Prado, 2004: 172).

Resta a questão: por que Sarmiento enumera essas características que *podem ser* enobecedoras? Porque toda civilização necessita ter um passado glorioso. Infelizmente (para Sarmiento), o passado ainda é presente, mas chegará o dia em que essas características serão simples traços de um tipo de argentino: o cidadão-civilizado, que traz o vigor intestino de um passado tirânico e recalcado, a valentia e a coragem que lhe confere o orgulho da argentividade. Este aspecto dos *gauchos*, Sarmiento não deixa nenhuma dúvida a respeito do valor positivo que confere:

“Os argentinos, de qualquer classe que sejam, civilizados ou ignorantes, têm uma alta consciência de seu valor como nação; todos os demais povos americanos lhes lançam no rosto esta vaidade e se mostram ofendidos por sua presunção e arrogância. [...] Se a origem desta vaidade nacional nas classes inferiores é mesquinha, nem por isso são menos nobres as

conseqüências, como não é menos pura a água de um rio porque nasce de vertentes pantanosas e infectas” (Sarmiento, 1996: 79).

A imigração continua sendo a grande questão nacional como povoamento do deserto. Mas ao contrário da teoria de Alberdi, não se trata de uma sociedade de interesses, mas uma sociedade da virtude, com uma cultura. Ela deve se basear em algo. Sarmiento demonstra com tristeza que *este algo*, que já deveria ter sido ultrapassado, ainda está presente. Fins do século XIX e início do século XX, este problema começa a ser solucionado, mas não exatamente da forma como gostaria o nosso autor: a imigração que foi sugerida era de determinado tipo de europeu, não, por exemplo, de italianos que efetivamente migraram de forma inimaginável para a Argentina. O conselho de imigração dado por Alberdi e Sarmiento foi escutado. Qual é *aquele que deve vir à Argentina* tampouco foi um conselho que se tornou realidade. Em contrapartida, o grande conselho de Sarmiento foi escutado: o argentino deve ser orgulhoso e arrogante. Sarmiento mesmo dá a pista de que não importa se por acaso não se saiba o porquê de tanto brio, afinal, o que importa é o brio e não a sua causa. Justificada ou não justificada, a altivez sarmientina parece ter sido uma das lições mais bem cultivadas pelas terras do Prata.

\*\*\*

O fim do capítulo III já aponta a direção que irá tomar o escrito que, ainda fará uma espécie de “sociologia”, porém, “histórica”. A revolução levou a arma por todas as partes, criam-se as *montoneras*<sup>57</sup> e os *gauchos* se transformam em maus ou caudilhos. O que acabou com a Revolução de Maio: a mistura entre militarização e ruralização (Terán, 2007: 62).

No capítulo IV, “A revolução de 1810”, Sarmiento já “desvenda” uma das esfinges: “As cidades triunfam sobre os espanhóis e as campanhas sobre as cidades. Eis aqui a explicação do enigma da revolução argentina, cujo primeiro tiro foi disparado em 1810 e o último ainda não soou” (Sarmiento, 1996: 117).

Mais interessante é a visão teleológica que surge nesta parte no texto, em que Sarmiento diz que a revolução ocorreu porque, simplesmente, assim agem os povos. Faz considerações pouco profundas, entretanto, com algum discernimento sobre a peleja entre patriotas (independentistas) e realistas (unidos à Espanha), além de falar muito sobre Artigas,

---

<sup>57</sup> Conjunto de guerrilheiros armados, que Sarmiento classifica como “gênero singular de guerra e de justiça que só tem antecedentes nos povos asiáticos que habitam as planícies e que não devia nunca confundir-se com os hábitos, idéias e costumes das cidades argentinas, que eram, como todas as cidades americanas, um continuação da Europa e da Espanha” (Sarmiento, 1996: 117).



que, dentro da sua qualificação de *gauchos*, estaria entre os vaqueanos, organizou a primeira *montonera* da época da república, a qual o autor chama de “terrorista” e faz uma dura crítica pelo fato de Artigas ser avesso tanto à autoridade da república como da monarquia, afinal, ambas vêm da cidade.

Ao final do capítulo, Sarmiento faz uma comparação entre La Rioja e San Juan. La Rioja não possui elementos expressivos de civilização, está já “barbarizada” e faz parte do conjunto de “esqueletos de sociedades”. Mas se La Rioja está na barbárie, em contrapartida, o autor comenta que San Juan ainda estaria a caminho da barbárie, pois estava sob o comando do general Benavides e os homens dos tribunais eram “estúpidos em toda a extensão da palavra” (Sarmiento, 1996: 121). Mas esta é a realidade àquele momento da cidade. Antes disso, San Juan contava com bibliotecas, teatros e os tribunais eram cuidados por homens letrados, além do refinamento da cultura e bons costumes. Todos estes elementos criaram homens notáveis. A existência de tais homens só foi possível devido à importância que a cidade tivera dado à educação primária.

Dadas todas as explicações sobre o mal profundo da Argentina, seu clima, seu solo, o caráter de seu povo e apontando aquilo que para ele era uma preocupação de primeira ordem, enfim, no capítulo V, Sarmiento começa o “romance”, sob o título: “Infância e juventude de Juan Facundo Quiroga”.

\*\*\*

Depois das explicações frenológicas que explicam “o porquê” da existência de Facundo, Sarmiento expõe a sua parte romântica:

“Esta talvez seja uma destas idealizações com que a imaginação poética do povo embeleza os tipos da força brutal que tanto admira; talvez a história dos grilhões seja uma tradução argentina da queixada de Sansão, o Hércules hebreu; mas Facundo a aceitava como sinal de glória, segundo seu belo ideal, e *macho* (maço) de grilhões ou baioneta, ele, associando-se a outros soldados e presos a quem seu exemplo encorajou, conseguiu sufocar o levante e por este ato de coragem se reconciliar com a sociedade e se pôr sob a proteção da pátria, conseguindo que seu nome voasse por toda parte enobrecido e lavado, embora com sangue, das manchas que o enfeavam. [...] Vejo neles [os dados da vida particular de Facundo] o grande homem, o homem genial apesar dele mesmo, sem ele o saber, o César, o Tamerlão, o Maomé. Nasceu assim e não é culpa dele; se abaixará na escala social para mandar, para dominar, para combater o poder da cidade, o destacamento da polícia” (Sarmiento: 137-139).

Até se poderia pensar que Facundo é a figura enaltecida, caso não há se houvesse aqui descrito as posições políticas de Sarmiento sobre o caráter natural, a predileção pelas

idades e a hostilidade diante dos homens que são a própria expressão da planície argentina que se assemelha à tártara para a desgraça desse povo. Contudo, tudo o que já foi escrito dispensa a explicação de porque este excerto é o mais romântico e, contraditoriamente, o mais anti-romântico do texto.

A luta travada entre campo e cidade reconhece um par de antíteses. O primeiro deles, bastante óbvio, é entre Facundo e Rivadavia. Porém, Sarmiento também faz o contrapeso entre Facundo e o General Paz: este, moderado, calculista, com problemas físicos. E ao fazer esta segunda antítese o caráter romântico mais anti-romântico surge devido ao fato de a figura elogiada ser tão precária fisicamente, manca, enquanto o vilão, Facundo Quiroga é “valente até a temeridade, dotado de forças hercúleas, gaúcho a cavalo, como o primeiro, dominando tudo pela violência e o terror, não conhece outro poder além do da força bruta, não tem fé senão em seu cavalo; espera tudo de sua coragem, da lança que empunha, do ímpeto terrível de suas cargas de cavalaria” (Sarmiento, 1996: 203).

O capítulo VI, “La Rioja. O comandante de campanha”, marca a vitória de Facundo sobre Ocampo e Dávila e, a despeito do capítulo VII, “Sociabilidade: Córbona, Buenos Aires”, segue uma seqüência com bastante detalhes sobre costumes bastante condenáveis de Facundo, entretanto, bastante forçados. Talvez a estas páginas Gutiérrez se referia ao mencionar que a Argentina não poderia ver o livro senão como uma caricatura.

Mesmo sendo o *gaucho* mau, o autoritarismo de Quiroga é para tentar pacificar na base do terror o interior. “É que o terror é uma doença da alma que aflige as populações como a doença da cólera, a varíola, a escarlatina. Ninguém se livra do contágio” (Sarmiento, 1996: 185).

E, além de contagioso, é basicamente um meio de governo:

“o terror supre a falta de atividade e trabalho para administrar, supre o entusiasmo, supre a estratégia, supre tudo. E não há por que se perturbar: o terror é um meio de governo que produz maiores resultados que o patriotismo e a espontaneidade” (Sarmiento, 1996: 212).

No capítulo IX, “Guerra social: la tablada”, Dorrego é assassinado e a série de intrigas internas intensificariam a guerra civil. Sarmiento faz uma interessante metáfora do assassinato de Dorrego por Lavalle: “[Lavalle] quis evitar o câncer lento, a estagnação; pondo fogo à mecha, fez explodir a mina pela mão de unitários e federais preparada há muito tempo atrás” (Sarmiento, 1996: 201). Seguem, então, capítulos que se pretendem um registro histórico dos acontecimentos até a morte de Facundo Quiroga, descrito no capítulo XIII, “Barranca-Yaco”.

Terán reconhece um tom shakespeariano quando Facundo parte para pacificar o interior (2007: 66) nesta parte. As imagens de emboscadas, laços e traições se tornam fortes; Quiroga lança “raios dos olhos” (Sarmiento, 1996: 264); é aí onde a morte é inevitável e a tragédia não é evitável, afinal, Quiroga e os homens de sua campanha sabiam da cilada que se planejava em Córdoba. Mesmo assim, Facundo vai de encontro ao seu destino, tentando confrontá-lo, embora exista o fato de que “Quiroga sabe de tudo” (Sarmiento, 1996: 267).

Para Terán, o que desgraça Facundo é a civilização, ou seja, “quando o bárbaro adota pautas civilizadas, se perde” (2007: 66). Assim, Facundo responde também ao gênero trágico uma vez que “na tragédia, seus protagonistas seguem inexoravelmente uma conduta muitas vezes passional que os conduz a um fim funesto” (Terán, 2007: 67).

Sarmiento escreve que Facundo assume os costumes civilizados:

“Seus filhos [de Facundo] estão nos melhores colégios; jamais lhes permite andar vestidos senão de fraque ou sobrecasaca e um deles, que tenta deixar os estudos para abraçar a carreiras das armas, o põe a tocar tambor num batalhão até que se arrependa de sua loucura” (Sarmiento, 1996: 262).

É como se Buenos Aires o tivesse enfeitado e “a brutalidade e o terror tornam a aparecer assim que se encontra no campo” (Sarmiento, 1996: 266), unicamente. Buenos Aires é um inibidor da barbárie.

Convém mencionar que Sarmiento reconhece a insistência de Juan Facundo Quiroga na redação de uma Constituição. Entretanto, como não poderia ser diferente, o autor vê tal atitude como uma conspiração aberta. Ademais, não oculta o fato de Facundo se nominar *unitário*.

Com a morte em Barranca-Yaco, o texto não termina e o caráter eminentemente político aparece acima dos demais aspectos em “Governo unitário”, o capítulo XIV. Considera o assassinato de Quiroga um *ato oficial*, uma *medida de Estado*, e a Soma de Poder Público conseguida dá liberdade para Rosas invadir os territórios órfãos de Facundo e, posteriormente, com a morte natural de López, também os territórios deste para fazer do Estado um quadro em branco “em que ele [Rosas] vai realizar uma coisa nova, original; ele é um poeta, um Platão que vai realizar sua república ideal conforme ele a concebeu [...]” (Sarmiento, 1996: 280).

Mesmo tendo realizado o sonho unitário, ou seja, a união territorial argentina, Rosas estabelece uma política (que anacronicamente se poderia chamar de) schmittiana: *quem não está do meu lado é meu inimigo*. Rosas acaba com a rede de correios e põe em seu lugar os mensageiros de governos; em Buenos Aires, se aproxima dos negros que eram serventes e consegue, com isso, delatores domésticos, estabelece o registro de cada cidadão, afinal, era necessário “vigiar a todos. *A união é íntima*” (Sarmiento, 1996: 316). E, a pior de todas as medidas reconhecida como tal por toda a historiografia, a *Mazorca*. Aqui entra a outra parte desprezível da Argentina, que não é o gauchismo, mas o medievalismo: “a *Mazorca*, com os mesmos caracteres, composta dos mesmos homens, existiu na Idade Média na França, no tempo das guerras entre os partidos dos Armagnac e do duque de Borgonha” (Sarmiento, 1996: 283).

Sim, a *Mazorca* conseguiu a façanha da unidade territorial e da “paz”. Obviamente, se trata de uma ironia de Sarmiento, mas é incontestável o feito de unificar, de fato, as *Provincias Unidas*. “Rosas terminou com a anarquia; centralizou o poder, implantou o inestimável valor da ordem em uma nação anarquizada” (Terán, 2007: 76).

A grande questão que ressoa do início ao fim deste capítulo é que o sistema de Rosas continuava com os seus “¡Viva la federación!” e “¡muerte a los salvajes unitarios!”. Ora, o partido unitário queria a união do território argentino com fins de que todas as províncias pudessem tirar proveito do porto de Buenos Aires. O que Rosas fez foi, de fato, unificar todas as províncias, mas para que se submetessem ao poder de Buenos Aires que, mesmo *cidade*, havia declarado guerra à França quando estabeleceu o bloqueio francês e dificultou a educação e se decidiu *bárbara*. A educação é a civilização. Já estamos de volta ao grande tema sarmentino.

O último capítulo, “Presente e futuro”, é um lamentar-se pela estupidez do governo rosista que começou por destruir a cidade que começou a ser chamada de “*Atenas americana*” (Sarmiento, 1996: 305) acabando com todas as suas instituições educacionais e expulsando as cabeças inteligentes que um dia criaram um credo político, as *palavras simbólicas* (alusão clara a Echeverría).

Em seguida faz a inevitável promoção do grupo de que participou e de si próprio: “[...] os verdadeiros unitários, os homens que se destacaram até 1829, [...] aqueles que cometeram aquele delito contra o americanismo; os que se jogaram nos braços da França para

salvar a civilização européia, suas instituições, hábitos e idéias nas margens do Prata, foram os jovens, numa palavra: fomos nós!” (Sarmiento, 1996: 308).

Para consertar o erro unitário de não se apoderar do estilo de guerra européia e continuar apostando na *montonera*, Sarmiento critica a não-formação de um exército de linha unitária, um exército que, como se viu, se formou depois e que o próprio Sarmiento fez parte.

Em seguida, mas uma curiosa reflexão de por que a Inglaterra não interveio no domínio de Rosas, afinal, é a nação eternamente em busca de mercados consumidores. Acaso não lhe poderia imaginar o fiasco inglês que resultou, justamente, na independência argentina?

Por fim, acaba tentando enumerar todos os erros de Rosas e traz um plano de governo: “imigração; livre circulação dos rios; nacionalização das rendas da alfândega; liberdade de imprensa e de opinião; educação pública; fomento do comércio interior e da indústria; vias de comunicação em toda a extensão da república; povoamento do interior deserto; governo representativo; religião como elemento de moralização pública; respeito à vida (segurança) e propriedade privada; por fim, um chamado que é a auto-postulação de uma candidatura” (Terán, 2007: 82).

Apesar de não estar explícita a auto-postulação no texto, há que se lembrar que, junto com o livro, Sarmiento fez pública uma foto sua, como futuro presidente da república.

### 5. 2. 3. Interpretações e críticas

O que pretendeu ser o livro *Facundo: civilização e barbárie*? Como já se pôde notar, foi uma peça que fez parte de um conjunto bastante coeso de auto-promoção para a possibilidade de legitimação das idéias liberais do programa de 37. *Facundo*, *Recuerdos de provincia* e *Argirópolis* formam a tríade. Para a exposição do mal profundo, a descrição pormenorizada daquilo que assola a Argentina

“O *Facundo* é, pois, a biografia já não de um personagem – sem dúvida um ser fictício – senão de toda uma história secreta, formada lentamente ao ritmo da ordem colonial, que a revolução torna manifesta e contemporânea através da guerra civil” (Botana, 2005: 263).

O anti-herói é evocado para ser decifrado. Mais do que decifrado, destituído de sua legitimidade. Segundo Terán, a epígrafe em francês que aparece logo nas primeiras páginas indica aquilo que Sarmiento pretende ser a partir daquilo que escreve: “aquele que escreve é, então, um letrado que integra o bando da civilização e, ao mesmo tempo, um *hermeneuta*, um intérprete, alguém que conhece o significado de signos que para os outros não significam nada” (Terán, 2007: 55). A barbárie profunda da civilização superficial argentina se descobre, portanto. Entretanto, além do linguajar científico, existe o político, que aposta em um programa e que passa a dizer não como as coisas *são*, mas sim, como *devem ser* (Terán, 2007: 48).

A importância da descrição pormenorizada<sup>58</sup> merece destaque. Faz-se patente a diferença da descrição do General Paz (civilizado, unitário) e de Facundo Quiroga (bárbaro, federal). Tal minúcia na descrição do bárbaro pode ser compreendida como uma demanda do romantismo do XIX: privilegiar os instintos. Sendo assim, existe o “herói” da barbárie.

E há o herói da civilização no livro *Facundo?* Não. Paz não seria o herói da civilização. O herói da civilização, para completar como antítese para formar a síntese da obra sarmentiana está em outro texto: *Recuerdos de provincia*. Ou seja, ele mesmo, Sarmiento seria a síntese entre americanismo e europeísmo. Ele seria o “doutor montoneiro” (Cf. Terán, 2007: 46-47). E o doutor montoneiro se dirige ao velho mundo, o francês, para que este o dê o carimbo de que necessita. De fato, o consegue: Charles de Mazade, na *Revue des deux mondes*, em 1846, dá a importância a *Facundo* que, posteriormente, os argentinos também darão (Terán, 2007: 98).

\*\*\*

Toda a bibliografia pesquisada aponta a influência que *O espírito das leis* de Montesquieu exerceu sobre Sarmiento. É daí que se inspira Sarmiento tanto para a idéia de que o meio forma o indivíduo, assim como aceita como verdadeiras as associações que Montesquieu faz entre clima e personalidade. Trata-se, como chamaria Terán, de uma “geogênese” (2007: 58), em que as montanhas formariam a virtude e a planura seria o terreno propício para a tirania.

Montesquieu trata do Oriente e é através desta literatura, ou seja, através da literatura européia, que Sarmiento passa a *compreender* o que seria este Oriente e onde se

---

<sup>58</sup> ou “descripción prolija” como poderia estar no original.

depara com o *outro*, bárbaro, beduíno: assim como o *outro* americano, bárbaro, *gaucho*. Mesmo que, até este momento, Sarmiento não conhecesse pessoalmente nem os pampas que estavam ao seu lado e muito menos o Oriente, sentiu-se capaz de diagnosticar o problema dos tipos de governo ou ausência do mesmo nos locais analisados.

O orientalismo imprime e dá forma a um fantasma: o fantasma do despotismo (Cf. Altamirano, 1997: 89). “A república se funda na virtude, a monarquia na honra, e o despotismo repousa sobre o medo” (Terán, 2007: 48). O terror seria uma invenção governativa, sendo esse terror o que produz o patriotismo e a espontaneidade (Cf. Terán, 2007: 49). Esta idéia se tornou “uma das peças intelectuais e literárias de Sarmiento” (Altamirano, 1997: 91).

Terror e temor são as peças fundamentais e fundadoras do caudilhismo. Ao orientalismo, Idade Média e feudalismo surgem para dar mais vigor tanto à coerção (terror) quanto à fraqueza (temor).

O aspecto antinômico, sobremaneira maniqueísta, está presente em todo o texto de *Facundo*. Terán (2007: 50) monta uma tabela bastante elucidativa:

<b>Civilização</b>	<b>Barbárie</b>
Cidade	Campanha <sup>59</sup>
Europa	América
Modernidade	Atraso
Mobilidade	Imobilidade
Letrado	Iletrado
Espanha/colônia	França [sic.] <sup>60</sup>
Liberdade	Despotismo
Sociedade: governo	Família: caos político
Comércio-agricultura	Fazenda de gado pastoril
Razão	Instintos-paixões
Laboriosidade	Ócio
Século XIX	Idade Média (século XII)
Espírito	Matéria

<sup>59</sup> Como já mencionado, tanto em castelhano (campana) como em português, o termo também quer dizer “campo” ou “região desabitada”.

<sup>60</sup> Seguramente, aqui se trata de um erro de edição: França deveria estar no conjunto da civilização, enquanto Espanha/colônia deveria se apresentar na coluna da barbárie.

O que se deve fazer com tais pares? A resposta já foi inúmeras vezes mencionada no decorrer desta dissertação. Contudo, chama a atenção o fato de existirem dois textos *Para ler Facundo* que defendem teses opostas.

*Para leer el Facundo: civilización y barbarie: cultura de fricción* de Oscar Terán traz uma hipótese totalmente diversa da exposta até aqui: a de que Sarmiento teria querido a síntese entre gauchismo e civilização, “síntese que ademais de desejável, é possível” (Terán, 2007: 40). Mais adiante, se diz que não “se trata de substituir sem mais nem menos a barbárie. Precisamente esse teria sido para a Geração de 37 o erro unitário, o erro de Rivadavia” (Terán, 2007: 44).

“Para ler o Facundo de Sarmiento”, capítulo de *América Latina do século XIX: tramas, telas e textos* de Maria Lígia Coelho Prado traz uma idéia diversa, idéia compartilhada por mais escritores:

“O espaço da barbárie mostra-se, também, como o lugar do heroísmo, envolvido em certa pureza e integração com a natureza que a civilização teria, contraditoriamente, de destruir” (Prado, 2004: 171).

Doris Sommer, tão citada por muitos, corrobora:

“[...] os consortes improdutivos da Terra, os índios e os gaúchos, tão indolentemente em paz em uma natureza não redimida, tinham de ser apagados do projeto nacional” (Sommer, 2004: 83)

E a própria Maria Lígia Prado, ao escrever o *prefácio à edição brasileira de Facundo: civilização e barbárie* pela Vozes, menciona:

“Em um de seus últimos livros, publicado em 1883, *Conflicto y armonía de las razas*, que entendia como sendo uma continuação de *Facundo*, reafirmava suas idéias ao indicar que um dos males da colonização espanhola fora ter aceito os índios, essa ‘raça pré-histórica’, quer como parceiros, quer como servos; melhor teria sido fazer o mesmo que os norte-americanos, que em sua passagem para o oeste exterminaram os índios” (1996: 39).

Pode-se argüir que Maria Lígia Prado vê a supressão da barbárie já em *Facundo* devido à visão pessimista que Sarmiento assumiu com relação à possibilidade de progresso argentino no final de sua vida. Para não que não se escorregue em anacronismos, faz-se necessário recordar aqui, um trecho já mencionado no início deste trabalho:

“Porque é preciso que sejamos juntos com os espanhóis; ao exterminar a um povo selvagem cujo território iam ocupar, faziam simplesmente o que todos os povos civilizados fazem com os selvagens. [...] Mas graças a esta injustiça, a América, em lugar de permanecer abandonada aos selvagens, incapazes de progresso, está ocupada hoje pela raça caucásica, a mais perfeita,



a mais inteligente, a mais bela e a mais progressiva das que povoam a Terra. [...] Assim, pois, a população do mundo está sujeita a revoluções que reconhecem leis imutáveis; as raças fortes exterminam as fracas, os povos civilizados suplantam na possessão da terra os selvagens. Isto é providencial e útil, sublime e grande” (Sarmiento, 1948, vol. II: 217-8).

As frases são anteriores ao próprio folhetim *Facundo*: data de 27 de setembro de 1844, no periódico *El progreso*.

A única possibilidade de que o gauchismo subsista não é através da figura viva do *gaucho*, mas sim, como a figura valente, ativa e vigorosa que deve despir-se de absolutamente todos os seus aspectos peculiares (ou “primitivos”) para que os seus vestígios sejam a exótica sedução de um território a ser ocupado por outras gentes. Se Rosas contaminou a barbárie com civilização, Sarmiento nunca sugeriria a contaminação da civilização pela barbárie: a barbárie deve apenas ser descrita, sentida, inspirar e expirar.

### 5. 3. Conclusões preliminares

Bourdieu faz a análise da formação dos campos sociais e de suas regras internas de consagração e desclassificação. Cada campo estabelece suas próprias regras que devem ser respeitadas para a elevação do capital simbólico do *bem* ou, caso não sejam respeitadas as regras, uma obra pode ser rebaixada ou estabelecer outras regras que passarão a ser o cânone do campo em detrimento às anteriores, ou seja, trata-se da vanguarda.

Os campos se associam e entram em conflito na sociedade. O exemplo em *As regras da arte* é o campo da literatura e da economia. Aquilo que é *best-seller*, ou seja, vendido e gera lucro, o que significa respeitar a regra mais importante do campo burguês, passa a ser considerado a pior produção literária. O contrário é verdadeiro: aquilo que não significa nada para o mundo da economia e que, ademais, ataca a figura do burguês, apesar da penúria do escritor que pode passar por sérios problemas financeiros e ser reconhecido apenas depois da sua morte, significa, na França o tipo de literatura que se configurou com o de capital simbólico mais elevado dentro do campo literário.

Se o campo da economia é o que tenta se apropriar da literatura e submetê-la às suas regras, é justamente contra o campo da economia e contra as suas regras que o campo literário

“lutará”, digamos. Sendo assim, uma relação de desavença entre determinado campo e aquele que oferece perigo à sua autonomia é inevitável.

O mundo burguês, tanto no Brasil quanto na Argentina, ainda é um mundo a ser “buscado”. Sendo assim, a antinomia de campos não pode ser literatura/economia. Não era isto o que estava em jogo na América Latina do século XIX. A literatura estava intimamente vinculada à política.

O mundo literário da França não renegou a existência do mundo burguês da sua época, ao contrário, o observou profundamente. A *resposta* dada a este campo que atacava a literatura determinou, em boa medida, o *valor* das obras culturais dentro do campo da arte.

Ora, se poderia fazer um paralelo com o Novo Mundo dos dois campos: o literário e o político. Qual foi a *resposta dada* a estes campos pode ser, aqui também, levado em consideração para a avaliação do valor literário das obras aqui analisadas? É provável.

O que se escreveu sobre a poesia de Magalhães, como se pôde notar na seção que tratou dos seus críticos, não é muito lisonjeiro. No que diz respeito à *Confederação dos Tamoios*, poder-se-ia dizer o mesmo. Ao contrário disso, *Facundo* acatou de todas as formas possível a realidade política da Argentina e, mesmo não estabelecendo nem ao menos uma coesão de estilo, é considerado por muitos (inclusive por Shumway, o maior crítico de Sarmiento aqui pesquisado) como uma obra cujo valor é inegável.

A *resposta* de *Facundo* ao campo que tenta submeter a literatura, qual seja, o *status político momentâneo*<sup>61</sup> é de negação: mais do que isso, é um insulto. *Confederação dos Tamoios*, mais do que um elogio a D. Pedro II, está vinculada ao projeto institucional da monarquia.

Uma segunda questão importante é a assimilação ou negação imediata da obra. Para que, dentro da literatura, a obra seja considerada de alto valor, o reconhecimento imediato é um grande sinal que de a obra está obedecendo a outras regras que não a da própria literatura. *Confederação dos Tamoios* foi defendida pelo próprio imperador quando José de Alencar ousou atacá-la. Já *Facundo* tardou para ser considerado um clássico argentino.

---

<sup>61</sup> Aqui, se poderia utilizar simplesmente a palavra “política”. Entretanto, seria difícil pensar em qual das obras do século XIX aqui mencionadas não seria política. Por isso, “status político momentâneo” diz respeito ao “estado político ao qual a obra estava inserida”, a saber: no Brasil, ao Segundo Reinado; na Argentina, sob a ditadura rosista.

A obra de Magalhães tentou servir como apoio do imperador. Sendo assim, não é lembrada senão como mais uma obra caudatária de D. Pedro II. *Facundo*, ao contrário, foi ironizado por Rosas, seja pela certeza do seu poder conferido pelas “faculdades extraordinárias”, seja pela necessidade de negligenciar ou fingir negligenciar a obra que seria a mais importante contra o seu regime.

Obviamente, esta não é uma relação mecânica, ou seja, não se deseja aqui afirmar que caso uma obra obedeça ao campo político, ela necessariamente será desclassificada no campo literário. Uma boa obra literária pode ser lembrada, por mais obediente que seja ao campo econômico ou político, pelas suas características internas. Não é o caso de Magalhães com a sua *Confederação*: não se trata de uma obra exemplar, portanto, só lhe resta a análise do lugar que ocupou na história.

Por outro lado, *Facundo* não segue uma lógica exatamente oposta no sentido da *qualidade interna e o papel que exerceu na história*: falha na exatidão histórica, incorre em problemas estilísticos que se tornaram justamente a sua marca. Contudo, exatamente pela importância histórica e social, é um clássico da literatura latino-americana.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Investigar os métodos de legitimação à americana no século XIX* talvez tenha sido a base de pesquisa deste trabalho. Carecendo de instituições legitimadoras, os intelectuais tiveram de descobrir outra forma legitimante: o *discurso patriótico*. Entretanto, como já mencionado, tratava-se de uma dupla tarefa que se interligava e que se torna difícil dizer o que viria primeiro: a legitimação do próprio discurso como o verdadeiramente nacionalista para a legitimação do seu lugar como porta-voz ou, ao contrário, a sua legitimação como porta-voz para legitimar o seu discurso como o verdadeiramente patriótico.

Observar e zelar as regras dos determinados campos, como já nos adverte Bourdieu, é o primeiro passo para consagração. Os manuais de história consagram *Suspiros poéticos e saudades* e *Niterói* como o marco teórico do romantismo brasileiro. Entretanto, a isso se pode questionar: as artes não deveriam ter rechaçado tais obras por terem se curvado ao campo político? De fato, as artes rechaçaram. Como mencionado, os dois únicos críticos de Magalhães encontrados (José Alcântara Machado e José Aderaldo Castelo) não fazem outra coisa senão a contrapropaganda do autor romântico: os escritos de Magalhães, com uma e outra exceção, são classificados de nada mais nada menos do que de “ridículos”, “afetados”, “insinceros”, “postiços”, “superficiais”, “infantis”, “descoloridos”, “artificiais”. Ora, a importância do romantismo brasileiro é exatamente a legitimação na monarquia brasileira. Portanto, os manuais não mentem ao conferir importância a Magalhães e os demais, contudo, definitivamente não se trata de uma importância dentro do campo da literatura, mas sim, dentro do campo da política (afinal, estes autores só são lidos para a compreensão da formatação sócio-política do século XIX no Brasil). Ao sacrificar o campo literário e obtendo, devido a isso, todos os duvidosos elogios dos seus críticos, os homens do *Grupo de Paris* se firmaram como os intelectuais da corte, cujo discurso patriótico era o legítimo, pois, mesmo como homens de letras que futuramente careceriam de toda legitimidade artística, forneceram todas as ferramentas para a Corte do Paço.

Ao contrário disso, a elite letrada argentina aqui estudada tinha uma tarefa contrária: deslegitimizar o presente argentino para provar o seu discurso como o verdadeiramente patriótico. Com a questão política sempre em mente, eles observaram a configuração das *Provincias Unidas* e escreveram sobre isso. Neste caso, Echeverría sim foi um homem de

letras que se consagrou com *La cautiva*. Sua curta vida impede mais considerações a seu respeito. Entretanto, o que seriam Alberdi e Sarmiento? Homens de letras? Ninguém poderia dizer que não o foram, *também*. Alberdi escreveu peças de teatro, entretanto, a sua importância está nas suas considerações sobre o Estado e o direito. Sarmiento, não difere e, apesar de não ter pretendido escrever uma obra unicamente literária, foi um homem sim das letras, assim como militante, militar, presidente da república e ministro. Conclui-se que os mais importantes ícones da Argentina (Alberdi e Sarmiento), que travaram as discussões mais ricas da América do Sul, foram *personagens híbridos*. A *hibridez*, na Argentina, tornou-se imprescindível para a legitimação. Por quê?

A organização e expulsão dos ingleses do porto de Buenos Aires foi, na visão de diversos teóricos, o motivo que fez com que o povo argentino se reconhecesse como tal. Ou seja: a luta, o pegar em armas, a possibilidade de derrotar o inimigo foram os motivos que uniram os “argentinos”. As circunstâncias históricas acabaram causando o caos interno e a ascensão da tirania. A guerra civil dura meio século e os homens de letras foram expurgados do território. Do exílio, pode-se dizer que Sarmiento desenhou o seu destino por haver compreendido as regras sociais do seu tempo, seja conscientemente, seja intuitivamente.

Levantar-se contra a tirania era a resposta que a *literatura* deveria dar, caso o projeto da geração de 1837 se consolidasse como, de fato, se consolidou. A *literatura empenhada*, como conceitua Candido, na Argentina, exigiu a hibridez como legitimação. A falta de possibilidade de classificar *Facundo* em termos de gênero e, ao mesmo tempo, a sua consagração como clássico argentino, demonstram tal fato. É o que foi Sarmiento: o patriota em todas as suas vertentes. Foi o homem das letras, o militar que pega em armas e, por isso, digno de alcançar a presidência sem ter a sua obra máxima recusada pelo campo político (à época em que foi escrito): respeitou as regras que a Argentina “estabeleceu” estruturalmente para o seu *ethos*, dando a resposta imediata avessa ao campo político à época da sua publicação e tendo o seu sucesso assegurado (seja considerada a consagração literária, seja considerado o sucesso da empresa de vida de Faustino Sarmiento de chegar à presidência).

\*\*\*

Fazem-se curiosas as primeiras publicações de ambas as gerações. Ao observar as ações dos homens do *Grupo de Paris*, imagina-se encontrar determinado tipo de idéias no escrito inaugurador do romantismo brasileiro, caudatário e legitimador da monarquia.

Contudo, *Niterói* parece uma peça fora de contexto quando lida. De fato, o é. Como já mencionado, ataca as bases da monarquia e, pode-se dizer, foi, em grande medida, uma “metida de língua entre os dentes” da geração de 1836. O escrito não podia ser ignorado e, por isso, um texto apenas, um de Magalhães, um dos poucos que naquele conjunto não é a expressão que buscaria uma burguesia republicana é o único lembrado entre tantos outros. Sendo assim, a revista fica como o registro de que aqueles homens que ali estavam, no velho mundo, poderiam ser a intelligentsia brasileira, mas o escrito em si, não era para a divulgação, mas para o arquivamento.

O único que acabou sendo mais ousado posteriormente foi Torres Homem, como mencionado, na escritura de *Libelo do povo*, quando da revolução Praieira. Porém, o incendiário apaga as próprias chamas e tenta esconder as cinzas. Com sucesso, torna-se um dos líderes conservadores importantes do Segundo Reinado.

E, como os intelectuais que nasceram da luta, ao invés de atacar as bases do poder em vigor à época, em um país em que a luta armada se torna elemento legitimador, lança um periódico chamado *La moda* com os dizeres “¡Viva la federación!” em todas as suas edições? Bem, os próprios historiadores argentinos, como se pôde notar, tiveram dificuldade de assimilar uma possível seriedade da publicação. Mas não há contradição, muito pelo contrário. Sob uma ditadura, é necessário demonstrar afeição a ela<sup>62</sup>.

Não se poderia abertamente fazer a crítica política ao sistema rosista, mas as páginas de *La moda*, por serem escritas por costumbristas, tinham, *ipso facto*, um conteúdo político. Tanto que o periódico foi censurado pelo próprio Rosas. A aposta na adoção de costumes republicanos era a aposta no próprio sistema republicano. A adoção dos costumes dos povos republicanos era a certeza de que os sistemas político e jurídico transitariam, inevitavelmente, para a república.

Mesmo não tendo participado da redação de *La moda*, o sisudo e fervoroso Sarmiento seguiu pela mesma trilha: ao mesmo momento em que pegava em armas, falava sobre a necessidade de se abandonar o chiripá e adotar o fraque, abandonar a cor vermelha e adotar o azul celeste e o branco. Demasiado leviano para os pensadores do século XX, porém, demasiado expressivo para os costumbristas argentinos do XIX: a forma de se vestir.

---

<sup>62</sup> Ignoremos aqui, para fins de organização argumentativa, a já mencionada posição tibia de Alberdi com respeito a Rosas.

\*\*\*

Descobrir o que era a brasilidade e o que era a argentividade. Esse foi o dilema do século XIX em ambos os países. Os homens da geração de 1837 fizeram parte da discussão do início ao fim, como já mencionado, inclusive, antecipando temas que seriam caros à Antropologia que, no cientificismo do século XIX, iria ter na frenologia os seus estudos mais importantes.

Sarmiento tem como sua maior colaboração na discussão o seu *Conflicto y armonía de las razas en América*, publicado em 1883. Neste livro, é como se Sarmiento desistisse da Argentina por causa da sua funesta e inevitável mistura. O Brasil também tem os seus representantes que, dependendo do momento, passam a acreditar ou desacreditar no branqueamento e possibilidade de redenção da nação. No Brasil, os principais nomes foram Sílvio Romero em seus estudos culturais; e Nina Rodrigues com seus estudos etnológicos. A política de fins do século já não seria mais de consolidação de imaginário, mas de consolidação de etnia e o processo ainda não estava terminado: “[...] essas mentes esclarecidas ou que se consideram como tal, e que descobrem a cada passo – com decrescente surpresa, mas com menos intensa amargura – até qual ponto sua superior preparação e talento não as salva, se não necessariamente da marginalização política, sim de limitações tão graves à influência e eficácia de sua ação que as obrigam perguntar-se uma vez ou outra se tem ainda sentido pôr essas qualidades a serviço da vida pública do seu país” (Donghi, 2005b: 35).

Como salvar os brancos da mestiçagem era a pergunta de fins do XIX e começo do XX. Este era o serviço a que as mentes públicas se dedicariam, com maior ou menor amargura na crença do seu êxito. Sarmiento torna-se melancólico.

Seu tratado racial de 1883 é um livro que procura traçar como as raças possuem uma psicologia própria. A Inglaterra explorou de forma inteligente e progressiva, enquanto que a Espanha só soube explorar de forma primitiva e retrógrada. Os espanhóis seriam visivelmente inferiores. Vê-se, logo, na América do Sul, uma mistura brutal:

“Os índios não pensam porque não estão preparados para isto, e os brancos espanhóis tinham perdido o hábito de exercitar o cérebro como órgão, salvo no clero secular e regular que era numeroso; e nas classes de advogados, única profissão laica, e único saber, o direito” (Sarmiento, 1915: 172).

Bem, do que se pode esperar de espanhóis que esqueceram a faculdade de pensar? Que se misturem com as outras raças também *semi-humanas*:

“Ia a observar-se o que produziria uma mistura de espanhóis puros, por elemento europeu, com uma forte aspensão de raça negra, diluído o todo em uma enorme massa de indígenas, homens pré-históricos, de curta inteligência, e quase os três elementos sem prática das liberdades políticas que constituem o governo moderno” (Sarmiento, 1915: 113).

Faz-se interessante como o livro (que mais é uma amálgama de citações de outros autores e atas de cabidos) é dividido nas três primeiras partes: a primeira trata da etnologia americana; a segunda, da organização política da Argentina contada de acordo com a sua história; e a terceira, sobre a colonização da América do Norte. A idéia de que um povo que não era o melhor representante do progresso na Europa (os espanhóis), ao se misturar com outras raças e, conseqüentemente, com as suas taras e degenerescências mentais, sendo a pior delas a preguiça, não conseguiria atingir o progresso. A conclusão que Ingenieros tira do livro de Sarmiento é que enquanto existirem indígenas e mestiços, “a democracia e a liberdade serão uma ficção, mesmo que sejam proclamadas no papel, pela incapacidade de exercitá-las efetivamente” (1915: 34).

*Bárbaros e civilização* não combinam. Mas Alsina e Roca vão combater efusivamente o inimigo como se verá adiante, com bastante sucesso, diga-se de passagem.

No Brasil, os personagens mudam: não são os protagonistas do romantismo que serão os maiores debatedores da questão racial no país. José de Alencar estréia *O jesuíta*, peça em que apresenta compaixão para com os personagens escravos enquanto que, como ministro do Império, foi contra a Lei do Ventre Livre de 1871 além de considerar a escravidão um *fato social necessário*. Joaquim Nabuco o critica pela posição aparentemente oscilante e, entre os homens da corte, aquilo que atendeu pelo nome de *medo da haitinização* anteriormente, agora passa a ser temido como *perigo negro* (Cf. Ventura, 1991: 44-46) e volta a debate. A idéia de necessidade de abolição da escravidão estava fortemente ligada a uma “ameaça”: à perversão que os negros traziam às famílias brancas. “A década de 70 é entendida como marco para a história das idéias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental” (Schwarcz, 1993: 14).

Uma série de instituições se empenha na nova questão: museus etnográficos, a Escola de Recife, a Escola de Direito de São Paulo e as faculdades de medicina.

Quando sob a influência de Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), Sílvio Romero ainda via como positiva a mistura entre os brancos e os negros. Também analisava



literariamente tal mistura: misturam-se a espiritualidade (branca) e a sensualidade (negra) (Cf. Ventura, 1991: 48), o que, curiosamente, na sua hierarquia de raças, faria o negro ficar acima do indígena, estando abaixo unicamente do branco. Entretanto, tanto na Europa, como na Argentina, quanto no Brasil, a idéia sobre a psicologia das raças é a mesma: índios preguiçosos, negros servis e brancos laboriosos.

Posteriormente, influenciado por Comte e Spencer (especialmente por Spencer que não aceitava a multiplicidade da espécie humana), Romero começa a fazer estudos que dariam pistas de que, da mistura das raças, as raças fortes com seus traços preponderantes poderiam embranquecer o Brasil em cerca de quatro séculos<sup>63</sup> (Cf. Ventura, 1991: 51). As características perniciosas das raças inferiores seriam solapadas pela preponderância da raça forte. Muito mais do que interessado com o branqueamento físico, a questão era o branqueamento do espírito, afinal, segundo Scharwcs, Romero visava a “mestiçagem da alma” (1993: 155), contradizendo todas as teorias que iam contra a mestiçagem como fator degenerativo, mas sim, como viabilidade nacional. Era um homem de ação.

Ao contrário de Sílvio Romero, o médico e etnólogo Nina Rodrigues se apóia nas idéias de Varnhagen, de *História geral do Brasil*, e vê no fetichismo religioso (fator que autores utilizariam como justificativa para o cativeiro dos negros para a conversão ao cristianismo) uma das provas da inaptidão das outras raças para exercer a liberdade, a justiça e outros valores da república (Cf. Ventura, 1991: 52-53). Como um médico lombrosiano, estudou crânios, entre eles, o de Antônio Conselheiro. Se, para Sílvio Romero, a miscigenação era a possibilidade de elevação (extinção) das raças inferiores às qualidades dos brancos, para Nina Rodrigues e Euclides da Cunha (obviamente, o Euclides dos primeiros escritos), a miscigenação era a degeneração do povo brasileiro.

A partir de 1900, especialmente com o livro *Martins Pena* de 1901, Romero revê a sua teoria e passa a “aceitar” como inegavelmente inferiores as raças não-puras. E, com tal negativismo, tanto de argentinos quanto de brasileiros com relação às misturas de seus respectivos países, a república e, menos ainda, a democracia, não seriam sistemas de governos adequados, afinal, são os símbolos máximos de progresso que nem ao menos poderiam passar pela compreensão das sub-raças.

A cirurgia moral precisa ser realizada.

---

<sup>63</sup> João Batista de Lacerda era mais “otimista” e estabeleceu um século como prazo para a extinção do negro e o índio para o triunfo europeu no Brasil (Cf. Ventura, 1991: 64).

\*\*\*

“Com a melhor intenção se pode desolar o mundo, e enquanto fique ao erro a desculpa da sinceridade será mais temível do que a fraude porque será mais desculpável” (Alberdi Apud Prieto, 1967: 85). Se Sarmiento soube traçar o seu destino por observar as regras sociais, a posição oscilante de Alberdi com relação às certezas das vantagens da europeização da Argentina (inclusive nos seus próprios escritos mais importantes) parece ser uma espécie de mau presságio.

Brasil e Argentina amaldiçoaram as etnias que ocupavam os seus territórios e as que trouxeram da África. O Brasil ainda utilizou o indianismo como legitimação. Contudo, onde estava *o índio* no Brasil? O assunto é mais espinhoso, portanto, comecemos pela Argentina.

Para que não haja confusão, vejamos a seqüência presidencial de fins do século XIX: 1862 a 1868: Mitre; 1868 a 1874: Sarmiento; 1874 a 1880: Nicolas Avellaneda; 1880 a 1886: Julio Argentino Roca.

A “conquista do deserto” começa com as expedições de Rosas pelo interior, para incorporar territórios, ou seja, destruir o que existia para dominar regiões. Entretanto, as campanhas mais importantes são de datas bem posteriores: são as campanhas militares realizadas por Alsina em 1874 e pelo General Roca em 1878 (ambas no governo de Avellaneda) e o início do governo do mesmo general Roca.

A campanha de Alsina para a ocupação de territórios consistia também no extermínio de indígenas, porém, o plano de ação era basicamente o levantamento de edificações, o estabelecimento da comunicação com Buenos Aires por meio do telégrafo. Porém, as fortificações eram em grande medida para impedir a passagem dos índios. Enfim, em 1875, Avellaneda pede 200.000 pesos fortes para que tenha sucesso o plano do Poder executivo que era “contra o deserto, para povoá-lo, e contra os índios para destruí-los” (Lenz, 2004: 11).

Já Roca, que começou a sua ação contra os índios no governo de Avellaneda, tinha menos problemas com a explicitação da necessidade estatal de extermínio quando assumiu a presidência: seu primeiro plano era “eliminar primeiro os índios que habitavam as zonas entre os rios Negro e Neuquén” (Lenz, 2004: 15) até chegar à Cordilheira dos Andes e à Terra do Fogo.

A Alemanha faz questão de lembrar o holocausto de tempos em tempos. A Argentina não ignora a *Conquista do deserto*, embora, a importância que se dá a este genocídio não está à altura que merece um desastre como o realizado.

E o Brasil? O Brasil ignora completamente o seu primeiro grande genocídio, a ordem de extermínio total da etnia tamoia para a ocupação da bacia de Guanabara e litoral norte paulista. Mesmo não se pretendendo aqui fazer uma avaliação ética das gerações do século XIX, torna-se inviável não mencionar o cinismo, especialmente da geração brasileira: Sarmiento, com todas as suas forças, demonstrou a necessidade que via em destruir as “raças inferiores”. O grande problema é o descompasso na criação da história argentina: o “passado”, a existência daquilo que é peculiar e anterior à implantação da civilização, ainda existia na Argentina, ou seja, ainda era presente. O esforço argentino era tornar “passado” aquilo que era considerado “anterior à civilização” o quanto antes. Logo depois da presidência de Sarmiento, esse esforço veio com toda a força. Aí então, pôde surgir “Martín Fierro”, uma obra de um homem da elite que viria a dizer qual é o passado glorioso do qual o argentino deve se orgulhar.

O Brasil sofreu menos com esse “descompasso histórico”. O governo de Mem de Sá já havia realizado o genocídio necessário para a implantação da capital nacional no Rio de Janeiro séculos depois, próximo a São Paulo, localidade que se tornaria muito importante e, por isso, colaborou nos dois atos mais atrozés do Brasil: o extermínio de todos os tamoios graças aos pedidos de Brás Cubas no século XVI e, enfim, com a vitória definitiva realizada no centro da capital da, agora, república, comandada também por um paulista, Rodrigues Alves, na destruição e expulsão das populações pobres no início do século XX.

A beleza da cidade do Rio de Janeiro é incontestável e existe por causa de uma palavra que é quase o símbolo da civilização no Brasil e Argentina: *aterro*, enterrar o passado. Civilização significa, também, devastação, disciplina, destruição, genocídio. Existem sim as manifestações indigenistas que falam dos massacres, mas ainda existem as festas de celebração da existência daquilo que foi e seria inconveniente. Talvez fosse menos hipócrita se as manifestações de *indianismo* no Brasil e *gauchismo* na Argentina dessem lugar à realidade histórica: os índios tiveram que sair de cena para serem enaltecidos; assim como os bárbaros de ser domados ou exterminados na Argentina para serem incorporados na tradição nacional.

Juízo de valor? Pouca neutralidade analítica? Estamos nas *considerações finais* do trabalho. Mesmo ainda dentro da academia, este é o espaço onde se pode deixar o pensamento crítico mais livre, assim como observar o presente com algum “juízo de valor” depois das descobertas feitas pelos estudos do passado.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 7. 1. Atores e ideólogos – Brasil

- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Saudação à Pátria à vista do Rio de Janeiro no meu regresso da Europa – em 14 de maio de 1837”. In: FACIOLI, Valentim & OLIVIERI, Antonio Carlos. *Antologia de poesia brasileira: romantismo*. São Paulo: Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Cartas a Monte Alverne*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.
- TORRES HOMEM, Francisco de Sales. “Libelo do povo”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.) *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

#### 7. 1. 1. Revistas:

- *Guanabara*. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro.
- *Niterói, Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine.
- *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro: J. e S. Cabral.
- *Revista Trimestral de História e Geografia*. Rio de Janeiro: D. L. dos Santos.

### 7. 2. Atores e ideólogos – Argentina

- ALBERDI, Juan. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. La Plata: Terramar, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Estudios económicos: interpretación económica de la historia política argentina y sud-americana*. Buenos Aires: Rosso, 1934.
- \_\_\_\_\_. *Fragmento preliminar al estudio del derecho*. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Instituto de Historia del Derecho Argentino, 1942.
- CANÉ, Miguel. *Juvenilia*. Buenos Aires: Colihue, 2004.
- ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma socialista*. Buenos Aires: El Ateneo, 1947.
- \_\_\_\_\_. *La cautiva / El matadero*. Buenos Aires: Colihue, 2006.
- MÁRMOL, José. *Amalia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1967.
- MITRE, Bartolomé. *Archivo del general Mitre*. Buenos Aires: Biblioteca de La Nación.
- MORENO, Mariano. *Representación de los hacendados y otros escritos*. Buenos Aires: Emecé, 1998.
- PIETRO, Adolfo. *El ensayo romántico*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1967.
- SARMIENTO, Domingos. *Conflicto y armonía de las razas en América*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915.

- \_\_\_\_\_ . *Obras completas de Sarmiento*. Buenos Aires: Editorial Luz del Dia. Vol. II, 1948. Vol. VI, 1949. Vol. IX, 1949. Vol. XII, 1950. Vol. XIX, 1950.
- \_\_\_\_\_ . *Facundo: civilização e Barbárie*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

### 8. 2. 1. Revistas:

- *La moda: gacetín semanal de música, de poesía, de literatura, de costumbres*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, s/d.

## 7. 3. Teóricos: Brasil – poder/literatura

- ALCÂNTARA MACHADO, José. *Gonçalves de Magalhães ou o romântico arrependido*. São Paulo: Livraria Acadêmica, Saraiva e Cia, 1936.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. “A economia política dos descobrimentos”. In: NOVAES, Adauto (org.) *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMARANTE, Elizabeth Aracy Rondon; PAULA, Eunice Dias de & Paula Luiz Gouvea de. *Confederação dos Tamoios: a união que nasceu do sofrimento*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- \_\_\_\_\_ . *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- CASTELO, José Aderaldo. *Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Editora Assunção, 1946.
- DENIS, Ferdinand. “Resumo da história literária do Brasil”. In: CÉSAR, Guilhermino (org.) *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FRAGOSO, José; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra Peregrina: o barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo: USP, 1998.
- \_\_\_\_\_ . *Sobre quadros e livros: rotinas acadêmicas – Paris e Rio de Janeiro Século XIX*. Tese de livre docência, São Paulo: USP, 2003.

- \_\_\_\_\_ . “Formação das elites, universidade e ciências na orla ocidental do império português”. In: *Ciência hoje*. São Paulo: SBPC, vol. 42, nº 248, maio de 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A democracia improvisada”. In: (org.) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*, Tomo II – *O Brasil monárquico*, Volume 5 – *Do império à república*. Rio de Janeiro / São Paulo, Difel, 1977.
- \_\_\_\_\_ . *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_ . *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUPPES, Ivete. *Gonçalves de Magalhães e o teatro do primeiro romantismo*. Porto Alegre: Movimento; Lajeado: FATES, 1993.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- PEREIRA, Sonia Gomes. *185 anos de Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes / UFRJ, 2001 / 2002.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy revista brasiliense de ciências e artes*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.
- QUINTILIANO, Aylton. *A guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Reper, 1965.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SANTOS, Carlos Marques dos. “A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto civilizatório do Império”. In: *180 anos de Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Centro de Letras e Artes / UFRJ, 1996.
- SCHWARCS, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_ . *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_ . *A revolta da vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.
- SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras: 1991.

#### **7. 4. Teóricos: Argentina – poder/literatura**

- ALTAMIRO, Carlos e SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- BORGES, Jorge Luis & GUERREIRO, Margarita. *O ‘Martin Fierro’*. São Paulo: L&PM, 2005.
- BOTANA, Natalio. *La tradición republicana: Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires: Debolsillo, 2005.
- DONGHI, Tulio Halperin. *Proyecto y construcción de una nación (Argentina 1846-1880)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.

- \_\_\_\_\_ . *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005a.
- \_\_\_\_\_ . *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005b.
- EGGERS-LECOUR, Conrado. *Sarmiento: estudio y antología*. Madrid: Compañía bibliográfica española, 1963.
- GIL, Antônio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado argentino - Buenos Aires entre o movimento de maio e a queda de Rivadavia*. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1999.
- IBÁÑEZ, José Luis Cosmelli. *Historia cultural de los argentinos*. Buenos Aires: Editorial Troquel, 1975.
- KATRA, William. *La generación de 1837: los hombres que hicieron el país*. Buenos Aires: Emecé, 2000.
- LENZ, Maria Heloisa. *O papel de La conquista del Desierto na construção do Estado argentino no século XIX*. Asociación Mexicana de Historia Económica, 2004. (<http://www.economia.unam.mx/amhe/memoria/simposio15/Maria%20Heloisa%20LENZ.pdf> consultado em 08 de maio de 2009)
- LYNCH, John. “Las primeras décadas de la independencia”. In: BETHELL, Leslie (org.) *Historia de la Argentina*. Barcelona: Editorial Crítica / Cambridge University Press, 2001.
- MYERS, Jorge. *Orden y virtud: el discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- PÉRSICO, Adriana Rodríguez. *Un huracán llamado progreso: utopia y autobiografía en Sarmiento y Alberdi*. Washington: Oea, 1992.
- ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Tierra Firme, 2004.
- SHUMWAY, Nicolas. *La invención de la argentina: historia de una idea*. Buenos Aires: Emece, 2005.
- SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbarie*. Buenos Aires: Aguilar / Altea / Taurus / Alfaguara, 2006.
- TERÁN, Oscar. *Para leer el Facundo: civilización y barbarie: cultura de fricción*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.
- WEINBERG, Félix. *El salón literario de 1837*. Buenos Aires: Librería Hachette, 1977.

## 7. 5. Teóricos: América – poder/literatura

- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1994.
- \_\_\_\_\_ . *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

## 7. 6. Marco teórico geral

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BOTTOMORE, Tom. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.



- BOURDIEU. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *La distinción*. Madrid: Taurus, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- ELIOT, Thomas Stearns. *The sacred wood: essays on poetry and criticism*. Londres: Methuen, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de doutrina crítica*. Lisboa: Guimarães, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GIL, José. “Nação”. In: *Estado – Guerra*. Enciclopédia Einaudi, vol. 14. Lisboa: Casa da Moeda, 1989.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- PARETO, Vilfredo. “As elites e o uso da força na sociedade”. In: SOUZA, Amaury de (org.) *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)